ISSN 2356-3865

REVISTA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

ÁREAS

ADMINISTRAÇÃO

CIÊNCIAS SOCIAIS

DIREITO

EDUCAÇÃO

SAÚDE

Fundação Sousândrade
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA

v.3, n.1, 2017

ISSN 2359-3865

REVISTA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

REVISTA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

São Luís, v.3, n.1, p.9 - p.205, jan./dez. 2017

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maria Alice Melo
Vice-Presidente: Roseli de Oliveira Ramos

Membros Titulares: Gersino dos Santos Martins, Lucyléa Gonçalves França, Sirlene Mota Pinheiro da Silva, Roseli de Oliveira Ramos, Veraluce da Silva Lima, Waldeney Costa Araújo Wadie (UFMA), Jhonatan Uelson Pereira Sousa de Almada (SECTI - MA), Fernando Antonio Guimarães Ramos, Maria Alice Melo, Raimundo Nonato Palhano Silva, Solange Silva Buzar (FSADU).

Membros Suplentes: Denivaldo Cícero Pavão Lopes, Janilson José Alves Viégas, Maria de Fátima Andrade Calderoni, Nila da Conceição Cardoso Ferreira, Saulo Ribeiro dos Santos, Sílvia Tereza de Jesus Rodrigues Moreira Lima (UFMA), André Bello de Sá Rosas Costa (SECTI - MA), Luiz Alves Ferreira, Paulo Augusto Emery Sachse Pellegrini, Sebastião Moreira Duarte, Zartú Giglio Cavalcanti (FSADU).

CONSELHO FISCAL
Presidente: Paulo Roberto Roma Buzar
Membros Titulares: Ilmar Polary Pereira, Francisco Gilvan Lima Moreira, Paulo Roberto Roma Buzar.
Membros Suplentes: Antonio Maria Gomes da Silva, José Francisco Belfort Brito, Nayse Mirelle Costa Godinho.

CONSELHO CONSULTIVO
Aymoré de Castro Alvim, Diomar das Graças Motta, Jandyra de Jesus Barros, Lindalva Martins Maia Maciel e Rubem Rodrigues Ferro

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretora-Presidente: Evangelina Maria Martins Noronha
Superintendente: Luciana Maria Pinto Gurgel Rocha Cordeiro

Endereço: Rua das Juçaras, Qd. 44 nº 28 - Renascença I
CEP: 65075-230 São Luís - MA
(98) 4009.1000
fsadu@fsadu.org.br

Tiragem desta edição:
Os artigos e demais textos desta revista são de total responsabilidade de seus autores.

R454
Revista Científica e Tecnológica / Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA. – Vol. 1, n.1 2015 - . São Luís: Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, 2015.
Vol. 3, n. 1, 2017.
Anual.
ISSN: 2359-3865.
1. Ciência – Periódicos 2. Pesquisa científica 3. Pesquisa tecnológica

CDU 001 (051)

REVISTA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

EXPEDIENTE
Editores: Evangelina Maria Martins Noronha, Maria do Rosário Guimarães Almeida, Sirlene Mota Pinheiro da Silva e Zartur Giglio Cavalcanti
Revisão: Vera Giusti
Normalização: Silmara Cristina Ferreira Mota e Maria do Rosário Guimaraes Almeida.
Projeto gráfico e diagramação: João Victor Lima da Costa

CONSELHO EDITORIAL
Prof. Dr. Cesar Augusto Castro - UFMA
Prof. Dr Cristiano Mostarda
Prof. Dr Emanuel Pericles Salvador
Profa. Dra. Joelma Reis Correia - UFMA
Profa. Dra. Maria do Rosário Guimarães Almeida - SOUSÂNDRADE/ESTÁCIO/IUA
Profa. Dra. Simone Bastos Vieira - UNB
Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Prof. Dr. Zartur Giglio Cavalcanti - UFMA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 09

ARTIGOS

A INFLUÊNCIA DA HERANÇA CULTURAL NA LINGUAGEM DOS FALANTES NO CONTEXTO ESCOLAR E SOCIAL DE SÃO LUÍS 13
Waléria Cristina Soares Pereira

A LITERATURA INFANTO-JUVENIL COMO PONTO DE PARTIDA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA 27
Kelyany Souza Ferreira
Evandro Abreu Figueiredo Filho

AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS NO ÂMBITO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO 45
Fernando de Jesus Costa

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E AS TIC's: percepções dos professores de língua portuguesa das escolas públicas municipais de São Luís 59
Raimundo Nonato Pinheiro

ESTUDO DE VIABILIDADE DE SÃO LUÍS – MARANHÃO COMO UM MODELO DE CIDADE INTELIGENTE 77
Joanilda Martins Rocha
Maria Manuela Santos Natário

GESTÃO ESCOLAR E CONTRA-HEGEMONIA: uma relação necessária e possível 97
Albiane Oliveira Gomes
Cassio Vale

O PROLETARIADO MARANHENSE AMEAÇADO DE FICAR SEM TETO: reportagem de 1929 do jornal O Povinho sobre a disputa de terra em São Luís 113
Márcio Henrique Baima Gomes

O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO: A Fundação Sousândrade de Apoio a Universidade Federal do Maranhão - FSADU 123
Luciana Lima Portela Vidigal

O VALOR DOS TRATADOS INTERNACIONAIS E A SUA INFLUÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO **137**
Virgínia Maria Rosa Praseres de Miranda

OS MODELOS DE GESTÃO COMO FONTE DE MUDANÇA NO COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES **155**
Ivaldo Santos Vidigal Junior

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA SUL DE TERESINA – PI SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA E DA APRENDIZAGEM DOS CONCEITOS GEOGRÁFICOS **173**
Kamila Keila de Sousa Rosa
Núbia Araújo Sena
Liége de Souza Moura

SILVA MAIA E TARQUÍNIO LOPES FILHO: ATUAÇÃO NA MEDICINA E NO CONTEXTO SOCIAL DO MARANHÃO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX **191**
Ana Beatriz Sousa Costa
Laís Cristina Aguiar de Castro

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS **201**

APRESENTAÇÃO

A Revista Cientifica e Tecnológica da Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão presta um extraordinário serviço de suporte às atividades científicas desenvolvidas em nosso Estado, caracterizando-se como um dos principais agentes da transferência do conhecimento científico brasileiro, dando oportunidades para que professores e alunos publiquem seus artigos a partir de pesquisas e estudos nos diversos campos do conhecimento.

Neste número, a Revista apresenta produções científicas nas áreas de Educação, Saúde, Direito, Administração, Gestão do Comportamento Humano e Gestão Escolar.

Na área da Educação, destaca-se a leitura sobre o ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas municipais de São Luís. Esta pesquisa aborda as reflexões relativas ao ensino da Língua Portuguesa, aproxima os campos de estudos científicos e as tecnologias educacionais que refletem sobre possíveis transformações do ensino no atual cenário da educação pública de São Luís.

Destaque para o artigo sobre as teorias organizacionais no âmbito dos diversos segmentos da gestão educacional, na gestão escolar e na sua organização. Ainda na Educação, temos o estudo sobre a percepção dos alunos do sexto ano do Ensino Fundamental das escolas municipais na zona sul de Teresina (PI) no campo da Geografia e da aprendizagem dos conceitos geográficos. O artigo analisa os conceitos geográficos, e o reconhecimento desses conceitos pelos alunos a partir do trabalho do professor. Destaque também para "A influência da herança cultural na linguagem dos falantes no contexto escolar e social de São Luís" e a "Gestão escolar e contra-hegemonia, uma relação necessária e possível", destacando o papel protagonista do gestor escolar na sedimentação de ações contra-hegemônicas no âmbito da escola.

Na área da Saúde, ressalta-se a atuação na Medicina e no contexto social do Maranhão entre os séculos XIX e XX dos médicos José Silva Maia e Tarquínio Lopes Filho, que implantaram projetos significativos, como a reestruturação da rede pública de saúde no Estado e a Colônia dos Leprosos, entre outros.

Recomendamos a leitura dos dois artigos na área do Direito sobre o valor dos tratados internacionais e a sua influência no ordenamento jurídico brasileiro e outro sobre o proletariado maranhense ameaçado de ficar sem teto.

Ainda merece destaque o artigo que discorre sobre a literatura infanto-juvenil como ponto de partida para o desenvolvimento cognitivo da criança, em que aborda a importância da leitura literária para conduzir as crianças a compreenderem a diferença

entre o mundo real e o mundo fantástico.

Um dos artigos aborda os modelos de gestão como fonte de mudança no comportamento humano nas organizações, e outro o estudo de cidade inteligente e o sistema de controle interno em uma Fundação de Apoio.

A leitura desses artigos constitui-se um excelente meio de conhecer a realidade pensada e concreta à medida que ajuda o homem a interpretar, compreender e situar-se no mundo do qual é protagonista. As variedades de temas com enfoques diversos enriquecem a nossa experiência profissional e a nossa prática social. Ler é um ato necessário e indispensável para a construção do homem.

A todos boa leitura e façam deste momento um ato de amor.

Evangelina Maria Martins Noronha
Profa. Ma Universidade Federal do Maranhão (aposentada)
Diretora-Presidente da Fundação Sousândrade.

ARTIGOS

A INFLUÊNCIA DA HERANÇA CULTURAL NA LINGUAGEM DOS FALANTES NO CONTEXTO ESCOLAR E SOCIAL DE SÃO LUÍS

Waléria Cristina Soares Pereira[1]

RESUMO
Esta pesquisa analisa a influência que a herança cultural exerce sobre a linguagem dos falantes no contexto escolar e social de São Luís. Do ponto de vista metodológico, os dados provêm de observação, entrevista e questionário com alunos, professores, vendedores ambulantes, idosos, donas de casa e artistas locais. Inicialmente, cada entrevistado era informado do objetivo da pesquisa e, posteriormente, expunham seus argumentos. Fundamentam o trabalho a teoria da deficiência cultural e diferenças culturais, por meio de Soares. Baseia-se também em Neves, quando destaca o papel da escola em ensinar as normas gramaticais da língua, respeitando a gramática interna de cada falante. Os dados revelam a importância da cultura na formação intelectual dos indivíduos e da apropriação da norma culta da língua. Isso aponta para dois fatores imprescindíveis que se intercruzam: cultura e norma culta. Ambas ampliam a gramática do falante e lhes possibilitam ascensão social e profissional.
Palavras-chave: Linguagem. Cultura. Escola. Sociedade. São Luís.

ABSTRACT
From the methodological point of view, the data come from observation, interview and questionnaire with students, teachers, street vendors, elderly, housewife and local artist. Initially, each interviewee was informed of the purpose of the survey and later expounded their arguments. The theory of cultural deficiency and cultural differences are based on the work of Soares. It is also based on Neves, when he emphasizes the school's role in teaching the grammatical norms of the language, respecting the internal grammar of each speaker. The data reveal the importance of culture in the intellectual formation of individuals and the appropriation of the cultured norm of language. This points to two essential interlocking factors: culture and cultured norm. Both amplify the speaker's grammar and enable them to rise socially and professionally.
Keywords: Language. Culture. School. Society. São Luís.

1 INTRODUÇÃO

A linguagem utilizada pelos falantes de São Luís tem sido motivo de questionamento em minha prática docente. Tal questionamento deve-se ao distanciamento das

[1.] Docente da rede pública e particular de São Luís. Mestra em Educação pelo Instituto Politécnico da Guarda (IPG), Guarda-Portugal. E-mail: waleriappereira@hotmail.com

normas da gramática, em detrimento de uma linguagem constantemente mais relaxada, voltada para gírias, jargões e vícios de linguagem.

Como professora de língua portuguesa na rede pública e particular, pude constatar no ambiente escolar a presença frequente de uma linguagem que se distancia cada vez mais da norma culta.

Evidentemente, essas limitações são resultantes de pouca ou péssima escolaridade, além dá má qualificação e valorização dos profissionais da educação; sem desconsiderar ainda a influência do meio familiar ao qual o falante pertence.

As relações interpessoais ao longo da vida das pessoas dependem do contexto social no qual elas estão inseridas, pois ninguém fica totalmente alheio às circunstâncias que as envolvem em torno da linguagem, dos costumes, dos fatores econômicos, emocionais e familiares. Essa gama de influências interfere no perfil de cada indivíduo e no seu cotidiano.

Diante dessa realidade, elaborei este artigo para analisar a influência da herança cultural na linguagem dos falantes no contexto escolar e social de São Luís.

2 A PRIMEIRA GRAMÁTICA DO BRASIL E SOTERO DOS REIS

A primeira gramática da língua portuguesa foi publicada no Brasil, no século XIX, de autoria do maranhense Sotero dos Reis. Isto ocorreu devido à estreita relação que São Luís tinha com a metrópole, e pela facilidade de acesso ser mais viável do que com outras capitanias no Brasil, conforme foi explicado no item anterior. Este contato frequente possibilitou um intercâmbio cultural que muito favoreceu a sociedade ludovicense, que foi fortemente influenciada pela paisagem, costumes, cultura, culinária, vocabulário e o cotidiano europeu, principalmente o português. Este cenário corroborou para que surgissem escritores, poetas e profissionais do mais alto nível, elevando São Luís à categoria de Atenas Brasileira, lugar onde se falava o português mais correto. Nesta época, havia um conceito clássico de gramática: "a arte de falar e escrever corretamente". Em outras palavras, só falava e escrevia bem quem seguisse o padrão imposto pela gramática normativa, o chamado nível ou padrão formal culto.

Em todos os lugares, a comunidade linguística local tem seu idioleto, fruto da sua formação histórica e da transição de geração em geração. O idioleto do povo maranhense, principalmente os ludovicenses, está fortemente ligado aos povos colonizadores e a sua cultura que contagia até aqueles que vieram morar na ilha. A cidade transpira cultura desde o século XIX, quando os grandes poetas e escritores se tornaram conhecidos pelo elevado nível intelectual.

Esta característica cultural desperta nas pessoas um sentimento de pertencimento que sustenta, até hoje, o mito de que aqui se fala o melhor português do Brasil. Será mesmo? Cada lugar, o povo defenderá a mesma tese, afinal o melhor lugar, e tudo que há de perfeito e bonito, é sempre o nosso.

Francisco Sotero dos Reis nasceu em São Luís do Maranhão, a 22 de abril de 1800 e faleceu em 10 de março de 1871. Foi uma das maiores figuras do Grupo Maranhense, apontado como o Mestre dos mestres, por causa de seu elevado saber sobre a arte de escrever. Desempenhou funções de Deputado da Província do Maranhão por mais de uma vez; fundou "O Maranhense"; foi professor de Latim; bibliotecário do Instituto de Humanidades e o primeiro diretor do Liceu Maranhense. Ocupou a cadeira de sócio correspondente de nº 19 da Academia Brasileira de Letras e a nº 17 da Academia Maranhense de Letras.

Neste período o referido Grupo Maranhense era formado por escritores e poetas de notório saber intelectual com destaque para Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, Odorico Mendes e João Francisco Lisboa. Mas existiam outros poetas.

3 APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para analisar a influência da herança cultural na linguagem dos falantes, no contexto escolar e social de São Luís, tomando por base uma pesquisa de caráter descritivo, pautada na análise de questionários e exploratória bibliográfica, fundamentei-me teoricamente nas ideias de Soares (1995) e Neves (2013). Em Linguagem e escola – Uma perspectiva social, onde afirma que linguagem, sociedade e escola não podem caminhar dissociadas em vista de uma luta contra as desigualdades sociais, causadas pelo fracasso escolar das camadas populares.

Na obra *Que gramática estudar na escola? Norma e uso da língua portuguesa*, Neves ratifica a necessidade de se estudar a língua materna sem diferenciar oralidade e escrita, padrão e não padrão. Desconstruindo oposições ou competições.

Para a realização deste trabalho, a metodologia utilizada consta de dados empíricos coletados a partir da observação, entrevistas e questionários. A caracterização dos sujeitos se compôs de: professores, alunos, vendedores ambulantes, idoso, dona de casa e artistas locais. Todos foram escolhidos considerando o foco da pesquisa voltado para a sala de aula e a sociedade, onde os costumes, a idade e o meio são diferentes.

No total foram: dois professores, um da disciplina de história e outro de língua portuguesa. Quatro alunos, dois do nono ano do fundamental e dois do terceiro ano do ensino médio. Fora do contexto escolar foram: dois vendedores ambulantes, um homem

e uma mulher; um idoso de setenta e sete anos; uma dona de casa de cinquenta e sete anos e um artista de uma companhia de teatro local.

4 INFLUÊNCIAS DA HERANÇA CULTURAL

A capital do Maranhão é uma cidade de enorme riqueza cultural e arquitetônica. Todo este acervo físico concedeu-lhe, há vinte anos, desde seis de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, pela herança deixada, principalmente, pelo colonizador português.

A riqueza cultural nada deixa a desejar, visto que é marcada pela influência dos povos: africanos, indígenas e europeus (franceses, portugueses e holandeses), percebida na música, na literatura e na arte em geral. Todas estas manifestações culturais têm um forte traço da oralidade particular desta gente que sofre alterações de geração em geração por força da dinamicidade da língua.

Tal oralidade cria uma identidade do universo cultural que gira em torno da grande ilha e em tudo que se produz por lá, com destaque para a música, teatro, cinema e literatura.

Todo povo tem suas marcas de oralidade, fruto da sua origem e da influência de outros povos e culturas. Em São Luís, percebe-se que o repertório linguístico dos falantes se estende da capital até à parte centro- norte do estado.

Na música, facilmente se percebe a peculiaridade do falar deste povo que, a exemplo de séculos passados, traz na veia a inspiração artística e a paixão por cantar, saudar e enaltecer sua terra. Nesse contexto, destacam-se João do Vale, homem negro e pobre, de uma sabedoria popular e sensibilidade profunda, que compôs para grandes nomes da música popular brasileira. De tantas composições, “Peba na pimenta”, retrata muito da linguagem do povo pobre da capital e de grande parte da zona centro-norte do estado. Alcione, a Marrom, é igualmente conhecida e aclamada nacional e internacionalmente por sua voz e competência. Esta ludovicense do Bairro da Madre Deus, berço da cultura popular da capital, também cantou sua terra na canção “Todos cantam sua terra”. Zeca Baleiro, cantor e compositor de reconhecimento nacional, também fez seu louvor à terrinha, na composição “Pedra de responsa”, assim como o poeta Humberto de Maracanã, do Bumba-meu-boi de Maracanã, com suas belíssimas toadas.

Na linguagem, a herança também é marcante, porque os açorianos, que vieram para povoar o estado, se espalharam do interior para a capital e por onde passaram deixaram suas marcas lexicais, fato que ocorreu em outros estados do país como Santa Catarina e Pará. Percebem-se estas marcas no emprego frequente do pronome oblíquo

tônico "TI", isto se deve por causa do povoamento que ocorreu em terras maranhenses, do litoral ocidental para a capital (veja-se o destaque na toada do Bumba-meu-boi de Maracanã).

No linguajar deste povo é bem comum também o apagamento da letra final (R) ou (L). Segundo Aragão (1999), este fenômeno ocorre por influência africana (verificar na letra da música Peba na pimenta, a palavra "cumê / ardê"). Além deste, há a dupla negação, que segundo Careno (1997) é de origem africana. No nome "Malaquias", o "S" final foi suprimido como forma de menor esforço ou vício de linguagem. Outro fenômeno é a aglutinação da expressão "dez réis só" para "derres...e ...só", que significa o valor de dez réis, moeda antiga do período do império, do pirulito caseiro, que os antigos pregoeiros ou vendedores ambulantes passavam anunciando pelas ruas, e que pela ação da agilidade na comunicação e do tempo, o mesmo pirulito ficou conhecido por "derres ...e ... só". Outro fenômeno encontrado nesta letra é a palavra "belezinha", que representa afetividade, marca bem a influência africana da linguagem.

"Seu Malaquia preparou...
Se ardê, num quero não
.....
Pimentão não arde não
Benta começou a cumê
A pimenta era da braba
Danou-se a ardê ...
Peba na Pimenta - João do Vale

"Todo mundo canta sua terra
Eu também vou cantar a minha
Modéstia à parte seu moço
Minha terra é uma belezinha
.....
Derrê sol derrê ê ê ê ê ê ê sol ...
Todos cantam sua terra - Alcione

... é pedra de responsa...
mamãe eu volto pra ilha
nem que seja montado na onça
.....
Pedra de responsa – Zeca Baleiro

"Maranhão, meu tesouro, meu torrão
Fiz esta toada, pra ti Maranhão ...
Maranhão meu tesouro meu torrão - Humberto Maracanã

São Luís tem um dos mais antigos e luxuosos teatros do Brasil, que carrega o nome de um ilustre filho, Artur Azevedo. No entanto, este meio cultural não é tão explorado como em outras capitais do sudeste do país. Porém, há cinco anos, uma companhia chamada Santa Ignorância, tem divertido a plateia da capital e de outros estados, e até de Portugal, explorando a linguagem e as diferenças socioculturais entre duas velhas amigas do tempo de escola. O repertório linguístico do povo ludovicense tem arrancado risadas das mais diferentes plateias ao longo destes anos, apesar de a cada temporada os atores renovarem o enredo. As palavras e os sons guturais como o "hen hen", "mentira, pequena" entre outros, fez o próprio ludovicense enxergar como ele articula as palavras no cotidiano, segundo afirmou Boaes (2017), ator e autor do texto ao ser entrevistado, conforme trecho da entrevista a seguir.

> Eu criei um personagem que representa a classe média, uma emergente, que é a Clarisse, e o Adeílson criou a Dijé, um personagem que tem um perfil bem misto, pois representa a área rural, a periferia e o bairro onde ele mora que é a Madre Deus, bairro cultural, que tem personalidades culturais. Para compor um personagem você busca a expressão corporal e a linguagem... o maranhense articula as palavras muito rápido.

A seguir um trecho da fala das personagens Clarisse e Dijé.

Clarisse (loura) – Ah, minha irmã eu tenho muito abuso de lavar louça.

Dejé (Negra) – Ah, eu gosto de ariar minhas panelas, bem ariadinha.

Dejé – Me dá tanto nojo de beber água num copo com pitiu de peixe, me dá logo vontade de baldiar.

Clarisse – Credo Dejé.

Dejé – Minha irmã, minha filha é só preguiça. Só quer saber de andar com as pariceiras dela. Num lava nem a roupa que veste, as calcinhas ficam tudo encardida, cheia de cieiro.

Trecho de um episódio da peça *Tá bom, Xêrosa*

Vocabulário:

Ariar – Lustrar, fazer brilhar
Ariadinha – Brilhando
Pitiu – Mau cheiro
Baldiar – Vomitar
Pariceira – Parceira, amiga
Cieiro – grude, sujeira

Em razão da multiplicidade da herança cultural e da dinamicidade da língua, a cultura maranhense apresenta um repertório linguístico bem variado.

A Festa do Divino, de herança açoriana, celebra tradições religiosas e fatos históricos ao longo de todo o ano, desde a capital aos mais diversos municípios. As orações são em latim, em sua maioria, rezadas pelas caixeiras que o fazem por repetição, mas não têm o mínimo domínio da língua.

"Quem é que vem descendo
Pelo fio do retrós
É Divino Espírito Santo
Pra fazer festa com nós."

Outra manifestação cultural é O Tambor de Crioula do Maranhão, uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores, hoje, tombado como patrimônio imaterial da cultura e cujo vocabulário também revela marcas da herança e miscigenação dos povos ocupantes destas terras. Não há tempo nem lugar para ele. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou associado a outros eventos e manifestações, é realizado sem local específico ou calendário pré-fixado e praticado especialmente em louvor a São Benedito. Essa manifestação afro-brasileira ocorre na maioria dos municípios do Maranhão, envolvendo uma dança circular feminina, canto e percussão de tambores. Dela participam as "coreiras ou dançadeiras", conduzidas pelo ritmo intenso dos tambores e pelo influxo das toadas evocadas por tocadores e cantadores, culminando na "punga ou umbigada" – gesto característico, entendido como saudação e convite.

5 A LINGUAGEM LUDOVICENSE

Entre os falantes maranhenses, há suas peculiaridades que Aragão (1999) chama de economia da linguagem, causado pela subtração ou troca de algumas letras ou fonemas, também pela necessidade de facilitar a articulação. Ele ocorre quando a pronúncia de algumas palavras fica comprometida. Por exemplo: "muié", para mulher, "teiado", para telhado, e "cuié", para colher, entre outras. O projeto Alima, Atlas Linguístico do Maranhão, considera este tipo de articulação das palavras como iotização. A iotização é um fenômeno de fala caracterizado pela semivocalização do segmento consonantal, por este motivo a pronúncia deve ser assim.

A partir da pesquisa em sala de aula e a interação social, posso afirmar que esta economia das palavras ou iotização, são recorrentes entre os falantes de São Luís. Acredito que isto esteja mais relacionado à comunidade linguística destes falantes, que têm um repertório próprio. Esta afirmação fez-me lembrar de alguns filósofos como Rousseau e Taine. Este, com sua Teoria Determinista, afirma que o homem é produto do meio, da raça e do momento. Esta máxima se aplica ao observarmos um falante que apresentava certo domínio da norma culta e que, com o passar dos anos, sofreu um declínio socioeconômico e também o contato com falantes de outro meio que apresentam um comprometimento linguístico causando, assim, um declínio no vocabulário. No que tange ao aspecto da raça, insere-se também a cultura dos povos, transmitida de geração

em geração e, por fim, o momento que torna a linguagem tão dinâmica com arcaísmo, neologismos, gírias e estrangeirismos. Rousseau, por sua vez, afirma que "o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe". Tal afirmação incendia discussões, mas não se pode negar que a convivência interfere no comportamento humano.

Corroboro com o pensamento destes filósofos, pois acredito que o meio influencia sobremaneira no vocabulário pessoal de cada pessoa, constituindo um grupo linguístico. "O comportamento linguístico é um indicador claro de estratificação social. Os grupos sociais são diferenciados pelo uso da língua" (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 14)

Todas essas possibilidades cercam o homem e o obrigam a falar, simplesmente falar e se fazer compreender. Contudo, em sala de aula, essa "economia da linguagem" expõe o indivíduo a situações vexatórias, pois os próprios colegas apontam e classificam o que sabe e o que não sabe "português".

O grupo sociolinguístico ao qual o falante pertence pode render-lhe ascensão social ou constrangimento e exclusão. No cotidiano escolar, percebi que há um fosso grandioso entre as esferas pública e privada, claramente perceptível a partir de uma simples produção textual. A profundidade da abordagem em um assunto, o vocabulário utilizado, as situações cotidianas relatadas revelam, com clareza, colossais diferenças. E trabalhar nestas duas esferas educacionais é muito desafiador e angustiante, pois o princípio da igualdade na educação passa longe dessa realidade.

Percebe-se que os alunos da rede privada se aproximam mais da norma padrão ensinada nas escolas. Isto se deve ao grupo linguístico ao qual pertencem, ao conhecimento de mundo adquirido com viagens, boas leituras, formação acadêmica dos pais, acesso fácil a aparatos tecnológicos modernos, além de espaços físico escolar e profissional de qualidade.

Por outro lado, os alunos da rede pública se distanciam da norma padrão. Suas experiências de mundo limitam-se ao cotidiano rotineiro da rua em que moram, pois muitos nunca saíram de São Luís, não têm o hábito da leitura como deleite, o nível de escolaridade dos pais e responsáveis é baixíssimo, formado por presidiários, prostitutas, trabalhadores domésticos e vendedores informais, provenientes em grande parte, da área rural. Além de tudo isso, o espaço escolar é precário, sem material tecnológico pedagógico, instalações elétricas, hidráulicas deficientes e comprometidas pelas intempéries do clima, ambientes insalubres para um bom trabalho pedagógico.

O Brasil é um país continental e por causa da sua grande extensão territorial, isto colabora para que as regiões apresentem múltiplas diferenças, especialmente na linguagem. As regiões sul e sudeste destacam-se pelo grande parque fabril, que atrai

trabalhadores e investidores de várias partes do país e do mundo.
A região nordeste, em especial, apesar de ter um grande potencial natural, não é explorada, sendo uma das mais pobres. Esta pobreza é alvo de preconceito em comparação com as regiões mais desenvolvidas.

O repertório linguístico do povo nordestino, com destaque para o Maranhão e sua capital São Luís, é um fator de preconceito linguístico no âmbito da naturalidade. Expressões como "gaiato", que significa ousado e "qualira", que significa homossexual, soam estranho para pessoas de outras cidades e, às vezes, servem de motivo de zombaria.

A má distribuição de renda e a falta de investimento em grande parte dos estados da região nordeste, colocam o Maranhão entre os estados mais pobres da federação no ranking do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH).

Este indicador funciona com um fator de discriminação socioeconômico, pois significa menos investimento em saúde, segurança e educação. Educação que, até ao ano 2016, ainda permite a existência de escolas no interior a continuarem sendo construídas de palha e barro, em péssimas condições de aprendizagem, sem respeito pela dignidade da pessoa humana. Na capital, não há escolas deste porte. No entanto, grande parte das escolas da rede municipal têm estrutura física desfavorável e corpo docente insuficiente, logo, não tem como apresentar um bom desempenho educacional com tantas defasagens.

6 AVALIAÇÕES

6.1 Professores

Esta etapa ocorreu com a observação de algumas aulas ministradas por professores de História e de Língua Portuguesa das redes pública e particular.

A primeira aula observada foi de História, em uma turma de nono ano da rede pública. Em se tratando da linguagem, percebi que os fatos históricos eram repassados com um nível linguístico bem próximo aos dos alunos, visto que as marcas de oralidade, gírias e regionalismos eram muito fortes e os acontecimentos foram sendo narrados de forma envolvente, com uma dinâmica bem contextualizada, e os alunos mantiveram-se atentos, completamente hipnotizados pelo professor.

Essa sinergia se dá pela fluência da comunicação. Falar de forma compreensível, contextualizada cativa e envolve o público. A didática e a linguagem utilizadas corroboram para que o planejamento ocorra de forma satisfatória.

Em contrapartida, nesta mesma etapa/série, outro professor da mesma discipli-

na, na rede particular, preocupava-se mais com datas e nomes, utilizava uma linguagem mais formal e *slides* coloridos e atrativos visualmente, porém descontextualizados do cotidiano dos espectadores, tornando a aula maçante. Percebi que a linguagem e os recursos utilizados em sala de aula devem estar em um nível que o público possa compreender, ainda que tenha que lançar mão de aparatos pedagógicos e linguagem coloquial, mas que cative o público.

Comparando estas experiências com aulas ministradas na disciplina de língua portuguesa, foram observadas duas realidades com alunos do terceiro ano do ensino médio. A primeira, em uma escola pública, onde a professora utilizou uma charge para motivá-los a redigir uma crônica argumentativa sobre o acesso às redes sociais. A aula iniciou pela exibição da charge e a discussão sobre a mensagem. A palavra foi franqueada, mas professora e alunos expressaram suas opiniões. Expressões como *"a internet do meu celular é lerda como o quê"* o mesmo recurso na *"pra mim entrar na internet eu pago dois real na lan house e fico por dentro das paradinhas"*, *"eu chipo Isabella com João"*.

As expressões "como o quê", significa uma intensidade, que pode ser trocada por muito, demais. "pra mim", sendo empregada incorretamente diante de um verbo. "dois real", empregada sem a flexão de número. "paradinhas", significa novidades. Outra expressão foi "chipo", empregada com o sentido de apoiar e funcionando como verbo.

O recurso foi aplicado nesta mesma etapa/série, em uma escola particular e a linguagem utilizada pelos alunos, em se tratando da *internet*, foi outra bem mais elaborada. Isto pode ser avaliado, considerando o nível econômico-social destes, que acessam a grande rede em suas casas ou em seus celulares/tablets modernos, além de apresentarem um vocabulário mais vasto devido ao acesso constante a variadas leituras e objetos culturais diversificados e viagens.

6.2 Alunos

A avaliação foi realizada em uma turma de nono ano, através de uma interpretação de texto, dividida em duas etapas. Na primeira, eles respondiam a perguntas sobre o texto lido. Na segunda, eles recontavam oralmente a história à sua maneira.

Na rede pública, a atividade foi mais trabalhosa, visto que os alunos apresentaram dificuldade em compreender a intenção do autor, devido ao vocabulário elevado para eles que têm severa deficiência na leitura e escrita, e têm um vocabulário limitado a palavras de senso comum, com gírias e regionalismo. Isso comprometeu o tempo que ficou em torno de cem minutos, dois horários. Enquanto na esfera particular, a mesma atividade necessitou de parte de um horário, equivalente a cinquenta minutos.

Inegavelmente pude constatar que o nível cognitivo e o saber acumulado de cada indivíduo estão diretamente ligados ao meio no qual ele está inserido e interferem

sobremaneira na compreensão, na fala e na escrita dos discentes, pois podem comprometer a linguagem do falante e do ouvinte, gerando ruídos na comunicação. Por isso, cabe ao professor identificar tais dificuldades e oferecer recursos para que este público possa se comunicar e ser compreendido em qualquer ambiente.

Diante das dificuldades observadas com os alunos da rede pública e da visível desmotivação de alguns em achar que tudo é difícil ou que não sabe nada, fi-los perceber que cada um pertence a um meio com um vocabulário próprio, mas há necessidade de conhecer e ampliar os conhecimentos na língua materna, a fim de garantir possibilidades de ascensão intelectual.

Nesse sentido, chega-se ao consenso de que o hábito da leitura de gêneros diversificados e o estudo da gramática normativa reduzem ou elimina toda e qualquer dificuldade de compreensão da linguagem.

6.3 Falantes: Vendedores ambulantes, idoso, dona de casa, artistas da cultura local

Fora do convívio escolar, foram entrevistadas algumas pessoas para que o resultado da pesquisa quanto ao uso das normas gramaticais fosse ampliado. Quando foram questionadas quanto ao uso da linguagem com desconhecidos, afirmaram certa preocupação ao se expressarem em público, tendo em vista que a linguagem precisa ser adequada ao ambiente e à situação, a fim de evitar exclusão social, que lamentavelmente acontece.

7 ANÁLISE DE RESULTADOS

7.1 Professores

Os professores afirmaram que independente do ambiente, as pessoas estão muito presas à oralidade e esta prática se transfere para a escrita sem nenhuma diferença. Enquanto a língua padrão fica cada vez mais distante e restrita a trabalhos e provas. Esta afirmação só legitima o que Magda Soares trata em seu livro *Linguagem e Escola*, onde a autora traz a definição de deficiência linguística, representada por uma camada popular de falantes que se afastam da norma padrão da língua.

Tal afastamento compromete não só a fala, assim como a compreensão do mundo ao seu redor, ou seja, os alunos são considerados linguisticamente e cognitivamente deficientes.

Os resultados mostram que o domínio da norma-padrão é parcialmente coloquial, visto que ora há um relaxamento na concordância, na regência, na colocação pronominal correta segundo a gramática normativa; ora há o emprego prescrito pelas normas. Estas variações possibilitam avaliações do nível linguístico dos falantes, sem

causar constrangimento para o usuário da língua. Nesta fala particularizada, há fortes influências implícitas de deficiência e diferença cultural, que marcam, sobremaneira, o repertório linguístico de cada um.

Os estudantes não demostram qualquer consciência em se comunicar, apenas interagem verbalmente com muita naturalidade, sem nenhuma cautela com as regras gramaticais. Isto porque o grupo ao qual pertence tem as mesmas características, um repertório linguístico muito permeado de gírias e palavrões que surgem e desaparecem rapidamente. Há um tipo de idioleto para cada grupo de falantes de mesmos costumes e idades, que eles fazem muita questão em expor como forma de autoafirmação como pessoa. Na verdade, esta ou aquela regra pouco faz diferença na comunicação deles. Conforme se pode perceber nos gráficos abaixo aferidos a partir da pesquisa.

7.2 Alunos

Para alguns entrevistados, falar de acordo com as regras gramaticais é querer "se aparecer", se exibir. Causa constrangimento ou timidez em utilizá-la. Mesmo naqueles alunos que cursam a última etapa da educação básica, 3º ano do ensino médio, percebe-se o emprego da linguagem coloquial se sobrepondo à linguagem padrão.

Eles afirmaram que a maior preocupação é no período de prova, pois têm várias regras para aprender. No restante do tempo, este público se comunica de forma parcialmente formal, pois ainda acredita que o conteúdo dado em sala de aula serve somente para prova.

> [...] a escola tem de ser garantia como lugar privilegiado de vivência de língua materna: língua falada e língua escrita, língua padrão e não padrão. Nunca como pares opositivos, ou como atividades em competição; enfim, uma vivência da língua em uso em sua plenitude: falar, ler, escrever. A escola está aí para isso, e não se pode desconhecer que tal atitude passa por uma valorização – com justiça há muito requerida – da língua falada no espaço escolar (NEVES, 2013, p. 90).

A fala destes alunos converge para a afirmação de Neves, quando ressalta a necessidade da valorização da linguagem em sua plenitude, expurgando toda e qualquer oposição ou competição entre língua padrão e não padrão, quer seja falada quer seja escrita.

7.3 Falantes: vendedores ambulantes, idoso, dona de casa, artistas da cultura local

Ao longo da pesquisa percebi que naturalmente os entrevistados dividiram-se em dois grupos: os que não identificam qualquer inadequação na fala, pois afirmam que se comunicam perfeitamente com amigos, familiares e desconhecidos; e aqueles que demonstram um pequeno zelo ao falar com pessoas desconhecidas.

Estes se escandalizam com frases com a seguinte estrutura "a gente ganhamos a partida", "Ei, nós famos pro jogo, doido", "os pessoal chegaram cedo", e dizem se assustar com estas pronúncias. Aqueles, nem percebem se há algo de anormal na fala. Tratam a

oralidade como um ato qualquer do cotidiano, como andar, comer etc. Mas estabelecem diferenças entre a oralidade de "quem tem ou não dinheiro". Referem-se às pessoas financeiramente privilegiadas como "barões" e dizem que eles falam cheio de "frescura", "têm estudo". O povão fala "normal", que significa uma linguagem repleta de gírias, neologismos e regionalismos.

> [...] é indispensável a uma prática de ensino que, fundamentando-se em conhecimentos sobre as relações entre linguagem, sociedade e escola, e revelando os pressupostos sociais e linguísticos dessas relações, seja realmente competente e comprometida com a luta contra as desigualdades sociais" (SOARES, 1995, p. 6)

Ficou claro o sentimento de autoexclusão destas pessoas ao falarem dos barões, de uma linguagem cheia de frescura e de quem tem estudo. Magda Soares chama a atenção para uma prática de ensino que valorize a linguagem, a sociedade e a didática da escola para saber conduzir essa interação para que de fato haja democratização na escola, no processo de ensino-aprendizagem. Tendo em vista que o fracasso escolar decorre da falta de cuidado e até de respeito com as diversidades na linguagem de cada indivíduo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise do corpus, aqui apresentada, demonstrou-se que, em São Luís, a linguagem coloquial se sobrepõe à norma gramatical. Isto ocorre sustentado por dois fatores fortemente ligados: herança cultural e deficiência cultural. Nesta percebe-se o fosso que separa as classes sociais e todo o aparato que os mais privilegiados têm para sua formação intelectual, praticando uma linguagem mais cuidada em ambientes formais. Naquela, a herança cultural, nota-se o empoderamento de uma linguagem que se propaga de geração em geração, carregada de traços da formação do seu povo e da cultura, e apoiada no ambiente no qual estes falantes vivem. Nota-se, ainda, um sentimento de autoexclusão social e escolar, através da fala dos entrevistados que atribuem o saber a quem tem dinheiro, reforçando a falta de democratização dentro da escola, quando supervaloriza a norma culta.

Nesse sentido, a fim de amenizar tais diferenças e promover uma comunicação unânime e justa para com todos os falantes, é que se faz necessário o acesso à cultura, aos saberes em geral sem privilégios, e exatamente igual para as redes pública e privada de ensino, no intuito de expurgar qualquer preconceito linguístico, social ou cultural.

Cabe à escola o papel de ensinar a norma gramatical, mas ela deve conviver, aceitar e adequar sua prática à gramática dos falantes. Não se trata de competição, tampouco de sobreposição da linguagem coloquial sobre a norma gramatical, mas da

coexistência destas alimentando o léxico da língua portuguesa falada em São Luís do Maranhão, afinal, o locutor e o interlocutor devem se compreender no processo de comunicação, e isto independe de regras, pois todos nós somos competentes em língua portuguesa para desempenharmos a tarefa de nos comunicar.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, M. S. S. A variação fonético-lexical em Atlas Linguísticos do Nordeste. *Revista do Gelne*, ano 1, n. 2. Fortaleza, 1999.

BAGNO, M. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BEZERRA, J. R. M.; RAMOS, C. M. A., & ROCHA, M. F. S. *A diversidade do português falado no Maranhão*: o atlas linguístico do Maranhão em foco. São Luís: EDUFMA, 2006.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna:* A sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós cheguemu na escola e agora?*: Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CARENO, M. F. do. *Vale do Ribeira:* a voz e a vez das comunidades negras. São Paulo: Arte & Ciência/UNIP, 1997.

CASTILHO, A. T. *A língua falada no ensino de português.* 7. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CINTRA, L.; CUNHA. C. *Nova gramática do português contemporâneo.* 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LUFT, C. P. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna.* 8. ed. São Paulo. Ática, 2008.

MEIRELES, M. M. *História de São Luís*. 2. ed. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.

MEIRELES, M. M. *Panorama da Literatura Maranhense*. São Luís: Imprensa oficial, 1955.

NEVES, M. H. M. *Gramática na escola.* 8. ed. São Paulo. Contexto, 2010.

NEVES, M. H. M. *Que gramática usar na escola?* 4. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola.* São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

SOARES, M. *Linguagem e escola:* uma perspectiva social. 13. ed. São Paulo: Ática, 1995.

UCHÔA, C. E. F. *O ensino da gramática:* caminhos e descaminhos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

A LITERATURA INFANTO-JUVENIL COMO PONTO DE PARTIDA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA

Kelyany Souza Ferreira[1]
Evandro Abreu Figueiredo Filho[2]

RESUMO
O contato contínuo da criança com a literatura propicia a esta um despertar do seu imaginário, aliado com o seu desenvolvimento cognitivo, pois a leitura literária tem o poder de seduzir as crianças e lhes condiciona uma viagem a um mundo fantástico, que somente elas sabem aonde chegar. Tal viagem estimula as crianças a buscarem compreender o funcionamento das coisas, seja no mundo real, seja no mundo fantástico, portanto este trabalho aborda justamente isso, qual a real importância da Literatura para o desenvolvimento cognitivo da criança? Quais aprendizados com a leitura ela pode levar para sua vida? Os autores estão realmente preocupados em desenvolver uma Literatura para as crianças, ou melhor, para cada estágio do leitor, ou só visam lucro com suas obras?
Palavras-chave: Literatura. Leitura. Desenvolvimento.

RESUMEN
El contacto continuo del niño con la literatura propicia a él un despertar de su imaginario, añadido con el desenvolvimiento cognitivo, pues la lectura literaria tiene el poder de seducir los chicos y les condiciona un viaje a un mundo fantástico, que solamente ellos saben adónde llegar. Tal viaje estimula los chicos a buscaren comprehender el funcionamiento de las cosas, sea en el mundo real, sea en el mundo fantástico, por tanto este trabajo aborda justamente eso, ¿Cual la real importancia de la Literatura para el desenvolvimiento cognitivo de los chicos? ¿Cuales aprendizajes con la lectura ellos pueden llevar para su vida? ¿Los autores están realmente preocupados en desarrollar una Literatura para los chicos, o mejor, para cada nivel del lector, o solo visan el lucro con su obras?
Palabras-llave: Literatura. Lectura. Desenvolvimiento.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Literatura, desde o seu nascimento até os dias atuais, sofreu e continuará sofrendo grandes modificações, tais modificações condicionaram também a mudança no comportamento dos autores que antes não possuíam preocupação alguma em desenvolver obras voltadas para crianças, pois sentiam medo de que sua literatura não fosse bem recebida pelas classes mais prestigiadas que compunham a sociedade e, por isso,

1 Graduada do curso de licenciatura em Letras da Universidade CEUMA.
2 Mestrando em Ciências da Educação. Professor da Universidade CEUMA.

todos os membros da sociedade alfabetizada compartilhavam de uma mesma literatura. Para os pequenos leitores geralmente era destinada uma leitura doutrinária, ou seja, uma literatura que lhes indicava uma postura a ser aderida em seus comportamentos cotidianos. Somente com a chegada da burguesia ao poder é que, de fato, se começou a ter uma Literatura Infanto-Juvenil, afinal o que os burgueses almejavam era não perder mais seu lugar no topo da pirâmide hierárquica, e fazendo uso da literatura eles poderiam criar pequenos novos burgueses e assim perpetuar o poder entre as gerações seguintes, além também de poder obter bons lucros com a venda dos livros.

Outro fato que também marca a história da Literatura Infanto-Juvenil é que antes os autores não tinham inspiração suficiente para comporem realmente uma obra pertencente a essa modalidade literária, então faziam adaptações e traduções de grandes clássicos e do folclore, este último, por sua vez, inspirou a produção dos contos de fadas que até hoje fazem sucesso entre as crianças.

Para se tornar um gênero literário, a Literatura Infanto-Juvenil percorreu um grande caminho e, atualmente, é possível perceber que os autores desta modalidade parecem ter uma maior preocupação na produção de suas obras, parece que realmente escrevem com prazer e possuem características particulares que facilmente podem ser identificadas nos textos ou mesmo nas ilustrações de seus livros, mas o maior ganho para o público infantil é que os autores atuais tentam constituir suas obras de acordo com cada estágio psicológico do leitor, embora seja notório que essa modalidade de literatura ainda seja vista como inferior em relação às demais.

No Brasil, a Literatura Infantil chega ao final do século XIX com a publicação de traduções de obras europeias, pois, à época, ainda era colônia de Portugal e, portanto, não possuía uma literatura com características próprias.

O ícone deste gênero, no Brasil, foi Monteiro Lobato, que se apropriou do folclore brasileiro, constituindo obras fantásticas que até hoje encantam crianças, adolescentes e até mesmo adultos. Atualmente, há grandes nomes que atuam nesse ramo como: Ana Maria Machado e o maranhense Wilson Marques que, assim como o ícone maior da Literatura Infantil Brasileira, serão abordados nesse trabalho, cuja preocupação é demonstrar como a leitura literária pode colaborar para que a criança desenvolva a sua visão de mundo e se enxergue como um ser ativo inserido em uma sociedade, pois através do contato contínuo com a literatura a criança consegue fazer uma ligação entre esses dois mundos: o real e o imaginário. Desse modo, aos poucos ela começa a entender que há coisas comuns aos dois, conduzindo-lhe, dessa forma, a fazer uma interpretação do que é certo e errado.

A escola, por sua vez, possui papel fundamental para propiciar à criança um con-

tínuo contato com obras literárias e não só com os livros didáticos, haja vista que ambos possuem importâncias distintas, pois o contato com o livro literário deve ser algo prazeroso, ou seja, uma leitura por prazer e não por obrigação, enquanto que o livro didático tem a função de informar, conduzir o ensino e os professores devem estar capacitados para fazerem o correto uso desses instrumentos, de forma que não eleve a importância de um sobre o outro e sim demonstre que ambos se complementam.

2 BREVE HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Há muito tempo não havia uma literatura voltada somente para as crianças, pois as obras literárias eram iguais para todos, ou seja, os autores não tinham a preocupação de desenvolver obras literárias voltadas diretamente para o público infantil, uma vez que a real preocupação daqueles era obter sucesso com suas obras, e escrever para crianças não lhes condicionava o caminho para esse sucesso, já que elas eram vistas como miniaturas de adultos e compartilhavam de uma literatura que era igual para todos, principalmente aquela com função doutrinária. Somente na primeira metade do século XVIII, quando a burguesia conquista um poder político publicaram-se obras voltadas ao público infantil, antes disso, durante o classicismo francês, foram escritas histórias que se englobaram à literatura infantil, como as *Fábulas de La Fontaine* editadas entre os anos de 1668 e 1694, *As Aventuras de Telêmaco*, cujo autor foi Fénelon e sua obra lançada após sua morte, em 1717 e *Contos da Mamãe Gansa*, este, por sua vez, possuía o título original de *Histórias ou Narrativas do Tempo Passado com Moralidades*, tendo como verdadeiro autor Charles Perrault, que publicou sua obra em 1697, atribuindo a autoria daquela ao seu filho mais novo Pierre Darmancourt, alegando que este queria fazer uma homenagem ao rei da França que, na época, ainda era uma criança. Charles Perrault não quis assumir a autoria da obra porque já era uma figura importante nos meios intelectuais e, como dito anteriormente, desenvolver obras de cunho infantil a ponto de se tornarem popular não favorecia a demonstração de aperfeiçoamento intelectual do autor, e este acaba sendo o principal motivo para Perrault recusar-se a legitimar-se como autor de tais obras, "A recusa de Perrault em assinar a primeira edição do livro é sintomático do destino do gênero que inaugura: desde o aparecimento, ele terá dificuldades de legitimação." (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 15), porém a dedicação à literatura infantil trouxe-lhe como compensação grandes prêmios, que lhe conduziram a um grande êxito comercial e à sua renomeação na história da literatura e, consequentemente, o reconhecimento como principal precursor da Literatura Infantil não só na Europa como em todo o mundo. Depois de legitimar-se como autor desse gênero literário, ele passa a fazer uso do

folclore que inspirou a produção de contos de fadas que possuía raízes populares e que por um bom tempo circulou de forma oral entre as gerações, este por sua vez passa a ser literalizado, ganhando grande preferência entre os leitores pertencentes ao público infantil.

É válido ressaltar que o século XVIII é marcado por grandes transformações sociais, econômicas e políticas que refletiram diretamente também na produção literária da época. Entre tantos acontecimentos, destacam-se a Revolução Industrial e a transição da centralização do poder econômico e político que, até então, pertencia ao sistema feudal e passa a ser regida pela burguesia, esta com o intuito de se estabilizar no poder, vê na educação algo favorável a essa condição e, a partir daí, a criança começa a ser considerada como um ser diferente dos adultos e ganha um novo papel na sociedade. Logo, passa a ter uma atenção maior e diferenciada, que estimulou o aparecimento de novos ramos da ciência como a psicologia infantil, pedagogia e pediatria, além de motivar a produção em massa de brinquedos industrializados e livros literários com temas destinados diretamente a ela, portanto falar em crianças, hoje, leva-nos simultaneamente a pensar na Literatura Infantil como algo indispensável para o seu desenvolvimento intelectual e emocional. "Ao conquistar um poder político coerente com sua crescente capacidade econômica, a classe burguesa impõe também seus valores e sua cultura, em cujo centro está uma ênfase especial dada à criança e às instituições ligadas a ela."(ZILBERMAN, 1986, p.18).

Resulta que com a ascensão da burguesia no poder, a sociedade começa a mudar e se modernizar, tal modernização está ligada diretamente com a implantação de novas tecnologias que aperfeiçoam a produção das indústrias, inclusive as indústrias de livros, que acabam assumindo-se como meras mercadorias pelo fato de garantir grandes lucros e a permanência dessa classe no poder. Assim, a educação condiciona o surgimento de novos burgueses que se perpetuam em gerações seguintes, fazendo com que o lugar no topo da pirâmide hierárquica permaneça no controle dessa classe, pois "numa sociedade que cresce por meio da industrialização e se moderniza em decorrência dos novos recursos tecnológicos disponíveis, a literatura infantil assume, desde o começo, a condição de mercadoria." (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p.18).

A produção de livros desse gênero, desde o início, compreende-se como um processo caracterizado por inovações tecnológicas, valorização do comércio e a mudança em relação ao papel da criança inserida em uma sociedade, que também passa por grandes transformações.

Nesse sentido, a escola e a família tornam-se as principais instituições favorecedoras para o progresso e permanência da classe burguesa no poder, por condicionar

o alcance das metas almejadas por esta. Em relação à família, os pais confrontados com modificações que integram o setor econômico se veem obrigados a modificar seu modo de vida. O pai, que antes trabalhava com a terra, começa a buscar uma vaga de emprego nas indústrias e no comércio para sustentar sua família e à mãe cabe a obrigação de cuidar da casa e educar os filhos, fato este que leva, simultaneamente, as famílias a matricularem seus filhos na escola, que antes era facultativa e passa a ser obrigatória, portanto, a convivência nas escolas acaba influenciando politicamente e ideologicamente os pequenos, estreitando os laços entre estes e a literatura, e viabilizando assim a propagação de novos burgueses.

A Literatura Infantil, do início do século XIX, caracteriza-se pela repetição de procedimentos adotados anteriormente que surtiram efeitos positivos na propagação desse gênero. Em 1812, os Irmãos Grimm (Jacob e Wilhelim) editam uma coleção de contos de fadas que surte grande sucesso entre os pequenos leitores e também adultos, tal fato acaba definindo com mais confiança a predileção dos leitores por histórias fantásticas, impulsionando, dessa forma, outros autores a adotarem esse mesmo modelo em suas narrativas. É o mesmo que acontece com Hans Christian Andersen, em 1833, com a obra *Contos*, Lewis Carroll, em *Alice no País das Maravilhas*, no ano de 1863, Collodi, com a obra Pinóquio, lançada em 1883 e James Barrie, com *Peter Pan*, publicado em 1911. Essas e outras histórias foram por diversas vezes traduzidas e adaptadas por vários outros autores que introduziram suas características particulares e seu ponto de vista nelas, ocasionando até a modificação completa da obra original, e essas narrativas se encontram até hoje presentes na vida das crianças de todo o mundo encantando-as e estimulando seu imaginário.

No Brasil, a Literatura Infantil surge oficialmente, juntamente com a implantação da Imprensa Régia, em 1808, quando esta começa a publicação de livros para crianças, tais como: *As aventuras pasmosas do Barão de Munchausen e Leitura para meninos*, uma coletânea de José Saturnino que continha uma coleção de histórias morais, porém essas e outras obras pioneiras da Literatura Infantil Brasileira eram precárias, pois as mesmas não passavam meramente de adaptações e traduções de edições portuguesas, constituídas por um Português que os pequenos leitores não tinham conhecimento, não conseguiam compreender com facilidade, ou seja, era bastante distinto do Português que configurava sua Língua Materna, pois eram editadas em Portugal. Esse distanciamento linguístico utilizado por anos na composição do acervo deste gênero no Brasil ocasionou grandes discussões a fim de, definitivamente, legitimar uma literatura infantil realmente brasileira. Assim, nessa perspectiva, surgem diversos programas com o intuito de nacionalizar obras europeias para crianças, sendo que o primeiro destes projetos foi

a inauguração da coleção Biblioteca Infantil Quaresma, em 1894, composta por diversas traduções de autores como; Perrault, Irmãos Grimm e Andersen. A primeira tradução dessa coleção foi: Contos da Carochinha,realizada por Alberto Figueiredo Pimentel, reconhecido cronista do jornal Gazeta de Notícias. Essa coleção é concebida como a primeira tradução dos Irmãos Grimm no Brasil. "Essas coletâneas de contos estrangeiros traduzidos em linguagem brasileira fizeram grande sucesso junto ao público infantil." (SANDRONI, 1986, p.32). Em 1915, ocorre a inauguração da Biblioteca Infantil realizada pela editora Melhoramentos, tendo como diretor o educador Arnaldo de Oliveira Barreto e sua primeira publicação foi o volume 1 da coleção O Patinho Feio, de Andersen.
Desse modo, entre tantos pioneiros dessa modalidade literária no país, Carlos Jansen merece um respeitoso destaque, por ter realizado diversos trabalhos de tradução para a editora Laemmert, dentre eles: Contos seletos das mil e uma noites, em 1882, *Robinson Crusóe*, em 1885 e As aventuras do celebérrimo Barão de Munchausen, no ano de 1891, todos estes fizeram enorme sucesso entre o jovem público brasileiro.

Aos poucos, essa modalidade literária vai ganhando força e somente com a Proclamação da República é que de fato se consolida, e, diversos fatores que convergiram para o processo de formação da modernização do Brasil, foram se atrelando ao novo gênero, colaborando, assim, para a formação identitária do mesmo, a exemplo disso, se tem: a extinção da mão de obra escrava, o crescimento e diversificação da população urbana, a chegada de trabalhadores imigrantes, entre outros. Todos esses fatores condicionaram também para que a escola realçasse o seu papel dentro dessa nova população brasileira, levando a mesma a consumir mais livros, estreitando assim os laços entre a sociedade e a cultura, em destaque os pequenos leitores e o mundo da imaginação que tanto proporciona a esses uma interpretação mais acessível do mundo real que passa por constantes modificações, portanto, nessa perspectiva "É ao livro, à palavra escrita, que atribuímos a maior responsabilidade na formação da consciência de mundo das crianças e dos jovens" (COELHO, 2000, p. 15).

Portanto, a Literatura Infantil pode ser concebida como um instrumento que permite aos pequenos leitores uma interpretação de mundo mais plausível, pois através dela a criança pode ter contato com diversos assuntos, como a transformação contínua pela qual passa a sociedade, histórias locais, folclore, etc., além disso, estimula a imaginação daqueles e consequentemente lhes permite o desenvolvimento de seu cognitivo.

3 AS PERSPECTIVAS DE MONTEIRO LOBATO, ANA MARIA MACHADO E WILSON MARQUES

A Literatura Infantil brasileira conta com a colaboração de diversos autores, que compuseram obras que fascinam muitas crianças e além de fascinar possuem riquíssimas informações que contribuem para a formação do conhecimento dessa categoria de leitores.

Monteiro Lobato, o ícone desse tipo de literatura no Brasil foi muito sábio ao fazer uso da riquíssima cultura que o país possui, além de dar asas à imaginação das crianças, ao fazer uma boneca de pano falar e executar grandes traquinagens, como é o caso da boneca Emília, com a qual, muitas crianças se identificam; ao dar vida a um sabugo de milho, o inteligentíssimo Visconde de Sabugosa; ao fazer animais agirem como seres humanos, tudo isso pode parecer surreal, porém nada mais é que uma inteligente ligação entre dois mundos: o real e o imaginário.

Lobato, durante sua infância costumava ler muito, e esse foi um dos principais motivos que o impulsionou a escrever para o público infantil. Ainda criança ele começou a escrever para os singelos jornais dos colégios por onde passou, e, depois de adulto, mesmo já formado em Direito, optou por ser escritor e criou histórias que compõem o fantástico Sítio do Pica-pau Amarelo, obras que lhe proporcionaram o título de grande autor da Literatura Infanto-juvenil brasileira. A sua principal preocupação era iniciar de fato uma literatura infanto-juvenil originariamente do Brasil e fazer com que o público-leitor deixasse de importar obras ambientadas em outros países, por isso, o cenário onde se passa suas histórias é tipicamente brasileiro e a maneira como é retratado faz com que as crianças o reconheçam facilmente, uma vez que a linguagem de sua literatura é bem simples e direta, ou seja, de fácil entendimento, e embora muitas palavras usadas por ele tenham entrado em desuso, elas continuam sendo mantidas, tal como o texto original.

Seu primeiro livro para crianças foi lançado em 1920, com o título A menina do narizinho arrebitado, a obra apresenta duas personagens principais: A boneca falante, Emília e a menina do nariz arrebitado, Narizinho. Essa obra, anos mais tarde, tornou-se a primeira história da coletânea Reinações de Narizinho, e muitas histórias pertencentes a essa coletânea também foram usadas na produção televisiva O Sítio do Pica-pau Amarelo.

As obras de Monteiro Lobato trazem consigo grandes aprendizados para os pequenos leitores e, acima de tudo, aguça a curiosidade dos mesmos, pois a inteligência do autor é tamanha que na produção de suas obras ele faz uma grande mistura entre o real e o maravilhoso. Essa mistura pode ser observada tanto na apresentação do espaço que ora é horizontal tópico, ora utópico, a exemplo desses espaços se tem o Sítio da D. Benta que representa o espaço horizontal tópico e o reino das Águas Claras, representando o

espaço utópico, como também na apresentação das personagens, que são representadas tanto por figuras humanas, como simbólicas que ganham vida e características humanas, como acontece nos casos da menina Narizinho que é um ser real e a boneca falante Emília.

Essa afirmação pode ser identificada no trecho a seguir:

> Às onze horas foram todos para a beira do ribeirão, onde já estava o coche do Príncipe à espera deles no fundo da água.
> - O coche já veio- disse Emília- e Rabicó ainda não está vestido. Você esqueceu-se de arrumá-lo, Narizinho.
> - É verdade! Mas isso é coisa de minuto- respondeu a menina e atou um laço de fita na caudinha encaracolada do marquês (LOBATO, 2011, p. 98).

Nesse trecho da obra Reinações de Narizinho é possível identificar que, ora as personagens estão em um espaço típico da realidade humana, que é à beira de um rio, ora num espaço utópico, que é o fundo do mar, o Reino das Águas Claras, onde vive o Príncipe Escamado, e que não é propício para a vivência humana, mas que a literatura possibilita essas personagens estarem lá sem nenhum dano à sua vida. É possível também identificar nesse trecho que há a representação de personagens reais (a Narizinho) e de personagens simbólicas (a boneca falante Emília e o porco Rabicó).

E como essa fusão pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo do pequeno leitor? A resposta para essa pergunta não é tão difícil de ser encontrada, sendo necessário analisar o nível de leitor que fará a leitura dessa obra, pois dependendo do estágio psicológico que esse se encaixar, ele conseguirá interpretar e ligar pontos significativos que irão lhe conduzir a identificação de fatos que pertençam ao mundo real e os que são apenas ficção. Por tal motivo, as obras de Monteiro Lobato são mais indicadas para os níveis de leitores em processo ao crítico, pois quando a criança chega ao estágio psicológico de leitor em processo (8/9 anos) ela já tem um domínio maior da leitura e também seu interesse para entender como as coisas funcionam é mais aguçado e, por isso, se sente mais atraída por leituras que levantam questionamentos e desafios que consequentemente lhe condicionarão a organizar seu raciocínio lógico.

O surrealismo criado por esse autor proporciona à criança embarcar nas aventuras vividas pelas personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo, afinal que criança não deseja enfrentar e encontrar soluções para as mazelas do Mundo? Quando Lobato retrata a Cuca como grande vilã de suas histórias e faz com que as personagens que representam os mocinhos enfrentem aquela com o intuito de acabar com o mal, leva o pequeno leitor a compreender que o bem e o mal existem tanto nas histórias dos livros quanto na vida real, ou seja, ele vai relacionar fatos que viveu, ou já viu com os fatos narrados pelo autor, e quando essa relação se estabelecer, automaticamente suscitará na criança o desejo de acabar com o "mal" existente na vida real, que pode ser representado pela pobreza

que muitas crianças enfrentam, ou seja, essas histórias fictícias irão suscitar na criança o desejo de fazer o bem, lhe condicionando, dessa forma, a compreensão de mundo, ou mesmo daquela parte do mundo em que ela está inserida.

Sendo assim, as obras de Monteiro Lobato possibilitam que a criança construa o seu conhecimento e compreenda o mundo de uma forma mais simples e natural, embora haja essa fusão de mundos, tal público consegue perceber o que é possível acontecer realmente e o que somente existirá nos livros, pois a literatura tem essa essência natural de fazer o leitor ir além das limitações estabelecidas na realidade e, é isso que vai seduzir essa criança, pois assim como o pó de pirlimpimpim faz as personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo chegarem onde elas quiserem, as histórias contidas nos livros também fazem o leitor viajar por diversos lugares e irem além da imaginação.

Outra característica desse autor, é fazer com que as personagens humanas interajam com personagens típicos do folclore brasileiro, como é o caso do Saci Pererê, o Currupira, o Boto Cor-de-rosa, entre muitos outros, essa relação estabelecida entre as personagens amplia o conhecimento desse público em relação à sua cultura, passando a conhecer um pouco mais dessa que é riquíssima e perpetuada entre as gerações, e o que antes era repassado de boca em boca torna-se fonte de inspiração para constituir narrativas que encantam muitas crianças, além disso, trazem consigo muito aprendizado.

De acordo com essa perspectiva:

> O folclore é, sempre e em toda parte, fonte inesgotável de inspiração para escritores; e o folclore brasileiro apresenta-se particularmente rico. Mistura de tradições portuguesas, trazidas por colonizadores com a mitologia indígena autóctone, enriquecido, ainda, pela contribuição africana extremamente ativa na razão direta à própria falta de literatura escrita (SANDRONI, 1986, p.37).

Outra autora que merece um reconhecido destaque é Ana Maria Machado, a qual compôs diversas obras que perpassam por todos os níveis psicológicos de leitores. O seu talento voltado para as artes plásticas (a pintura), a sua graduação em Letras e o fato de ser mãe, lhe motivaram a compor narrativas para crianças, que além de seduzi-las, lhes proporcionam a aquisição de novos conhecimentos.

No que se refere aos estágios de pré-leitor e leitor iniciante, Ana Maria deixa que as ilustrações falem mais que as próprias palavras. Em suas obras voltadas para esses estágios de leitores, as imagens predominam em relação às palavras, dessa forma, cede espaço para que a própria criança interprete essas imagens e construa as histórias. As ilustrações remetem a objetos que a criança já tem familiaridade, como bichos, brinquedos, frutas, etc., isso lhe conduz a nomear as coisas que estão à sua volta e constituir um sentido para as mesmas, e assim, a criança é levada a fazer uma inter-relação entre o real e o simbólico. Nesta fase é indispensável o auxílio de um adulto, que a ajudará a organizar suas ideias e despertar seu raciocínio lógico. Como exemplo de obras da autora

voltadas a esse nível de leitor, se tem as coleções Mico Maneco 1 e 2.

Em Banho sem chuva, da coleção Mico Maneco IV, a autora faz uma rápida explicação sobre alguns animais, mas essa explicação passa longe de ser algo doutrinário, ou seja, não quer obrigar a criança a aprender, só é feita para introduzir a história que ela quer contar, através de narrativas curtas, cheias de rimas e sonoridade que prendem a atenção da criança e o aprendizado é uma consequência que o prazer da leitura traz. Essa obra é indicada para o nível de leitor em processo, em que há a predominância de frases curtas e simples, além de haver um diálogo entre o texto e as imagens. Essa afirmação pode ser facilmente percebida nesse trecho da obra.

> Peixe vive na água,
> coelho vive na terra,
> mosquito vive no ar.
> Mas garça anda no chão,
> voa no céu
> e gosta mesmo é de ficar
> parada na lagoa,
> mergulhando o bico
> na água para pescar.
> Por isso, ela conhece muitos
> lugares, molhados e secos. (MACHADO, 1988, p.2)

No livro, esse trecho fica ao lado da imagem de uma garça, isso faz com que a criança concretize a ideia que ela formou desse animal.

As obras que compõem essa coleção são muito indicadas para pais e professores, pois "Através da série "Mico Maneco", uma fascinante aventura é oferecida aos professores e pais: alfabetizar por meio de livros de literatura." (MOREIRA *apud* MACHADO, 1988, p. 24). Consoante a essa afirmação a literatura deve ser usada como um instrumento indispensável no processo de alfabetização, e cabe à escola e aos pais estimularem a criança a realizar frequentemente a leitura literária, sendo válido ressaltar que esta deve ser realizada de forma prazerosa e não obrigatória, e esse contínuo contato com a leitura favorece a aquisição da língua na forma escrita e enriquece o seu vocabulário.

O trabalho dessa autora também se volta para leitores em níveis mais avançados, como o fluente e o crítico. A exemplo, se tem o livro Bisa Bia, Bisa Bel, que foi a forma que ela encontrou para compartilhar com seus leitores a saudade que sentia de suas avós. A narrativa é composta por reminiscências dos tempos pueris. A linguagem é simples e direta, de cunho sentimental, o texto é apresentado em prosa, fazendo uso de períodos simples e compostos, e por isso, exige uma habilidade maior do leitor em decifrar e interpretar os signos linguísticos. Exige também uma maior capacidade de reflexão por parte do leitor, pois para compreender a mensagem que a obra lhe traz, terá que fazer suas próprias análises e filtrar os fatos mais importantes que lhe conduzirá a

atingir sua meta.

As histórias que compõem essa obra podem ser consideradas como crônicas, pois no decorrer da narrativa é possível identificar a caracterização minuciosa dos cenários e das personagens. Ela narra as histórias que viveu ao lado de suas avós de forma harmoniosa e natural, o que acaba cativando o leitor que também se remete ao leito familiar e sucessivamente se identifica com alguma história. E, assim, a autora acaba estimulando o seu público a fazer uma ligação entre a sua realidade e o livro.

Ao fazer a análise do seguinte trecho da obra é possível identificar as características citadas acima.

> Todo dia, quando chego do colégio é a mesma coisa. Largo a pasta em cima da cama, tiro o uniforme, ponho uma roupa boa de brincar, como qualquer coisa e vou encontrar a turma na esquina da rua. Nesse dia, também foi assim. Só que, enquanto comia meu pedaço de pão com manteiga, ia olhando bem para Bisa Bia. É... o Sérgio tinha razão, Dona Sônia também, nós éramos parecidas. Como se aquela garota antiga fosse minha irmã. Resolvi que ela também ia comigo até a calçada. (MACAHADO, 2000, p. 17).

A maneira como ela relata a história é rica em detalhes e estimula o leitor a criar uma imagem mental do lugar e das personagens. Assim, ao fazer isso, ela aciona o pensamento reflexivo e crítico daquele, o qual acaba ultrapassando os limites de apenas decodificar os signos linguísticos e deixa-se levar pelo desejo de interpretar aquilo que está lendo, e este é um dos fatores que tornam a literatura um elemento colaborador para o desenvolvimento cognitivo do indivíduo.

No que diz respeito à importância da literatura infanto-juvenil para o desenvolvimento cognitivo da criança é válido também ressaltar as obras do autor maranhense Wilson Marques, o qual revela um grande interesse em recontar as histórias de sua terra natal de forma mais prazerosa para as crianças, a fim de despertar o interesse dessas em relação à história do local onde moram, por isso, suas narrativas englobam diversos assuntos da cidade de São Luís e do estado do Maranhão, como: as lendas, a formação de São Luís e personagens que obtiveram grande destaque na sociedade maranhense.

A linguagem que o autor usa na composição de suas obras é bem simples e de fácil compreensão, e o seu jeito de contar as histórias enlaçam os pequenos, pois revela um ar de aventura que leva esse leitor a querer descobrir o final de cada história.

Outra característica desse autor é introduzir novos personagens em histórias já concretizadas, como é caso da lenda da Serpente Encantada, que é tão bem retratada na obra Touchê e o segredo da Serpente Encantada, que tem como personagens principais, o velho Touchê, o menino Rafael e a Serpente Encantada; a lenda de Ana Jansen, que é contada sob o ponto de vista de um menino curioso que gostava de escutar as histórias narradas por sua avó, na obra Quem tem medo de Ana Jansen.

Na obra Touchê e o segredo da serpente encantada, Wilson Marques aborda a lenda da serpente encantada de forma lúdica aliada a uma linguagem simples e sedutora, assim, o jovem público embarca na mesma aventura do personagem Rafael, e ao término do livro pode compreender que as lendas são histórias criadas a partir de, um fundo histórico real misturado a elementos do imaginário popular, mesmo sem o autor conceituá-las. Essa afirmação pode ser observada no trecho a seguir:

> Dia seguinte, na escola, a professora surpreendeu Rafael pedindo que ele fosse à frente para comentar sobre a lenda da Serpente Encantada. Timidamente o menino obedeceu e, para surpresa de todos, repetiu o mesmo que ouvira da mãe, do pai e mesmo de Touchê. Rafael começou explicando que as lendas são manifestações populares muito interessantes, mas que as crianças não deveriam acreditar nelas a ponto de perderem o sono imaginando serem levadas pela carruagem de Ana de Jansen ou sequestradas pela Manguda. E, no caso da serpente, afirmou que animal nenhum iria destruir a cidade, pois a história era apenas uma lenda fruto da imaginação das pessoas. (MARQUES, 2007, p.38).

Ao abordar personagens ilustres que marcaram a história maranhense, como é o caso de Ana Joaquina Jansen Pereira, na obra Quem tem medo de Ana de Jansen, o autor também faz essa mesclagem de elementos reais e imaginários, contando a origem da lenda da carruagem de Ana Jansen, sob a perspectiva de um garoto cheio de imaginação. Essa forma que Wilson Marques encontra para falar sobre essa poderosa mulher leva a criança a compreender como era a vida da sociedade maranhense naquela época, e o porquê de o fato de uma mulher ter tanto poder em mãos contrariar a muitos, resultando então no surgimento de diversas histórias negativas em relação a ela, levando-a a se transformar em uma lenda que até os dias atuais mexe com a imaginação do povo.

A obra leva o jovem público a questionar-se até onde o que é contado é verdade e o que é mentira. Dessa forma, Wilson Marques estimula o pensamento crítico do leitor, levando-o a tirar suas próprias conclusões.

Assim sendo, o trecho abaixo pode confirmar tal afirmativa.

> O mais incrível é que, depois de ficar adulto, eu mesmo duvido se tudo aquilo foi verdade. Se o que vi foi realmente a carruagem encantada de Ana Jansen ou mais uma dessas carroças, tão comuns em São Luís do Maranhão. (MARQUES, 2008, p.30).

A maneira como Wilson Marques alia elementos fictícios e reais sobre as histórias do Maranhão desperta, no jovem leitor, o interesse em descobrir de fato a origem dessas histórias. Tal interesse estimula esse leitor a fazer uma pesquisa acerca do assunto abordado nas obras, o que só vai somar a construção do seu conhecimento. Por isso, as obras desse autor são mais indicadas aos leitores a partir do nível leitor em processo, haja vista que esses já possuem grande interesse em descobrir como se dar o funcionamento das coisas e são facilmente atraídos por desafios, desafios esses que são tão bem propostos pelo autor.

4 A PERSPECTIVA DA ESCOLA EM RELAÇÃO À LEITURA LITERÁRIA

Por muito tempo a escola fez mau uso da literatura em sua sala de aula, utilizando a mesma para tão somente estudo de regras gramaticais, e impondo a leitura de obras literárias de forma obrigatória, fazendo com que os pequenos criassem uma certa aversão a ela. Porém, muita coisa mudou e as escolas de hoje já compreendem a importância da literatura para a formação da personalidade e construção do conhecimento das crianças. Embora muitos professores ainda possuam certa contrariedade em inovar seus métodos pedagógicos, o fato é que sempre haverá profissionais a favor e outros contra as inovações.

Muitas escolas atualmente desenvolvem projetos pedagógicos, a fim de proporcionarem esse íntimo contato entre a criança e a literatura. Projetos como leitores do mês estimulam o aluno a fazer constantes empréstimos de livros nas bibliotecas das escolas, o que simultaneamente promove a facilidade de permitir o uso dos livros, o que antes não acontecia, pois esses antes só serviam para enfeitar as estantes das bibliotecas cujo acesso era mais restrito a funcionários.

Outra inovação das escolas em relação à literatura é um projeto intitulado Leitura Guiada, a qual se dá através de um orientador, que pode ser o professor, que divide os alunos da sala em pequenos grupos para realizarem leituras de obras literárias. Em seguida, é proposto para os alunos compartilharem aquilo que entenderam da leitura com os demais colegas, de forma oral, algumas vezes são propostas à criança atividades escritas acerca da interpretação da leitura realizada. A etapa seguinte é o reconto da história, em que a criança vai relatar a história com suas próprias palavras, viabilizando a essa aprendizados diversos, como o domínio da língua escrita, análise e interpretação de textos e desenvolvimento do seu senso crítico. Ao fazer isso, ela irá defender aquilo que acredita ser o certo, irá expor seu ponto de vista em relação àquela história, o seu reconto se dará a partir dos fatos que mais lhe chamaram a atenção. “Em virtude disto, a literatura infantil transformou-se num instrumento que, aliado à pedagogia nascente, procurou converter cada menino no ente modelar e útil ao funcionamento da engrenagem social.” (ZILBERMAN, 1986, p.18).

Para os primeiros estágios de leitores algumas escolas colocam em prática algo bem antigo que é a contação de histórias, a qual deve ser desenvolvida também no leitor familiar, pois ao ouvir histórias o imaginário da criança é despertado, e é através delas que o pequeno leitor será impulsionado a buscar soluções para os primeiros conflitos

de sua vida e das personagens. Através da leitura a criança é transportada a diversos lugares, como a um castelo na floresta encantada. Através das narrativas, esse pequeno leitor irá compreender que há o bem e mal, ou seja, a arte literária proporciona uma amplitude de conhecimentos para a criança.

Consoante com essa perspectiva, Abramovich (1997, p.17) afirma que:

> É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em que as ouve – com toda a amplitude, significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar... Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário.

Portanto, é de grande importância que, desde os anos iniciais, haja essa relação da criança com a leitura, a fim de que seu desenvolvimento ocorra de forma mais natural, e que através da sua compreensão de mundo, ela possa se enxergar como um sujeito ativo, proporcionando assim a formação de sua personalidade.

A escola tem papel fundamental para estabelecer o contato entre a criança e o livro literário, e não deve de forma alguma recusar este instrumento para formação daquela, dando importância tão somente para o livro didático, que tem como função conduzir o ensino, dar propostas de atividades, trabalhar os conteúdos, enquanto que o livro literário além de encantar, também propicia o desenvolvimento dessa criança, estimula seu raciocínio lógico, estimula seu senso crítico, lhe conduz ao aprimoramento da língua na forma escrita, entre muitas outras funções. Sendo assim, cada um possui o seu valor, um não é mais importante que outro, mas, sim, se complementam, pois ambos colaboram para a construção de conhecimento da criança que, por sua vez, não pode mais ser concebida como um agente passivo, que só recebe ensinamentos sem questioná-los. As crianças de hoje se percebem como seres ativos, e podem ou não aceitar aquilo que lhe é oferecido, logo, é importante que a ela seja disponibilizada uma educação de qualidade, que possa conduzi-la à aquisição de valores, os quais podem estar inseridos nas histórias dos livros, basta que a escola tenha a sensibilidade para enxergar isso e desenvolver suas atividades da melhor maneira possível.

De acordo com essa perspectiva, o autor abaixo afirma que:

> O relacionamento da criança com o livro se faz por meio de uma adesão afetiva, resultado de uma identificação. Nesta medida, uma abordagem da literatura infantil não pode obscurecer o reconhecimento do papel que o leitor desempenha nesse processo, o que significa considerá-lo não apenas um recebedor passivo de mensagens e ensinamentos, mas sobretudo um indivíduo ativo, que aceita ou rechaça o texto, na medida em que o percebe vinculado ou não a seu mundo. (ZILBERMAN, 1986, p. 21)

Ao desenvolver atividades que abordem a literatura, a escola deve analisar bem os textos a serem trabalhados, de modo que, não se afastem da realidade vivencia-

da pelas crianças envolvidas, assim elas poderão apresentar um melhor rendimento e conseguirão interpretar as histórias. Aliado a isso, deve-se pensar também em como se desenvolver as atividades, quais os melhores métodos a serem adotados, tudo isso resultará em um ensino produtivo, que permitirá um melhor desenvolvimento dessas crianças. Uma boa opção seria trabalhar com fábulas, apresentando suas características, fazendo uma reflexão sobre as morais que dão um desfecho a cada obra. Ao fazer essa reflexão pode-se lançar um questionamento para a criança, de forma que ela possa interligar aquela fábula à sua vida.

Há inúmeras maneiras de se trabalhar com a literatura, basta que a escola não se negue a elaborar projetos que abordem essa temática, que compreenda o valor da criança em meio à sociedade, analise e escolha, as obras e os métodos a serem trabalhados, a fim de que haja sucesso entre ambos os lados, que tanto a criança obtenha um melhor desenvolvimento cognitivo, quanto a escola exerça seu papel, que é proporcionar esse desenvolvimento para cada criança que ali estar integrada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura infanto-juvenil custou muito para legitimar-se, essa demora se deu principalmente, devido à maneira como as crianças eram vistas pela sociedade, já que eram vistas como pequenos adultos e, por isso, não tinham uma literatura própria, ou seja, voltadas a elas, com uma linguagem de fácil entendimento e histórias condizentes com sua idade. Com a tomada do poder político e econômico pela burguesia, a visão em relação à criança mudou, e a partir daí reconheceu-se a importância dela em meio à sociedade, que deixa de ser vista como um sujeito passivo para tornar-se um sujeito ativo, com vez e lugar.

Os autores que antes eram carregados de preconceito e se recusavam a escrever para esse público, como até mesmo o principal precursor desta modalidade literária, Charles Perrault, passam a se interessar mais por este público e a desenvolver obras para ele, contribuindo, assim, para o reconhecimento da literatura infantil como gênero literário.

Com a sua consolidação, a literatura infantil toma forma e torna-se imprescindível instrumento para o desenvolvimento cognitivo da criança, possibilitando-lhe uma interpretação do mundo em que está inserida de um jeito menos impactante e prazerosa, por este motivo faz-se necessário que as instituições que compõem a sociedade, principalmente a escola não distorçam o real significado da literatura que é uma arte, a arte da palavra, que deve ser admirada e concebida como tal e, de maneira alguma deve

ser usada meramente para estudos gramaticais, sendo imposta obrigatoriamente para as crianças e, consequentemente, lhes causando aversão.

Portanto, se for feito um uso adequado deste instrumento, ele pode trazer grandes inovações para a rotina escolar, condicionar novos aprendizados e um melhor desenvolvimento para as crianças, repleto de fantasias e anseios, e quanto mais cedo a criança tiver esse contato com literatura, mais ela se desenvolverá e poderá tornar-se um bom leitor e posteriormente um bom escritor, haja vista que, através da leitura, o indivíduo aprimora seu conhecimento em relação aos signos linguísticos, além de possibilitar-lhe um enriquecimento de seu vocabulário.

A literatura infantil além de ser uma arte, torna-se uma importante aliada para o desenvolvimento cognitivo da criança, pois através dessa arte ela pode aprender diversos assuntos, como a história e a cultura do seu país, assuntos esses tão bem retratados por Monteiro Lobato, autor que perpassou gerações e continua encantando as crianças de hoje com suas histórias, que jamais se tornam ultrapassadas, pois o toque de aventura característico desse autor torna ainda mais ávido o prazer da leitura pelas crianças. É válido ressaltar que Monteiro Lobato possui importante papel no que diz respeito à literatura infantil brasileira, sendo um dos primeiros autores a escrever, de fato, histórias infantis brasileiras, contribuindo, dessa forma, para o surgimento de inúmeros autores dessa modalidade literária, como Ana Maria Machado e Wilson Marques que também merecem um reconhecido destaque.

O despertar do interesse da criança pela literatura deve ser um processo constante, que deve começar ainda nos anos iniciais de sua vida, e assim como a escola possui fundamental importância para esse processo, a instituição familiar também possui, pois o simples ato de ler historinhas para crianças, pode ser o primeiro passo para o nascimento de um futuro leitor, as histórias por mais simples que pareçam, têm a capacidade de aguçar o interesse das crianças em compreender o mundo, de despertar o seu imaginário a ponto de transportá-la além do mundo real. Através das histórias infantis, a criança pode chegar aonde ela quiser, pode conhecer diferentes personagens e interagir com elas, e através da interpretação realizada por essa criança seu senso crítico é acionado, proporcionando assim, uma descoberta prazerosa dos significados das coisas à sua volta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura Infantil: Gostosuras e Bobices*. São Paulo: Scipione, 1997.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: Teoria, análise e didática*. São Paulo: Moderna,

2000.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira: História e Histórias*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2007.

LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. São Paulo: Globo, 2011.

MACHADO, Ana Maria. *Banho sem Chuva*. São Paulo: Moderna, 1988.

MACHADO, Ana Maria. *Bisa Bia, Bisa Bel*. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 2000.

MARQUES, Wilson. *Touchê e o segredo da serpente encantada*. São Luís: Casa do autor maranhense, 2007.

MARQUES, Wilson. *Quem tem medo de Ana Jansen*. São Luís: LITHOGRAF, 2008.

ZILBERMAN, Regina... [et al.]; KHÉDE, Sonia Salomão (Org.). *Literatura Infanto-Juvenil um gênero polêmico*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS NO ÂMBITO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Fernando de Jesus Costa[1]

RESUMO
O estudo identifica a presença das teorias da Administração nos diversos segmentos da Gestão da Educação. Para tanto, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. E como principais resultados constatou-se que as teorias organizacionais estão presentes na Gestão da Educação através de conceitos de administração encontrados nas diversas teorias administrativas e organizacionais, algumas vezes adotados integralmente, outras vezes ressignificados; na gestão escolar o papel e as funções exercidas pelo administrador são redefinidos segundo modelos das teorias da Administração; na organização escolar, há ideias da Escola de Relações Humana, da Teoria Comportamental e da Teoria das Decisões. Percebeu-se que as teorias da Administração são responsáveis pelas características específicas assumidas pela Administração em cada tipo de organização, de acordo com o campo de atuação de cada uma delas. Apesar de tais influências, no âmbito da Gestão da Educação o conceito de Administração apresenta traços de determinada teoria administrativa.
Palavras-Chaves: Teorias. Organizacionais. Administração. Gestão. Educação.

ABSTRACT
The purpose of this study was to identify the presence of management theories in the various segments of Education Management. For this, the bibliographic research was used as methodology. The main results were: organizational theories are present in the Management of Education through management concepts found in the various administrative and organizational theories, sometimes adopted integrally, sometimes re-signified; in school management the role and functions of the administrator are redefined according to models of theories of administration; in school organization, there are ideas from the School of Human Relations, Behavioral Theory and Decisions Theory. Thus, it was perceived that the theories of the Administration are responsible for the specific characteristics assumed by the Administration in each type of organization, according to the field of action of each of them. Despite such influences, in the scope of Education Management the concept of Administration presents traces of certain administrative theory.
Keywords: Theories . Organizations. Administration. Management. Education.

INTRODUÇÃO

O tema em estudo faz parte de um contexto dinâmico de desenvolvimento do pensamento administrativo, bem como sua presença na Gestão da Educação. Por conta disso, buscou-se um resgate das teorias organizacionais, considerando-se suas influên-

1 Mestrando em Gestão: área de especialização Educação. Universidade Atlântica.

cias na gestão educacional, com o objetivo de identificar a presença das teorias da Administração nos diversos segmentos da Gestão da Educação.

Para identificar tais influências foi necessário apresentar os enfoques de cada teoria administrativa, bem como os respectivos conceitos de Administração e analisar sua evolução no campo da Gestão da Educação.

Assim, no estudo destaca-se o conceito de administração porque ele sintetiza as concepções da natureza humana e de organização, representando, portanto, cada teoria organizacional.

1 AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS E O CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO PRESENTE NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO

As primeiras teorias administrativas surgem com o desenvolvimento do Capitalismo, a partir do século XX, quando as fábricas e organizações enfrentam dificuldades para serem administradas. Por conta disso, impôs-se a necessidade de serem pensados novos modelos e práticas para solucionar os problemas.

É das teorias administrativas que surge o conceito de administração presente na Gestão da Educação, o qual traz em si a síntese das correntes administrativas, representando as concepções de homem e de organização que as fundamentam, bem como a essência dos modelos administrativos, em cada momento histórico.

É através das origens do conceito de administração e de sua consequente evolução que se pode identificar a presença das concepções, modelos e técnicas das teorias administrativas na Gestão da Educação, no nível teórico de sistema e de escola.
Chiavenato (2000) infere que a Administração é historicamente advinda dos saberes de diversos estudiosos que, cada um na sua área de conhecimento e ao seu tempo, desenvolveram suas teorias presentes em obras que são referenciais para estudiosos contemporâneos.

As teorias da Administração são responsáveis pelas características específicas assumidas pela Administração em cada tipo de organização, de acordo com o campo de atuação de cada uma delas. Apesar de tais influências, torna-se possível perceber que no âmbito da Gestão da Educação o conceito de Administração apresenta traços de determinada teoria administrativa.

As teorias administrativas começam a despontar no cenário da administração de empresas no início do século XX, com os fundadores da Escola de Administração Científica, propondo a “racionalização da organização e execução do trabalho”. (MOTTA, 2004)

Nesse contexto, Administração Científica de Taylor (1990) centra-se na tare-

fa executada pelo operário. Para Taylor, a administração tem o escopo de preparar e executar tarefas, sendo de competência do administrador executá-las cientificamente. Acredita-se que, apesar dos métodos e da racionalização do trabalho de Taylor, pode-se perceber um conceito de administração através dos estudos por ele realizados. No entanto, somente com Fayol nasce o conceito de administração, o qual irá influenciar a Administração Escolar. (MOTTA, 2004)

As teorias da Administração transformaram o cenário das organizações, uma vez que se expandiram em nível mundial, especialmente as escolares, tendo em vista que os sistemas educacionais não permaneceram indiferentes diante das mudanças nos modos de produção e gestão empresariais (SANTOMÉ, 1998).

Follet e Barnard são de grande importância para a teoria e a prática da Administração, cujas ideias estão entre a Teoria de Relações Humanas e a Teoria de Recursos Humanos. Esta última surgida posteriormente, nascida das ideias de Abraham Maslow, inspirando, mais tarde, as teorias do comportamento humano, nas organizações. Chiavenato (2000) infere que para a Escola de Relações Humanas, a administração consiste, também, na busca de soluções para os conflitos existentes na organização e em evitá-los, a todo custo, através da prevenção.

A partir do ideário dessas teorias é que a ação administrativa passa a ganhar novos componentes, pautados nos sentidos e nas percepções das relações humanas. Dessa forma, a Gestão da Educação volta-se para a solução de conflitos no interior da organização escolar, buscando a sua composição através da integração.

Nesse sentido, os neoclássicos trouxeram um novo conceito de Administração. Para eles a administração é orientação, direção e controle de esforços de um grupo em prol de um objetivo comum. As funções do administrador, portanto, passam a ser definidas em relação aos elementos da administração defendidos por Fayol (1994), tais como: planejamento, organização, direção e controle. O desempenho dessas quatro funções administrativas forma o processo administrativo.

Resulta desse contexto a Abordagem Comportamental, com ênfase no comportamento das pessoas, que evolui para a Teoria de Recursos Humanos, com ênfase na gestão de pessoas. Há, portanto, a substituição da preocupação com a estrutura organizacional pelos processos e dinâmicas organizacionais, assim como o comportamento das pessoas na organização é substituído pelo comportamento organizacional, que ganha explicação com base no comportamento individual. “Pode-se dizer, então, que o comportamento organizacional é um campo de estudo que ajuda a prever, explicar e compreender os comportamentos nas organizações” (QUADROS; TREVISAN, 2002, p.2)

Constata-se, portanto, a existência de duas práticas opostas e antagônicas

de administrar: de um lado, uma prática mecanicista e pragmática (a que deu o nome de Teoria X), defendida pela Escola de Administração Científica e, de outra, prática de concepções modernas a respeito do comportamento humano (Teoria Y) (MCGREGOR, 1999).

Na concepção de administração da Teoria X, quanto ao comportamento humano, este define que o homem é indolente e preguiçoso por natureza; sem ambição, egocêntrico, resistente a mudanças com objetivos pessoais em geral inconciliáveis aos da organização, dependente e incapaz de autocontrole e autodisciplina, que só trabalha em troca e com interesse em recompensas.

A Teoria Y corresponde a uma concepção moderna de administração e de acordo com a Teoria Comportamental, assente em concepções e premissas atuais e sem preconceitos a respeito da natureza humana. Onde as pessoas não têm desprazer inerente de trabalhar, não são passivas ou resistentes às necessidades da empresa, têm motivação, potencial de desenvolvimento, padrões de comportamento adequados e capacidade para assumir responsabilidades. O homem médio aprende sob certas condições a aceitar, mas também a procurar responsabilidade.

Nesse contexto, Argyris (1970) propõe mudança na estrutura da organização e da organização do trabalho, através de modelos de organizações (Tipo A e Tipo B) que buscam adaptação das estruturas organizacionais às necessidades psicológicas e motivacionais dos indivíduos. Para o autor existe um conflito entre os objetivos individuais e os da organização, uma vez que há incompatibilidades, devido serem diferentes e antagônicos.

Observa-se na Gestão da Educação a presença da concepção de organização do Tipo B, cujo conceito de Administração traz consigo o componente da formação profissional. Tal componente se torna visível através dos programas de formação no interior da organização escolar, bem como os programas de formação continuada promovidos pelo sistema educacional, cabendo ao gestor escolar abrir espaços para que este tipo de formação se efetive no interior da escola.

A Teoria das decisões nasceu com Simon (1970) como um instrumento para explicar o comportamento humano nas organizações, em que todos, em todas as áreas e em níveis hierárquicos estão continuamente tomando decisões racional e conscientemente. Isso por que a decisão é o processo de avaliação e seleção das alternativas, de direções, de ações, que envolve seis elementos, a saber: o tomador de decisão; os objetivos; as preferências; as estratégias; a situação e o resultado.

Em sua complexidade, o Processo Decisório depende tanto da percepção da situação quanto do perfil de quem está decidindo. O processo decisório pode envolver:

a percepção do cenário e situação do problema; a análise e definição do problema; a definição dos objetivos; a busca de alternativas e soluções; a seleção da alternativa mais adequada em vista os objetivos; a avaliação e comparação das soluções e a implementação da alternativa escolhida.

O processo decisório, de acordo com Chiavenato (1993, p. 572), permite solucionar problemas ou defrontar-se com situações. Entretanto, a subjetividade nas decisões individuais é enorme. Nesse sentido, o próprio Simon (1970) chama atenção para: a racionalidade limitada das pessoas diante do grande volume de informações; a imperfeição nas decisões; a relatividade das decisões, tendo em vista os objetivos, renunciando a um leque de muitas alternativas e resultados; a hierarquização das decisões importantes em relação à própria finalidade; a racionalidade administrativa em que os comportamentos são planejados e orientados para os objetivos; e a influência organizacional que substitui a capacidade independente de cada um decidir por um processo decisório próprio.

Conforme Motta (2004), Barnard, realiza, na década de 30, os primeiros estudos das teorias sobre motivação e liderança, bem como sobre o processo decisório nas organizações. Tais teorias surgem na década de 60, destacando-se no período de transição da Escola de Relações Humanas para a Escola de Recursos Humanos. Por isso, situa-se na linha de pensamento da abordagem comportamental que tem como preocupação os processos e dinâmicas organizacionais e o comportamento organizacional.

Griffiths (1971) adota as ideias de Simon (1970) e Barnard (1971) no desenvolvimento de sua teoria de administração escolar, a qual passa a influenciar a Gestão da Educação a ponto de alterar as formas de administrar. Consequentemente, o conceito de administração escolar transforma-se, passando a ser compreendida como uma tomada de decisão, e considerada o processo central da administração.

Na década de 40 surge no cenário da Administração a Teoria da Burocracia, inspirada nos trabalhos de Max Weber. Esta Teoria nasceu devido à incapacidade da Escola Clássica e da Escola de Relações Humanas de solucionar os problemas estruturais da organização, bem como os problemas comportamentais de seus membros, em atendimento à nova situação de tamanho e complexidade das empresas.

Assim, a partir dos trabalhos de Bertalanffy (1973), nasce a Teoria Geral de Sistemas, que concebe a organização como um sistema aberto, em constante interação com o meio, tendo como características a capacidade de adaptação, em um contínuo processo de aprendizagem e autorregulação. Desse modo, a Teoria Geral de Sistemas aplicada à organização é denominada Teoria de Sistemas.

Motta (2004) afirma que sistemas são conjuntos com partes distintas, cujas

funções são diversas, mas que guardam entre si uma interdependência. Em vista disso, uma modificação em uma parte altera a outra. Tal conceito passa a dominar as ciências, principalmente as áreas administrativas, proporcionando uma visão holística, global e abrangente dos aspectos organizacionais.

Para Chiavenato (2000), as ideias centrais da Teoria de Sistemas giram em torno do homem funcional, haja vista que o indivíduo desempenha uma função no interior da organização, numa constante inter-relação com os demais indivíduos. Assim, sobressai-se a visão sistêmica da organização, global, privilegiando a totalidade e as suas partes componentes, no enfoque das organizações como sistemas abertos.

Em suma, novos significados no conceito de Administração são introduzidos com a visão relativista das organizações. Com as mudanças ocorridas na concepção da organização, consequentemente mudou também a forma de administração. Isto em razão da evolução na construção do conhecimento sobre as organizações.

2 AS INFLUÊNCIAS DAS TEORIAS ORGANIZACIONAIS NO ÂMBITO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO

O século XX inicia suas primeiras décadas com o surgimento das teorias administrativas, conforme se mostrou na primeira parte deste trabalho. Tais teorias fundamentaram-se em dois modelos da Administração, a Escola Clássica e a Escola de Relações Humanas, as quais passaram a ser aplicadas, em cada época, nas fábricas, indústrias e empresas, como proposta de soluções para os seus problemas. E foram sendo disseminadas e adotadas nas organizações em geral e, em especial, nas organizações escolares.

Conforme Motta (2001), na década de 50 desenvolve-se um conhecimento instrumental que dá origem à teoria das organizações, a partir de estudos administrativos voltados para os determinantes estruturais e comportamentais do sistema social em que a administração se exerce. Essa nova fase é marcada pelo surgimento de várias teorias organizacionais: a Teoria Comportamental, o Estruturalismo, a Teoria de Sistemas, a Teoria Neoclássica, o Desenvolvimento Organizacional, a Administração por Objetivos e a Teoria da Contingência. Essas teorias se disseminaram para a Alemanha, França, Grã-Bretanha, Portugal, inclusive no Brasil, com repercussões na Administração de Empresas, na Administração Pública e na Administração da Educação.

Desse modo, com o advento da teoria das organizações, a influência da Administração, no campo teórico e prático da Administração da Educação, ganha dimensão, devido às novas ideias, que surgem nesse cenário e pelo aumento dos estudos teóricos sobre diferentes temáticas administrativas, sobre os novos moldes a serem seguidos pelos cursos de formação e sobre as mudanças no sistema educacional e nas organiza-

ções escolares. Esse novo contexto advém da complexidade instaurada pelo avanço do conhecimento nas áreas privilegiadas e em outras áreas, com que elas se articulam.

Não se deve perder de vista que as influências resultaram da presença das ideias, princípios e modelos das teorias da Administração, no campo da Administração de Empresas, da Administração Pública e da Administração da Educação. A partir da presença do ideário da Administração, nessas áreas, que serão estabelecidas as relações entre elas.

Nessa perspectiva, em relação aos modelos de organização escolar, Lima (2000, p. 35) adverte sobre "a ilusão que representa uma concepção de organização e administração escolar como mera tradução de um modelo organizacional singular". Em que pese as influências dos modelos contidos nas diferentes teorias administrativas e sua influência para a construção de modelos organizacionais de escola, é preciso ter em mente "a agência humana na construção/reconstrução social dos modelos organizacionais de escola pública" (LIMA, 2000, p. 35).

Nesse sentido, para a análise das influências, serão considerados os princípios da diferenciação e os da diversidade, pois as teorias administrativas e organizacionais são elaboradas tendo como base diferentes concepções, que dão origem aos diversos conceitos dos elementos que compõem a estrutura organizacional, ao mesmo tempo em que estabelecem diferentes princípios. Essas concepções, conceitos e princípios são transpostos para o campo da Administração da Educação e da Administração Pública.

Quando a questão colocada passa a ser o campo em que as influências ocorrem, as matrizes teóricas da Administração da Educação devem ser consideradas, pois novos significados e sentidos são introduzidos no quadro conceitual da área, em virtude da evolução das teorias da Administração. Com as interfaces entre Administração Pública, através de seus modelos (burocrático e gerencial) e Administração da Educação, as matrizes teóricas desta última, principalmente alguns conceitos, são ressignificados em razão da lógica capitalista, devido à incorporação de ideias advindas do universo econômico e empresarial (LIMA, 2000; AFONSO, 1995), agora com nova roupagem, por intermédio das políticas públicas e diretrizes emanadas dos Organismos Internacionais. Assim, essas áreas de conhecimento constituem-se em campos receptores dos influxos e dos princípios e modelos teóricos da Administração, na medida em que os adotam.

Nessa perspectiva, Lima (2000, p. 40) aponta a influência de alguns modelos administrativos "[...] nas políticas educativas, em certas reformas do ensino, na legislação escolar e até mesmo no pensamento pedagógico, sobretudo no caso das pedagogias científicas e nacionalizadoras".

Para a identificação das influências das teorias da Administração, na teoria da

administração educacional, é preciso observar a análise feita por Sander (1982, p.15), de que o período que compreende os anos 1930 e os anos 1960 foi a fase em que surgiram "os trabalhos mais influentes de administração pública e de administração da educação no Brasil". Dessa maneira, as obras que se encaixam nesse período são fundamentais para esclarecimento das influências das teorias administrativas, no âmbito da Administração Escolar, à época dos pioneiros. Acrescente-se que, no campo da Administração Pública, nessa fase, ocorreram as reformas administrativas de 1937 e de 1967, as quais apresentaram consequências significativas no campo da Administração da Educação.

Ao tratar da teoria das organizações, Motta (2003), contribui igualmente com importantes relatos sobre as influências das teorias da Administração, no campo da Administração de Empresas, na Administração Pública e na Administração da Educação.

Griffiths (1971) demonstra, embora de maneira não explícita, as influências de algumas teorias administrativas, quando enfatiza as tentativas de teorização realizadas, no campo da administração não educacional, por estudiosos da Administração, como significativas para o avanço de uma teorização em Administração Escolar e, também, quando busca, em estudiosos da Administração Geral, fundamentos para enunciar sua proposta de uma teoria de administração educacional.

Barroso (1995), indiretamente, faz referência às influências das teorias organizacionais no campo das Ciências da Educação, ao tratar da evolução das teorias das organizações educativas e quando tece comentários sobre os resultados frustrantes, na década de 60, ao tentar buscar na teoria das organizações uma contribuição para a melhor compreensão da escola. Referindo-se às consequências da aplicação das teorias organizacionais da Administração, na escola, explicita a causa do insucesso:

> Um dos aspectos mais interessantes a reter desta "falsa partida", na aplicação das teorias das organizações às escolas, é que ela ficou a dever-se às insuficiências dessas teorias (construídas a partir da realidade das empresas, hospitais, administrações públicas, etc.) para descreverem uma organização com a complexidade das escolas (BARROSO, 1995, p. 396).

Na década de 1960, Santomé (1998, p.19) salienta que o campo da Administração Escolar passa a ser influenciado pelos modelos empresariais, quando era comum, no cenário educativo, entre aqueles que apoiavam "modelos positivistas e tecnológicos de organização e administração escolar", fazer comparações da escola com as fábricas (TEIXEIRA, 1997; RIBEIRO, 1997; 1968).

Ribeiro (1952), ao procurar encaixar o perfil de escola moderna no novo contexto da passagem do século XIX para o século XX, ao qual denomina complexidade social, por apresentar um conjunto de fatos complexamente entrosados, tais como diferenciação social, mobilidade social e mudança social, trata do progresso social. Situando-o como uma decorrência dos movimentos político, econômico e social, que, ao colocarem

toda a sociedade mundial em efervescência, trouxeram certezas e incertezas para todas as instituições, a família, a igreja, a escola e o Estado, o autor faz considerações sobre as repercussões do progresso social na vida escolar, especialmente no aspecto instrucional.

Revisando os estudos de Administração Escolar, no Brasil, Félix (1989, p. 78), para estabelecer suas relações com a Administração de Empresas, enfatiza o uso das teorias administrativas, por parte de alguns estudiosos brasileiros, como Ribeiro (1952), no que tange "à assimilação do modelo de organização da empresa capitalista e a adoção de critérios de eficiência, racionalização e produtividade", e, também, relatando especificamente as influências da abordagem sistêmica:

> Na Administração Escolar a influência da escola sistêmica no trabalho de alguns estudiosos dessa área não se faz sentir, apenas, pela identificação da escola como um sistema social, classificando-a como uma organização de manutenção [...] pela modernização do vocabulário com a introdução de alguns termos [...], mas pode ser identificada como suporte teórico de algumas análises como a que é feita por Myrtes Alonso, no seu livro O papel do diretor na administração escolar (FÉLIX, 1989, p. 85).

Para Sander (1985, p.33), a teoria do sistema social, como um dos desenvolvimentos mais destacados da sociologia liberal, "influenciou decisivamente a pedagogia e a administração da educação do século XX no mundo ocidental". O indicador do papel da Teoria de Sistemas na educação é a controvérsia que seus conceitos geraram, nos meios acadêmicos, em especial no Brasil, onde o embate se acirrou entre aqueles que defendiam sua utilização no estudo e na administração da educação e os pensadores críticos, que negam a própria existência do sistema educacional.

Em seus estudos teóricos, Bruno (1993, p. 131), enfatiza as influências exercidas pelos dois grandes paradigmas administrativos, a Administração Clássica e a Administração Humanista, no campo da Administração da Educação. Assim, segundo a autora, o modelo proposto pela Escola Clássica da Administração – Taylor e Fayol – contendo as primeiras teorias administrativas com bases gestoriais, constituiu um modelo organizacional que "[...] exerceu grande influência no campo da Educação, da Administração Pública e nos demais campos especializados, expandindo-se também para todos os países industrializados e em fase de industrialização" (p. 131). A autora conclui que, apesar dos desdobramentos posteriores das demais teorias administrativas e organizacionais, esse modelo "permaneceu como núcleo a partir do qual as inovações eram prosseguidas".

Na área da Administração, Motta (2003, p. 9) afirma que Fayol foi um dos inspiradores "de boa parte da produção cultural brasileira no campo da administração da educação". Suas ideias serviram de fundamento para Ribeiro (1952) lançar as sementes teóricas, no campo da Administração da Educação, quando esta ainda era denominada Administração Escolar ou como propriamente afirma o autor, quando ela era "pensada

fundamentalmente como administração escolar".

No meio educacional, Ribeiro (1952) é considerado autor-referência, por ser o educador brasileiro que aplicou a teoria de Fayol à Administração Escolar, tendo escrito importante trabalho, argumentando pela aplicabilidade da Teoria Clássica, nas escolas públicas (LOURENÇO FILHO, 1976, p. 273). Esse trabalho é classificado como "[...] o primeiro estudo brasileiro a submeter as questões de organização e administração escolar a uma análise conceitual e a discutir seus fundamentos dentro de modernos princípios gerais da racionalização".

As influências das teorias da Administração são verificadas nos cursos de formação voltados para a docência – Magistério, Pedagogia e Licenciaturas. Encontram-se também presentes nos cursos de formação continuada, promovidos pelo sistema educacional oficial, como comprova a tradição de cursos desse tipo, ainda que realizados de forma esporádica, no Brasil. Podem ser identificadas também na formação em serviço, na medida em que os gestores escolares, ao participarem dos cursos de formação continuada, terminam por irradiar para toda a comunidade escolar as ideias e modelos propostos.

Em síntese, o quadro acima descrito comprova a grande relevância das teorias da Administração, no âmbito teórico e prático da Administração da Educação. Ratifica, ainda, que essas influências ocorreram, também, em outras áreas do conhecimento administrativo, como a Administração de Empresas e a Administração Pública.

3 CONCLUSÃO

O estudo verificou a presença das teorias organizacionais na Gestão da Educação, a partir da presença de conceitos de administração encontrados nas diversas teorias administrativas e organizacionais. A transposição dos conceitos de administração para a Administração da Educação encontra razões nas influências que a Administração exerce sobre essa área. Na Administração da Educação, verificou-se que, algumas vezes, ele é adotado integralmente, outras vezes guarda o significado e sentidos com que é empregado no campo de origem: a Administração, mas há casos, também, em que passa por um processo de ressignificação. Essas passagens ou mudanças do conceito de administração verificadas, no campo da Administração Educação, guardam uma correspondência às concepções das teorias, a que se refere quando estas emergem na área, como também se condiciona ao contexto evolutivo das mesmas.

No âmbito da gestão escolar, verificou-se que o papel e funções a serem exercidas pelo administrador são redefinidos segundo os modelos das teorias da Adminis-

tração, elaboradas em épocas determinadas, para atender às exigências de contextos novos. A Teoria Comportamental introduziu os estilos de administração e de liderança, o Estruturalismo apontou a personalidade burocrática do administrador e a Teoria de Sistemas incluiu a interdependência entre as funções dos professores (técnicas) e as funções do administrador (administrativas).

Verificou-se a presença, no âmbito da organização escolar, das ideias da Escola de Relações Humanas, da Teoria Comportamental e da Teoria das Decisões, todas envolvendo as pessoas que integram a organização escolar (os profissionais educadores, os trabalhadores de educação e os alunos).

A Teoria de Relações Humanas marca presença em razão das ideias veiculadas pelo sistema educacional sobre as relações de amizade, que todos da comunidade escolar devem ter no trabalho. A motivação dos membros da comunidade escolar e a liderança dos profissionais de educação são ideias provenientes da Teoria Comportamental, que foram semeadas pelo sistema educacional, no âmbito da organização escolar. Ideias da teoria das decisões também se fazem presentes, no âmbito da organização escolar, com a valorização da tomada de decisões por parte dos professores quanto ao desenvolvimento de suas atividades. Essas ideias são semeadas, no nível do sistema educacional, por meio de cursos de formação continuada e de capacitações, no nível de diretoria de ensino.

Concluindo, diante das interfaces entre as áreas privilegiadas pelo estudo, principalmente, entre a Administração e a Administração da Educação, pode-se afirmar que essas áreas de conhecimento devem caminhar juntas, mantendo o diálogo da interdisciplinaridade, da cooperação, compartilhando conteúdos, papéis e funções; porém, é necessário que caminhem de forma ética, de tal forma que, cada uma, relacione-se com outra para o atendimento de seus objetivos e finalidades que também devem ser éticas, respeitem as especificidades de cada uma, para que possam realizar a missão, justificadora de sua constituição, vale dizer, para a qual foram pensadas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. O novo modelo de gestão das escolas e a conexão tardia à ideologia neoliberal. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v.8, n. 1, p. 73-86, 1995.

BARNARD, Chester. *As funções do executivo*. São Paulo: Atlas, 1971 (1938)

BARROSO, J. Para uma abordagem teórica da reforma da administração escolar: distinção entre Direção e Gestão. *Revista Portuguesa de Educação*. Braga, v.8, n.1, p. 33-56, 1995.

BERTALANFFY, L. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

BERTALANFFY, L. VON. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis:Vozes, 1973.

BRUNO, L. E. N. B. As teorias administrativas como teorias políticas do Estado Amplo. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). *Gestão democrática da educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRUNO, L. E. N. B. *Relações de Trabalho e Teorias Administrativas. Série Ideias*, São Paulo, n. 16, p. 125-139, 1993.

CHIAVENATO, I. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo, MAKRON BOOKS, 1993.

CHIAVENATO, I. *Introdução à teoria geral da administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ARGYRIS, Chris. (1970). *Intervention, Theory and Method:* a behavioral science view. San Francisco: Jossey-Bass.

FAYOL, H. *Administração Industrial e Geral*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FELIX, M. de F. S. *Administração Escolar:* um problema educativo ou empresarial? 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GRIFFITHS, D. E. Teoria da Administração Escolar. In: *Atualidades Pedagógicas*, v. 105, Tradução de José Augusto Dias. São Paulo: Nacional-Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

LIMA. L. C. *Organização escolar e democracia radical:* Paulo Freire e a governança democrática da escola pública. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

LIMA, M. R. C. *A teoria da administração escolar no Brasil na década de 1990:* em busca de modelos teóricos. Marília: UNESP, Campus de Marília, 2002. Mimeo.

LOURENÇO, F. M. B. *Organização e administração escolar*. São Paulo: Melhoramentos: Brasília, INL, 1976.

MCGREGOR, D. *O lado humano da empresa*. Tradução: Margarida Maria C. Oliva, 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOTA, Fernando C. Prestes. *Teoria geral da administração:* uma introdução. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1973.

MOTTA, Paulo R. *Transformação organizacional:* a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 224p.

MOTTA, F. C. P. *Teoria das organizações:* evolução e crítica. 2. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MOTTA, F. C. P. e VASCONCELOS, I. F. F. G. de. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

QUADROS, Dante; TREVISAN Rosi Mary. *Comportamento Organizacional*. Faculdades Bom Jesus/Marketing / Fae Business School. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002.p.1-15 (Coleção gestão empresarial).

RIBEIRO, J.Q. *Fayolismo na administração das escolas públicas*. São Paulo: Linotechnica,

1938

RIBEIRO, J.Q. *Ensaio de uma teoria da administração escolar.* São Paulo: FFCL/USP, 1952. (Administração escolar e educação comparada; boletim 158)

RIBEIRO, José Querino. *La formación de Administradores Escolares.* Washington: Organização dos Estados Americanos, Simpósio Interamericano sobre Administración de la Educación, 1968.

RIBEIRO, J.Q. *Ensaio de uma teoria de administração escolar.* Ed. rev., anot. e ampl. por João Gualberto de Carvalho Meneses. São Paulo: Saraiva, 1978.

RIBEIRO, J. *O Ciclo do Contato.* São Paulo: Summus Editorial, 1997.

RIBEIRO, S. M. R. *Reforma do aparelho de Estado no Brasil: uma comparação entre as propostas dos anos 60 e 90.* Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del EstadoY de la Administración Pública,7. Lisboa, 8-11, out. 2002. Disponível em: unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/0043326.Pdf. Acesso em 29 de jul. de 2006.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e interdisciplinariedade:* o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANDER, B. *História da Educação no Brasil:* evolução do conhecimento. Fortaleza: UFC, 1982.

SANDER, B. *Sistemas na educação brasileira:* solução ou falácia?. São Paulo: Saraiva; Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 1985.

SANDER, B. O Estudo da Administração da Educação na Virada do Século. In: MACHADO L. M.; FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Política e Gestão da Educação:* dois olhares. Rio de Janeiro: D&P, 2002.

SIMON, Herbert Alexander. *Comportamento administrativo:* estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Tradução Aluízio Loureiro Pinto. 2 ed. rev. RJ: FGV, 1970. 277 p.

TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica.* 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TEIXEIRA, A. O que é administração escolar?. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.* Brasília, v. 13, n.2, p.273-278, jul/dez, 1997.

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E AS TIC's: percepções dos professores de língua portuguesa das escolas públicas municipais de São Luís

Raimundo Nonato Pinheiro[1]

RESUMO
Esta pesquisa aborda as reflexões relativas ao ensino da Língua Portuguesa a partir das mídias educacionais como elo facilitador da aprendizagem. O objetivo deste trabalho é aproximar os campos de estudos científicos da Língua Portuguesa e das Tecnologias educacionais, dando oportunidades de aprofundar os conhecimentos dos docentes que estão em pleno exercício de suas práticas. Refletir sobre as possíveis transformações do ensino - aprendizagem da Língua Portuguesa no atual cenário da educação pública de São Luís, a partir dos avanços tecnológicos disponíveis na rede pública de ensino. Neste contexto surgiu a proposta de investigar "As percepções dos professores de Língua Portuguesa em relação às tecnologias educacionais como ferramentas inovadoras do processo de ensino-aprendizagem da Língua Materna nas escolas públicas municipais de São Luís". A escolha do tema derivou de inúmeras inferências realizadas durante a prática de ensino supervisionada das diferentes unidades curriculares, principalmente Língua Portuguesa, Ciências Naturais e Matemática.
Palavras-Chave: Ensino. Aprendizagem. Língua Materna. Tecnologia. Inovação.

ABSTRACT
This research approaches the reflections related to the teaching of the Portuguese Language from the educational media as a facilitator of learning. The objective of this work is to bring together the fields of scientific studies of the Portuguese Language and Educational Technologies, giving opportunities to deepen the knowledge of teachers who are in full exercise of their practices. And to reflect on the possible transformations of the teaching - learning of the Portuguese Language in the current scenario of public education in São Luis, based on the technological advances available in the public school system. In this context, the proposal to investigate "The perceptions of Portuguese Language Teachers in relation to educational technologies as innovative tools of the teaching-learning process of the Mother Language in São Luis municipal public schools" emerged. The choice of the subject in question for the development of the research was derived from numerous inferences made during supervised teaching practice of the different curricular units, mainly Portuguese Language, Natural Sciences and Mathematics.
Keywords: Teaching. Learning. Mother tongue. Technology. Innovation

1 INTRODUÇÃO

1 Mestre em Ensino de 1° e 2° Ciclos da Educação Básica pelo Instituto Politécnico da Guarda / Portugal

Na atualidade, a educação é concebida como um processo multidisciplinar e dinâmico, onde não existe divisão de saberes e o discente assume uma posição central e ativa. O docente é, por sua vez, um agente educativo relevante. As suas estratégias e metodologias deverão ter como ponto crucial o desenvolvimento das competências dos alunos, de maneira a permitir um melhor relacionamento na sociedade da informação e do conhecimento.

O professor, como elo dinamizador da aquisição do conhecimento e desenvolvimento de competências de alunos que almejam ser autônomos e responsáveis, deve estar preparado para um mundo em transformação e um saber em evolução, característico de uma sociedade que se encontra em permanente mudança.

Neste contexto, surgiu a proposta de investigar "As percepções dos professores de Língua Portuguesa em relação às tecnologias educacionais como ferramentas inovadoras do processo de ensino-aprendizagem da Língua Materna nas escolas públicas municipais de São Luís". A escolha do tema em questão para o prosseguimento da pesquisa de investigação derivou de inúmeras inferências realizadas durante a prática de ensino supervisionado das diferentes unidades curriculares, principalmente Língua Portuguesa, Ciências Naturais e Matemática.

A pesquisa assenta-se numa proposta de articulação entre a Língua Materna e sua aprendizagem através das tecnologias educacionais que proporcionam e facilitam uma aprendizagem significativa para os alunos. Através da mesma, almeja-se que os alunos possam desenvolver competências de leitura, interpretação e produção oral e escrita da língua com desenvoltura e dinamismo.

A Língua Portuguesa, a aprendizagem e o desenvolvimento das competências (da leitura, da escrita e da produção oral) fez-se de maneira integralizadora, juntando a esta componente curricular métodos e técnicas das tecnologias educacionais como elo dinâmico e efetivo da aprendizagem. Desta forma, o aluno fica preparado para responder aos desafios com os quais será confrontado, à medida que se for integrando na sociedade.

Na seara das TIC, observaram-se as possibilidades de uso destes multimeios através de uma percepção que situa as tecnologias como mediadoras de um processo educacional mais amplo, numa perspectiva de superação da visão tecnicista e instrumental. As TIC alteram o cotidiano das pessoas possibilitando outro modo de compreender / interpretar o mundo.

Ao ensinar a Língua Portuguesa com auxílio das tecnologias, pretende-se não só transmitir conhecimentos linguísticos, mas também aprender a aprender, a ler e a interpretar determinada fonte, fato ou acontecimento, num processo que está em per-

manente desenvolvimento e que remete para um maior dinamismo por parte dos alunos e, por conseguinte, dos seus orientadores, os professores.
As TIC como ferramentas facilitadoras da aprendizagem

2 CONTEXTO HISTÓRICO

Desde as primeiras gerações de *hardware* e *software*, segundo Coscarelli (2006, p. 55), os "informatas" buscam o desenvolvimento e o aprimoramento da utilização da informática na educação. Segundo a autora, esse campo de utilização tem uma peculiaridade que o distingue de aplicações voltadas para os ambientes: comercial, bancário ou científico. Tal peculiaridade é devida ao fato de que o *software* educativo[2], além de ter dois tipos de usuários que atuam quase que simultaneamente (aluno e professor), também deve levar em consideração questões pedagógicas, que nem sempre suportam um mapeamento digital, principalmente em função do alto grau de subjetividade inerente ao processo de ensino/aprendizagem.

Seria pertinente dizer que a utilização da informática e tecnologia no processo de ensino/aprendizagem pode ser considerada sob dois pontos de vista: interação com o conhecimento de uma área específica e ferramenta de apoio ao processo de ensino/aprendizagem.

Sob esse ponto de vista, as mídias educativas, em conjunto com *softwares* didáticos são utilizadas por alunos e professores no processo de interação com o conhecimento de uma disciplina, ou seja, os textos que veiculam o conhecimento de um objeto destacado para estudo são armazenados na memória não-volátil[3] do computador e recuperados sob demanda. Em função da modalidade ou filosofia do *software* educativo, os textos são trabalhados pelos alunos, sob orientação dos professores, com o intuito de promover o processo de produção do conhecimento.

Ainda sob o enfoque da utilização das mídias (tecnologias) no processo de ensino/aprendizagem, os recursos informáticos funcionam como ferramentas de apoio às atividades executadas por alunos e professores envolvidos no processo.

O computador, conforme Valente, (1993, p.8) não é mais o instrumento que ensina o aprendiz, mas a ferramenta com o qual o aluno desenvolve algo, e, portanto, o aprendizado ocorre pelo fato de estar executando uma tarefa por intermédio do computador.

2 "Conjunto de recursos informáticos projetados com a intenção de serem usados em contextos de ensino e de aprendizagem". (CANO, 1998, p.169).
3 "... A memória não volátil de um sistema de computação mantém os dados armazenados em dispositivos eletrônicos, mais especificamente discos magnéticos, mesmo sem a alimentação de energia elétrica, possibilitando, assim, a recuperação desses dados de forma rápida e eficiente".

As mais importantes ferramentas utilizadas como apoio no processo de ensino/aprendizagem são os editores de texto, as planilhas eletrônicas, os gerenciadores de banco de dados, editores de gráficos e desenhos, pacotes estatísticos, dicionários eletrônicos, enciclopédias multimídias e *softwares* específicos de algumas áreas do conhecimento. Além de outros recursos disponibilizados pelas redes telemáticas, como a *internet*. Esta rede vem, na atualidade, sendo palco de inúmeras experiências educativas que envolvem aspectos cooperativos como projetos de educação a distância.

O uso da tecnologia da informação no processo de ensino/aprendizagem cria novas condições de produção e recepção de textos e, consequentemente, de produção de conhecimento. Contudo, para que o arsenal de *bits*, *bytes* e *chips* seja utilizado a favor da educação, é necessário conscientizar os responsáveis pela construção e implementação dos projetos de ensino/aprendizagem, para que haja uma redefinição do espaço da sala de aula enquanto ambiente de orientação metodológica e para que as categorias de avaliação, normalmente centradas no produto, sejam repensadas. (VALENTE, 1993, p.8).

Neste viés de pensamento, pode-se dizer que a partir do momento em que o emprego das mídias educativas (tecnologias da aprendizagem) passou a fazer parte da prática docente (pedagógica) nas aulas de Língua Portuguesa, conseguiu-se vislumbrar como estas podem, de fato, ser aliadas no processo de aproximação do ser humano. Segundo Oliveira (2008), as aulas passaram a ser interativas, os debates acirrados e fundamentados. Assuntos que seriam apenas repassados diante de uma plateia sujeitaram-se a favor de debates e enriqueceram a produção de conhecimento de todos. Alunos apáticos, calados e com dificuldade de aproximação fizeram-se notar nas listas de discussões. Pensamentos, críticas e comentários brotavam de todos os lados e aqueles que defendem a ideia de relacionamentos frios e formais, em função do uso das tecnologias, certamente ficaram surpresos com as discussões que se formavam em função da defesa de suas verdades particulares.

Nesse aspecto, Oliveira (2008, p. 54) diz que novamente se vislumbra o novo, a linguagem informatizada, como importante elemento nesse processo de transformação da educação. Uma educação mais dinâmica, mais verdadeira e singular que pode chegar a todos. Em um país como o Brasil, onde as dimensões são colossais, a informática pode e deve ser o elo entre as diversas escolas.

As trocas de informações entre professores e alunos de instituições diferentes podem e devem ser diferenciadores que possibilitarão a proximidade das regiões e socialização da cultura brasileira, uma cultura vasta e centralizada, evitando-se dessa forma facções de conhecimento dentro do próprio território brasileiro.

Convém dizer que a compreensão na formação do processo educacional passa

essencialmente pelo coletivismo, pela distribuição, pela repartição do conhecimento. Assim, pode-se afirmar que a informática tem papel decisivo e incisivo neste contexto. Dos instrumentos que se possui, hoje, esse é o mais eficaz e eficiente, para dotar o educador de informações úteis e que irão servir de suporte para a formação do conhecimento para a vida. Afinal a escola tem que se ver como local de preparo para a vida.

Está-se novamente de frente com as novas tecnologias, em particular a *internet*. Essa formação mostra que não é a máquina a responsável pelo individualismo, fato defendido por alguns. A sociedade já está sectária, não foi o advento da informática que a tornou egoísta e, sim, a sociedade, os padrões sociais e os vínculos de sucesso que tal meio humano criou. (OLIVEIRA, 2008, p. 58).

Percebe-se que a informação pode tornar-se um elo entre os homens, tornando-os seres humanos, capazes de respeitar o próximo, viver em comunidade e, essencialmente, aprender que existem diversas culturas. Dentro desta visão, esse instrumento bem utilizado, ou seja, usado de forma pedagogicamente correta, o computador, pode ser esse anel, essa união, entre o conhecimento formal e necessário com a formação cultural, ética, moral e humana extremamente indispensável.

A escola poderá ser vista novamente com a alegria da formação, criação e recriação do conhecimento, retornando, assim, as linhas reguladoras do traçado da sociedade, revivendo sua posição maior e, assim, possibilitando ao educador uma posição de respeito na sociedade e, aos educandos, a possibilidade de se tornarem seres humanos sábios.

O saber reunido, a interdisciplinaridade ou até a transdisciplinaridade tornam-se perfeitamente possíveis com a usabilidade das mídias educativas. É essencial uma produção em conjunto que não exclua o aluno, principal interessado, bem como trocar informações, tirar dúvidas, expor conhecimentos e harmonizar os aparatos tecnológicos, fazendo-os trabalhar em prol da união dos homens. (OLIVEIRA, 2008, p. 58).

Na atualidade, vê-se que as mídias tecnológicas disponibilizadas em ambientes educativos funcionam como ferramentas que encontram os alunos pela sua interatividade, que disponibiliza milhares de possibilidades de produção do conhecimento, bem como traz conhecimento pronto, favorece o entendimento, pois usa uma linguagem voltada para a comunidade jovem.

Quando se estuda a inserção das tecnologias educativas em sala de aula, é inevitável ter que aproximar a dimensão abstrata da aprendizagem da concretude das máquinas digitais. A princípio, há uma predisposição em a estabelecer divisões categóricas, não permitindo que uma habilidade de natureza intelectual se contamine com a frieza de um conjunto de interfaces computacionais.

Na realidade, esse tipo de entendimento, segundo Pais (2005), é apenas uma manifestação do pensamento dualista, onde as divisões são diluídas por todas as instâncias da interpretação humana. A consideração da multiplicidade no fenômeno cognitivo leva a uma direção diferente dessa visão acostumada a trafegar somente em via dupla, pois se admite que a unicidade do ato de aprender se faz por uma diversidade de dimensões, na qual se inclui o plano material dos recursos tecnológicos. Não há como conceber separações absolutas entre o plano psicológico da cognição e a totalidade de forças que revestem a experiência humana e os dispositivos tecnológicos que participam dessa experiência.

O plano psicológico da aprendizagem e o território dos aparatos tecnológicos não devem ser vistos como dimensões antagônicas, pois somente através da experiência cognitiva se torna possível a criação de novos conhecimentos para a construção, por exemplo, de computadores e as interfaces da multimídia.

A atuação do professor, mesmo por uma dinâmica virtual, deve estar atento ao lançamento da base sobre a qual se lança a busca do saber. Este é o desafio da superação da inércia, do zelo pelas primeiras noções sobre as quais o saber será edificado e somente as mídias tecnológicas, e dentre estas o computador, são incapazes de responder por esse início da cognição.

Diante desse desafio, é preciso destacar que a ação pedagógica não se resume a uma apresentação linear e sequencial de conteúdos, como aparece na fase final da formalização do saber. A nitidez dessa apresentação é uma ilusão e o desafio didático ultrapassa esse nível de formalidade. Não se trata de reduzir a importância da formalização do saber, pelo contrário, estamos sinalizando para a existência de uma questão cognitiva muito mais complexa, anterior à sistematização dos conteúdos.

A inserção dos meios de tecnologia da informação na educação escolar pode contribuir para a melhoria das condições de acesso à informação, minimiza restrições relacionadas ao tempo e ao espaço e permite dinamizar a comunicação entre professores, alunos e instituições. Além disso, torna-se possível trabalhar com *softwares* específicos para cada disciplina. No plano didático, o uso da informática traz também desafios de diferentes ordens, envolvendo a necessidade de rever princípios, conteúdos, metodologias e práticas compatíveis com as potências dos instrumentos digitais. (PAIS, 2005, p. 29).

Ao analisar a prática educativa inerente ao uso da informática, conclui-se que não é possível delimitar-se ao trabalho isolado e individual de uma única área ou de um único profissional, de onde sugere a necessidade de considerar a dimensão coletiva da

inteligência humana[4].

Desse modo, uma das tendências de mudanças sinalizadas para a educação é uma maior valorização das diferentes formas de conhecimento, inspirados pelas transformações decorrentes do uso da tecnologia. O desafio didático correspondente a esta tendência consiste na compreensão do sentido da diversidade e na sua incorporação na dimensão prática da sala de aula.

De uma forma geral, o uso da informática na educação escolar pode oferecer novas regras para o funcionamento do sistema didático, possivelmente sinalizando para exigência de maior autonomia e iniciativa do aluno. Questões de tal magnitude na sociedade contemporânea não podem ser analisadas sem considerar também as competências necessárias para a efetiva construção da cidadania.

Dentre estas, destaca-se a que se refere ao tratamento de informações. Expressão esta que engloba iniciativa, autonomia, disponibilidade, engajamento para buscas, selecionar, organizar, transformar, aplicar informações que circulam pelos vários registros digitais.

Nesse sentido, um dos primeiros desafios surgidos com a utilização das mídias tecnológicas na escola consiste em desenvolver competências e habilidades suficientes para a seleção de informações pelo próprio sujeito da aprendizagem. Não se trata de reduzir a importância da função docente na aprendizagem, pois o próprio professor está inserido nesse desafio de buscar e selecionar informações necessárias para redimensionar sua prática didática. (PAIS, 2005, p. 59).

Ainda segundo Pais (2005, p.99), quando se considera a evolução de uma tecnologia, constata-se que, além de proporcionar melhores condições de vida para seus usuários, sempre é possível destacar que sua utilização racional pode favorecer a expansão da inteligência humana.

Do ponto de vista didático, destaca-se que a utilização de ferramentas tecnológicas na educação não é a valorização de exercícios de repetição ou de tarefas automatizadas. Como as máquinas computacionais se aplicam com perfeição na execução de tarefas repetitivas ou automatizadas na prática educativa escolar, não faz sentido atribuir ao aluno atividade dessa natureza.

Esta observação aponta um dos desafios da era da informática na educação, a saber: aos novos recursos, certamente caberá a quase totalidade das operações repetitivas, e, à aprendizagem, além de envolver uma preparação para o domínio dessa tecnologia, caberá um espaço mais exigente em termos de criatividade, iniciativa e resolução

4 ...“a inteligência coletiva é a possibilidade de que a união de competências individuais de uma equipe pode produzir resultados mais expressivos do que a soma dos resultados particulares de cada membro dessa equipe. LÉVY (1999).

de problemas.

Assim, sua implantação cria uma situação de instabilidade e insegurança para aqueles que ainda não têm acesso aos seus benefícios. Mas nem por isso se pode incorrer no erro de condenar a tecnologia em si mesma pelos problemas sociais que impedem a expansão dos programas educacionais. O acesso aos benefícios da tecnologia não é uma questão pertinente à tecnologia em si, depende do avanço das questões sociais.

Para abordar a especificidade educativa das tecnologias da informação e comunicação, é conveniente analisar alguns dados históricos relativos às invenções que antecederam à produção dos atuais dispositivos digitais da informática. A longa sequência evolutiva caracterizada pela criação do telégrafo, do telefone, do rádio, da televisão e do computador, culminando com a rede mundial de computadores, entre outras interfaces, exemplifica uma proximidade com a evolução do conhecimento. Destacam-se em cada uma dessas invenções diferentes estágios, passando pelo uso de válvulas, transistores, circuitos integrados, microprocessadores, até atingir o nível mais complexo dos atuais sistemas digitais.

Em cada estágio, destacam-se aprimoramentos e retificações de dispositivos, cuja evolução passa por um reinvestimento de informações, tal como ocorre com a própria formação de conhecimentos conceituais e / ou teóricos. Portanto, é razoável esperar que esse processo evolutivo de criação tecnológica constitua-se em um modelo associado ao próprio fenômeno de elaboração do conhecimento. A compreensão de um estabelece parâmetros para a compreensão do outro.

Ao estudar o uso educativo das tecnologias digitais na seara pedagógica, nosso interesse é mostrar as potencialidades cognitivas desses recursos, explorando as principais formas de utilização para melhoria das condições de aprendizagem. Neste ínterim, o uso didático da informática requer métodos que favoreçam a articulação entre a elaboração de conhecimentos e valores por eles visados.

De forma geral, no contexto da educação escolar, percebe-se uma tendência de acelerar a redução de interlocutores humanos na condução das práticas educativas. O tempo de disponibilidade das pessoas torna-se cada vez mais escasso para cultivar encontros efetivamente pessoais para discutir educação.

Por certo, as novas dinâmicas de aprendizagem devem incluir uma disponibilidade maior para interação das pessoas com os computadores, e essa interação tende a ser regida por uma refinada rede digital de controle. Por certo, a eficiência dos sistemas didáticos passará a depender muito mais do efetivo grau de interatividade permitido pelos programas utilizados com as fontes de informação.

Se por um lado há uma tendência de diminuição das oportunidades do contato

pessoal, por outro, deverá aumentar a interação com as amplas fontes de informação, surgindo nesse aspecto uma maior exigência da competência da autonomia e da independência na busca do conhecimento. E em decorrência de prováveis mudanças na forma de organização dos modelos pedagógicos, a mídia interativa poderá trazer, por certo, novas condições de ampliação do sistema educativo escolar, onde um número maior de pessoas terá o acesso aos bancos de dados e informações.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Tendo em vista as propostas curriculares destinadas à educação pública da rede municipal de ensino e em particular a de Língua Portuguesa (2009), que serviu de fonte norteadora para esta reflexão e em consonância com a sua abordagem pode-se dizer, segundo esta, que vivemos em um mundo caracterizado pela velocidade, cada vez mais acentuada, de produção e de divulgação do conhecimento. Nesse contexto, a escola tem recebido a responsabilidade de responder a muitos desafios impostos pela modernidade.

Levando-se em conta que as informações se processam com muita rapidez, urge a permanente busca por novas tecnologias e outros paradigmas que possam explicar a realidade que configura a produção e a divulgação do conhecimento.

Tais considerações apontam para o objetivo principal de um componente curricular que visa, entre outros, o desenvolvimento da competência comunicativa do ser humano, fazendo-o ter participação ativo na construção do saber.

Torna-se, então, fundamental refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa como instrumento na formação do cidadão, concretizada na tessitura de um fazer pedagógico, iminentemente crítico e criativo que conduz o/a aluno/a interpretar sua vida e o mundo a partir da sua condição real de existência.

De acordo com a proposta curricular de Língua Portuguesa (2009), a concepção de aprendizagem e de ensino em Língua Portuguesa prevê o aluno/a como sujeito social que aprende atuando de acordo com a cultura de seu grupo social e da sociedade em geral. Não se pode conceber um/a aluno/a que, simplesmente, imita e repete mecanicamente, copia e reproduz informações estanques e sem relação com as questões cotidianas da vida.

O aluno/a aprende a aprender, buscando compreender e intervir nas situações de interação social das quais participa, tomando decisões, identificando problemas, comparando ideias, construindo conceitos, produzindo conhecimento, desenvolvendo capacidades. Essas exigências de uma sociedade em contínua transformação estão contempladas na LDB 9.394/96.

Nesse sentido, o letramento representa práticas sociais de linguagem mais amplas que podem reforçar ou questionar as formas por meio das quais o poder é distribuído numa sociedade desigual tanto no campo dos valores simbólicos, como em relação aos bens materiais. Os usos das linguagens explicitam continuamente as relações entre linguagem e exercício da/na cidadania, entre linguagem e poder, linguagem e identidade. No trabalho, na vida doméstica, na política, enfim, nas relações sociais, pode-se afirmar que cada pessoa é um "ser de linguagem", na medida em que a linguagem constitui os seres como humanos. (proposta curricular de Língua Portuguesa, 2009. parte inicial).

Quem produz linguagem o faz em determinadas condições de produção. Toda pessoa, ao elaborar um texto oral ou escrito, precisa considerar a quem ele se destina (interlocutor real ou provável) e em que situação de comunicação dar-se-á. O objetivo do ensino de Língua Portuguesa é formar pessoas que sejam capazes de compreender mais e melhor o mundo nos espaços múltiplos de produção de significados sobre a vida. O estudo sobre a linguagem e através da linguagem é fundamental para a reflexão e o funcionamento das práticas sociais a partir da oralidade e da escrita.

Por derradeiro, afirma a proposta que no Ensino Fundamental, entendido como um momento de escolarização em que os saberes socialmente constituídos devem contribuir para a compreensão da própria experiência pessoal, entende-se a escola como uma comunidade de leitores e produtores de textos, na qual todo professor/a trabalha a leitura e escrita de diversos gêneros textuais.

Daí a necessidade de ações por parte dos/as profissionais da educação na direção de um trabalho pedagógico que explicite a natureza multidisciplinar da linguagem e o seu caráter instrumental nas várias áreas de conhecimento. Embora as várias áreas de conhecimento tenham suas especificidades, no Ensino Fundamental todas contribuem para ampliar as relações dos/as alunos/as com os discursos – materializados em textos – presentes no mundo.

Assim, no Ensino Fundamental, é importante o acesso dos alunos/as às várias linguagens para utilizá-las em diversas situações, fatores e aspectos que caracterizam a linguagem oral e escrita: uma conversa ou história contada por colegas, uma narrativa ficcional, uma notícia escrita no jornal, uma carta escrita formal ou informalmente, uma pesquisa para conhecer algum assunto com o objetivo de saber mais a respeito de um tema, um registro escrito para funcionar como memória.

Assim, no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, os PCN ressaltam a necessidade de dar ao/a aluno/a *condições de ampliar o domínio da língua(gem)*, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania, através de um ensino que possa desenvolver seus conhecimentos *discursivos e linguísticos* para: *ler e escrever conforme seus*

propósitos e demandas sociais; *expressar-se apropriadamente em situações de interação oral* diferentes daquelas próprias de seu universo imediato; refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente sobre os que tocam a questão da *variedade linguística*, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos aos usos da língua.

Nesse sentido, com base em reflexões pertinentes decorrentes da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que norteiam o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, e da construção das Propostas Curriculares de diversos estados e municípios brasileiros, apontam para novos caminhos, passa-se a vislumbrar resultados mais satisfatórios em relação ao ensino e à aprendizagem de Língua Portuguesa, em médio prazo. O papel do/a professor/a não apenas de Língua Portuguesa, a quem recai toda a responsabilidade diante das dificuldades apresentadas pelos/as educandos/as no tocante à leitura e à escrita, mas de todos os docentes dos outros componentes curriculares, é essencial para o desenvolvimento das capacidades de compreensão e produção de textos orais e escritos.

Como afirma Possenti (2003, p.15), "a única opção de uma escola comprometida com a melhoria da qualidade do ensino está entre ensinar ou deixar aprender"... "Qualquer outra implica em conformar-se com o fracasso, ou pior, em atribuí-lo exclusivamente ao aluno".

4 VISÃO DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

A presente pesquisa desenvolveu-se em 05 (cinco) escolas públicas municipais da educação básica (ensino fundamental I e II) de São Luís – MA, envolvendo no ensino fundamental I (1° e 2° ciclos, 1° ao 5° ano) 20 (vinte) professores polivalentes, e no fundamental II (3° e 4° ciclos, 6° ao 9° ano) 40 (quarenta) professores de Língua Portuguesa, 20 (vinte) professores de Ciências e 20 (vinte) professores de Matemática e 60 (sessenta) alunos do 1° ao 9° ano (ensino fundamental I e II, 1° ao 4° ciclos de ensino).

No ensino fundamental I, que compreende o ensino do 1° ao 5° ano (1° e 2° ciclos) percebeu-se que os professores veem a tecnologia associada à aprendizagem como parte integrante de suas vidas profissionais e como tal influencia e modifica seu modo de viver. Como exemplo, cita-se a *internet* que é um valioso complemento tecnológico que auxilia todo o processo de ensino-aprendizagem, os *softwares* educativos e a *web* com todas as suas funcionalidades.

Assim, segundo os professores envolvidos no processo educativo não é mais possível pensar em educação sem a utilização de tecnologias. Estas estão presentes em seu dia a dia de tal maneira que a todo o momento estão expostos a diversos produtos

e conteúdos. E a reação dos alunos é favorável para que ocorram mudanças e essa dinâmica provoque e estimule os alunos a quererem mais. A produção textual em ambiente digital e as inovações tecnológicas, permeadas cada vez mais na sociedade, modificam as relações interpessoais e também a comunicação entre os seus usuários de modo que os tornem mais flexíveis a mudanças e ao crescimento intelectual.

Desse modo, para os profissionais da educação básica a soma de tecnologias e mais conteúdos inovadores favorecem o surgimento de novas oportunidades de ensino, porém sendo preciso avaliar suas funcionalidades significativas. Os benefícios das tecnologias da informação associada ao processo de ensino-aprendizagem, não tão somente da língua portuguesa, mas de outra unidade curricular, uma vez que possibilita aos alunos a possibilidade de acesso a milhares de informações no campo educativo e formativo, como também a complexidades de contextos tanto próximos como distante de suas realidades.

Importante também frisar é que as novas tendências tecnológicas, como recursos didáticos, vêm sendo expandidas ao longo dos anos para as redes públicas de ensino, o que tem sido bastante vantajoso para todas as áreas do conhecimento. Com esses recursos, novas estratégias da transmissão de conteúdos são criadas e as possibilidades de aprendizagem se tornam mais amplas, pois as informações podem ser transmitidas de uma forma mais vasta e dinâmica. Para a área de língua portuguesa, têm-se os livros *on-line* que estão disponíveis nas bibliotecas virtuais que são de suma importância para o aprendizado dos alunos, pois todos estão disponíveis sem que o aluno precise sair da escola, ou de sua residência, ou mesmo ter que comprá-los. Sem contar que tem-se uma diversificação muito ampla de gêneros e autores textuais, como também uma infinidade de textos para cada tema em diferentes áreas de estudo.

Observa-se em meio educativo que nos países desenvolvidos as tecnologias são ferramentas de muita importância como recursos apropriados para as aulas, o que as tornam muito mais prazerosas e significativas aos alunos.

Neste contexto, concebe-se que as tecnologias quando utilizadas dentro de uma escola pública e levando-se em conta o contexto social e cultural que se vive, torna-se para os alunos um ambiente de estudo prazeroso e divertido e que os levam a se identificarem com as aulas e os conteúdos desenvolvidos. Estes participam e se dedicam muito mais às aulas, quando essa se torna significativa, contudo o sistema educacional não investe para que essas ferramentas estejam disponíveis nas escolas para seu uso.

Assim, pode-se dizer que são várias as possibilidades de aprendizagem para os alunos, se os docentes utilizarem em suas práticas o emprego das tecnologias ou mídias educativas disponibilizadas nas escolas.

Por derradeiro, cabe, ainda, dizer que mesmo diante das mazelas por que passa o sistema educacional brasileiro, ainda é possível, em ambiente escolar, agregar o uso das mídias tecnológicas à produção do conhecimento entre professores e alunos, pois estes são atores importantes nesta busca do saber.

Para o docente, em especial, é de fundamental importância esse processo de aquisição de novas habilidades em torno das tecnologias digitais e da informação, pois como é sabido, hoje, o mundo das informações encontra-se interligado em rede e cabe aos interessados a busca por descobertas. E aos gestores públicos o investimento nessa área, dando possibilidades aos docentes e discentes de um aprendizado dinâmico, atual e significativo.

No ensino fundamental II (que compreende o ensino do 6° ao 9° ano, 3° e 4°ciclos), observou-se que os professores de língua portuguesa afirmam veementemente que a utilização das tecnologias da informação no ensino deste componente curricular possibilita ao professor novas estratégias, visto que diminui o impacto ocasionado pela dificuldade de leitura e escrita entre o corpo discente da escola e facilitaria a sua inserção no ambiente digital.

Outro aspecto também a considerar é que, para os alunos, as tecnologias são contagiantes e já fazem parte do contexto social deles, mesmo de forma precária ou sem a funcionalidade educativa esperada, e certamente, é uma boa opção de aprendizado.
Por outro lado, observa-se que as escolas compreendidas na zona periférica da capital maranhense, ainda, concebem que o uso, em sala de aula, das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) encontra-se visivelmente limitado. As atividades desenvolvidas em turma ainda caminham numa perspectiva muito tradicional: livro, o quadro branco e pincel.

Parte do pouco avanço na utilização de mídias modernas, que visam dar uma dinâmica aos conteúdos ministrados em sala, reside em alguns fatores, tais como: a inexistência dos aparelhos ou quantidade insuficiente ou mesmo dano ao equipamento existente na unidade de ensino que o retira de circulação e por falta de recursos financeiros, pois a escola não mais consegue fazer a disponibilização para o trabalho educativo diário e, por último, o não treinamento adequado dos professores visando encorajá-los a novas práticas pedagógicas.

Em meio aos debates sobre a necessidade de uma escola mais viva e em sintonia com a era tecnológica, surge um ponto de apoio: os *smartphones*. Timidamente, em lugar de proibição, os alunos têm sido orientados no item disciplina.

A reflexão de mudança na postura parte da ideia de que esse aparelho móvel não é apenas um dos itens de consumo mais desejados entre os brasileiros. É também

gerador de discussões - ora pró, ora contra no campo pedagógico. O foco dos debates relaciona o pouco aproveitamento das aulas e o baixo desempenho dos alunos com a invasão desses equipamentos no ambiente escolar. Cada vez mais moderno, ele agrega inúmeras funções que tendem a facilitar, informar e divertir as pessoas, ao mesmo que as conecta ao mundo.

Diante disso, a questão é: como a escola nos moldes tradicionalistas do ensino/aprendizagem pode enfrentar a força, o lúdico, a rapidez num único aparelho que expandiu sua função para muito além da simples tarefa de completar chamadas telefônicas? Eis, bem aí, o ponto do conflito. A escola não conseguiu fazer essa leitura, não conseguiu isolar o espaço escolar das influências dessas mídias que invadem a sala de aula pelas mochilas estudantis.

Nas turmas de língua portuguesa, a ideia é formar um grupo reunindo as salas em que se desenvolvem as aulas, assim, os canais teriam como objetivo ver o que os alunos estão "escrevendo". Logo, os equívocos ortográficos seriam vistos durante o bate-papo e retificados na velocidade que a mídia exige. Também faz parte da dinâmica do grupo a realização dos desafios em horários preestabelecidos envolvendo questões já estudadas.

Nessa perspectiva, o aluno ganha mais interesse. Mesmo aquele mais reservado na turma, aparece na tela do celular com sua contribuição do dia. O 'problema' é como administrar o tempo, pois exige mais do professor que acaba levando seus alunos para casa e, ainda lá, trabalha com eles informações, dúvidas e resoluções.

Desse modo, sobre a utilização das mídias, quando apresentadas adequadamente aos alunos, as perspectivas são as melhores, pois se constituem como algo novo, o que é motivador à sala. Num contexto assim, meninos e meninas ficam mais curiosos e alertas, buscando resolver as questões via pesquisa.

Embora se reconheça as vantagens desses recursos tecnológicos na escola, verifica-se que o aluno de escola pública, sobretudo, sofre a exclusão digital, e com perspectivas negativas, se forem levadas em consideração situações mais abrangentes como a falta de segurança e o descaso com o patrimônio público.

Para os docentes de língua portuguesa, os recursos tecnológicos como ferramentas inovadoras no contexto escolar trazem benefícios como o domínio de processos linguísticos na construção de gêneros textuais e suas características; favorece a cooperação e o protagonismo juvenil e pode resultar em projetos que sejam de interesse da comunidade em que estão inseridos.

Neste aspecto espera-se, portanto, que as barreiras existentes sejam quebradas através de ousadia e busca por soluções que facilitem o acesso do aluno às TIC. O pro-

fessor inova, o aluno aprende e a escola se torna bem-sucedida.

Nas aulas de língua portuguesa costuma-se usar recursos tecnológicos como Datashow, Computador, DVD, Som, Livros, Revistas e Jornais Digitais e percebe-se que estas mídias tornam as aulas mais interessantes e atraentes para os alunos. Consequentemente, observa-se que há mais aprendizado, por serem essas tecnologias bem aceitas pelos alunos e estes sendo capazes de desenvolver suas produções autonomamente ou, às vezes, com o auxílio do professor que orienta e disponibiliza técnicas que facilitam a absorção de conhecimentos.

Pode-se dizer que os benefícios resultantes do uso das tecnologias educacionais são muitos e vão desde o interesse dos alunos pela aula até a aprendizagem, que é bem maior.

5 JUSTIFICAÇÃO DA PERTINÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO

A presente pesquisa tem como relevância aproximar os campos de estudos científicos da Língua Portuguesa e das Tecnologias Educacionais dando oportunidades de aprofundar os conhecimentos dos docentes que estão em pleno exercício de suas práticas educativas. E refletir sobre as possíveis transformações do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa no atual cenário da educação pública de São Luís, a partir dos avanços já alcançados na rede pública de ensino.

Desse modo, o interesse pela pesquisa baseou-se no fato de poder aprimorar os conhecimentos já adquiridos nos estudos já realizados preteritamente na seara educativa e também poder oferecer à comunidade educacional possibilidades de mudanças significativas no ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, a partir de tecnologias eminentemente educacionais.

Entende-se que a pretensão de pesquisar o ensino da Língua Portuguesa a partir das mídias é possível e desejável por que sendo a Língua Materna um instrumento linguístico privilegiado para a formação das representações do mundo do indivíduo, esta aceita e permite o uso dos mais variados aparatos tecnológicos para facilitar o seu entendimento e a sua eficácia para as diversas classes sociais.

De acordo com Morais (1999, p. 49), as novas tecnologias garantem espaço na sociedade contemporânea. Os avanços das novas descobertas neste campo são muito grandes. *Hoje, estamos na era da informação e da imagem*. Graças a algumas tecnologias, *deslocar-se, às vezes, torna-se um ato de lazer e não de necessidade*. Numa mistura de fascinação e medo, *a humanidade convive com inúmeras modificações, passando a questionar até o significado real, uma vez que imagem e realidade apresentam-se incorporadas uma na outra.*

O avanço acelerado das tecnologias produzidas pelo homem tem alterado significamente o modo de entender e perceber o mundo. Vê-se que os paradigmas da modernidade são questionados. O homem manifesta-se com perplexidade diante de conceitos e valores que antes pareciam ter sido amplamente explorados, definidos.

Ainda, de acordo com Morais (1999, p. 51), *"as mudanças no contexto atual são geradas principalmente pelo surgimento de novas tecnologias da informação e da comunicação"*.

E neste aspecto segundo Morais (1999, p. 52), o educador de hoje precisa considerar:

> o quanto as tecnologias alteram o cotidiano das pessoas, possibilitando um outro modo de compreender/interpretar o mundo; as possibilidades de uso destes multimeios através de uma percepção que situa as tecnologias como mediadoras de um processo educacional mais amplo numa perspectiva de superação da visão tecnicista, instrumental, ideia difundida no século passado.(http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/download/36916/39638).

Ademais algumas questões são de suma importância e necessitam ser pensadas por parte dos profissionais da educação que não coadunam com a perspectiva da neutralidade científica, porém, persegue a definição de intenções, objetivos, finalidades, condição inicial para o ato pedagógico.

Assim, ainda, de acordo com Morais (1999, p. 53), pode-se dizer que:

> o quanto as tecnologias alteram o cotidiano das pessoas, possibilitando um outro modo de compreender/interpretar o mundo; as possibilidades de uso destes multimeios através de uma percepção que situa as tecnologias como mediadoras de um processo educacional mais amplo numa perspectiva de superação da visão tecnicista, instrumental, ideia difundida no século passado.(http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/download/36916/39638).

6 CONCLUSÃO

Considerando o final desta investigação acerca das percepções dos professores de Língua Portuguesa em relação ao ensino-aprendizagem da Língua Materna tendo como ferramentas facilitadoras as mídias educativas, mas não do processo que culminou com toda a busca por melhores condições de ensino na rede pública.

As mudanças nas práticas dos docentes continuarão em plena evolução, pois a estes e aos alunos a inserção das tecnologias como meios facilitadores do processo de ensino-aprendizagem persistirá por muito tempo no meio ao qual estão inseridos.

Desde o início procurou-se desenvolver uma postura crítica que levasse o aluno a pensar e a questionar-se acerca das possíveis mudanças que poderão sofrer todo o processo educacional, no que diz respeito à significativa aprendizagem dentro de uma realidade harmoniosa e concreta. Outro aspecto importante foi a relação pedagógica

criada quando da "PES" com docentes mais experientes que não tiveram receio de aprimorar suas práticas para uma melhor performance nas transmissões de conteúdos de suas unidades curriculares.

Assim, esta pesquisa teve como pretensão despertar nos docentes, não tão somente do ensino de Língua Portuguesa, mas de outros componentes curriculares, o interesse e a necessidade de aprimorarem suas práticas docentes com o auxílio das mídias educativas como elo facilitador e desmistificador da aprendizagem dos alunos em seus mais diversos ciclos de ensino.

Em síntese, pode-se dizer que é fundamental que os educadores em regência de sala de aula tenham em mente que os diversos componentes das tecnologias educacionais funcionam como ferramentas da aprendizagem, sendo alternativas a serem empregadas e implementadas em suas salas de aulas e não como elementos absolutos e únicos na transmissão dos conhecimentos e também despertar nos alunos, desde cedo, as possibilidades que podem desenvolver para a busca de conhecimentos que sejam significativos para suas vidas, mesmo que seja com o uso racional das tecnologias.

REFERÊNCIAS

CANO, Cristina Alonso. *Os recursos da informática e os contextos de ensino e aprendizagem.* In: SANCHO, Juana M. (Org.). *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

COSCARELLI, Carla Viana (Org.) *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar.* 3.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva.* São Paulo, 1999.

MORAIS, Gelcivânia Mota S. As Tecnologias e o contexto escolar: dois quadros e um desafio. *Revista de Educação CEAP*, ano 7, n.26, Salvador, set./1999, UNEB/UFBA. 1999.

OLIVEIRA, Wilton Silva. *As Tic's e suas importâncias no ambiente de aprendizagem.* Salvador-Bahia, 2008.

PAIS, Luiz Carlos. *Educação e as tecnologias da informática.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Agenda Humores da Língua.* Campinas: Mercado de Letras, v.1500, 2003.

SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta Curricular* – Língua Portuguesa - Ensino Fundamental - 3º e 4º Ciclos. São Luís, 2009.

VALENTE, José Armando. *Diferentes usos do computador na educação.* Brasília, ano 12, nº.57, p.3-16, jan./mar.,1993.

ESTUDO DE VIABILIDADE DE SÃO LUÍS – MARANHÃO COMO UM MODELO DE CIDADE INTELIGENTE

Joanilda Martins Rocha[1]
Maria Manuela Santos Natário[2]

RESUMO
Cidades inteligentes são consideradas, no âmbito do contexto urbano e do desenvolvimento social, eficientes abordagens e modelos de gerenciamento de mobilidade urbana mais enxuta, sistemática, com menor intensidade de tráfego. Modelos urbanos refletem melhores estruturas de rodovias, acesso para os pedestres, redução das fontes poluidoras ambientais e aplicação dos procedimentos e ferramentas tecnológicas para promover melhorias na qualidade de vida das pessoas e do bem-estar. Este artigo tem como objetivo central analisar a aplicabilidade das cidades inteligentes como modelo de mobilidade urbana na cidade de São Luís do Maranhão no Brasil. Para tanto, fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise de conteúdo baseado em questionários com perguntas abertas a partir de uma abordagem metodológica de caráter qualitativo com dados coletados em pesquisa de campo, além de outras fontes de consulta. Percebeu-se, ao fim, a viabilidade de implementação do modelo de *smart city* em São Luís, com uma significativa inspiração de outros casos de sucesso no Brasil e mundo, evidenciando que a cidade encontra-se preparada para esses avanços, no entanto ainda é preciso um maior compromisso político, social e institucional para que essas práticas transformadoras repercutam no âmbito da sociedade. Para tanto se conclui que é possível a implantação do projeto tornando a cidade de São Luís como cidade inteligente, embora haja obstáculos.
Palavras-chave: Cidades. Inteligentes. São Luís. Maranhão. Mobilidade. Urbana. Modelo. Gestão.

ABSTRACT
Smart cities are considered, within the context of urban and social development, efficient approaches and models of management of a leaner mobility, systematic and with less intensity of traffic. These urban models also reflect better road structures, access to pedestrians, reduction of environmental pollution sources and, of course, application of technological procedures and tools to promote improvements in people's quality of life and well-being. This work aims to analyze the applicability of smart cities as a model of urban mobility in the city of São Luís do Maranhão. Therefore, it is based on bibliographic review and analysis of content based on questionnaires with open questions based on a qualitative methodological approach with data collected in field research, as well as other sources of consultation. The feasibility of implementing the smart city model in São Luís, with a significant inspiration from other success stories in Brazil and the world,

1 Joanilda Martins Rocha, Coordenadora Técnica de Planejamento¸ Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, Brasil, joanildamartins@gmail.com
2 Professora Dra. da Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior - UDI/IPG. Instituto Politécnico da Guarda, Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Portugal, m.natario@ipg.pt.

was evidenced, evidencing that the city is prepared for these advances, however it is still a greater political, social and institutional commitment is required for these transformative practices to have repercussions within society. Therefore, it is concluded that it is possible to implement the project making the city of São Luís an intelligent city, although there are obstacles, but if there is interest on the part of our rulers it is fully possible.
Keywords: Cities. Smart. Sao Luis Maranhão. Mobility. Urban Model. Management.

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre Cidades Inteligentes tem se tornado um tema de grande importância nos últimos anos, em virtude da preocupação que há em relação à qualidade de vida da população. O aumento da densidade populacional nas grandes cidades, principalmente, em decorrência da migração das áreas rurais para as áreas urbanas, tem gerado situações indesejáveis para o bem-estar da população e para o meio ambiente, sendo os mais evidentes, os congestionamentos nos grandes centros, a defasagem dos recursos naturais e a poluição do meio ambiente.

Hoje em dia, o mundo contemporâneo exige um ritmo cada vez mais acelerado das pessoas. Tal dinamismo atinge os mais diversos campos de atuação do homem em suas atividades. Com o trânsito não poderia ser diferente uma vez que ele é feito pelo homem e para o homem. De fato, é notório que os transportes públicos tradicionais são insuficientes para atender a demanda de passageiros, gerando nos horários de pico congestionamentos e insatisfação dos usuários devido à demora de se chegar ao seu destino.

O ônibus é o meio de transporte mais utilizado nas metrópoles brasileiras, pois é através dele que os passageiros se deslocam de um ponto para outro na área de uma cidade, além de ser uma forma econômica de se locomover. Porém esse meio de transporte vem cada vez mais sofrendo modificações estruturais visando melhorias para seus usuários.

A insatisfação com o transporte público reflete diretamente no número de carros que ganham as ruas, visto que buscando conforto, bem como pontualidade em seu trabalho, as pessoas se obrigam a utilizar transporte particular. Assim, este estudo se justifica para que tais problemas de mobilidade urbana possam ser solucionados de forma efetiva, visando a qualidade dos transportes públicos e a redução do número de carros nas vias, otimizando o trânsito.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar a aplicabilidade das cidades inteligentes como modelo de mobilidade urbana na cidade de São Luís do Maranhão (MA). E como objetivos específicos: fazer um estudo sobre o panorama atual da mobilidade urbana no Brasil e no Mundo; averiguar as tecnologias presentes nas ci-

dades inteligentes; fazer um levantamento dos modelos de cidades inteligentes no Brasil e no mundo; averiguar a realidade atual da mobilidade urbana de São Luís - MA.

2 MODELOS DE CIDADES INTELIGENTES COMO BASE PARA O PROJETO EM SÃO LUÍS - MA

O estudo se baseia num conjunto de pesquisas abordando o tema Cidades Inteligentes para que seus objetivos sejam atendidos. Esta pesquisa será em torno de estudos bibliográficos, informações em trabalhos existentes que abordam o assunto, para que se possa construir a base teórica, bem como sobre os principais modelos através de uso intensivo das tecnologias de informações e por fim pretende analisar o modelo a ser aplicado na cidade de São Luís - MA.

Resulta que o aumento da população vem acontecendo, cada vez mais, de modo constante dentro da área urbana. Nesse sentido, é importante que medidas de prevenção em relação ao meio ambiente sejam tomadas, pois o que se percebe é que o crescimento populacional acarreta um desencadeamento, também, do aumento da poluição.

Hoje as prefeituras, em sua maioria, adota a parceria público-privado, para colocar as suas responsabilidades nas mãos de empresas privadas, que ficam com parte da responsabilidade de prestar um serviço de qualidade à população. Todavia, o Município continua a responder pelo sistema de transporte público da cidade. Basicamente, há uma terceirização de serviços, com o intuito de beneficiar o usuário, a fim de que este possa desfrutar de um serviço de qualidade.

A partir destas ações é possível haver uma significativa melhoria no transporte público e na qualidade da mobilidade urbana, com maior segurança para a circulação de pedestres, beneficiando os deslocamentos em curta ou longa distância. De acordo com Castro (2007) o transporte público hoje se encontra em um ciclo vicioso, visto que o aumento da quantidade de carros nas vias gera o aumento de congestionamentos e a ineficiência urbana, o que faz com que o transporte público se torne mais lento, menos confiável e mais caro havendo, consequentemente, redução da quantidade de usuários.

Deve-se destacar que o ciclo vicioso em que o transporte público está inserido leva ao aumento de custos do setor e, consequentemente, ao aumento das tarifas, afetando diretamente os chamados usuários cativos, ou seja, aqueles que utilizam frequentemente esse tipo de transporte. Ressalta-se que, em sua maioria, são os usuários de baixa renda que mais sofrem, pois, geralmente, são os que mais dependem de transporte coletivo, participando ativamente desse ciclo, tendo sua mobilidade urbana drasticamente reduzida.

O objetivo de construir uma cidade inteligente é melhorar a qualidade de vida

dos seus cidadãos através da utilização de informática e tecnologia para melhorar a eficiência dos serviços e atender às necessidades dos moradores. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) permitem que as autoridades da cidade possam interagir diretamente com a comunidade para o melhoramento da infraestrutura, monitoramento do que está acontecendo na cidade e sua evolução, e proporcionam uma melhor qualidade de vida.

> Uma cidade inteligente reúne tecnologia, governo e sociedade para permitir as seguintes características: cidades inteligentes, uma economia inteligente, mobilidade inteligente, um ambiente inteligente, pessoas inteligentes, vida inteligente e governança inteligente(SOUZA, 2016, p. 23).

As cidades inteligentes já são uma realidade em vários países do mundo, caracterizando-se, principalmente, pela busca do uso mais efetivo dos ambientes da cidade, envolvendo desde o trânsito e o transporte público até a integração coletiva. Peixoto (2016) elucida que para a cidade ser considerada como inteligente deve envolver economia, população, mobilidade, governo, meio ambiente e qualidade de vidas dos seus habitantes.

Fica evidenciado que cabe aos municípios garantir um sistema de transporte público dentro das cidades, mas este deve ser realizado com qualidade, podendo ser organizados e prestados diretamente ou sob regime de concessão ou permissão. A definição dos itinerários, dos tipos de veículos a serem utilizados, da frequência das unidades transportadoras e o valor das tarifas a serem cobradas ficam também a cargo do poder municipal.

Ressalta-se que a parceria entre o poder público e as empresas privadas é firmada por meio de uma relação contratual. Todavia, de acordo com Ribeiro e Monte (2009), existem algumas localidades brasileiras que não possuem nenhuma regulamentação com as empresas privadas de transportes coletivos, fazendo com que se definam a informalidade na oferta dos serviços, que se autoinstalam com itinerários, frequências, tipos de veículos e tarifas que vão sendo definidos numa prática livre de mercado.

Dentre os meios de transporte público destacam-se o sistema de transporte público baseado no uso de ônibus, Bus Rapid Transit (BRT) como sendo um dos meios de transporte com melhor custo benefício, ou seja, havendo inúmeras vantagens em relação aos demais sistemas como o Metrô e Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Figura 1 Rede BRT / Rede VLT / Rede Metrô

Fonte: Hagen (2010)

A figura 1 mostra uma rede do BRT versus outros modais de transportes públicos, VLT e Metrô. Podendo-se dizer que com determinado custo é possível implantar um maior número de corredores de BRT, alcançando um maior trajeto com o sistema.

O tempo demandado para implantação do sistema BRT também é tido como uma vantagem do sistema, visto que o prazo para que fique pronto é de 2,5 anos, enquanto o VLR demanda de 5 anos e o metrô de 9 anos em média, (HENSHER ,2007).

Hensher (2007) destaca que considerando um corredor de 10 km de extensão, com capacidade para até 150 mil passageiros por dia, o investimento fica em torno de R$ 110 milhões, enquanto em um sistema VLT o custo seria de aproximadamente R$ 400 milhões e para um metrô o custo passaria a ser de R$ 2 bilhões. Não restando, assim, dúvidas acerca da redução de custos que representa o sistema BRT.

3 METODOLOGIA

O processo metodológico do trabalho foi pesquisa de campo seguindo o processo de coleta de dados dentro do cenário da pesquisa, onde se obteve os resultados por meio das questões aplicadas, que segue:

3.1 Processo de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada em três momentos: coleta de dados oficiais do município; observação do participante; e entrevista a sete indivíduos que possuem conhecimento técnico sobre a implantação da cidade inteligente em São Luís -MA.

3.2 Cenário da Pesquisa

Esta pesquisa tem como cenário a cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, Brasil. Com uma população de 1 082 935 habitantes (IBGE, 2016), é o município mais populoso do Estado, além de ser o 15° município mais populoso do Brasil, e o 4° da Região Nordeste. Sua área é de 831,7 km², desse total 157,5656 km² estão em perímetro urbano.

Evidentemente, cumpre-se, aqui, indicar que foram recolhidos, no total, informações de 7 (sete) respondentes, dentre eles uma arquiteta que trabalha na Agência

Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos – MOB, dois engenheiros que são técnicos da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte de São Luís-MA e os demais são professores pesquisadores de uma Instituição de Ensino Superior de São Luís-MA que, de alguma forma, atuam na área.

A motivação quanto aos investimentos em modelos de *smart city* deve-se ao fato de que a cidade de São Luís - MA tem crescido de forma desmesurada, fruto de um *"boom"* econômico e da expansão de oportunidades de trabalho. Esses problemas, dentre outros, foram, por meio dos respondentes, elencados como motivadores centrais do estudo da viabilidade de São Luís-MA como um modelo de cidade inteligente.

Outro grande limitador do fortalecimento da implantação dessas iniciativas, além da pouca difusão de vantagens desse modelo para sociedade, o que reduz uma participação mais efetiva e expressiva da população local na fiscalização e reformas urbanas, é, sem dúvida alguma, o distanciamento e muitas vezes o desinteresse do setor político no que compete ao estudo das propostas, consulta pública, inserção desses mecanismos dentro da agenda política do município e maior sistematização dos projetos.

3.3 As questões estudadas e objetivo

No tocante às questões estudadas é importante enfatizar necessidade de implantação de políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade de vida da população no que tange principalmente à mobilidade urbana, desenvolvendo projetos no âmbito da administração pública, visando tornar a cidade de São Luís em uma cidade inteligente.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Uma das questões iniciais da reflexão do estudo é a compreensão dos respondentes acerca do que se trata uma cidade inteligente. Por meio da análise do questionário, aplicado no período de março e abril de 2017, viu-se que há praticamente um consenso quanto ao entendimento teórico do termo. Aqui, no tópico em questão, percebem-se elementos e estruturas conceituais que contribuem para a constituição de um conceito que potencialize a aplicabilidade de tecnologia, qualidade de vida da sociedade, infraestrutura do transporte público e tráfego urbano mais enxuto e organizado, com influência direta no bem-estar e tempo de percurso dos pedestres e veículos.

4.1 Caracterização Geral dos Respondentes

O respondente denominado T1 é uma arquiteta que morava em São Paulo e foi convidada para trabalhar na Agência Estadual de Mobilidade Urbana – MOB São Luís, no Maranhão. Buscando ampliar o nível de conhecimento com base nas análises e nas

percepções múltiplas acerca das *smart cities*, buscou-se um contato mais personalizado e estreito com a referida Agência para aplicação dos questionários, uma vez que se recebeu uma informação de que T1 seria a profissional que prestaria prontamente as informações.

Quando solicitada a indicação de outros profissionais da agência, da equipe de trabalho, que pudessem responder ao questionário, foi informado que não havia outros agentes e profissionais capacitados a garantirem um nível de qualidade e o maior de detalhamento das informações. Foi também tentada uma audiência com o Presidente da Agência, porém sem sucesso por parte desse profissional.

Quanto a informações gerais, T1 é arquiteta de formação, com experiência na realização de atribuições na função há 18 meses. Suas responsabilidades centrais no exercício do trabalho que desempenha envolvem, dentre outras o acompanhamento do "Projeto de Reestruturação da Avenida dos Holandeses e Litorânea, com a implantação do BRT, na Região Metropolitana de São Luís do Maranhão" ; participação no âmbito da estruturação e de acompanhamento junto aos órgãos competentes, o que envolve toda a linha de aprovação, de financiamento, licitação e de toda a documentação de suporte ao projeto para que a obra se realize.

A atividade desenvolvida é sistemática e integrada a uma equipe multidisciplinar, cujo objetivo final do trabalho é desenvolver a construção do projeto de qualidade em tempo hábil com ênfase em uma política pública de urbanidade voltada ao cidadão e ao tráfego da cidade.

T2 é responsável pela Central de Controle de Operações da Secretaria de Municipal de Transito Transporte (SMTT) da cidade de São Luís (MA). O ramo em que atua na Central é a função de Engenharia, com residência na cidade há 27 anos.

No âmbito da implementação de projetos de cidades inteligentes, T2 exerce as atribuições de profissional responsável pela implantação e pela operação do Centro de Controle de Operações (CCO) e aplicativo Meu Ônibus São Luís da SMTT. A função do CCO é verificar o cumprimento do quadro de horário, trajeto realizado (itinerário), quantitativo de ônibus circulando de acordo com a Ordem de Serviço da Linha (OSL). O aplicativo Meu Ônibus tem facilitado a vida do usuário do transporte coletivo urbano mostrando previsão de chegada em uma determinada parada.

O respondente T3 atua, hoje, como o coordenador de Projetos Obras de Engenharia e Serviços de Trânsito há 3(três) anos, também da SMTT, sendo responsável pela implementação do projeto de melhorias na mobilidade urbana.

Suas principais atribuições e as responsabilidades exigidas pela função são ligadas à análise de projetos de polos geradores de tráfego para emissão de Certidão de Di-

retrizes; concepção, desenvolvimento e acompanhamento da execução de projetos de modificação viária e sinalização; atendimento de demandas ligadas à sinalização de vias e de transporte público; atendimento de demandas relacionadas à mobilidade urbana e representação da SMTT no Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID).

Tanto quanto o respondente T2 percebeu-se que, pela disponibilidade de tempo hábil para responder aos questionamentos do questionário aplicado, alguns itens ficaram sem a percepção do profissional.

O respondente denominado T4 é conhecedor da temática, como fruto do presente estudo, uma vez que o mesmo desenvolveu uma dissertação na área, com base na cidade de São Luís (MA). É natural da cidade, com formação de origem em Arquitetura, com mestrado em Barcelona, na Espanha, onde elaborou sua tese em projeto viário para São Luís. Hoje, T4 cursa o doutoramento em Urbanismo, pela Universidade Iuav de Veneza em Veneza, Itália, com um foco prevalente no planejamento de redes de transporte e suas relações com o desenvolvimento da malha urbana.

O respondente T5 atua como professor universitário, com um ramo de conhecimento em Engenharia Ambiental e de Segurança, com residência permanente em São Luís (MA) há 15 anos, com abrangência em orientação de monografias relacionadas a tratamento e resíduos de água.

O respondente T6 é professor universitário, com ramo de atuação na área de Educação e residência na cidade de São Luís (MA) há 25 anos. O mesmo não possui qualquer responsabilidade na implantação do modelo de cidade inteligente.

O respondente T7, também professor universitário, doutor em Inteligência Artificial, atua como consultor em Tecnologia de Informação, com residência em São Luís há 24 anos, mas sem qualquer responsabilidade sobre a implantação do projeto cidade inteligente.

Assim, sobre a caracterização dos respondentes da pesquisa, percebeu-se que, em média, o tempo de residência no município de São Luís, no Maranhão, situa-se entre 5 a 10 anos. Igualmente a abordagem de escolha do respondente por conveniência, pela familiaridade com as práticas da cidade inteligente, da expertise técnica de projetos urbanos ligados a Secretarias Municipais e à Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB São Luís) e a docência nas áreas de Engenharia, Arquitetura Urbanística, bem como orientadores de dissertações no segmento de desenvolvimento de empreendimentos tecnológicos para a instituição de modelos urbanos inteligentes, contribuíram decisivamente para o resgate e reunião de informações e percepções das particularidades acerca da viabilidade de uma implantação de uma cidade inteligente e, evidente-

mente, das limitações e obstáculos ao progresso desses projetos para a cidade de São Luís.

4.2 Contexto Conceitual de Cidade Inteligente

Inicialmente, cumpre-se, aqui, a ressalva de evidenciar que a proposta de transformar a cidade de São Luís, no Maranhão, em um modelo de *smart city* parte do pressuposto de que, na malha urbana, são perceptíveis entraves e desafios significativos que obstruem o desenvolvimento da cidade. O tráfego cada vez mais crescente, com consequente impacto no tempo no trânsito e no tráfego de pedestre, emissão de gases poluentes na atmosfera, transporte público deficiente, logística de transporte sem planejamento e distanciamento das abordagens tecnológicas de comunicação e informação atreladas a segmentos mais diversificados, com alto valor agregado para a comunidade.

Outro grande limitador do fortalecimento da implantação dessas iniciativas, além da pouca difusão de vantagens desse modelo para a sociedade, o que reduz uma participação mais efetiva e expressiva da população local na fiscalização e reformas urbanas, é, sem dúvida alguma, o distanciamento e muitas vezes o desinteresse do setor político no que compete ao estudo das propostas, consulta pública, inserção desses mecanismos dentro da agenda política do município e maior sistematização dos projetos.

A ausência do planejamento urbano que possibilite à efetivação e consolidação desses empreendimentos na cidade é outro importante óbice ao progresso inteligente da cidade de São Luís. O planejamento urbano, nesse sentido, conceitualmente, trata-se da vertente que lida com o processo de criação e do desenvolvimento dos programas e serviços que visam a melhorar a qualidade de vida da população de áreas urbanas (como cidades ou vilas) existentes ou a serem planejadas, refletindo também sobre a melhoria contínua do tráfego urbano, qualidade de vida e bem-estar social.

Uma das questões iniciais da reflexão do estudo é a compreensão dos respondentes acerca do conceito de uma cidade inteligente. Cabe aqui destacar os desafios a serem enfrentados, sobretudo no que tange na implantação de políticas públicas voltadas para este tema.

A este respeito T1 apontou que:

> Uma cidade inteligente, conhecida também por *Smart City* é aquela que faz uso das tecnologias modernas da informação objetivando o aumento do conforto do cidadão. Uma cidade planejada, atualizada em tempo real, abrangida por Sistemas Inteligentes de Transporte (ITS). Isto significa que o utilizador, independente da sua classe social, pode optar pelo melhor trajeto para o seu dia. Basta para isso estar ligado a uma rede pública/privada 3G/ 4G ou *Wifi*. A ligação à rede Pública de Transportes por meio da tecnologia possibilita o desenvolvimento econômico, cultural e social de uma região, bem como melhora todos os demais serviços. Traz uma cidade mais livre. Enquanto urbanista, uma cidade inteligente é também aquela onde a sua própria estrutura já oferece naturalmente esta flui-

dez. Mas sem dúvida, trabalhar a artéria estruturante do transporte é um ponto fundamental. Exemplos, a nível nacional: Curitiba, cidade estruturada de raiz com transporte público urbano rápido e eficiente utilizado por 70% da população. Considerada a capital com melhor qualidade de vida. A nível internacional: Copenhague (Dinamarca). Conceito de cidade mais abrangente do "Carbono 0", onde o conceito de cidade sustentável vai até aos edifícios. Não nos esquecendo do papel fundamental da bicicleta e do transporte coletivo com emissão zero.

O entendimento de T2 sobre os conceitos que envolvem cidades inteligentes é:

> Quando se pensa em algo inteligente, a primeira resposta que vem é: mundo digital. Hoje, tudo é voltado para a internet, uma cidade que não tem aplicativo para auxiliar o usuário de transporte coletivo, é ultrapassada. A cidade de Curitiba, no Paraná, é uma referência em tecnologia para os usuários do transporte coletivo; Corredores de ônibus, cartões de transporte, a recarga embarcada, bicicletas elétricas, aplicativos, dentre outros. Uma cidade inteligente (*smart city*) precisa ser autossustentável e também gerenciada; sem gerenciamento, não tem crescimento.

T3 apontou que:

> Acredito que a cidade inteligente é aquela que consegue desenvolver uma política de mobilidade urbana eficiente e fazer uso da tecnologia para melhorar a vida no espaço urbano. Ex.: Londres. A cidade dispõe de opções de metrô, além de ônibus para os usuários e disponibiliza as informações bem precisas no site do TFL (*Transport for London*).

Conforme entendimento de T4, o mesmo considera que:

> Cidade Inteligente ou *Smart City* são os termos mais populares usados para definir projeto ou uma cidade que consiga gerenciar e integrar informação e comunicação, resultando em benefícios para aprimorar, melhorar a utilização de seus recursos, sejam humanos, ambientais, energéticos, tecnológicos, transportes de pessoas ou de bens. Acrescentaria também que, em grande parte dos casos, este termo é confundido e reduzido a automação tecnológica, desconsiderando então o gerenciamento de dados e informações social e espacial da cidade. Permitir a abertura e integração de dados e informações para desenvolver projetos interdisciplinares integrados transversais entre diversos atores responsáveis pelo gerenciamento da cidade. Estes projetos, por sua vez, devem ser envolvidos, debatidos, comunicados junto à população. Consideraria isto passo inicial que já modificaria a realidade de São Luís. Lembrando que é necessário que projetos deixem de ser pacotes partidários que morrem a cada 4 anos, e passem transcender gestões administrativas, ou seja, possuírem continuidade.

Sobre o nível de conhecimento acerca da *smart city*, T5 aponta que:

> São cidades que usamos a tecnologia para controle de energia elétrica, redução de consumo de combustível fóssil e tratamento e reuso de água o sentido orientado para prover resultados na qualidade de vida e conservação ambiental.

Por sua vez, T6 sobre a compreensão de cidades inteligentes (*smart cities*) coloca que:

> Significa o planejamento e a organização com a intenção de otimizar diferentes aspectos(recursos) em prol do bem estar da sociedade. Ex. uso otimizado de energia elétrica, monitoramento de pontos/locais com desperdícios de água (vazamento).

Finalmente para T7, uma cidade inteligente compreende-se como sendo inovadora, participativa, altamente tecnológica e conectada, pois otimiza seus recursos, usa a tecnologia para consolidar a cidadania e trazer conforto e comodidade aos seus cidadãos. O mesmo enxerga a iniciativa de implementar modelos de *smart city* em São Luís de maneira bem veemente e expressa, sobre isso, que:

> Sou um entusiasta deste projeto e estudioso da área. Infelizmente, nossos governantes pouco fazem para implantação deste conceito. Certamente, as pessoas querem, as pessoas gostam de tecnologia e desejam participar do processo de planejamento e desenvolvimento da cidade. Há algumas iniciativas de implantação de grupos de estudo na secretaria de planejamento do São Luís, mas sem que isto seja uma prioridade.

Nesse sentido, por meio da análise do questionário, verificou-se que há praticamente um consenso quanto ao entendimento teórico do termo: uma cidade inteligente. Aqui, no tópico em questão, percebem-se elementos e estruturas conceituais que contribuem para a constituição de um conceito que potencialize a aplicabilidade de tecnologia, qualidade de vida da sociedade, infraestrutura do transporte público e tráfego urbano mais enxuto e organizado, com influência direta no bem-estar e tempo de percurso dos pedestres e veículos.

A importância da informação no desenvolvimento urbano tem se tornado cada vez mais evidente e ganha força no mundo todo. A ideia por trás dos dados abertos, ou *open data*, é a de governos que disponibilizam às pessoas informações sobre as suas atividades, orçamentos e despesas por meio da prestação de contas (*accountability*) e práticas de consulta popular e mecanismos de fiscalização e cobrança da continuidade dos projetos urbanos para a construção de modelos inteligentes.

Significa, então, compartilhar conhecimento para que sirva de estudo e seja usado para tornar mais eficiente a própria administração pública, com amplo engajamento de todos os atores envolvidos dentro do processo de constituição urbana e social.

Considera-se que dados livres vão muito além da prestação de contas dos recursos públicos, uma vez que também abrem possibilidades para que gestoras e gestores consultem a população e tornem as pessoas ativas e participativas nas cidades. Cortar gastos, ser sustentável, eficiente e resiliente são caminhos que levam ao estabelecimento de cidades inteligentes.

As tecnologias da informação e comunicação são fundamentais para resolver desafios complexos das grandes cidades, que são obrigadas a se remodelar a cada dia para atender questões como aumento populacional, crise econômica e mudanças climáticas. Abordagens inteligentes que uma cidade pode adotar incluem colocar cidadão no centro do debate, reconhecer que os serviços são aprimorados com a contribuição dos usuários e oferecer uma boa infraestrutura digital que permita o acesso e a participação

social.

4.3 Iniciativa/ projeto para tornar São Luís – MA uma Cidade Inteligente

Desse modo, com base no questionamento sobre a iniciativa de tornar a cidade de São Luís (MA) em uma cidade mais inteligente, seguindo esses mesmos modelos apresentados na questão anterior, perguntou-se como foi iniciada e quais os principais objetivos; qual o envolvimento do cidadão; motivação ou incentivo; problemas abordados; organizações envolvidas; jurisdições envolvidas; setores envolvidos; número de pessoas envolvidas; cronograma e fase do projeto. T1, respondendo cada ponto, em particular, indicou que, quanto à iniciativa de tornar a cidade em modelo de *smart city* é preciso planejamento que contemple o uso de Sistemas Inteligentes de Transporte (ITS) no interface do *Bus Rapid Transit* (BRT), mensurando os impactos produzidos no tráfego e na qualidade de vida das pessoas.

Em relação ao comportamento da iniciativa e aos objetivos, o projeto iniciou-se com a Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA), a partir da solicitação de que o empreendimento fizesse parte do grupo de "Propostas Selecionadas" do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), isto é, do Pacto da Mobilidade junto ao Ministério das Cidades. O processo inicia-se com uma Carta Consulta e com a elaboração de um Plano de Trabalho. Com a criação da Agência de Transporte e Mobilidade Urbana do Maranhão (MOB/MA) e expertise da agência voltada à mobilidade o desenvolvimento do plano foi transferido para a Agência onde T1 desempenha suas atribuições.

O foco se assenta na aplicação das instruções da Lei nº 12.587, de 03 de Janeiro de 2012, que versa sobre Política Nacional de Mobilidade Urbana, objetivando integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas no território.

O papel do cidadão nesse processo repercute-se na avaliação, discussão e fiscalização das propostas dos projetos (empreendimentos apresentados). O processo passa por uma série de consultas públicas, onde é apresentado o projeto e discutidas as intervenções. É também apresentado pelos diversos meios de comunicação, a exemplo do Jornal do Estado do Maranhão, o Imparcial, Diário Oficial e site da MOB/MA, além do Portal da Ouvidoria. Isto qualifica o cidadão e abre espaço para que o mesmo possa exercer seus direitos à contestação e sugestão de proposta de intervenção. A Agência prioriza sempre o princípio da transparência e da facilidade de contato e comunicação.

> Com a implantação desse projeto, tentaremos recuperar o conceito de uma cidade mais voltada ao pedestre, ao cidadão, ao favorecimento do transporte público de qualidade e o incentivo ao desenvolvimento econômico local. Favoreceremos o circuito a quem optou indo para longe, Raposa, Araçagi, etc, mas queremos com ele também trazer o utilizador mais para perto do centro urbano outra vez. A Holandeses, por exemplo, queremos mudar a cara para uma "*Boulevard*". Trazer

> a arborização e ventilação natural para a cidade com passeios e ciclovias climatizadas, seguros e confortáveis. Faixas de pedestre sinalizadas, iluminadas e por aí vai. O retorno a uma vida mais saudável onde o veículo privado motorizado e poluente passe para último lugar.

Evidentemente, são percebidos alguns "gargalos" ao longo da constituição do projeto de sistematização tecnológica ao perímetro urbano da cidade de São Luís (MA), entre os quais foram apresentados a implantação de um plano onde a política em benefício da sociedade tem que prevalecer face ao benefício privado. Exemplo: na área da Extensão da Av. Litorânea o sistema público de transporte "BRT" passa por 1,81 km de área, hoje invadida por famílias (residências/casas de veraneio) e comércios na área de Patrimônio da União. A exemplo, temos a fala de T1

> Se formos para o caso da Av. dos Holandeses, são vários os comerciantes que se apropriaram da área de domínio público. Em ambos os casos, quem se instalou inapropriadamente está ciente do risco. Contudo, e prevalecendo o cuidado com o cidadão, já no Lote 01, por exemplo, estamos trabalhando com equipe especializada que nos ajudará a estabelecer o contato com as famílias e comerciantes afetados. Esta equipe começará com todo o levantamento e verificação cadastral de cada imóvel. Fará a sua avaliação com base nos custos correntes e atualizados. Avaliará e nos ajudará na negociação. Trarão também soluções e acompanharão as famílias com esclarecimentos e atividades chegando inclusivamente a ofertar cursos de formação profissionalizante. Todo este "Plano Técnico de Trabalho Social" será amplamente discutido e acompanhado pelos vários intervenientes no processo, Agência MOB/ Construtora/ Gerenciadora, Famílias e Comerciantes. Tudo prezando por um bom fluxo da obra pensando no menor impacto de maneira a afetar o mínimo possível o comércio e o acesso ao local. No fim, todos beneficiarão com o sistema, e isto ao longo das conversas é preciso frisar. Um trabalho árduo e delicado, mas de suma importância e responsabilidade.

As organizações e setores envolvidas são, dentre outros, a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana (SEMOB) Brasília, Ministério das Cidades, Brasília. Secretaria de Representação do Estado do Maranhão, Brasília, Caixa Econômica Federal (CEF), Comissão Central de Licitações (CCL), Comissão Setorial de Licitações (CSL), Maranhão, Secretaria de Estado de Infraestrutura (SINFRA), Maranhão, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), Maranhão, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Brasília, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), Maranhão, Secretaria das Cidades (SECID), Maranhão, Secretaria Municipal de Projetos Especiais (SEMPE), Maranhão, Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (CAEMA), Casa Civil do Governo do Estado do Maranhão, em comunicação clara e direta com o próprio Governador do Estado do Maranhão.

Quanto ao cronograma e fase do projeto, T1 aponta que o empreendimento está dividido em dois Lotes de Construção (Lote 01 – Trecho Av. Litorânea/ Av. Colares Moreira e Av. São Carlos e Lote 02 – Av. Holandeses/Auxiliar Búzios). Cada lote com Cronograma de Obra para 24 meses. A Licitação do Lote 01 já está em fase final para

definição da Construtora contratada. A do Lote 02 está, no momento, na CCL, em fase de preparação para licitação.

O questionamento que versa sobre descrição e iniciativa do projeto não foi respondido por T2 e por T3, deixando uma lacuna expressiva no que compete ao conhecimento acerca das particularidades do projeto de implementação do empreendimento de mobilidade urbana desenvolvido pelo órgão de competência em estudo nesse tópico.

T4 sobre esta iniciativa/projeto de implementação da *smart city* considera que:

> O projeto "Cidade Ideia" que desenvolvi, em 2010, no mestrado pela *Universitat Politecnica da Catalunya* (UPC), Barcelona, e Universidade Técnica de Delft (TUDelft) tem como objetivo gerenciar informações existentes do sistema de transporte de São Luís, rever seu projeto de rede e elaborar com uma proposta de rede integrada que tenha como foco principal o planejamento da cidade para todos. Os problemas são fundamentados na má distribuição e utilização de seus recursos, no caso, recursos humanos, energéticos e social. A rede ineficiente prejudica os usuários em tempo de viagem, acessibilidade, e por outro lado, trás prejuízos para os operadores em alto consumo energético e de recursos humanos na operação de um sistema caro e ultrapassado. O projeto fez o que os principais atores da cidade nunca haviam feito: catalisar todas informações existentes no sistema e, finalmente, analisar tudo de forma integrada, realçando as eficiências de um sistema integrado.

Em relação ao esforço empreendido pela cidade para incorporar esses processos, T5 compreende que alguns pontos devem ser observados, para que a iniciativa tenha êxito, dentre os quais estão a criação de ciclovias para incentivar pessoas a não poluir o ar atmosférico com a queima de combustível fóssil; tratamento de resíduo do esgoto sanitário que irá contribuir para controle de doenças transmitidas pela água contaminada e conservação dos corpos hídricos (rios e praias); instalação de sistemas inteligentes de controle de sinais de trânsito e construção de vias e sistema de transporte coletivo eficientes (metrôs, vias expressas, ciclovias, dentre outros).

A este respeito, T6 enxerga uma série de vantagens sobre a implantação do modelo em São Luís, dentre os quais estão:

> As organizações devem estar envolvidas em diferentes instâncias desde associações de bairro, representações e os conselhos de classe, entidades sociais, etc. Os objetivos devem estar em comum acordo de todos em prol da qualidade de vida da população e o envolvimento do cidadão e de fundamental importância. Mas para isso é necessário a participação integral do poder público nos investimentos atacando os principais problemas causados pelo aumento do número de pessoas nas grandes cidades, vindas do setor rural para área urbana. Um outro aspecto que vejo como importante é a implantação de sistemas inteligentes e sustentáveis para melhoria de qualidade de vida dessa população, porém nota-se que sem o incentivo de investimentos do poder publico fica inviável.

Por sua vez, T7 considera que:

> O impacto do uso da tecnologia é extraordinário em todas as áreas, inclusive no planejamento urbano. Uma cidade inteligente é uma cidade viva, que, graças à tecnologia, pensa e interage com seus cidadãos. Isto vai ajudar em aspectos

que vão desde o planejamento das vias, dos meios de transporte coletivo a serem utilizado, até os serviços de informação online aos usuários sobre trânsito e transporte por meio de aplicativos e outros ferramentas tecnológicas (congestionamento, gestão de estacionamento, localização e acompanhamento de deslocamento dos ônibus e outros coletivos, etc.).

No âmbito dessas reflexões, constatam-se, pelas respostas, que a viabilidade de implantação de um empreendimento propício ao desenvolvimento de uma cidade inteligente, em São Luís, assim, mais uma vez, leva-se a questão do planejamento urbano como ferramenta estratégica para a consolidação dessas políticas. O uso de Sistemas Inteligentes de Transporte (ITS) e *Bus Rapid Transit* (BRT), nessa ótica e vertente, faz desse modelo uma iniciativa com alto valor tecnológico agregado, levando ao cidadão dados e informações acerca da qualidade do transporte público urbano, tempo de espera e movimento do mesmo por meio de acesso facilitado a canais de internet rápida.

No Brasil, a discussão sobre os Sistemas Inteligentes de Transportes permanece em ritmo lento de evolução, com a pouca elaboração de normas capazes de apoiar a criação de uma arquitetura nacional de ITS. No entanto, percebe-se um crescente interesse, por parte dos órgãos gestores em implementar sistemas automatizados para auxiliar na melhoria da qualidade dos sistemas de transportes e como forma de aumentar a produtividade do setor.

Essa tecnologia também é tida como capaz de melhorar o desempenho dos transportes públicos, através da manutenção da regularidade e pontualidade. Sistemas Inteligentes de Transporte estão diretamente relacionados à variedade de tecnologias eletrônicas e de informações baseadas em comunicação com ou sem fio. Quando integradas à infraestrutura do sistema de transportes e nos próprios veículos tais tecnologias possuem potencial para amenizar os congestionamentos, aumentar a segurança e a produtividade.

A evolução dos ITS ocorreu de forma acelerada, multifacetada e muitas vezes baseada nos avanços tecnológicos considerados revolucionários para o setor de Mobilidade Urbana. O advento dos computadores pessoais e a globalização das atividades econômicas permitiram que recursos de ITS fossem assimilados por usuários, operadores e gestores com pouca ou nenhuma exposição aos níveis básicos de conhecimento tecnológico específico.

O *Bus Rapid Transit*, por outro lado, como uma interface do ITS, é uma abordagem de sistema de transporte público baseado no uso de ônibus. Isto por que o verdadeiro sistema BRT tem serviços e infraestrutura especializados para melhorar a qualidade do sistema e remover causas típicas de atrasos. Em linhas gerais, o BRT visa combinar a capacidade e velocidade do veículo leve sobre trilhos ou do metrô com a flexibilidade, baixo custo e simplicidade de um sistema de linhas de ônibus.

Contudo, para ser considerado um BRT, um sistema de transporte público de ônibus, este deve operar por uma faixa de rodagem exclusiva (corredor de ônibus) para evitar o congestionamento do tráfego. Além disso, um verdadeiro sistema de BRT deve ter os seguintes elementos:

a. Alinhamento no centro da via (para evitar atrasos típicos do lado do meio-fio)
b. Estações com cobrança de tarifa fora do veículo (para reduzir o atraso do embarque e desembarque relacionado com o pagamento ao motorista)
c. Estações com o nível do piso do ônibus (para reduzir o atraso do embarque e desembarque causado por escadas)
d. Prioridade de ônibus nos cruzamentos (para evitar a atraso em intersecções rodoviárias).

Naturalmente, para legitimar o empreendimento de cidades inteligentes, sabe-se que há normativas que regulamentam esses modelos de empreendimentos, a exemplo das instruções da Lei nº 12.587, de 03 de Janeiro de 2012. Tais normas versam sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana, objetiva a integração entre os diferentes modos de transporte, bem como a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas no território.

O papel do cidadão nesse processo repercute-se na avaliação, na discussão e na fiscalização das propostas dos projetos. O processo passa por consultas públicas, onde é apresentado o projeto e discutidas as intervenções. É também apresentado pelos diversos meios de comunicação, a exemplo do Jornal do Estado do Maranhão, o Imparcial, o Diário Oficial e o site da MOB/MA, além do Portal da Ouvidoria. Isto qualifica o cidadão e também abre espaço para que o mesmo possa exercer seus direitos à contestação e sugestão de proposta de intervenção.

Uma cidade inteligente se forma quando investimentos em capital humano e social e tradicional (transporte) e modernas infraestruturas tecnologias de comunicação que alimentam o crescimento econômico sustentável e qualidade de vida da comunidade, com uma gestão sábia dos recursos naturais por meio de uma governança participativa.

Da análise dos questionários, percebe-se que as cidades inteligentes também promovem ações e programas que influenciam a conscientização ambiental, desenvolvendo o conceito de cidades sustentáveis. As cidades que buscam a sustentabilidade devem considerar o papel da informação e interação de sistemas ao invés de considerar municipalidade apenas como a soma de suas estruturas físicas.

Pela utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, emerge uma variedade de fatores tais como abordagem sistêmica e inclusão de projetos *bottom-up* pela

criatividade de seus cidadãos, que permite à cidade a sustentabilidade. Essa abordagem possibilita três aspectos principais para a agregação de valor às cidades inteligentes: ter eficiência operacional, prestar serviços à inovação e fornecer informações do mercado.

5 CONCLUSÃO

Para a maioria dos autores e estudiosos pesquisados, as *smart cities* são abordagens revolucionárias de ambientes, de espaços urbanos e de mobilidade das pessoas. Muitos modelos internacionais e também nacionais podem ser percebidos e seus contrastes, polaridade e pressupostos temáticos são, naturalmente, compreendidos sob diversos contextos. Em São Luís, no Maranhão, é percebido um esforço para o empreendimento de um modelo de cidade inteligente, com base nessas iniciativas de sucesso.

Evidentemente, por meio do questionário aplicado com os respondentes (T1 a T7), há uma percepção plena de viabilidade de implantação do projeto que, obviamente, produza impactos significativos na vida das pessoas, melhorando as questões de mobilidade e de tráfego crescente da cidade.

Todavia, para os respondentes, há entraves a serem considerados no momento de implementarem os alicerces da cidade inteligente, promovendo modernização dos sistemas tecnológicos, dos transportes públicos, incentivo de modalidades de transportes menos poluentes e de infraestrutura sistematizada que possibilite o progresso de todas as iniciativas. O uso de tecnologias pode resultar em expressiva qualidade de vida e bem-estar da sociedade de São Luís, uma vez que, graças a ela, as pessoas terão mais acesso e informações sobre a transparência pública, horário e itinerário dos ônibus públicos, mecanismos de controle e fiscalização das obras públicas, dentre outros benefícios oriundos desse modelo.

Não obstante os avanços observados, ainda é bastante considerável a resistência por parte das camadas políticas da cidade, além de pequena parcela da sociedade que se mobiliza levando esse distanciamento a impor cada vez mais desafios complexos para o fortalecimento dessas abordagens de cidades inteligentes. É preciso uma mobilização e integração de todos os setores da sociedade, no trabalho conjunto, na percepção dos indicadores urbanos, para que esse esforço efetivamente apresente resultados e o modelo se destaque.

Do ponto de vista da construção deste novo paradigma chamado *smart cities* não parece haver, portanto, um modelo a seguir ou uma meta clara a atingir, mas sim um esforço para o entendimento daquilo que a cidade é no instante: real e virtual, simultaneamente. Neste ponto, seu processo de aperfeiçoamento – seja tecnológico, social ou mesmo do próprio indivíduo é, e sempre será, tanto dependente do homem quanto um

reflexo de sua evolução em sociedade. Este contexto é confirmado quando se identifica na cidade inteligente e na fábrica do futuro o homem como sendo a constante de ambas, pois é a partir dele que a cidade reflete esta condição de ser mutável, onde tudo que lhe é permanente é ressignificado como provisório dentro da sua trajetória existencial.

Naturalmente, é possível destacar os limites do estudo em questão, ainda mais no que compete à exposição dos resultados da pesquisa, já que nem todas as questões foram respondidas por todos os participantes, gerando algumas lacunas para compreensão completa de algumas questões que viabilizam as inquietações acerca do estudo de viabilidade dos empreendimentos de mobilidade urbana e gerenciamento tecnológico. Os investimentos públicos e privados na cidade ainda são escassos, áridos e contribuem para a lentidão do progresso da implantação do modelo da *smart city* em São Luís (Maranhão).

Percebeu-se, com a pesquisa e a análise das percepções provenientes dos questionários, lacuna correspondente a estudos publicados na literatura acadêmica nacional, evidenciando a abertura e espaço para estudos que contemplem outras metodologias de implementação de *smart cities* em certos pontos do país, que também necessitam de reformas de mobilidade urbanas urgentes.

As cidades do Rio de Janeiro e Curitiba possuem os modelos mais difundidos na academia de produção e publicação científica, ficando outras cidades inteligentes brasileiras relevantes e com resultados expressivos com pouca representatividade. No que tange à proposta para esse modelo na cidade de São Luís, no Maranhão, é quase nula ou inexistente a produção científica, demonstrando que há uma margem e espaço amplos para o levantamento de informações, de viabilidade e estudo dos impactos dos empreendimentos tecnológicos e de gerenciamento nos transportes públicos na cidade, ficando esses pressupostos científicos elencados como sugestões de pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

CASTRO, C. U. *Transporte público urbano: a tarifa única no município de Florianópolis*. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293745, 2007.

HENSHER, D.A. *Bus Transport: Economics, Policy and Planning*, Research in Transportation Economics, 18. Oxford-UK: Elsevier, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais:* Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. Estudos e Pesquisas. IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/, 2016.

PEIXOTO, E. *Quais são as características de uma cidade inteligente?*. Disponível em http://

elisiopeixoto.blogspot.pt/2016/07/quais-sao-as-caracteristicas-de-uma.html. Acesso em: 20 jun. 2017.

RIBEIRO, Marcio Queiroz; MONTE, Calos Saboia. *Nota Técnica preparada a pedido da Federação Nacional de Engenheiros no âmbito do segundo projeto Cresce Brasil + Cresce Brasil+ Engenharia + Desenvolvimento*. Federação Nacional dos Engenheiros, 2009.

SOUZA, J. C. *Projeto de desenvolvimento de uma cidade digital, inteligente e sustentável no município de Morretes, no litoral do Paraná.* Relatório de Fim de curso. Matinhos: Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, 2016.

GESTÃO ESCOLAR E CONTRA-HEGEMONIA: uma relação necessária e possível

Albiane Oliveira Gomes [1]
Cassio Vale[2]

RESUMO
Discussão acerca do papel protagonista do gestor escolar na sedimentação de ações contra-hegemônicas no âmbito da escola. Destaca-se que no processo de democratização da escola pública no país, a figura do (a) gestor (a) passa a desempenhar maior centralidade na reprodução das ideologias legitimadoras da classe dominante, no âmbito das políticas educacionais de viés neoliberal, uma vez que assume a função precípua de executor e coordenador do processo de consolidação da democracia na escola. Aborda-se a questão do papel da escola numa vertente teórica marxista, tendo como referencial as contribuições de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas, que a destacam como espaço privilegiado de processos contra-hegemônicos.
Palavras-chave: Gestão escolar. Hegemonia. Contra-hegemonia.

ABSTRACT
Discussion about the role of the protagonist in school manager sedimentation of counter-hegemonic actions within the school. It is noteworthy that the process of democratization of public schools in the country, the figure of (a) manager (a) starts to play greater centrality reproductive legitimating ideologies of the ruling class, in the midst of the educational policies of neoliberal bias, since assumes a major role as executor and coordinator of the consolidation of democracy in school. Addresses the question of the role of the school in a Marxist theoretical model, taking as reference the contributions of Antonio Gramsci and Nicos Poulantzas, that stand out as special area of counter-hegemonic processes.
Keywords: School management. Hegemony. Counter-hegemony.

1 INTRODUÇÃO

O texto objetiva discutir acerca de um possível foco do/a gestor/a escolar na construção de ações contra-hegemônicas no espaço escolar e parte-se da asserção de que, no processo de democratização da escola pública, engendradas no âmbito das políticas educacionais de viés neoliberal a partir da década de 90, a figura do/a gestor/a

1 Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: albiane11@hotmail.com
2 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA), na linha de políticas públicas educacionais. E-mail: cassiovale07@yahoo.com.br

passa a desempenhar centralidade na disseminação da ideologia dominante. Contudo, dado à lógica contraditória das relações sociais, sua atuação na escola pode representar ações que possibilitem ganhos à classe menos privilegiada, contribuindo com a construção efetiva da democratização das relações na gestão escolar.

A reflexão sobre um possível protagonismo dessa gestão no seio da correlação de forças no espaço escolar encontra elementos elucidativos nas contribuições de Antonio Gramsci (1891-1937) e Nicos Poulantzas (1936-1979). Do primeiro, consideramos seu conceito de hegemonia, o qual se relaciona diretamente com sua concepção "ampliada" de Estado e de democracia, condensados no cerne de sua teoria de transição ao socialismo e na qual a educação ocupa lugar de destaque. Do segundo, não menos importante, ou, até mesmo mais relevante, pois, afirma Coutinho (2012), superou dialeticamente o primeiro, permite a todos uma visão ampliada dos espaços nos quais são forjadas as lutas hegemônicas no seio da sociedade capitalista, apresentando o espaço estatal como campo privilegiado de contra-hegemonia e assim de resistência e luta da classe dominada.

Na atual conjuntura, caracterizada por um profundo esvaecer dos aportes teórico-metodológicos clássicos, as contribuições desses estudiosos são oportunas à compreensão dos problemas postos pelo antagonismo de classes que marcam as sociedades capitalistas na atual fase do imperialismo hegemônico global que, segundo Mészáros (2009, p. 16) é potencialmente a mais mortal do ciclo de reprodução do metabolismo social do capital.

Decerto na America Latina, particularmente no Brasil, com seus inúmeros problemas sociais crônicos, em vista de uma trajetória histórica marcada pelo descaso do poder público no trato das questões sociais, faz-se necessário pensar numa práxis educativa capaz de transformar a realidade excludente presente. Desse modo, a concepção de educação que baliza as reflexões aqui empreendidas é a de uma educação marxista, cujo propósito se traduz no desenvolvimento integral do homem, mediante a tríade: formação intelectual, formação corporal e formação politécnica, ou seja, uma educação *omnilateral*.

No intento de contribuiir com a discussão do que se poderia dizer do papel do sujeito na história, há de se questionar: em que ponto o gestor escolar pode atuar como agente central de ideologias contra-hegemônicas no âmbito da escola, considerando que suas condições objetivas de trabalho muitas vezes lhe imputam determinismos que só tendem a legitimar as contradições de classe no seio do próprio espaço educativo? Muitas podem ser as respostas a esta única questão, pois está envolta em condicionantes macro e micro estruturais que lhe são determinantes. Por ora, contudo, tentaremos

elucidá-la tão somente no que se refere aos seus aspectos de ordem teórica.

Desse modo, será feita uma breve contextualização das contribuições das teorias socialistas gramsciana e poulantziana no tocante à sua compreensão do contexto onde são travadas as lutas pela hegemonia na sociedade capitalista, destacando nesse turno a pertinência da educação no bojo do projeto revolucionário socialista. A necessidade e as condições reais de atuação do gestor escolar como protagonista de ações contra-hegemônicas no seio do processo de democratização da escola pública em curso é motivo de discussão em seguida, e, por último, mas não menos importante, serão feitas as considerações finais.

2 GRAMSCI E POULANTZAS E OS ESPAÇOS DE CONTRA-HEGEMONIA

A compreensão destes célebres marxistas acerca das contradições da sociedade capitalista está diretamente ligada ao tempo histórico, e assim, a determinada fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista com nuances típicas no campo social. Esse momento histórico é o século XX, no qual se evidencia dois grandes fatos históricos que lhe são marcos: a I Guerra Mundial (1914-1918), e o Colapso da União Soviética (1991), que sintetizam o que Hobsbawm (1995) denomina de "Era dos Extremos", haja vista a magnitude das catástrofes humanas ocorridas nesse século, em que as duas Grandes Guerras dizimaram milhares de pessoas como nunca antes na história da humanidade, além de se esvair o projeto revolucionário socialista suplantador do sistema capitalista que, ao contrário, fizera fortalecer-se, encontrando novas rotas para fluir o seu ciclo produtivo de acumulação predatória e contornar suas crises cíclicas.

O acelerado avanço das tecnologias da informação e comunicação no último quartel desse século agudizou o processo de globalização da economia, estreitando as fronteiras intercambiais entre as diversas nações, com profundas transformações no âmbito das relações materiais de produção que consolidaram a hegemonia da classe burguesa nos campos econômico e social em escala planetária.

Fora no contexto de transição do capitalismo concorrencial para a sua atual fase – a fase monopolista, que Gramsci empreendeu um empenho teórico para compreender as particularidades da revolução socialista no ocidente e "poder explicar o fracasso das tentativas até então encetadas e encontrar os caminhos de seu êxito no futuro" (SAVIANI, 2010, p. 12), tendo com referência teórico-metodológica o marxismo a lhe subsidiar a análise dessa nova conjuntura.

A conformação do capitalismo e suas implicações na organização econômica e social à época de Gramsci são analisadas por ele no texto "Americanismo e Fordismo" (GRAMSCI, 2012). Nessa obra, o autor elucida que o modelo fordista de produção, com

berço nos Estados Unidos, além de ter sido um mecanismo impulsionador do progresso das forças produtivas capitalistas, em virtude de seu caráter ideológico, político e cultural o qual se configurou numa nova filosofia de vida – o americanismo – que provocara alterações em todo o tecido social, e, mormente no Estado, núcleo central da disputa hegemônica de classe.

Para Marx, Engels e Lenin (s/d), o Estado representava, sobretudo, um órgão de dominação de classe, exercida mediante o poder coercitivo tendo o exército e a polícia como seus principais instrumentos.

Antenado com as mudanças econômicas e sociais decorrentes do processo de industrialismo por que passava o capitalismo no início de sua fase monopolista, e, utilizando-se do método marxista ao problema do fracasso da revolução socialista no Ocidente, Gramsci formula sua epistemologia revolucionária, capaz de promover a transformação radical das relações capitalistas nos países ocidentais. Sua análise da realidade concreta permitiu-lhe concluir que

> [...] a dominação e a direção *políticas* da classe operária – sem as quais não se pode constituir o Estado socialista – não se esgotam no controle imediato da produção *material*, mas implicam também uma ação hegemônica sobre o conjunto dos mecanismos (políticos, sociais, culturais) que asseguram a reprodução da vida social e global e, inclusive, a reprodução das próprias relações de produção (COUTINHO, 1981 *apud* MARTINS, 2008, p. 129).

Desse modo, fica claro que, para a conquista do poder nas sociedades ocidentais, a exemplo do Brasil, onde as relações de produção tem um grau de desenvolvimento mais avançado do que as das sociedades orientais, é necessária uma estratégia que possibilite captar e neutralizar a força ideológica e cultural que emana da dinâmica dessas relações econômicas e que reproduzem e legitimam os interesses da classe dominante. Isto coaduna na "ideia de que a conquista de hegemonia por uma classe implica sua transformação em classe nacional – ou seja, de que só se pode ser classe dominante quando já se é classe dirigente, quando já se detém o consenso da maioria da população trabalhadora" (COUTINHO, 2012, p. 68-69). Ademais, nesse contexto, o Estado adquire novos e complexos contornos, distintos daquele onde a revolução socialista fora bem sucedida: a Rússia. Aqui, ou seja, "No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil" (GRAMSCI, 2012, p. 266).

Essa nova correlação de forças levou Gramsci a elaborar sua teoria "ampliada" do Estado, a qual compreende que o Estado não se restringe ao aparelho governamental – sociedade política –, estando vinculado também aos aparelhos "privados" de hegemonia – sociedade civil –, compreendendo ser esta, ou seja, a sociedade civil, o lócus

privilegiado da função social da hegemonia. Em síntese, o Estado gramsciano é entendido como a articulação da "sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção" (Op. Cit. p. 248). Em outras palavras, na teoria ampliada de Estado gramsciana

> [...] a *sociedade política* [que Gramsci também chama de ´Estado em sentido estrito´ ou de Estado-coerção] que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e a violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura [revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa] (COUTINHO, 2012, p. 127).

Nesse sentido, é importante frisar que a escola pertence à sociedade de hegemonia burguesa e tem um importante papel nessa sociedade para disseminar as ideologias do Estado e de estar no poder,

Vejamos que nessa perspectiva o espaço da escola é estratégico para a conquista da hegemonia, e, desse modo, é o lócus privilegiado de ações contra-hegemônicas. Porém, sendo um aparelho privado de hegemonia, as lutas ali travadas refletem o antagonismo de classes que caracteriza a sociedade capitalista, sendo condição *sine qua non* à atuação contra-hegemônica, "que o proletariado [neste caso, os sujeitos que compõem o espaço educativo, momento o gestor escolar] abandone a mentalidade corporativista, [...], deixando de defender apenas seus interesses imediatos, grupais, convertendo-se assim [...] em classe que assume e faz suas todas as reivindicações das camadas trabalhadoras" (COUTINHO, 2012, p. 68). Malgrado, não se pode perder de vista a ferrenha resistência por parte de alguns sujeitos nesse mesmo espaço que continuam "fiel a seu papel de cão de guarda do bloco no poder" (POULANTZAS, 2000, p. 160).

Como já assinalado, face às mudanças que extrapolam o âmbito da produção e que forte impacto têm na nova configuração do Estado: síntese de sociedade política e sociedade civil, esta última epicentro da hegemonia, a estratégia gramsciana proposta é a "guerra de posição", na qual "a ideia [sic] de que a conquista do poder de Estado, nas sociedades *complexas* do capitalismo *recente*, deve ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, isto é, no interior do próprio Estado em seu sentido amplo" (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2000, p. 135).

Gramsci postula a "guerra de posição" como o único caminho para o sucesso do socialismo nas sociedades ocidentais, deixando explícita "[...] a necessidade de uma mudança da *guerra manobrada* [guerra de movimento], aplicada vitoriosamente no Oriente

em 1917, para a *guerra de posição*, [...] única possível no Ocidente" (GRAMSCI, 2012, p. 265).

Conforme Campione (2003), na estratégia da guerra de posição, Gramsci resgata o conceito de revolução,

> mas sob a forma de um processo de laboriosa gestação e não de um acontecimento único e irreversível, e com um conteúdo de transformação radical, não limitado ao poder político e às relações de produção fundamentais, mas aberto à ruptura de todas e de cada uma das relações marcadas pela opressão e pela desigualdade [...] (CAMPIONE, 2003, p. 54).

Nessa estratégia de passagem ao socialismo como processo de luta pela conquista do poder *pela* e *para* as classes subalternas não se resume a tomá-lo de um só golpe, como na "guerra de movimento", mas mediante um embate nos campos cultural e ideológico, nos aparelhos privados de hegemonia, nos quais são produzidos os mecanismos legitimadores da classe dominante, de maneira que "[...] a ideologia das classes subalternas obtenha a hegemonia no interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos privados [aqui no caso a escola], mesmo antes que tais classes tenham conquistado o poder de Estado em sentido estrito, ou seja, tenham se tornando classe dominante" (COUTINHO, 2012, p.134).

Conquanto, pensar numa atuação do gestor escolar dentro dessa lógica da "guerra de posição", no papel de intelectual orgânico a serviço da classe subalterna, na busca da conquista da hegemonia no seio do aparelho privado de hegemonia; a escola, não pode, é certo, ser encarada como algo pacífico, haja vista o jogo de interesses que permeiam as relações objetivas ali presentes, que se radicalizam na luta pela própria sobrevivência desse trabalhador, porém enquanto agente político é convidado a participar do projeto que possa suplantar o sistema que oprime uma grande maioria da classe trabalhadora e nega o direito a uma vida digna à parcela maior ainda.

Concordando com a perspectiva de Rousseau, que concebe a democracia como a expressão da "vontade geral", e que busca o interesse comum e não a simples soma dos diversos interesses particulares, próprios da concepção liberal, o conceito gramsciano de hegemonia se materializa numa relação que se constrói com base no consenso e não na coerção, encontrando na sociedade civil, nos aparelhos privados de hegemonia, sua base material. Porém, assim como Marx, compreende ser essa "vontade" geradora do consenso algo histórico e economicamente determinado, não se efetivando pelo simples fato de se querer, da consciência dos atores sociais, ou seja, ação teleológica livre, uma vez que apesar dos homens fazerem sua história, a fazem não nas condições que escolheram, mas sob forte influência de um determinismo histórico que tem suas bases na produção social da própria existência. Conforme Marx e Engels (2007, p. 51):

> São os homens os produtores de suas representações, de suas ideias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações. A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens e o seu processo de vida real [...].

Logo, a direção dada pela "guerra de posição" como possibilidade de superação do modo de produção capitalista, apesar de seu caráter inovador no campo marxista, não significa que Gramsci abdicou da visão marxista de que o Estado é um aparelho de classe que reflete em suas ações político-ideológicas e burocráticas-legais-institucionais as relações materiais de produção. Sendo um marxista "fiel ao espírito da teoria [marxista] original" (SAVIANI, 2010, p. 14), sua teoria revolucionária fora construída a partir de uma análise pautada no método materialista histórico dialético forjada no cerne dos acontecimentos postos pelas mudanças no âmbito das relações materiais, sociais, político-ideológicas e culturais encetadas pelo modo de produção capitalista na sua fase monopolista, calcado no modelo de produção fordista norte-americano, no início do terceiro quartel do século XX, e que o permitiu elucidar as causas do insucesso das investidas socialistas nos países ocidentais, problema motriz de todo seu empenho intelectual.

Com efeito, entendendo que para o êxito da revolução socialista faz-se necessário tanto a dominação e controle das relações materiais de produção, como especialmente a conquista da hegemonia nos campos ético, político e cultural-ideológico, levaram Gramsci a reconhecer a grande importância da educação para a construção e consolidação do processo hegemônico da classe proletária.

A educação tem importância central na teoria gramsciana, sendo vista como indissociável das práticas sociais que se querem contra-hegemônicas, pois toda relação de hegemonia está circunscrita no seio de uma relação pedagógica, sendo de vital relevância o papel das diferentes instâncias sociais, identificadas por ele como aparelho privado de hegemonia, de modo particular da escola, para a consolidação da hegemonia da classe subalterna. Desse modo, os aparelhos privados de hegemonia são criados pelos grupos e classes sociais com o objetivo de resguardar seus próprios interesses, daí seu papel crucial na arena de correlação de forças.

Na visão gramsciana, a educação ganha um duplo papel ético-político. Pode atuar como mecanismo de disseminação da ideologia da classe dominante ao reproduzir um conjunto de valores que possibilitam a legitimação da classe detentora do poder; ou, numa perspectiva contra-hegemônica, construir uma nova visão de mundo capaz de romper com a hegemonia da classe dominante.

Para Marx e Engels (2007, p. 78) a educação legitima predominantemente os interesses da classe que detêm o monopólio econômico, de forma que "As ideias [*Ge-*

danken] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é força material dominante da sociedade é ao mesmo tempo sua força espiritual dominante".

Logo, no cenário das condições materiais de existência, em que o modo de produção capitalista é determinante e ideologicamente dominante e, a estrutura social e o Estado são suas expressões, o conhecimento torna-se uma arma poderosa e imprescindível na luta em favor do projeto societal da classe subalterna. Como já pontuando nesta exposição, Gramsci concluiu que a supremacia da classe burguesa no campo ético e político se fez (e se faz) mediante não apenas o monopólio das relações materiais de produção, mas, também, e principalmente, pela disseminação no meio social de uma visão de mundo, de uma ideologia que a legitima como hegemônica.

Assim, é partindo da compreensão de que há toda uma organização de criação e proliferação de conhecimento que privilegia a perpetuação da classe burguesa que Gramsci formula sua estratégia contra-hegemônica, tendo na educação, numa perspectiva transformadora, seu terreno fértil de ação. Tal estratégia consiste em promover a elevação cultural das classes subalternas, uma "catarsis", levando-as a tornarem-se uma "classe para si", caracterizada por congregar uma nova visão de mundo, que se transformará num novo senso comum. O senso comum, na acepção gramsciana, refere-se à visão de mundo, valores, normas e condutas, perpassadas no fluxo cotidiano das relações sociais; produto sócio-histórico capaz de garantir a dominação de classe. Para Gramsci, a necessidade de se produzir um novo senso comum é essencial, uma vez que

> [...] é no terreno do senso comum que as classes subalternas incorporam as ideologias dominantes, cuja pretensa verdade se impõe às classes subalternas como única, como superstição [...]. O senso comum é explorado pelas classes dominantes para cristalizar a passividade popular, bloquear a autonomia histórica que poderia resultar, para as massas, no seu acesso a uma filosofia superior (MARTINS, 2008, p. 145).

Dessa forma, para a construção de um senso comum próprio à classe subalterna, pois sua visão de mundo lhe é alheia, estranha, haja vista ser imposta pela classe dominante, pelo ponto de vista econômico, pois a concepção gramsciana postula que o primeiro passo será criticá-lo até que se possa superá-lo mediante a elaboração de uma nova visão de mundo, a qual precisa ser disseminada até se tornar um novo senso comum entre os subalternos, agora vista como uma concepção de mundo não estranha, uma vez que foi forjada pelos próprios dominados e seus intelectuais a partir de seus interesses de classe.

Sendo antagônicos os interesses de classes, a construção do senso comum pela e para a classe subalterna se engendra no âmbito das relações de poder, subsistindo polos de interesses opostos: o hegemônico (a classe burguesa), que se utiliza de todas

as estratégias para perpetuar seus interesses e, o contra-hegemônico (formado pelo proletariado), que tem na educação, especialmente na escola, o espaço privilegiado para a construção e disseminação de novas mentalidades. Nesse processo de construção das filosofias de classes: uma "filosofia da aceitação" (da classe burguesa) e outra "filosofia da transformação" (da classe proletária), a figura dos intelectuais orgânicos ocupa um papel central.

Os intelectuais orgânicos não se constituem em classe propriamente dita, estando vinculados às diferentes classes, daí seu caráter "orgânico", podendo estar a serviço tanto da classe dominante quanto da dominada. Essa especificidade do papel do intelectual orgânico no seio da legitimação de classes é assinalada por Frigotto (2006, p. 194):

> O intelectual orgânico, no interior da classe fundamental a que pertence, tem a função; a nível econômico, cultural, social e político-ideológico, de organizador, dirigente e educador. Cabe-lhe suscitar, entre os membros da classe a que está organicamente ligado, uma tomada de consciência de sua comunidade de interesse e promover no interior da classe uma concepção de mundo homogênea e autônoma. O intelectual tem a tarefa de criar uma ideologia orgânica capaz de tornar a classe não só dominante, mas hegemônica.

Na perspectiva de construção da "filosofia da transformação", que possibilitará à classe proletária conquistar a hegemonia, o intelectual orgânico tem o papel de fomentar a consciência de classe, difundindo as contradições das relações de produção capitalista de maneira a ensejar uma nova visão de mundo por parte do proletário. Sobre a tarefa do intelectual orgânico do proletariado, Frigotto (2006, p. 145) assim assevera:

> [...] é aquele que educa, organiza e direciona a classe para a tomada de consciência das relações sociais de produção a que a mesma está submetida. A difusão da consciência de que a classe proletária não é dona dos meios de produção e é a produtora da mais-valia, é o elemento básico na criação da consciência de classe, na homogeneização dessa consciência.

Assim, a educação na perspectiva gramsciana tem na escola, "a escola unitária", o espaço privilegiado para construir uma nova visão de mundo, uma filosofia transformadora, capaz de suplantar a filosofia da passividade, da aceitação, construída pela classe dominante. A escola proposta por Gramsci tem dimensões técnica e política, isto é, congrega o princípio educativo da cultura formativa "desinteressada", herdado da escola humanista tradicional que entrara em crise face ao processo de industrialização que passou a exigir outro perfil de trabalhador, e o princípio educativo da educação profissional. Gramsci *apud* Nosella (2010, p. 167-168) descreve a escola unitária como,

> Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que tempere equilibradamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (técnica, industrialmente) como desenvolvimento das capacidades de trabalhar intelectualmente. Deste tipo de escola única, através de experiências repetidas de

> orientação profissional, o aluno passará para uma das escolas especializadas ou para o trabalho produtivo.

A escola unitária de Gramsci tem o trabalho industrial como seu princípio educativo, compreendendo que existe uma relação dialética entre trabalho intelectual e trabalho produtivo que extrapola a escola e abarca toda a vida social, e que engendram relações políticas e sociais com possibilidades transformadoras concretas. Logo, a escola é para Gramsci o espaço fecundo para se construir os elementos contra-hegemônicos necessários para germinar o projeto de sociedade contra-hegemônico.

Poulantzas (2000) também problematizando acerca das condições para edificar a sociedade socialista, e a partir do conceito ampliado de Estado e da teoria de "guerra de posição" gramsciana, advoga que a arena de luta pela conquista da hegemonia também se processa no seio do próprio aparelho estatal, ou seja, na esfera da sociedade política. O Estado é visto como "a condensação *material* e *específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe" (p. 131), no qual se disputam, com hegemonia de uma classe, a classe dominante, os espaços legitimadores do bloco no poder.

Esse autor elucida que para se compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças no próprio seio do Estado é necessário reconhecer que "[...] as contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado" (POULANTIZAS, 2000, p. 135). Significa dizer que os aparelhos de Estado são espaços estratégicos de produção da hegemonia e da contra-hegemonia, na medida em que condensam os interesses de classes, refletindo o jogo de "compromissos" entre o bloco no poder e determinadas classes dominadas.

Sobre a atuação da classe dominada no seio da ossatura do Estado, Poulantzas (2000) assevera que seria ilusório crer que somente a presença das classes populares no Estado seja motivo que lhes garanta um poder próprio, sem a transformação radical desse Estado. Isto porque além da supremacia das classes dominantes do bloco no poder, o Estado possui um arcabouço material que lhe permite manobrar as classes dominadas e manter sua hegemonia de classe. Entretanto, ainda que não o suficiente, a atuação da classe dominada no seio dos aparelhos de Estado é condição necessária para transformá-lo. Nas palavras do autor:

> Se esse poder das classes populares no seio de um Estado capitalista inalterado é impossível, isso acontece não apenas em razão da unidade do poder de Estado das classes dominantes , que deslocam o centro do poder real de um aparelho para outro tão logo a relação de forças no seio de um deles pareça oscilar para o lado das massas populares, mas também em razão do arcabouço material do Estado. Esse arcabouço consiste em mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação: ela assegura a presença das classes dominadas em seu seio, embora exatamente como classes dominadas. Mesmo no caso de

> uma mudança da relação de forças e da modificação do poder de Estado em favor das classes populares, o Estado tende, a curto ou longo prazo, a restabelecer sob nova forma, algumas vezes, a relação de forças em favor da burguesia [...] A ação das massas populares do seio do Estado é a condição necessária para sua transformação, mas não é o bastante (POULANTZAS, 2000, p. 145-146).

Resulta que o espaço escolar como aparelho privado de hegemonia, para Gramsci, e aparelho de Estado, na acepção poulantziana, são campos de atuação contra-hegemônicos. Dessa forma, cabe aos sujeitos que a compõe – aqui atenção se chama para o papel do gestor escolar –, desenvolverem ações que possam, na medida do possível e dentro das condições postas pelas contradições que lhes são inerentes, contribuir para fomentar mudanças no âmbito das relações do espaço educativo.

Alguns elementos problematizadores dessa possível atuação contra-hegemônica do gestor escolar encontram abrigo no cerne do processo de democratização da escola pública em curso, ao qual nos deteremos a seguir.

3 A POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA DO GESTOR ESCOLAR NO CERNE DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

O universo escolar é espaço caracterizado por práticas heterogêneas e dinâmicas, no qual coexistem diversos olhares, posturas e concepções que se entrecruzam. Nele circulam ideologias da classe dominante, mas também da classe dominada, havendo espaço para que os intelectuais orgânicos possam desenvolver práticas democratizantes. A escola, nesse sentido, não é apenas o aparelho que reproduz as relações da classe hegemônica, mantendo as relações materiais de produção e as diferenças socioeconômicas peculiares à sociedade de classes, mas numa visão gramsciana e poulantziana, é espaço em que são (ou pelo menos o deveria ser) produzidos os elementos de sua própria contradição e superação, numa perspectiva anticapitalista.

Na medida em que a escola enquanto aparelho privado de hegemonia se configura num dos principais mecanismos de legitimação de interesses de classes, é em seu bojo que as disputas ideológicas travadas podem reverter-se em proveito da classe subalternizada. E, o gestor, no centro desse espaço de correlação de forças, numa perspectiva de gestão democrática, poderá, considerando algumas condições objetivas que lhes são próprias, tais como liberança instituída, poder de decisão no âmbito das relações democráticas com os outros atores que compõem o espaço educativo e mediador entre escola e a comunidae em seu entorno, protagonizar ações que mobilizem as mentalidades dos diversos sujeitos que compõem o espaço escolar (coordenadores, professores, administrativos, alunos e pais), atuando assim como agente político comprometido com a classe menos favorecida.

É importante pontuar o recente processo de construção da democracia no Brasil, que tem como referência os anos de 1980, marcados pela reabertura política e forte participação popular. A organização dos diferentes segmentos sociais na luta por direitos sociais na perspectiva de construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária que se materializou por meio da Constituição Federal Brasileira de 1988 após longos anos de ditadura civil militar, o que trouxe junto uma nova configuração no papel do Estado.

O redirecionamento do Estado no campo social decorre das imposições neoliberais à crise estrutural do capitalismo (MÉSZÁROS, 2011), desencadeadas a partir da década de 70 nos países centrais, e que se fez sentir a partir da década de 90, aqui no Brasil. Os ajustes econômicos e reformas institucionais postos aos Estados nacionais privilegiaram várias medidas traduzidas na tese do "Estado mínimo" – em substituição ao Estado intervencionista característico do pós Segunda Guerra Mundial, cuja experiência do *Welfare State* nos países de capitalismo avançado é a forma mais acabada –, com forte retração das conquistas de direitos sociais.

Assim, o processo de democratização da escola, mediante a construção de novas formas de relações de poder, é parte do projeto de democratização da sociedade propalado pelas políticas neoliberais, que imprimem "à educação o modelo produtivo pós-fordista, de gestão flexível" (FREIRE, 2009, p. 31), no qual a descentralização, a democratização e a participação, tão caros aos grupos sociais comprometidos com uma educação de qualidade para todos, são propostas pelo Estado, mas mais no sentido de aliviá-los de suas responsabilidades com a demanda social. Numa visão poulantziana do Estado, isso traduz as saídas do bloco no poder para legitimar sua hegemonia, na medida em que atende a reivindicação da classe dominada, mas a mantém na mesma condição de dominada, neutralizando-a.

No cerne da correlação de forças inerentes ao processo de democratização da escola, a organização escolar é caracterizada por diferentes concepções de gestão, sendo mais evidenciadas as dimensões ditas autocráticas e democráticas. Na dimensão autocrática prevalecem práticas lineares, hierarquizadas e burocratizantes do processo educativo. Os gestores escolares assumem uma postura predominantemente fiscalizadora, burocrática e mandatária em que a escola é vista como um espaço neutro, negando os dissensos, os conflitos com o propósito de alcançar índices satisfatórios de eficácia, numa perspectiva tecnicista, atuação essa que legitima a classe dominante.

Ao contrário, na gestão democrática a atuação do gestor deve primar pelo compartilhamento do grupo na tomada de decisão, com distribuição equitativa do poder, mediante planejamento e ações construídas por meio do trabalho coletivo, gestão essa

que busca congregar a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Nessa perspectiva, a atuação do gestor poderá conduzir as ações contra-hegemônicas.

Entretanto, conforme Santos (2012), a prática da gestão democrática nas escolas brasileiras ainda é uma realidade permeada por condicionantes desfavoráveis, uma vez que as mesmas, encontram-se arraigadas uma estrutura organizacional maciçamente conservadora, que torna sua implementação uma "árdua e complexa tarefa". Nas palavras da autora,

> Na escola brasileira, como instituição social tradicional e conservadora, construir a democracia no sentido por nós proposto, é uma árdua e complexa tarefa, haja vista toda sua estrutura, organização e funcionamento encontrarem-se assentados em bases autoritárias, centralizadoras, patrimonialistas e personalísticas que criam barreiras quase intransponíveis para educandos e educadores dialogarem, interagirem e avançarem em direção ao novo (SANTOS, 2012, p. 192).

Esse cenário desfavorável à prática da gestão democrática pode nos levar a percebê-la tão somente como a ilusão de um sonho conquistado, o que torna distante a possibilidade de se concretizar uma atuação contra-hegemônica protagonizada pelo gestor escolar no seio do aparelho privado de hegemonia: a escola.

Por outro lado, a prática da gestão democrática, envolta num campo de correlação de forças, na medida em que poderá apenas legitimar os interesses da classe dominante, também poderá atuar na perspectiva de uma ação contra-hegemônica, sendo peça-chave o papel do gestor escolar. Na primeira perspectiva, o gestor representa o intelectual orgânico instituído pela classe dominante, contudo, na grande maioria da realidade ocupa essa função como cargo comissionado, o que o torna refém das condições materiais de trabalho e suscetível de atuar somente como "cão de guarda dos interesses do bloco no poder" (POULANTZAS, 2000). Na segunda perspectiva, porém, poderá cumprir um papel estratégico como intelectual orgânico a serviço da classe dominada, o qual não pode ser desconsiderado, mas, pelo contrário, ser objeto de reflexão por ele e pelos demais agentes políticos comprometidos com uma sociedade mais justa e igualitária, que queiram defender posições no campo da luta pela hegemonia na perspectiva da "guerra de posição" gramsciana.

4 CONSIDERAÇÕES

No contexto atual, em que o neoliberalismo é a forma de existência do capitalismo, com características que agudizam os problemas postos pelo antagonismo de classes próprios da relação capital-trabalho no bojo das sociedades capitalistas, as teorias revolucionárias marxistas de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas têm muito a oferecer

aos intelectuais que comungam do desejo de ver florescer o projeto socialista capaz de promover a superação do injusto sistema de classes, projeto este que compartilhamos na condição de intelectual orgânico da classe subalterna.

As contribuições das concepções gramsciana e poulantzina se apresentam por deveras elucidativas para uma análise da sociedade capitalista na atual fase do capitalismo, marcada por uma grave crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político (MÉSZÀROS, 2009), de modo que urge a prática de uma "educação para além do capital", uma educação que promova a consciência de classe e possibilite à classe proletária, construir e disseminar os elementos que lhe legitimem como classe hegemônica.

Gramsci confere à educação um papel fundamental tanto na consolidação da hegemonia como na construção da contra-hegemonia. Entende que a hegemonia é formulada no bojo das contraditórias relações de poder que caracterizam as sociedades de classe, e que os mecanismos que as legitimam não se restringem ao âmbito das relações materiais de produção, tendo na superestrutura, ou seja, nas instâncias jurídico-política e ideológica, a via por excelência por onde circula o fluxo do seu processo de legitimação.

A escola, nessa perspectiva, cumpre um primordial e fundamental papel na propagação da ideologia dominante e na construção e consolidação de uma ideologia contra-hegemônica, a ideologia do proletariado. O papel da escola, da escola unitária gramsciana, é formar os intelectuais orgânicos para atuarem na formulação da contra-hegemonia, com a tarefa de conscientizar os trabalhadores de sua condição de classe subalterna e impulsioná-los a desenvolverem uma nova filosofia de vida, capaz de construir um novo senso comum que, disseminado em todo o tecido social, legitimará a hegemonia do proletariado.

O referencial marxista aqui proposto nos oferece todo um legado teórico-metodológico que nos permite desvelar as contradições próprias das relações sociais postas pelo modo de produção capitalista, convocando-nos para a militância política, no sentido do engajamento enquanto intelectual orgânico a serviço do projeto socialista. Ocupar nosso lugar na arena política, posicionando-nos no campo do embate das correlações de forças – no sentido da "guerra de posição" –, é a questão que procuramos neste artigo, pondo-se em revelo, ainda que de forma superficial, um possível protagonismo do gestor escolar nos processos contra-hegmônicos no âmbito da escola, ante um cenário no qual o capital se mostra cada vez mais destrutivo e desumanizador.

REFERÊNCIAS

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na America Latina. In: COUTI-

NHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci:* um estudo sobre seu pensamento político. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva.* 8 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. Cap 2 e 3.

FREIRE, Wendel (Org.). *Gestão Democrática:* reflexões e práticas do/no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wark, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. V.3. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos:* o breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HARVEY, D. *O Enigma do Capital.* São Paulo: BoiTempo, 2012.

LENIN, Vladimir Ilich. *O Estado e a Revolução.* Sao Paulo: Alfa-Omega, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã.* Sao Paulo: Martin Claret, 2007.

MARTINS, Marcos Francisco. Conhecimento e disputa pela hegemonia: reflexões em torno do valor ético-político e pedagógica do senso comum e da filosofia em Gramsci. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *Marxismo e Educação:* debates contemporâneos. 2 ed. São Paulo, Campinas, Editora Autores Associados, 2008.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI*: socialismo ou barbárie? São Paulo: Editora BoiTempo, 2009.

_____. *A crise estrutural do capital.* São Paulo: Boitempo, 2011.

NOSELA, P. *A Escola de Gramsci.* 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O poder, O Socialismo.* 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. A construção da gestão democrática em unidades escolares e o novo tempo para o capital. *Revista Educação e Políticas em Debate* - v. 1, n. 1, - jan./jul. 2012.

SAVIANI, Dermeval. *Educação e questões da atualidade.* São Paulo: Cortez, 1991.

O PROLETARIADO MARANHENSE AMEAÇADO DE FICAR SEM TETO: reportagem de 1929 do jornal O Povinho sobre a disputa de terra em São Luís

Márcio Henrique Baima Gomes[1]

RESUMO

Considerações elucidativas sobre a disputa de terra no perímetro urbano de São Luís a partir da cobertura jornalística do periódico *O Povinho* durante a assembleia extraordinária da Liga dos Locatários ocorrida em 1929. Para tanto, através de pesquisa bibliográfica, se fez uso de fontes primárias e secundárias no processo de investigação e análise do objeto de pesquisa. A pesquisa inicialmente faz uma caracterização dos aspectos econômicos, sociais e políticos de São Luís nos anos finais da Primeira República, tendo como foco a participação do proletariado na disputa pela terra na capital. Em seguida, trata da cobertura jornalística de *O Povinho* sobre a assembleia extraordinária da Liga dos Locatários, organização que representava o proletariado ludovicense na disputa de terras em São Luís, apresentando o embate entre os seus membros e os representantes do governo estadual que tentavam mediar essa situação conflitante. O resultado demonstrou a não resolução da contenda entre governo, proprietários de terras e trabalhadores urbanos, e a permanência dessas disputas de terras no perímetro urbano de São Luís na atualidade.

Palavras-Chave: São Luís. Proletariado. Conflitos. Terra.

ABSTRACT

The proposal of this work is to present some elucidative points regarding the dispute for land in the São Luis urban perimeter based in the journalistic coverage of the periodic *O Povinho* during the extraordinary assembly of the Renters League in 1929. For such, through bibliographical research, it used of primary and secondary source in the investigation and analysis process of the research object. The research initially makes a characterization of the economic, social and politicians aspects of São Luís in the last years of the First Republic, having as focus the proletariat participation in the dispute for land in the capital. After that, it treats about the journalistic coverage of *O Povinho* on the extraordinary assembly of the Renters League, organization that represented the Ludovicense proletariat in the dispute for land in São Luís, presenting the shock between its members and the state government representatives who tried to mediate this conflicting situation. As result, it had not resolution in the dispute between government, owners of lands and urban workers, and the permanence of these disputes for land in the São Luís urban perimeter currently.

1 Licenciado em História – Licenciatura Plena, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Professor da Rede Estadual de Ensino. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas – PPGHEN - UEMA.

Keywords: São Luís. Proletariat. Land. Conflicts.

1 INTRODUÇÃO

Ao se tentar discutir a disputa de terras em São Luís no final da Primeira República, tendo como base a cobertura jornalística do periódico *O Povinho*, de 1929, caminhou-se por um campo de estudo ainda pouco explorado. O que não inviabilizou, porém, o intuito dessa pesquisa.

O problema inicial, a disputa de terra em São Luís, nos foi apresentado devido às incursões feitas aos jornais da Primeira República Maranhense, em especial aqueles que se vinculavam à causa do proletariado, como por exemplo, o jornal *O Povinho*.

A análise dessas fontes primárias[2] nos revelou vários aspectos desse conflito envolvendo a classe trabalhadora e o governo. A cobertura desses eventos no jornal *O Povinho* trouxe a possibilidade de vislumbrarmos um momento significativo da participação popular na luta pelos seus interesses sobre a posse da terra, como também a posição do governo estadual sobre essa questão.

Iniciar uma discussão - sobre essas disputas que envolvem as classes sociais antagônicas em São Luís no tocante à propriedade da terra nos anos finais da Primeira República - é tentar trazer à tona um problema que ainda hoje tem visibilidade: o pouco caso com que os governos (estadual e municipal) tratam as áreas de terras conhecidas como "invasões", que foram (e ainda são) ocupadas por trabalhadores que, em sua maioria, padecem, ainda, pela falta de títulos de propriedade, saneamento básico, transporte, segurança, saúde e educação.

2 SÃO LUÍS: ECONOMIA, PROLETARIADO E MORADIA NOS ANOS FINAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

São Luís, capital do Estado do Maranhão, em 1929, não se diferencia muito das demais capitais da região Nordeste quanto ao cenário político, econômico e social. Controle político das oligarquias, reorganização econômica em alguns setores e transformações sociais, principalmente, nos centros urbanos, foram marcas desse momento.

Desde o início da Primeira Guerra Mundial (1914), muitas foram as mudanças ocorridas na sociedade ludovicense em decorrência do incremento do setor industrial na capital. Embora o parque fabril têxtil tenha sido implementado algumas décadas antes,

2 As edições de *O Povinho*, de 1929, encontram-se no acervo de obras raras da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite. Na condição de fontes primárias, esses jornais foram manuseados com a maior segurança possível para que não ocorresse nem um tipo de dano aos mesmos. Foi necessária a utilização de luvas e máscaras para manusear esse tipo documentação.

é inegável que com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, ocorrera um impulso e a diversificação da indústria na capital. De acordo com Prado Júnior (2004 *apud* CASTRO, 2013, p. 271):

> A Grande Guerra de 1914-1918 dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes, que eram habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira.

Como resultado desse "surto" industrial nas primeiras décadas da República em São Luís, ocorre a formação do proletariado na capital. Com a formação desse proletariado, as lutas por melhores salários, melhores condições de trabalho e moradia se tornaram uma realidade cada vez mais frequente. A concentração de trabalhadores em São Luís só aumentava. Como aponta Castro (2013, p. 273),

> [...] em São Luís as fábricas geraram muitos empregos. Admitiam em seu quadro significativo contingente de trabalhadores incluindo as mulheres e até as adolescentes, e não diferente do que ocorreu na Inglaterra com o advento industrial, registra-se a exploração do trabalho feminino. A maioria dessa massa mão-de-obra se concentrava nos teares e na engomação (as tecelãs e as engomadoras), que faziam o trabalho de tecer e passar fio na goma para ficar consistente. Ganhavam pelo que produziam, ou pela jornada de trabalho. Eram mal remuneradas, mas na medida do possível, colaboravam no sustento da casa.

Nesse cenário, o proletariado de São Luís não gozava de boas condições para possuir uma moradia própria. E, como acontece na atualidade, eram comuns as "invasões" aos terrenos considerados baldios ou devolutos pela classe trabalhadora que, sem outras alternativas, adotava essa forma de ocupação na esperança de ter um teto.

> É bem verdade que o surgimento das fábricas gerou oportunidade de emprego e favoreceu o crescimento habitacional da população carente de São Luís, mas, com um agravante: não foi satisfatório residir nem trabalhar em ambientes que não reuniam as mínimas condições básicas que atendessem as necessidades humanas. (CASTRO, 2013, p. 280)

O proletariado ludovicense, nesse contexto, buscava se organizar por meio de filiações ou agremiações sindicais para tentar superar essas adversidades, uma vez que a questão trabalhista na Primeira República brasileira era tratada pelas autoridades governamentais como "caso de polícia."

Em defesa dos trabalhadores, além das agremiações sindicais, jornais especializados da época levantavam a bandeira da causa operária para mobilizar a opinião pública em favor dos trabalhadores de São Luís. "Foram tempos da expansão da grande imprensa, com vários matizes políticos, muitos de expressão reivindicatória, periodicidade variada, segmentação enriquecida e pluralidade temática [...]" (ELEUTÉRIO, 2012, p. 86). Os conflitos entre patrões e trabalhadores/trabalhadores e governo estavam estampados nesses jornais da época.

A classe operária de São Luís encontrava representação na imprensa política

especializada, com forte conteúdo ideológico/partidário e, muita vezes, oposicionista em relação aos governos vigentes. É importante frisar essas peculiaridades no intuito de se tentar compreender que tipo de visões/ideias são construídas por meio da interação entre o sócio-político e o jornalístico do final da Primeira República Maranhense. Como sinaliza Souza (2005 *apud* SILVA JÚNIOR, 2010, p. 60),

> A produção de sentidos na notícia dos fatos acontece a partir de um jogo de influências e de impressões dos jornalistas, dos leitores e da linha editorial-política dominante no jornal. Entretanto, há eventos políticos feitos para se imporem como notícia. E, nesse caso, a imprensa acaba sendo um veículo usado por determinados grupos para ter visibilidade.

Sendo assim, ao se propor uma discussão sobre a disputa de terra no perímetro urbano de São Luís a partir da análise do discurso jornalístico contido no periódico *O Povinho*, criado em 1929, é possível vislumbrar um cenário de tensões existentes entre o proletariado urbano e o governo, onde os primeiros querem assegurar a posse das terras consideradas "devolutas", e também defender seus interesses político-eleitoreiros, sem resolver de forma definitiva os problemas relativos à moradia e à posse da terra na capital do Estado.

3 O JORNAL O POVINHO RELATA A LUTA DO PROLETARIADO DE SÃO LUÍS PELA POSSE DA TERRA

Em 14 de setembro de 1929, vem a público a primeira edição do jornal *O Povinho*, sob a direção e redação do jornalista e ativista político Renato Viana. Segundo o próprio Renato Viana, no editorial da primeira edição de *O Povinho*, esse "[...] jornal nasce pobre. Pobre e humilde como Christo, que teve por berço a palha pobre e humilde de uma manjedoura – e foi, não obstante, o redentor do mundo" (*O Povinho* - Ano I – nº 1, 1929, p. 01).

As declarações iniciais, de Renato Viana, deixam clara a vinculação do jornal com a classe trabalhadora, com os mais humildes. O estilo panfletário de *O Povinho*, também denota sua posição em prol dos menos favorecidos. "Seremos *O Povinho*. *O povinho* é a maioria dos que sofrem a fome e a sede da justiça: pão roubado à sua ara pela quadrilha dos açambarcadores e justiça restituída no balcão da política profissional" (*O Povinho* - Ano I – nº 1, 1929, p. 01).

Essa postura do jornalista Renato Viana, no comando do jornal *O Povinho* não deixa de ser um retrato das contradições entre o capital e o trabalho, próprio das áreas em que a produção capitalista se desenvolve (mesmo de forma incipiente) colocando frente a frente exploradores e explorados, trabalhadores e empresários, sindicatos e governo, cabendo aos formadores de opinião escolher a sua posição, pois existiam jornais

que elogiavam o governo e os empresários, assim como também jornais que se identificavam com a causa operária. Como aponta Cohen (2012, p. 122)

> A espantosa quantidade de impressos publicados por e para operários nas duas primeiras décadas do século XX foi decorrência desse processo. Cada liga, cada união, cada sindicato tinha sua própria folha, que veiculava os comunicados e as atividades das diversas entidades das diversas entidades, além de artigos que se discutia a questão mais ampla da representação dos interesses da classe operária.

O sentido de "jornal da classe operária" atribuído ao *O Povinho* revela o ambiente de tensões correlacionadas ao contexto, bem como o interesse de forjar entre as classes trabalhadoras uma ideologia de luta pelos seus direitos. Para Bourdieu (*apud* SILVA JÚNIOR, 2010, p. 59) as classes sociais "[...] não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação". Esse trabalho de "construção" seria talvez a principal missão de *O Povinho*. Como estava posto na sua primeira edição, "Se o povo compreender a verdadeira significação desse jornalzinho – fructo de uma rebeldia e chispa divina – teremos escripto hoje uma das mais belas páginas da futura história do pensamento maranhense" (*O Povinho* - Ano I – nº1, 1929, p. 03).

Na segunda-feira do dia 16 de setembro de 1929, a edição de número dois de *O Povinho* traz a seguinte notícia como destaque: **"O proletariado maranhense ameaçado de ficar sem tecto"** (*O Povinho* - Ano I – nº2, 1929, p. 03, grifo nosso). A notícia trata da assembleia extraordinária da Liga dos Locatários, entidade formada por trabalhadores que tinham ocupado terras consideradas devolutas no perímetro urbano de São Luís e estavam ameaçados de perdê-las. A Liga dos Locatários exigia das autoridades uma solução para o impasse entre o suposto proprietário das terras (que exigia da justiça e do governo a reintegração de posse das mesmas) e as famílias proletárias que tinham ocupado a propriedade em disputa.

Na assembleia, que aconteceu no dia 16 de setembro de 1929, estariam reunidos os membros representantes da Liga dos Locatários e autoridades do Estado, representando o governador Magalhães de Almeida, que esteve à frente do poder executivo estadual de 1926 a 1930. O jornal *O Povinho* não poupava críticas ao governo de Magalhães de Almeida.

Sobre essa "vibrante assembleia operária", *O Povinho* expõe em sua segunda edição uma reportagem completa sobre:

> [...] a importante sessão extraordinária da Liga dos Locatários, reunida para ouvir a palavra do governo nessa **grave questão de terras**, cujo o imoralismo esbulho está ameaçando a **família proletária maranhense**, victma das chicanas políticas e da advocacia administrativa. (*O POVINHO*, 1929, p. 3, grifo nosso)

Continuando a fazer a cobertura do evento (assembleia extraordinária da Liga

dos Locatários), *O Povinho* relata o discurso do representante da Liga dos Locatários, o cidadão Manoel Rosário Pinheiro, dirigido ao desembargador Barros Vasconcellos, magistrado encarregado pelo governo de expedir o parecer jurídico após a assembleia. Manoel do Rosário, fala em nome de 16.000 proletários, segundo o jornal. E assim começa o representante da Liga dos Locatários:

> - Senhor! O operariado começa a perder a sua paciência... Eu sinto-lhe bem, neste momento, as rebeldias da alma! Com tudo, estão dispostos a aguardar, mais uma vez, pela promessa do governo. Aguardarão em calma. Não se iludam, porém, os falsos apóstolos da causa operária: se a palavra official mais uma vez não for cumprida, o povo saberá demonstrar, se por que meios fôr, a sua soberania. (*O POVINHO*, 1929, p. 03)

Segundo o editor chefe de *O Povinho*, Renato Viana, os participantes da assembleia, em sua maioria membros da Liga dos Locatários, não economizaram aplausos para seu representante Manoel do Rosário após o seu discurso, deixando claro que não era a primeira vez que o governo fazia pouco caso da situação dos trabalhadores, e que os mesmos deveriam reagir diante de tal inércia governamental.

Em seguida, vem o discurso do desembargador Barros Vasconcellos. O magistrado inicia o seu discurso reconhecendo "[...] a situação amargurada do **operariado pobre**, detentor das **terras em questão**" (*O POVINHO*, 1929, p. 3, grifo nosso). Diz ainda que depende das leis a que está submetido, e que não pode fazer nada sem que haja a supremacia da legalidade. Aproveita para acalmar os ânimos dos participantes da assembleia, e diz que o governo do Estado "[...] está disposto a gastar até duzentos contos com as **desapropriações**" (*O POVINHO*, 1929, p. 3, grifo nosso). Termina o seu discurso afirmando categoricamente que, de qualquer forma, as terras ficarão nas mãos do povo que as reivindica.

Na terça-feira, dia 17 de setembro de 1929, o jornal *O Povinho* continua a relatar os acontecimentos da assembleia da Liga dos Locatários, com um destaque especial para a participação do seu próprio redator-chefe, Renato Viana, que foi convidado a discursar na assembleia. Segunda a narrativa do jornal, Renato Viana teria hesitado, com receio deixar transparecer uma suposta "parcialidade". Mesmo assim, aceitou o convite dos participantes e iniciou o seu discurso:

> Não nos esqueçamos, todavia, de que o povo brasileiro está farto de promessas fementidas, que nunca se cumpriram. Está farto de engodos dessa Constituição que só se invoca em benefício dos governos e contra os direitos populares postergados por esses mesmos governos. Não nos esqueçamos, amigos, que **a justiça nesse país nunca existiu para o pobre**. E não esqueçamos, sobretudo, que chegou a hora da soberania popular impor sua força e sua vontade. (*O POVINHO*, 1929, p. 3, grifo nosso)

Renato Viana é ovacionado pelos participantes da assembleia após terminar sua fala. O interessante nesse discurso é exatamente a sua atualidade. Tanto no final da

Primeira República como na atualidade, as classes trabalhadoras não são agraciadas pela justiça quando a questão envolve a posse da terra, pois como sinaliza Maricato (2010, p. 14)

> A propriedade da terra continua a ser, e talvez mais do que nunca, um nó marcado por conflitos sociais no campo ou na cidade. Nas sociedades patrimonialistas ou oligárquicas ela tende a adquirir maior importância, pois, como já foi lembrado, nelas o poder social, político e econômico está relacionado à detenção de patrimônio.

No dia 18 de setembro de 1929, o jornal *O Povinho* encerra a série de reportagens sobre a assembleia da Liga dos Locatários com o discurso do vereador João Procório, aliado do governo.

O vereador João Procório inicia a sua fala pedindo calma aos trabalhadores que estão participando da assembleia, e que a essas alturas, querem uma posição do governo sobre a disputa em questão. Em seguida traz à tona a disputa de terra e diz que não concorda com a atitude do proletariado, afirmando que "[...] confia no governo e desconfia dos methodos revolucionários [...]" (*O POVINHO*, 1929, p. 3).

O outro vereador que participou da assembleia, ficando encarregado de iniciar e finalizar os trabalhos da mesma foi o Dr. Edison Brandão. Ao pedir a fala, o Dr. Edison Brandão faz a saudação ao desembargador Barros Vasconcellos, e em seguida diz ter plena confiança no proletariado, que saberá aguardar com calma, a resposta do governo. Em seguida, dissolve a assembleia.

O desfecho da assembleia não surtiu o efeito esperado e, mais uma vez, o governo se eximiu da responsabilidade de resolver os problemas que afligiam o proletariado de São Luís no final da Primeira República. As propostas governamentais para que dariam um desfecho ao problema das famílias proletárias representadas pela Liga dos Locatários, ao que tudo indica, foram encerradas com a assembleia.

Nas edições posteriores, *O Povinho* não faz mais nenhuma menção e esse episódio. E outros jornais do mesmo ano e com a mesma periodicidade, como *Evolução*, A *Voz do Norte*, e *Fuzarca*, também não se reportaram em nenhum momento a esse acontecimento. O que pode ter acontecido?

É bem provável que com a mudança de governo (de Magalhães de Almeida para o de Pires Sexto), essa questão tenha sido esquecida. É também possível que muitos desses jornais ligados à causa operária tenham sido fechados com as reviravoltas políticas e intervenções decorrentes da Revolução de 1930, o que por sua vez calaria as vozes agitadas dos trabalhadores. Tais questionamentos só poderão ser respondidos com o aprofundamento das pesquisas nesse campo ainda pouco explorado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tudo que foi exposto podemos concluir que, nos anos finais da Primeira República em São Luís, o jornal *O Povinho* retratou a disputa de terras no perímetro urbano da capital, visto que o proletariado ludovicense era um dos principais agentes nesse processo, dada à condição de pobreza e à falta de assistência governamental em que se encontravam os mesmos.

Observamos também como a imprensa política especializada da época, em especial, o jornal *O Povinho*, projetava os anseios da classe trabalhadora, divulgando as suas ideias e mobilizando seus membros para se organizarem e lutarem por seus direitos. Pudemos notar ainda como os discursos proferidos na assembleia extraordinária da Liga dos Locatários colocaram em evidência o embate entre as classes sociais (favorecidas e não favorecidas) da cidade de São Luís no tocante à questão da posse da terra.

Por fim, destacamos que, ao final da assembleia extraordinária da Liga dos Locatários, o governo do Estado não resolveu a questão da posse da terra em São Luís, frustrando, assim, os ideais da classe trabalhadora, que se encontrava ameaçada de ficar sem moradia.

Comum ao nosso meio sócio-histórico, a disputa pela terra em São Luís não acabaria em 1929. Na atualidade, vários são os casos de grilagem de terras nas regiões da Ilha em que há uma forte especulação imobiliária. Como afirmam Koga, Ramos e Nakano (2008, p. 07)

> Tais conflitos e disputas se acirram por causa da falta de regularização fundiária das propriedades imobiliárias. A falta de soluções para os problemas gerados com a ocupação irregular de terras públicas e privadas e a incapacidade do poder público em coibir as práticas de grilagem das terras federais, estaduais e municipais nos embates entre posse e propriedade faz com que haja um recrudescimento daqueles conflitos e disputas. Muitas vezes, o poder público é conivente com a grilagem em troca de apoios políticos e econômicos.

Como exemplo, em novembro de 2012, a polícia do Estado do Maranhão descobriu uma quadrilha de grileiros, que contava com o envolvimento de empresários, políticos, corretoras e agências imobiliárias. O esquema foi desarticulado após o assassinato do empresário Marggion Lanyere, em outubro do ano anterior, motivado por uma disputa de terra na área do Araçagi, região metropolitana de São Luís, e que atualmente possui um alto valor no mercado imobiliário.

A partir daí outros casos vieram à tona. Segundo as investigações, os envolvidos movimentaram pelo menos R$ 100 milhões com as grilagens. Diante desse quadro de permanências, constatamos que até os dias atuais não foram tomadas quaisquer medidas pelas autoridades governamentais (estaduais e municipais) para tentar solucionar

esse problema que até hoje aflige as classes trabalhadoras da sociedade ludovicense.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Lúcia. *Que Ilha Bela! São Luís, o tempo reconstrói a tua história* (1612 – 2012). São Luís: 360° Gráfica e Editora, 2013.

COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e segmentação dos impressos*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. 2ª normaqed. São Paulo: Contexto. 2012.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. 2.ed. São Paulo: Contexto. 2012.

KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico; NAKANO, Kazuo. *A disputa territorial redesenhando relações sociais nas cidades brasileiras*. In: Revista Serviço Social & Sociedade, Número 94, Ano XXIX, São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em:<http://www.polis.org.br/uploads/542/542.pdf> Acesso em: 08 abr. 2015.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão:* a República. 2.ed. São Luís: Instituto Geia, 2010.

MARICATO; Ermínia. *O Estatuto da cidade periférica*. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Ana Claudia. O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades, Aliança das Cidades, 2010. Disponível: <https://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf> Acesso em: 08 abr. 2015.

O POVINHO. Ano 1, n.1, 2, 3 e 4. São Luís, 1929. (Setor de obras raras da Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite)

SOUZA, Maria R.Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa. In: SILVA JUNIOR, Roberto Aparecido Mancuzo. A Imprensa como campo de disputas territoriais. Disponível em:<http://www.unoeste.br/facopp/revista_facopp/IC1/IC15.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2015.

O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO: A FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - FSADU

Luciana Lima Portela Vidigal [1]

RESUMO
Estudo sobre a proposta de implantação do sistema de controle interno da Fundação Sousândrade. Objetiva-se investigar o papel das Fundações de Apoio nos campos dos setores econômico e administrativo com vista ao alcance de objetivos e metas mais eficientes e transparentes em seu processo de gestão. O propósito deste estudo consistiu em analisar as atividades desenvolvidas na Fundação Sousândrade e propor a implantação de um Sistema de Controle Interno como instrumento de controle na busca da eficiência da gestão e transparência desta Fundação. Os Sistemas de Controle Interno permitem aos gestores acompanhar a adequada execução dos recursos aplicados pelas Instituições e garantir a transparência das contas. O Controle Interno não se refere apenas às atividades de contabilidade e finanças, mas a todas as operações dentro da entidade e, nesse sentido, pode ser implantado em todos os setores.
Palavras-Chave: Sistema. Controle. Interno. Fundação. Sousândrade.

ABSTRACT
Study on the proposed implementation of the internal control system of the Sousandrade Foundation. The objective is to investigate the role of the Foundations of Support in the fields of the economic and administrative sectors with a view to reaching more efficient and transparent goals and objectives in its management process. The purpose of this study was to analyze the activities developed at the Sousandrade Foundation and propose the implementation of an Internal Control System as an instrument of control in the search for the efficiency of the management and transparency of this Foundation. The Internal Control Systems allow managers to monitor the proper execution of the resources applied by the Institutions and ensure the transparency of the accounts. Internal Control refers not only to accounting and finance activities, but to all operations within the entity and, in that sense, can be deployed in all sectors.
Key words: Internal. Control. System. Support. Foundation. Sousândrade. FSADU.

1 INTRODUÇÃO

Diante do crescimento da participação das Fundações de Apoio na sociedade e no meio econômico, aumenta a demanda por novos modelos de trabalho e a adoção

1 Mestra em Gestão Pública, pelo Instituto Politécnico da Guarda (IPG) – Portugal.

de Controles Internos com o objetivo de alcançar eficiência na gestão e nos resultados, além de uma transparência das ações realizadas, por envolverem recursos públicos.

As Fundações de Apoio surgiram com o propósito de amparar as instituições públicas, porém podem apoiar instituições privadas. Por estarem sujeitas às fiscalizações e à gestão de recursos públicos, tiveram que se adequar diante da legislação, tendo que prestar contas aos agentes financiadores e ao Ministério Público.

O Sistema de Controle Interno dentro das Fundações de Apoio contribui não só para a captação de recursos, públicos ou privados, mas também para a execução e elaboração de prestação de contas, possibilitando a viabilidade de novos ingressos de recursos. Essa é uma das maiores preocupações das Fundações de Apoio, para se manterem dentro do atual cenário econômico. O Sistema de Controle Interno contribui ainda para o melhor aproveitamento e distribuição de recursos, evitando fraudes e erros, além de auxiliar na supervisão dos procedimentos e processos internos, atuando de forma preventiva nos desperdícios de recursos físicos e financeiros. Assim, do ponto de vista dessa compreensão e do que se acaba de expor em relação ao Sistema de Controle Interno, o presente estudo tornou-se relevante, considerando que as Fundações devem atuar de acordo com o seu Estatuto, definindo e estabelecendo seus processos internos, tornando-os mais eficientes e otimizados, na busca de uma maior transparência das suas ações.

Neste estudo, pretendeu-se destacar a importância dos Controles Internos na busca do aperfeiçoamento e qualidade dos serviços nos diversos setores de uma Fundação, como uma maneira de garantir a continuidade desta, tornando sua gestão voltada à transparência e à correta aplicação dos recursos disponíveis.

A Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão (FSADU) foi criada em 1982 pela necessidade de atender às demandas oriundas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), prestando maior agilidade, apoio técnico, logístico e operacional às atividades voltadas para a área de pesquisa, ensino e extensão, e também contribuir para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da UFMA.

Para o desenvolvimento do tema proposto, tornou-se importante um enquadramento teórico, com base na revisão bibliográfica sobre Controle Interno e Fundações de Apoio, ressaltando a importância da adoção de um Sistema de Controle Interno para a consecução das atividades da Fundação Sousândrade, além de auxiliar os gestores na melhor condução das atividades desta. Para a materialização desse trabalho dialogou-se com autores como: William Attiê, Silvio Aparecido Crepaldi, Paulo N. Migliavacca, entre outros.

Cabe destacar que o objetivo principal deste trabalho foi sugerir a implantação de Controle Interno para a Fundação Sousândrade, o qual servirá para orientar e demonstrar que não é suficiente que se selecione ou opte por um modelo de implantação da ferramenta, mas que essa ocorra considerando-se o contexto situacional dessa Instituição. Ou seja, a realidade administrativa, contábil, jurídica, econômica e financeira, optando por aquela que melhor se adapte a essa realidade.

2 FUNDAMENTOS DO CONTROLE INTERNO: BREVES CONSIDERAÇÕES

A constante necessidade de desempenho na gestão leva à busca da qualidade, eficiência e confiabilidade da informação para auxílio na tomada de decisão. Observa-se que a conscientização da necessidade de Controles Internos é cada vez maior, principalmente pela busca de uma maior conformidade com as legislações, procedimentos internos que reflitam os fatos e atos administrativos e pela noção deste procedimento como ferramenta de gestão.

Segundo o *American Institute of Certifield Public Accountants* – AICPA (*apud* MIGLIAVACCA, 2004), os Controles Internos compreendem o plano de uma organização, o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas, ou seja, os Controles Internos são adotados para proteger o patrimônio, verificar os registros contábeis, promover a eficiência operacional e contribuir para encorajar a política traçada pela administração da organização.

Rezende e Favero (2004) relatam que há uma urgente necessidade de um maior Controle Interno dentro das organizações, a fim de salvaguardar os interesses da empresa, a confiabilidade nos relatórios contábeis, financeiros e operacionais dentro dos procedimentos estabelecidos pela empresa.

A constante necessidade de desempenho na gestão leva à busca da qualidade, eficiência e confiabilidade da informação para auxílio na tomada de decisão. Observa-se que a conscientização da necessidade de Controles Internos é cada vez maior, principalmente pela busca de uma maior conformidade com as legislações, procedimentos internos que reflitam os fatos e atos administrativos e pela noção deste procedimento como ferramenta de gestão.

A metodologia de COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) é uma entidade sem fins lucrativos, destinada à melhoria dos relatórios financeiros através dos princípios éticos, reforçando a efetividade dos Controles Internos e governança corporativa. É patrocinada por cinco grandes associações de classe de profissionais ligados à área financeira nos Estados Unidos. http://www.fecilcam.br/nupem/anais_ix. Acessado no dia 3 de dezembro de 2016, fornece a seguinte definição

de Controle Interno:

> Controle Interno é um processo, a cargo dos diretores, gestores e outras pessoas, com o objetivo de fornecer uma razoável segurança a respeito do alcance dos objetivos em relação às seguintes categorias: eficiência e eficácia das operações; Confiabilidade dos relatórios financeiros; Compliance (conformidade) às leis e regulamentos aplicáveis (COSO, 1992, p. 26).

De acordo com a definição, o Controle Interno consiste numa série de ações que impõem disciplina à consecução dos objetivos de negócios, ou seja, essa metodologia foi criada justamente como forma de auxiliar as organizações a avaliarem e aumentarem a eficiência de seus sistemas de controles.

Quanto melhor o Controle Interno dentro de uma organização, menor será o risco de fraudes e erros, contribuindo, dessa forma, para aumentar o desempenho da organização e, consequentemente, para que os registros contábeis sejam fidedignamente retratados pelas demonstrações financeiras. Daí porque o Controle Interno tem como objetivo proteger os ativos e produzir dados contábeis confiáveis, ajudando a administração e proporcionando uma melhor gestão.

O objetivo básico do Controle Interno, para Migliavacca (2004) é assegurar que todas as operações sejam conduzidas de forma eficiente, garantindo a salvaguarda dos ativos, garantindo a confiabilidade e a exatidão das informações contábeis e financeiras, promovendo a eficiência operacional em todos os setores da empresa e, por fim, informando e fazendo com que todos os funcionários sigam as diretrizes definidas pela administração. Convém destacar que, nessa discussão que os teóricos tratam, fica muito claro que as funções que o Controle Interno possui materializam-se com a finalidade de proteger os ativos e salvaguardar o patrimônio das empresas. Segundo Attie (2007), é necessário prevenir erros e procedimentos ilegais ou fraudulentos dentro das empresas. Por fim, conceitualmente, o Controle Interno é um processo contínuo, dinâmico e integrado, efetuado por todos os níveis hierárquicos da organização e de responsabilidade da administração. Cabe apenas ao auditor aprimorá-lo, de acordo com as necessidades. Diante das condições atuais da economia em um mercado globalizado e competitivo, as empresas necessitam de um sistema de Controle Interno capaz de atingir as metas estabelecidas, com maior rapidez e segurança. Um adequado sistema de Controles Internos é imprescindível para a continuidade da empresa e auxílio na gestão de negócios. Nesse sentido, uma das nuances para uma empresa e/ou um administrador sentir-se seguro e proteger o seu patrimônio e a condução de suas atividades operacionais e, consequentemente, a proteção de seus bens, é sem dúvida, a criação ou o aperfeiçoamento do Controle Interno.

Segundo Crepaldi (2011), é importante perceber a importância do controle quando o desenvolvimento contínuo das operações da empresa é garantido pela aplica-

ção desses procedimentos de Controles Internos. A contabilidade, que também faz parte dos controles, dará segurança aos administradores para a tomada de decisões, pois uma contabilidade que não se apoie em um eficiente Controle Interno, se torna inútil, uma vez que seus dados não apresentam confiança. Além desses fatores, um Controle Interno eficiente evitará erros involuntários e os desperdícios de recursos financeiros. Para o mesmo autor, "é de fundamental importância a utilização de um controle adequado sobre cada sistema operacional, pois dessa maneira atingem-se os resultados mais favoráveis com menores desperdícios". Sob essa perspectiva, reafirma-se a necessidade de um sistema de Controle Interno bem estruturado e operante. A sua finalidade consiste, sobretudo, em legitimar as informações, portanto, sendo responsável pela validade de sua veracidade.

O Controle Interno envolve o monitoramento do desempenho das atividades da organização e das atividades de controle, procurando assegurar se estão funcionando como previsto ou se necessitam de modificações, de acordo com as mudanças na cultura organizacional. Segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), o monitoramento pode ser realizado de dois modos, ou por uma combinação de ambos: por meio de atividades gerenciais contínuas, isto é, durante o processo, no curso das operações normais e por meio de avaliações pontuais, em separado ou específicas.

Diante da realidade em que as organizações estão inseridas, onde as transações na economia mundial trazem mudanças constantes no cenário econômico-financeiro, criando novos desafios ao processo de gestão, faz-se necessário o desenvolvimento de instrumentos estratégicos de decisão e procedimentos de controles adequados capazes de orientar as atividades das organizações.

As organizações que não possuem um sistema de Controle Interno comprometem a continuidade de suas atividades e o alcance dos seus objetivos. Porém, a qualidade de seu controle está relacionada com a forma de como são conduzidos. Corroborando essa discussão, Chiavenato (2003), assegura que, cada organização requer um sistema básico de controle para monitorar seus recursos financeiros, desenvolver relações de trabalho, analisar seu desempenho e avaliar a produtividade operacional.

Dessa forma, o Sistema de Controle Interno é responsável por identificar as falhas, encontrar as dificuldades dos processos e procedimentos no desenvolvimento das atividades, analisar a rotina de Controles Internos e sugerir melhorias para as deficiências encontradas nos processos. O Sistema está relacionado com a estrutura material e de recursos humanos e estruturado para ser utilizado com eficiência por um determinado período de tempo.

No atual cenário competitivo em que se encontram as organizações, passou-se

a exigir uma atenção especial sobre o papel da gestão dentro das organizações, buscando-se adaptar a nova realidade, através de mecanismos de controle que possibilitem o adequado planejamento das ações a serem desenvolvidas e a obtenção de informações em tempo real.

O Controle Interno tem grande importância na gestão das organizações. O processo de gestão visa garantir que as decisões dos gestores possam conduzir a organização no atingimento satisfatório de resultados, através de seus objetivos estabelecidos. O Controle de gestão envolve um conjunto de processos patrimoniais, financeiros, orçamentais e contábeis, que gerem os recursos de acordo com as políticas estabelecidas pela organização, exigindo-se para isso uma estrutura eficiente de Controle Interno.

As informações obtidas do Controle Interno representam uma base para o desenvolvimento de uma prática de gestão eficiente. O desenvolvimento de um sistema de Controle Interno é definido pelo gestor, a partir da obtenção adequada de informações que servirão de base para a elaboração de um plano de gestão estratégico e operacional.

Para Fernandes e Alves(1992 *apud* JACQUES E RESKE,2007, p.17),

> As estratégias podem ser definidas como conjunto de orientações seguidas por uma empresa ou empreendimento, visando a melhoria de sua posição frente às forças competitivas, através da seleção de linhas de negócio, alocação ordenada de recursos e a criação de ações integradas entre as várias unidades da empresa, que possibilitem a implementação do controle de suas atividades.

2.1 As Fundações de Apoio: revisitando a Fundação Sousândrade de apoio ao desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão

A Fundação de Apoio é uma Fundação, de natureza jurídica privada e sem fins lucrativos, que possui o credenciamento prévio submetido ao crivo do Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), de acordo com a Lei nº 8.958/94, Decreto-Lei nº 7.423/10 e Portaria Interministerial nº 191/12 MEC/MCTI.

Estabelece o art. 2º da Lei 8.958/94 (redação dada pela Lei 12.349/2010)

> *Art. 2º As Fundações a que se refere o art. 1º deverão estar constituídas na forma de Fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regida pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e sujeitas, em especial:*
>
> *I – a fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil;*
>
> *II – à legislação trabalhista;*
>
> *III – ao prévio registro e credenciamento no Ministério da Educação e do Desporto e no Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bienalmente.*

As Fundações de Apoio, além de serem constituídas na forma de Fundações de direito privado, devem também observar os princípios que regem a administração pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 (Constituição, 1988). Segundo Di Pietro (2008), o princípio da legalidade constitui uma das garantias de respeito aos direitos individuais, pois toda gestão pública deve estrita obediência à lei para ser reconhecida como de excelência.

As Fundações de Apoio foram reguladas pela Lei nº 8.958/94, que regula as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as Fundações de apoio. O art. 1º desta Lei refere que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com Fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Segundo a Lei 8.958/94, é finalidade das Fundações de Apoio cumprir funções específicas, especializando-se no conhecimento de políticas de atuação e procedimentos das agências de fomento, nacionais e internacionais; assessorar a elaboração de projetos compatíveis com as fontes de recursos, e gerenciar os recursos obtidos com administração individualizada para cada projeto. Constituem, assim, o meio eficaz às IFES, que poderão contribuir efetiva e sistematicamente para o desenvolvimento cientifico e tecnológico do país.

As Fundações de Apoio têm como finalidade a de utilidade pública, ou seja, os seus objetivos propõem a realização de fins desinteressados para os seus membros. De fato, utilidade pública se define pelo desinteresse material de seus instituidores, não sendo concebíveis Fundações cujo motivo principal seja a obtenção de lucros (CAETANO, 1960). Logo, os seus objetivos não estão limitados somente às atividades das Instituições apoiadas. Apesar da íntima relação entre elas, as Fundações de Apoio têm total independência jurídica e podem realizar, sem fugir das suas finalidades estatutárias, ações sem a participação das Instituições apoiadas. No entanto, é a figura da Instituição de Ensino Superior apoiada, constituída na forma de Pessoa Física de Direito Público, que promoverá a criação da Fundação de Apoio, sendo no entanto o objetivo maior e final o atendimento à demanda social de educação.

Devido à grande burocratização sofrida pelas instituições federais brasileiras, as Fundações de Apoio foram criadas com o intuito de facilitar a aplicação de recursos

nessas instituições superiores, e, através destas, os investidores externos à Instituição conseguirem investir recursos diretamente nas instituições federais. Sem o papel das Fundações de Apoio os recursos são depositados em uma conta única do tesouro nacional.

Por possuírem natureza jurídica de direito privado, as Fundações de Apoio desempenham um importante papel nas atividades das instituições superiores, através de parcerias realizadas entre empresas, agentes financeiros, Estado e sociedade em geral, viabilizando as ações administrativas a fim de captar recursos que possibilitam o desenvolvimento do ensino e da pesquisa universitária.

Segundo Schwartzman (2002), as Fundações de Apoio apareceram no cenário nacional ainda na década de 70. O objetivo das universidades brasileiras na contratação dessas entidades era assegurar maior autonomia administrativa, sobretudo na gestão de atividades de pesquisa. Pessoas Jurídicas de direito privado, as Fundações possuíam enorme flexibilidade na gestão de compras, importações, contratação de pessoal celetista e prestação de contas, conferindo maior agilidade na prestação de serviços. É oportuno destacar que na década de 90, estas Fundações transformaram-se, também, em veículos de captação de recursos fora dos orçamentos das universidades, destinados sobretudo à complementação salarial de servidores e ao reforço dos escassos orçamentos dos departamentos universitários. Esta foi a resposta encontrada para a crescente dificuldade de recursos de OCC (Outras Despesas Correntes e de Capital) e para o achatamento salarial. Posteriormente, não obstante o art. 207 da Carta Constitucional de 1988 (Constituição, 1988), viesse a conferir às universidades brasileiras autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pouco ou nada se fez para sua efetiva implantação, principalmente no tocante à autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Amaral (2003, p. 182) observa que a busca pela ampliação de recursos próprios foi acompanhada por uma "corrida das IFES em direção às Fundações de Apoio, utilizando-as como veículo de interlocução entre as instituições e o mercado e que, de alguma forma, acentuam sua inserção no chamado quase-mercado educacional'. Em 1995, as Fundações de Apoio credenciadas eram 42. Em 2002, eram já 96, ou seja, representando um crescimento de 129%. Dessa forma, pode-se perceber frente a estes dados que, visivelmente, há um crescimento na atuação das Fundações de Apoio como forma de auxiliar as instituições superiores em razão da falta de recursos e das limitações impostas pelo seu regime jurídico.

Após uma descrição sobre Fundações de Apoio e sua crescente atuação e importância no setor da economia, apresenta-se a seguir, a Fundação Sousândrade de

Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão, abordando sobre a sua estrutura, atuação e atividades dentro de cada setor.

A Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão (FSADU) foi instituída em 02 de junho de 1982, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, destinada a apoiar os programas de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem sua Escritura Pública de Constituição registrada sob o nº 4.333, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e publicada no Diário Oficial do Estado Nº 151, de 12 de agosto de 1982. Está credenciada junto aos Ministérios da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), como condição para o desenvolvimento de suas atividades, e presta contas de suas ações à Promotoria de Justiça das Fundações e Entidades de Interesse Social (PFEIS) do Ministério Público Estadual.

Durante os seus anos de existência, a FSADU se destacou por um significativo crescimento, ampliando suas ações desenvolvidas no Estado do Maranhão e em outros Estados, realizando novas parcerias com outros órgãos da Administração Pública municipal, estadual e federal, assim como com empresas do setor privado. Esse sucesso se deu principalmente pela implantação de um novo modelo gerencial, com um foco estratégico e adaptativo, investindo em novas tecnologias, acrescentando mais atividades em seu portfólio, vencendo licitações dentro e fora do Estado e destinando recursos para o desenvolvimento de seu capital intelectual.

É oportuno destacar, sob essa perspectiva, que nos últimos anos a FSADU alcançou níveis de crescimento bastante satisfatórios no que se refere à ampliação de suas ações no Estado do Maranhão, quebrando, dessa maneira, fronteiras e expandindo sua atuação para além do Estado, através de participações em licitações de caráter nacional, fortalecendo e garantindo, assim, o amadurecimento e o reconhecimento de suas ações perante a comunidade que representa.

Atualmente, a FSADU se constitui como uma Instituição reconhecida pela sua competência na captação, administração e na gestão de recursos financeiros para o desenvolvimento e execução de projetos, em todas as áreas de atuação da UFMA e das instituições governamentais e não governamentais parceiras. Assim, do ponto de vista da equipe gestora da Fundação, para que possa alcançar, com qualidade, prontidão, eficiência e eficácia, o objetivo de apoiar a UFMA no desenvolvimento de suas atividades e de prestar serviços à sociedade, esta tem investido na ampliação, na diversificação do seu espaço físico e na qualificação dos seus recursos humanos. Ao vislumbrar oportunidades de mercado, a FSADU também investe na implementação de modernas tecno-

logias de gestão, como uma ação político-gerencial constante. Nesse sentido, a ênfase em tais procedimentos tem contribuído para melhorar a qualidade do atendimento às demandas dos projetos gerenciados, reduzindo os seus custos operacionais, repercutindo-se em resultados significativos.

Nesse sentido, para a FSADU expandir seu negócio significa encarar diversos desafios, mas também descobrir novas oportunidades. A sua linha de fomento é uma forma de estar mais próxima e atender às solicitações da comunidade acadêmica e universitária nas suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, além das demandas de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultural, desporto, ciência, tecnologia, meio ambiente, comunicação social, administração e turismo.

Um dos principais fatores que atestam o grau de amadurecimento da FSADU é o seu compromisso com a ética e a transparência, expresso nos seus valores e demonstrado pelo número expressivo de parceiros firmados para a execução de projetos e ações que efetivamente têm contribuído para a melhoria dos indicadores socioculturais e econômicos do Maranhão. O seu objetivo é continuar a executar, mediante convênios, contratos e acordos, com instituições públicas ou privadas, inclusive internacionais atividades em todos os campos que venham a contribuir para o desenvolvimento científico, técnico e cultural da economia maranhense. Seu comprometimento e prestação de serviços nos aspetos político, científico, social, cultural, tecnológico e financeiro é favorecer, nessa relação de troca e de qualificação de serviços prestados, o desenvolvimento e fortalecimento da FSADU, UFMA e demais comunidades.

2.2 A Fundação Sousândrade e sua Relação Institucional com a Universidade Federal do Maranhão

A relação institucional da FSADU com a UFMA é regulamentada pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e suas alterações; pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, alterado pelo Decreto-Lei nº 7.544, de 2 de agosto de 2011 e pela Resolução nº 156-CONSUN, de 14 de junho de 2011.

A FSADU foi criada pela necessidade de atender as demandas oriundas da Universidade Federal do Maranhão, prestando uma maior agilidade, apoio técnico, logístico e operacional nas atividades voltadas para a área de pesquisa, ensino e extensão, assim como contribuir para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da UFMA.

Assim, a FSADU distingue-se pela sua competência na captação e gestão de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de projetos científicos, no cam-

po da pesquisa, do ensino, da extensão e do desenvolvimento institucional executado pela UFMA. Nesse sentido, dá destaque em sua missão "Apoiar as ações da Universidade Federal do Maranhão, assim como gerenciar e executar projetos em parceria com instituições públicas e privadas, visando o desenvolvimento da sociedade" (Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, 2015, p. 21). A visão principal da FSADU é "ser referência nacional no gerenciamento e execução de projetos" (Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, 2015, p. 21). com os seguintes.

A Fundação apoia, de forma significativa, as ações da Universidade, quer na captação de novos recursos, quer no repasse de recursos financeiros, de forma direta ou indireta, quer no apoio a ações políticas e de suporte administrativo. A busca da manutenção e expressão das relações com instituições públicas e privadas, no âmbito municipal, estadual e federal, é uma constante. Esse sucesso se deu principalmente pela implantação de um novo modelo gerencial, com um foco estratégico e adaptativo, investindo em novas tecnologias, acrescentando mais atividades em seu portfólio, vencendo licitações dentro e fora do Estado, destinando recursos para o desenvolvimento de seu capital intelectual, ampliando suas ações e prestando apoio técnico e estrutural aos cursos de especialização conducentes a mestrados em Portugal.

Ao longo dos seus 34 anos de serviços prestados à sociedade maranhense, a FSADU alcançou reconhecimento por esta sociedade pela sua competência na captação, administração e na gestão de recursos financeiros para o desenvolvimento e execução de projetos, em todas as áreas de atuação da UFMA e das instituições parceiras. Durante os seus anos de existência, a FSADU se destacou por um significativo crescimento, ampliando suas ações desenvolvidas no Estado do Maranhão e em outros Estados, realizando novas parcerias com outros órgãos da Administração Pública municipal, estadual e federal, assim como com empresas do setor privado.

De acordo com o Estatuto da FSADU, estão entre os seus objetivos:

> I) Apoiar programas, ações, projetos e atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, nas áreas de: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguísticas, Letras e Artes e Áreas Multidisciplinares;
>
> II)Apoiar programas de capacitação do pessoal docente e técnico administrativo da UFMA, para garantir maiores níveis de produtividade das atividades acadêmicas;

III) Executar, mediante convênios, contratos e acordos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, atividades em todos os campos, inclusive pesquisas e experimentos, que venham a contribuir para o desenvolvimento científico, técnico, cultural e econômico do Maranhão;

IV) Explorar, mediante convênios, inventos e descobertas de qualquer natureza resultantes de atividades de pesquisa da UFMA;

V) Incrementar os recursos financeiros da UFMA para o fortalecimento de suas atividades fim e meio, dentre outros.

Pode-se apreender dessa relação institucional entre a Fundação Sousândrade e a Universidade Federal do Maranhão a partir do que preceitua seus objetivos o fortalecimento e notoriedade no compromisso com os inúmeros projetos e ações já desenvolvidos no Estado do Maranhão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou demonstrar que o Controle Interno é de grande importância, considerando que toda organização pública ou privada precisa encontrar formas de aperfeiçoar seus processos, otimizar o uso dos recursos, cumprir a legislação, atingir seus objetivos e metas, alcançar resultados e proteger seus ativos. Desse ponto de vista, destacou-se nesse estudo que o Controle Interno, além da obrigatoriedade na Lei de Responsabilidade Fiscal, permite aos gestores e administradores acompanhar o desenvolvimento dos serviços, investir na adequada aplicação dos recursos e na preservação do patrimônio, assim como, garantir a transparência das contas.

Ressaltou-se ainda que o Controle Interno quando implantado de maneira a cumprir suas funções corretamente, traduz-se em resultados positivos para a administração. Considerou-se que uma gestão e/ou administração deve buscar bons resultados não só pelas exigências legais, mas, também porque a gestão do patrimônio exige um sistemático controle de suas ações. Nesse sentido, percebeu-se no decorrer do estudo a forte relação que o sistema de Controle Interno estabelece com a gestão por resultados, pois as ações de um implicam diretamente o desempenho do outro. Percebeu-se dessa discussão, que a inexistência ou deficiências do Controle Interno se refletem nos resultados das organizações e na qualidade dos serviços prestados. O objetivo do Controle Interno é, sobretudo, assegurar que todas as operações sejam conduzidas de forma eficiente (MIGLIAVACCA, 2004).

Neste estudo, procurou-se enfatizar pontos importantes para a implantação do Controle Interno. Mostrou-se as diversas características e cuidados necessários para

a sua criação, considerando que ele se reflete diretamente no desempenho e nos resultados que este traz às atividades administrativas e operacionais da empresa. Para isso, ressaltou-se que toda organização precisa encontrar formas de aperfeiçoar seus processos. Mostrou-se ainda que esse caminho passa, necessariamente, pela Instituição e funcionamento do Sistema de Controle Interno, elaboração de normas, rotinas e procedimentos de Controle Interno, realizações periódicas de Auditoria Interna nos setores e, ainda pouco difundida nas Fundações de Apoio, a criação do órgão administrativo do Controle Interno.

Aqui, abordou-se também um estudo sobre as Fundações de Apoio. De início, pode-se concluir que estas Fundações são entidades sem fins lucrativos ou econômicos e apesar de desempenharem atividades eminentemente públicas são consideradas de natureza jurídica privada. A análise aqui apresentada possibilitou identificar que, objetivamente, a função dessas Fundações é aperfeiçoar os trabalhos das intuições públicas de ensino superior, principalmente no suporte das atividades de extensão, ensino e pesquisa. Tais entidades realizam programas de educação continuada, treinamentos, consultorias, assessorias técnicas, elaboração e execução de projetos.

Segundo Rocha (2012), as Fundações, de maneira geral, pertencem a uma nova esfera pública formada por organizações que não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem instituições da sociedade civil e de direito privado, não têm como objetivo o lucro, mas sim o atendimento à sociedade e à efetivação de direitos.

Cabe destacar que o objetivo principal deste trabalho foi sugerir a implantação de Controle Interno para a Fundação Sousândrade, o qual servirá para orientar e demonstrar que não é suficiente que se selecione ou opte por um modelo de implantação da ferramenta, contanto que esta ocorra considerando-se o contexto situacional dessa Instituição. Ou seja, a realidade administrativa, contábil, jurídica, econômica e financeira, optando por aquela que melhor se adapte a essa realidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. *Financiamento da Educação Superior:* Estado x Mercado. São Paulo: Cortez; Unimep, 2003.

ATTIE, W. *Auditoria: Interna.* 3. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2007.

CAETANO, M. *Das Fundações:* Subsídios para a Interpretação e Reforma da Legislação Portuguesa. Lisboa: Edições Ática, 1960.

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração:* uma Visão Abrangente da Moderna Administração das Organizações. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Decreto-Lei n.7.423 de 31 de dezembro de 2010.* Regulamenta a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994.Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2010.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. *Internal Control.* Integrated Framework. Nova York: COSO.

CREPALDI, S. A. *Auditoria Contábil:* Teoria e Prática. São Paulo: São Paulo: Atlas Editora, 2011.

DI PIETRO, M. S. Z. *Direito Administrativo*. 22.ed. São Paulo: Atlas Editora, 2008.

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA. *Plano de Ação 2015/2016. São Luís: FSADU, 2015.*

JACQUES, DE A. e RESKE, F. A. *O Controle Interno como Suporte Estratégico do Processo de Gestão, 2007.* Revista Eletrônica de Contabilidade (Descontinuada). Santa Maria, RS: UFSM, v. 4, n. 1. Disponível em:<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/issue/view/322. Acesso em: 05 abr. 2016.

BRASIL. *Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 11 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 10.973 de 02 de dezembro de 2004.* [Lei de Inovação Tecnológica]. Dispõe sobre Incentivos à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no Ambiente Produtivo e dá Outras Providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2004.

BRASIL. *Lei n° 8.958 de 20 de dezembro de 1994.* Dispõe sobre as Relações entre as Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica e as Fundações de Apoio e dá Outras Providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 1994.

MIGLIAVACCA, P. N. *Controles Internos nas Organizações:* um Estudo Abrangente dos Princípios de Controle Interno. Ferramentas para Avaliação dos Controles Internos em sua Organização. 2. ed. São Paulo: Edicta, 2004.

LINS, L. S. *Auditoria: uma Abordagem Prática com Ênfase na Auditoria Externa, Atualizado pelas leis 11.638/07 e 11.941/09 e Normas do CPC.* São Paulo: Atlas Editora, 2011).

BRASIL. *Resolução n° 156-CONSUN, de 14 de junho de 2011.* Estabelece Normas para o Relacionamento entre a Universidade Federal do Maranhão e suas Fundações de Apoio, Previstas na Lei n° 8.958/1994, e dá Outras Providências. São Luís-MA: UFMA, 2011.

REZENDE, S. M. e FAVERO, H. L. A Importância do Controle Interno Dentro das Organizações. *Revista de Administração Nobel*, n.3, p. 33-44, jan./jun. 2004.

ROCHA, J.C. *O Papel das Fundações de Apoio no Contexto das Universidades Públicas no Brasil.* Âmbito Jurídico, Rio Grande, n. 100, maio 2012.

O VALOR DOS TRATADOS INTERNACIONAIS E A SUA INFLUÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Virgínia Maria Rosa Praseres de Miranda[1]

RESUMO
Influência dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro, análise e valor. Demonstra-se o compromisso assumido pelo país perante órgãos internacionais, partiu-se inicialmente da compreensão do seu conceito, suas espécies, bem como a hierarquia com que são recepcionados na Carta Magna de 1988. São analisados, ainda, seu processo de formação, a sua efetividade e aplicabilidade. Por fim, busca-se estabelecer soluções para os casos de conflitos entre os Tratados e as leis vigentes, instigando reflexões e contribuindo para os estudos acadêmicos sobre o tema.
Palavras-chave: Tratado. Internacional. Valor. Influência. Ordenamento. Jurídico. Brasil.

ABSTRACT
Influence of the international treaties in the Brazilian juridical order, analayse and value. Demonstrate the commitment assumed by the country before international bodies, starting from the understanding of its concept, its species, and the hierarchy with which Are approved in the Carta Magna of 1988. Their training process, their effectiveness and applicability, are also analyzed. Finally, it seeks to establish solutions to the cases of conflicts between the Treaties and the current laws, instigating reflections and contributing to the academic studies on the subject.
Keywords: International treaties. Importance. Influence. Brazilian legal system.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que desde os primórdios da sociedade, o homem é um ser extremamente social, havendo necessidade de sua convivência com outros seres da mesma espécie, assim, com o evoluir do tempo, agruparam-se formando cidades, que também se agruparam com outras cidades e esse agrupamento sucessivo cada vez maior e prolixo de seres humanos posteriormente deu origem aos Estados, cujas bases na história mundial foram determinadas com a Ordem de Wetsfalia (Paz de Vestfália), em 1648.

A Paz de Vestfália, também denominada Tratados de Münster e Osnabrück designa uma série de Tratados que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos e reconheceram ofi-

1 Mestranda em Ciências Jurídico - Políticas da Universidade Portucalense. Graduada em Direito pela Faculdade Santa Terezinha - CEST. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Especialista em Ciências Jurídico – Políticas pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – Unisulma. Advogada. Email: virginiapraseres@gmail.com.

cialmente as Províncias Unidas e a Confederação Suíça. Este conjunto de diplomas acabou por inaugurar um novo Sistema Internacional, acatando noções e princípios como a ideia de Estado nação e de soberania estatal. Surgiu aí também, uma noção embrionária de paz duradoura derivada de um equilíbrio de poder, noção esta que foi aprofundada com o Congresso de Viena (1815) e com o Tratado de Versalhes (1919) e, por esse motivo, a Paz de Vestfália é considerada como marco inicial das Relações Internacionais.

Assim, verifica-se que o Estado é uma entidade com poder soberano para governar o povo de um determinado território. Estado, segundo o Dicionários Houaiss (2016), é "conjunto das instituições que controlam e administram uma nação"; "país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado".

Percebe-se, pois, que cada Estado é soberano e possui um ordenamento jurídico próprio, contudo é notória a necessidade de convivência e cooperação entre os diversos Estados existentes a fim de estabelecer relações entre eles, surgindo o Direito Internacional como ramo do direito capaz de encerrar os conflitos normativos entre os Estados e estabelecer o consenso entre os diversos ordenamentos existentes.

2 OS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

2.1 Tratados: conceito, terminologia e elementos

Tratados, de acordo com a Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados de 1969 (art. 2º, I, a), significam "um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica".

Já a Convenção de Viena sobre Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais de 1986 (art. 2º, I) diz que:

> a) Por Tratado entende-se um acordo internacional regido pelo direito internacional e celebrado por escrito:
>
> I – Entre um ou vários Estados e uma ou várias organizações internacionais, ou
>
> II – Entre organizações internacionais, quer esse acordo conste de um instrumento único ou de dois ou mais instrumentos conexos e qualquer que seja sua denominação particular.

Sussekind (2004) define Tratado como "instrumento básico e preponderante utilizado pelo Direito Internacional Público para a consecução das suas finalidades".

Miranda, por sua vez, entende que o conceito de Tratado envolve 04 elementos: a) um acorde de vontades; b) a necessidade de as partes serem todas sujeitos de Direito Internacional e de agirem nessa qualidade; c) a regulamentação pelo direito internacional e; d) a produção de efeitos com relevância nas relações internacionais. Para ele:

> Por tratado ou convenção internacional entende-se um acordo de vontades en-

> tre sujeitos de Direito Internacional, constitutivo de direitos e deveres ou de outros efeitos nas relações entre eles, ou, de outra perspectiva, um acordo de vontades regido pelo Direito Internacional, entre sujeitos de Direito Internacional; ou, ainda, um acordo de vontades entre sujeitos de Direito Internacional, agindo enquanto tais, de que derivam efeitos jurídico-internacionais ou jurídico--internacionalmente relevantes. (MIRANDA, 2009, p. 57-58).

Gonçalves (2015), também elenca os elementos dos tratados internacionais. Segundo a autora, são eles: a) acordo de vontades livres; b) forma escrita; c) conclusão entre dois ou mais Estados ou Organizações Internacionais, ou entre Estados e Organizações Internacionais; d) regulamentação pelo Direito Internacional Público; e e) obrigatoriedade de cumprimento (*pacta sunt servanda*).

Assim, percebe-se que o Tratado nada mais é do que um acordo resultante da convergência de vontades entre duas ou mais pessoas de direito internacional, por escrito, que possuem a intenção de produzir efeitos jurídicos no plano mundial.

No que tange à nomenclatura dos Tratados, a Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas menciona uma grande variedade de denominações para os acordos internacionais, como tratados, convenção, protocolo, pacta, estatuto, etc., levando à percepção de que o termo "tratado" é utilizado de forma genérica para abranger todas as classes de acordos realizados no âmbito internacional. Deste modo, sob o ponto de vista jurídico, a denominação dada ao tratado não tem qualquer influência sobre o seu conteúdo (GOLÇALVES, 2015).

Importante destacar, aqui, uma observação feita por Mello (2000) que aduz que o tratado é ao mesmo tempo ato jurídico e norma. É ato jurídico, pois decorre de manifestação de vontade e é norma porque é o resultado dessa manifestação.

Nesse sentido, é válido observar que normalmente um tratado internacional é composto de 03 (três) partes principais distintas: Preâmbulo, Dispositivo e Anexo. No Preâmbulo, encontram-se as partes pactuantes, as causas que levaram à sua realização e suas finalidades.

No Dispositivo, tem-se a parte jurídica propriamente dita, na qual há o estabelecimento de direitos, obrigações, formas de execução, formas de resolução de conflitos, penalidades em caso de adimplemento e conclusão do acordo.

Desse modo, nos Anexos encontram-se peças apensadas à parte dispositiva composta por estatísticas, gráficos, mapas, relatórios, pesquisas, etc. Por serem documentos formais, escritos e com teor definido, obedecem tradicionalmente segundo Reis (2015), o seguinte padrão:

> a. Título: indica o tema a ser acordado.
>
> b. Preâmbulo: indica as Partes Contratantes, ou seja, os Governos ou as Organizações Internacionais;

c. Considerando: indica a motivação que leva à celebração do ato internacional. Em se tratando de acordo complementar, o acordo básico deve ser aqui mencionado.

d. Articulado: indica a parte principal, na qual se acham registradas, sob a forma de artigos numerados, as cláusulas operativas do instrumento firmado.

e. Fecho: especifica o local, a data de celebração do ato, o idioma em que se acha redigido e o número de exemplares originais. Tratando-se de idiomas menos usuais, a prática brasileira tem sido a de negociar um terceiro texto, em inglês, francês ou espanhol, para dirimir futuras dúvidas de interpretação.

f. Assinatura: pelo Presidente da República, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ou por outra autoridade, desde que munida de plenos poderes específicos.

g. Para evitar questões de precedência na assinatura dos atos internacionais bilaterais, adota-se o sistema de inversões ou alternâncias, que consiste em cada Parte ocupar o primeiro lugar no exemplar que ficará em seu poder. Os atos multilaterais seguem, habitualmente, a ordem alfabética dos nomes dos países, que se altera em função do idioma que está redigido.

h. Selo de lacre com as armas das Partes Contratantes.

Feitas as considerações acerca da definição, as terminologias e os elementos dos tratados, parte-se agora para o estudo de sua classificação.

2.2 Classificação dos tratados internacionais

Quanto à classificação dos Tratados Internacionais, não há um consenso sobre sua classificação, havendo diversos métodos classificatórios e diversos posicionamentos doutrinários. Neste artigo, os Tratados Internacionais serão classificados sob os critérios de índole subjetiva, material e formal, sendo adotada a classificação de Aquino (2016).

Subjetivamente, os tratados podem ser compreendidos quanto aos números de partes, quanto às qualidades destas e quanto ao critério de abertura a sujeitos terceiros. Assim é que quanto aos números de partes, os tratados podem ser divididos em bilaterais (possuírem apenas duas partes) ou multilaterais, também chamados de coletivos (quando houver multiplicidade de partes). Quanto às qualidades das partes, verifica-se se as partes contratantes são o Estado ou as Organizações Internacionais ou ambas. E quanto aos sujeitos terceiros, estes podem ser classificados em Tratados Abertos (em razão de ser possível a sujeitos que não assinaram e ratificaram o tratado em sua formação, aderirem posteriormente ao seu conteúdo); Tratados Semiabertos (os que permitem terceiros aderirem ao Tratado posteriormente, de forma condicionada) e os Fechados (no qual não é permitido o ingresso de terceiros após a conclusão do Tratado).

Materialmente, os tratados podem ser compreendidos pela abrangência das matérias, quanto aos efeitos, quanto à natureza institucional, quanto à aplicabilidade circunstancial e quanto ao tempo de duração. Quanto à abrangência da matéria, podem ser considerados Gerais (quando regulam matérias genéricas) ou Especiais (quando re-

gulam matéria específica). Em relação aos efeitos, pode ser um Tratado – lei (igualmente denominados de tratado – normativo, são aqueles em que as partem editam uma regra de direito objetivamente válida, fixando normas de Direito Internacional, como por exemplo, a Convenção de Viena de 1969) ou um Tratado – contrato (são os que através dele, as partes realizam uma operação jurídica, regulando interesses recíprocos entre as partes pactuantes, como acordo comerciais, por exemplo).

Já quanto à natureza institucional, podem ser entendidos em razão da diferença existente entre um tratado que se limite a estabelecer normas e procedimentos e um tratado que institua uma nova entidade. Quanto ao critério de aplicabilidade circunstancial, podem ser divididos em Tratados Imediatamente Aplicáveis (se tiverem de ter aplicação imediata) ou Tratados Mediatamente Aplicáveis (se não tiverem aplicação imediata). No tangente à duração, podem ser Temporários (quando tiverem termo certo para vigorar) ou Permanentes (quando não tiverem prazo certo de vigor, protraindo-se no tempo, por prazo indefinido).

Por fim, formalmente, os tratados podem ser elencados quanto ao critério de formalização, que pode ser escrita ou verbal (acordos de cavalheiros) e quanto ao grau de complexidade procedimental que se subdivide em Tratados Solenes (tratados mais formais, com maiores exigências para formalização) ou Tratados de Forma Simplificada (compreendidos aqui os tratados de simples realização, sem muitas exigências em aspectos formais).

2.3 Processo de formação dos tratados internacionais

Segundo a Convenção de Viena de 1969 são requisitos essenciais para o processo de formação dos tratados internacionais a capacidade das partes, a capacidade de representação dos agentes (habilitação dos agentes), objeto lícito e possível e o livre consentimento entre as partes acordantes. Neste tópico, o processo de formação e conclusão dos tratados internacionais será apenas abordado de forma sintética, a fim de contribuir para um melhor desenvolvimento do tema central do artigo, qual seja, a importância dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro. Basicamente, o estudo das etapas limitar-se-á à definição das mesmas, sem análises profundas de peculiaridades.

Elencados os requisitos essenciais, passa-se à análise do processo de formação dos tratados internacionais propriamente ditos. Tendo em vista que tal processo é solene e complexo, este obedece as seguintes etapas: Negociações, Assinatura, Aprovação Parlamentar, Ratificação, Promulgação, Publicação e Registro.

2.3.1 Negociação e Celebração/Assinatura

"A negociação é a fase de discussão ao fim da qual é elaborado o texto do tratado" (REIS, 2015, p. 113). Nesta fase, os Chefes de Estado ou de Governo, Ministro das Relações Exteriores e Chefes de Missões Diplomáticas negociam os tratados.

No Brasil, esta negociação, de acordo com o art. 84, VIII da Constituição Federal (VADE MECUM SARAIVA, 2016, p. 34), compete privativamente ao Presidente da República. Todavia, essa competência pode ser delegada. Vale aqui frisar que na Carta Magna de 1988 não tem escrito a quem o Presidente da República pode delegar a competência para a celebração de Tratados Internacionais, mas a Convenção de Viena[2] sobre o direito dos Tratados elenca que este poder pode ser delegado ao plenipotenciário (diplomata, chanceler, etc), que é uma espécie de preposto presidencial. Assim, o Presidente através de carta de plenos poderes, capacita o plenipotenciário para a negociação.

Concluída a negociação internacional e finalizado o texto do tratado, parte-se para a celebração do mesmo, também conhecida como fase da assinatura. Esta, na verdade, corresponde a "um aceite formal e precário do texto do tratado, cujos efeitos são: autenticar o texto, atestar a concordância dos negociadores e dar início ao prazo para ratificação" (GONÇALVES, 2015, p. 78).

É importante, ainda, relatar que o valor dessa assinatura do tratado é *ad referendum*, isto é, precisa ser corroborada pelo Estado. Em outras palavras, quer dizer que somente a assinatura do tratado não é capaz de vincular o Estado no plano internacional, salvo disposição em contrário, dependendo a exigibilidade do tratado de atos posteriores.

2.3.2 Aprovação Parlamentar

Trata-se de ato interno de cada Estado signatário. No Brasil, como já exposto anteriormente, a competência para celebrar tratados e convenções internacionais é privativa do Presidente da República (art. 84, VIII, CF), cabendo ao Congresso Nacional referendar este ato.

O art. 49, I, da Carta Magna Brasileira, por sua vez, estatui competência exclusiva ao Congresso Nacional para "resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio público".

Sobre essa fase, é importante fazer a observação do professor Rezek (2015, p. 133), que aduz que a Carta Constitucional Brasileira permite a celebração de acordos, com dispensa da apreciação congressual em duas hipóteses. São elas:

1. O acordo executivo como subproduto de um tratado vigente, pois,

2 Ver arts. 07 e 08 do Decreto nº 7.030/2009 (Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados).

> neste caso, entende-se que a aprovação do Congresso sofreu uma antecipação no tempo. Neste sentido, os acordos de detalhamento, especificação e suplementação previstos no texto original.
>
> 2. O acordo executivo como expressão de diplomacia ordinária, uma vez que é da competência privativa do Presidente manter relações com os Estados estrangeiros (art. 84, VIII, CRFB/88). Assim, pode o Poder Executivo, sem aprovação do Legislativo, decidir sobre intercâmbio consular, a atuação dos representantes do Estado nas organizações internacionais, a aceitação ou recusa de convites para entendimentos visando à preparação de tratados.

Percebe-se, pois, que primeiramente o tratado internacional deve ser aprovado pelo Congresso Nacional, para posteriormente ser ratificado pelo Presidente da República, que é a próxima fase que será analisada.

2.3.3 Ratificação

A ratificação "é o ato pelo qual o Estado após reexaminar um tratado assinado, confirma seu interesse em concluí-lo e estabelece, no âmbito internacional, o seu consentimento em obrigar-se por suas normas. É a aceitação definitiva do acordo" (PORTELA, 2015, p. 104).

Nesse sentido, trata-se de ato discricionário, irretratável, expresso e irretroativo. Aqui, o Estado se vincula no plano internacional ao tratado, havendo nesta fase troca de instrumentos ou depósito da Carta de Ratificação assinada pelo Chefe do Estado.

2.3.4 Promulgação e Publicação

Tais fases são posteriores à ratificação e tornam o tratado válido e executável dentro do âmbito interno do Estado. A promulgação consiste em um ato jurídico interno pelo qual o Chefe de Estado confere a característica da executoriedade interna nos limites territoriais do Estado signatário, declarando conformidade também com o processo legislativo. No Brasil, é feita mediante Decreto do Presidente da República publicado no Diário Oficial.

Já a publicação é o requisito que confere validade, eficácia e aplicação do tratado no âmbito interno, tornando-o de conhecimento público pela população. No Brasil, devem ser publicados tanto o Decreto Legislativo que aprova o tratado, bem como o Decreto do Presidente da República no Diário Oficial, a fim de ser dada publicidade a todo o país.

2.3.5 Registro

Resulta, então, que se tem, finalmente, a fase de Registro. Segundo ela, o tratado deve ser registrado na sede das Organização das Nações Unidas - ONU e, depois, publicado pelo seu Secretário-Geral. Este registro é justificado pela necessidade que

tem os termos de ajuste de serem invocados perante os membros e órgãos das Nações Unidas.

Cabe aqui ressaltar que há um dissenso doutrinário acerca da necessidade deste registro para a entrada em vigor do tratado. Contudo, a doutrina dominante entende que este registro não é obrigatório para a entrada em vigor do tratado servindo, apenas como instrumento de catalogação e publicação do mesmo.

2.4 Incorporação dos tratados ao direito interno brasileiro

Primeiramente destaca-se que existem dois tipos de incorporação dos tratados internacionais no direito interno brasileiro. O primeiro, conhecido como Modelo Tradicional é aquele cuja introdução do tratado no ordenamento vigente subordina-se ao cumprimento de um ato jurídico especial pela autoridade estatal.

O segundo, denominado de Introdução Automática da Aplicabilidade Imediata é o tratado que já ingressa no ordenamento jurídico com força vinculante, tendo adquirida esta vinculação no mesmo momento em que entrou em vigor no âmbito internacional, não havendo, aqui, qualquer necessidade de outras medidas para a ratificação e publicação do ato.

Masson e Montans (2015, p. 221) descreve sinteticamente como ocorre o processo de incorporação dos tratados na ordem interna. Aduz a autora:

> Destaca-se também que o procedimento de incorporação dos tratados e convenções internacionais ao direito brasileiro é feito mediante dois procedimentos distintos, quais sejam: I) após a celebração do tratado ou convenção internacional, feito exclusivamente pelo Poder Executivo, conforme o art. 84, VIII, da CF/1988, este o submete à aprovação do Congresso Nacional, o que é feito por intermédio de Decreto Legislativo; II) após a expedição do Decreto Legislativo, há a promulgação do Decreto Presidencial, a partir do qual o tratado ou convenção internacional adquire força normativa no direito positivo interno.

Observa-se, assim, que a introdução dos tratados no Brasil adota o Modelo Tradicional com a observância de um rito especial, ou seja, após a celebração do tratado, este é submetido à aprovação do Congresso Nacional, o que é feito através de um Decreto Legislativo e, após a promulgação deste decreto, promulga-se um Decreto Presidencial, dando força vinculante ao tratado no ordenamento interno. Segundo o Ministro Celso de Mello do STF, a edição desse ato presidencial acarreta três efeitos: a) promulgação do tratado; b) publicação oficial de seu texto; c) executoriedade do ato internacional que passa então a "vincular e obrigar no plano no plano do direito positivo interno", tal como uma lei ordinária (STF, ADI nº 1.480-3/DF, DJ 18/05/2001).

2.4.1 Dos Tratados que Versam sobre os Direitos Humanos

Faz-se importante destacar os tratados que versam sobre os direitos huma-

nos no Brasil, pois os mesmos possuem uma peculiaridade. Com o advento da Emenda Constitucional de nº 45/2004, que incluiu no art. 5º da Constituição Federal o §3º, os tratados internacionais que versem sobre os direitos humanos poderão ingressar no ordenamento jurídico com força de Emenda Constitucional. Eis o que dispõe o dispositivo, *in verbis*:

> § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (VADE MECUM SARAIVA, 2016, p. 9).

Dessa forma, denota-se que para o tratado que dispõe sobre direitos humanos possua status de Emenda Constitucional no Brasil, devendo obedecer a um procedimento especial, ou seja: deve ser aprovado em cada casa do Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados) por um quórum especial de três quintos dos votos dos seus respectivos membros, em dois turnos de votação.

Evidencia-se, portanto, que a partir da Emenda Constitucional nº45/2004 há duas categorias de tratados internacionais de direitos humanos: a) os materialmente constitucionais, que são os tratados que ingressam no ordenamento jurídico da forma comum, já explicitada acima, por força do §2º do Art. 5º da CF/88 (VADE MECUM SARAIVA, 2016, p. 9); e, b) os materialmente e formalmente constitucionais, que são os equiparados às Emendas Constitucionais no âmbito formal e que precisam de um procedimento diferenciado de aprovação, também já referidos anteriormente.

2.5 Hierarquia dos tratados

De uma maneira geral, os tratados internacionais incorporados ao Brasil têm hierarquia de lei ordinária. Contudo, os tratados que versam sobre direitos humanos possuem uma hierarquia diferente: a) se incorporados no ordenamento nacional, mediante o processo mais complexo de emendas constitucionais (aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos membros da casa) terá status de Emenda Constitucional; b) se internalizados no direito brasileiro pelo procedimento comum, sem aprovação pelo procedimento mais complexo das emendas constitucionais, terá status de norma supralegal.

3 A IMPORTÂNCIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O Direito Internacional, de acordo com referências já explicitadas, surge da necessidade de coexistência de ordens jurídicas diversas com o fito de estabelecer um

consenso mundial entre esses ordenamentos para uma melhor convivência dos povos, e, para isso utiliza-se de instrumentos, quais sejam, os tratados.

Os tratados internacionais, de um modo geral, são negociados pelos Chefes de Estados ou por seus representantes e sua assinatura constitui a equivalência de interesses comuns entre os seus signatários. No sistema brasileiro, o Legislativo representa o povo, que é detentor da soberania e a delega aos representantes desse poder, cabendo a eles eleger os direitos prioritários da população e, nessa conjuntura, torna-se responsável por ratificar o ingresso desses atos internacionais no país.

Esta ratificação, por sua vez, obriga o Estado como um todo ao cumprimento do tratado incorporado ao ordenamento brasileiro. Devido a essa obrigatoriedade, costuma-se afirmar que nos tratados, o princípio que impera é o Princípio do *Pacta Sunt Servanda*, melhor dizendo, "é o princípio da força obrigatória dos contratos. É o princípio que proclama que o contrato faz lei entre as partes, e devem ser cumpridos a qualquer custo" (BRAGA NETTO, 2015, p. 32). Segundo, Carli (2005, p. 48), "o termo latim *pacta sunt servanda* significa que os contratos existem para serem cumpridos".

Ainda corroborando, aduz, Rizzardo (2005, p. 24) que "a concepção filosófica da teoria clássica do brocardo *pacta sunt servanda*, consagrava que as convenções legalmente formadas constituem lei para aqueles que as celebram". Dessa forma, denota-se que a obrigatoriedade do cumprimento dos tratados internacionais é uma premissa que impera entre os Estados signatários.

Assim, pode-se aferir como primeira importância e influência dos tratados, a de eleger interesses comuns para serem regulamentados nas ordens internas dos países acordantes, as transformando em verdadeiras máximas a serem cumpridas. Neste sentido, afirma Menezes (2003, p. 66):

> Deve-se atentar para o fato de que o cumprimento de um tratado por parte do Estado que o ratificou, ou que a ele aderiu, dura enquanto o tratado estiver em vigor no cenário internacional. Recorre-se, ainda, a dois outros preceitos para reafirmar a obrigatoriedade em dar cumprimento ao que foi acordado por meio do tratado. O primeiro consta do preâmbulo da Carta das Nações Unidas, que estabelece: "(...) o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional". O segundo, vinculado à Carta das Organizações dos Estados Americanos, traz nas alíneas a e b do artigo 3o as seguintes normas: a) o direito internacional é a norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas; b) a ordem internacional é constituí- da essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo cumprimento fiel das obrigações emanadas dos tratados e de outras fontes do direito internacional. Por conseguinte, o Estado vinculado a um tratado deve cumprir as obrigações dele resultantes, fazendo observar, na esfera de sua jurisdição, as normas respectivas, sob pena de responsabilidade no âmbito internacional.

Outra importância e influência que pode ser agregada aos tratados internacionais é o seu relevante papel para as relações internacionais, uma vez que estes possi-

bilitam a existência de um acordo entre as partes signatárias tendo em vista que cada Estado tem suas peculiaridades e busca atender a interesses privados. Portanto são tratativas complexas de negociação que nem sempre atendem aos interesses objetivos de quem delas participam. Logo, há a prevalência de um interesse coletivo universal em detrimento de um direito particular de uma nação.

Ademais, através dos tratados é possível se definir quais são as áreas de estudo que comportam mais importância e influência, no âmbito internacional, dando-se prioridades a alguns ramos em detrimento de outros, atendendo a interesses difusos e coletivos universais, bem como ajuda na percepção dos aspectos com mais necessidade de melhorias, a fim do estabelecimento de uma convivência mais harmônica entre os povos do planeta, evitando-se, pois, conflitos desnecessários.

Como exemplo para um melhor atendimento desse aspecto, pode-se citar o meio ambiente. Os acordos envolvendo questões ambientais geralmente são embasados no princípio de que todos os produtos da biosfera podem servir a humanidade como um todo (Exemplos de tratados nesse sentido: Convenção sobre a Lei Mar – 1982; Tratados sobre a Antártida – 1959; Protocolo de Quioto – 1997; Eco 92 - 1992), isto porque a busca demasiada pelo poderio econômico de alguns países pode agredir insustentavelmente o meio ambiente, causando um verdadeiro desequilíbrio, podendo atingir não só as nações que efetivamente causaram o dano, mas também as demais que a rodeiam, comprometendo inclusive a perpetuação da espécie humana. Com esse entendimento, aduz Adib Antônio Neto (2016):

> De fato, a influência do poderio financeiro dos grandes grupos econômicos sobre a sociedade, inclusive preponderando sobre aos anseios do próprio Estado, faz por indagar a soberania de um determinado Estado ante aos Estados ricos ou agentes político-econômicos nacionais ou alienígenas. Destarte, aqueles Estados, financeiramente ou politicamente inferiores aos outros, submetem-se, infelizmente, de modo a satisfazer apenas aos interesses dos entes político-econômicos externos e das suas classes dominantes internas, em detrimento das necessidades da sua própria população, coadunando desastrosos efeitos ao meio ambiente comum aos países de uma mesma região.Em razão disso, a produção legiferante destes países pouco trabalhará para modificá-lo, haja vista que os legisladores - frutos da democracia representativa da sociedade pela qual são eleitos - nada mais representam que os interesses financeiros citados. Como corolário, o comportamento humano propôs, ao desenrolar de nossa história, graves problemas ambientais. Um comportamento a servir de destaque é ação humana destinada a satisfazer sua gana imediatista (fenômeno vivido pela sociedade hedonista pós-moderna, é dizer também consumista e narcisista), agindo insistentemente, geração após geração, com a consciência inerte no curto prazo. Conjugado com este posicionamento, há a atuação individualista modificadora do meio ambiente que nos cerca, através de ações degradadoras. O Direito Ambiental, assim como todas as disciplinas juridicamente adotadas pelas civilizações que buscam a pacificação e estabilidade social, visa cabalmente aprimorar estes infaustos traços comportamentais, ambientalmente perniciosos às presentes e futuras gerações. O sentimento de humanidade abarcado pelo Direito Ambiental

> é tal que, se fizermos uma análise temporal, relativizou-se o distanciamento das relações entre as gerações atual e futura. Sopesou-se as necessidades reais e concretas com aquelas ainda indeterminadas, acarretando um desafio jurídico intrinsecamente ligado à perpetuação de nossa espécie.

Dessas negociações complexas que os tratados representam pode-se extrair também outra importância, qual seja uma maior segurança jurídica nas negociações, contribuindo para regulamentar situações de difíceis acordos e estabelecendo ideais que devem ser concretizados no âmbito interno das nações envolvidas. Além disso, podem ser compreendidos como um instrumento de controle dos Estados, uma vez que vinculados ao tratado, restringem a sua liberdade de elaboração de normas atinentes a determinados assuntos objetos do mesmo, pois devem elaborar suas normas em consonância com o tratado assinado.

Os tratados, por fim, são considerados por serem as fontes mais importantes do Direito Internacional, uma vez que regulamentam as matérias de maior importância e, por tal motivo, globalizam interesses e estatuem e consagram valores universais, como por exemplo, citam-se: o respeito à dignidade da pessoa humana, a soberania dos países, a cidadania das mulheres e o seu reconhecimento como sujeitos de direitos iguais aos dos homens, a igualdade racial e o direito de gênero.

4 CONFLITO ENTRE TRATADO E NORMAS DO DIREITO INTERNO

Com relação ao conflito entre os tratados e normas do direito interno, duas correntes doutrinárias apresentam-se: a Teoria Monista e a Teoria Dualista.

A Teoria Monista defende a ideia de que existe somente uma única ordem jurídica. Direito Internacional e Direito interno constituem o mesmo sistema jurídico. Esse é o entendimento do notório Kelsen (2001, p. 76) que aduz em sua obra “Teoria Pura do Direito”:

> Se esta norma, que fundamenta os ordenamentos jurídicos de cada um dos Estados, é considerada como norma jurídica positiva- e é o caso, quando se concebe o direito internacional como superior a ordenamentos jurídicos estatais únicos, abrangendo esses ordenamentos de delegação- então a norma fundamental- no sentido específico aqui desenvolvido, de norma não estabelecida, mas apenas pressuposta- não mais se pode falar em ordenamentos jurídicos estatais únicos, mas apenas como base do direito internacional.

Desse modo, a teoria monista se subdivide em: a) Monismo Internacionalista, que defende a unicidade da ordem jurídica sob o primado do Direito Internacional, devendo a ele ajustarem-se todas as normas internas (mesmo pensamento de Hans Kelsen) e; b) Monismo Nacionalista, que sustenta o primado do Direito Nacional do Estado, uma vez que este é soberano e, por isso, a adoção de regras internacionais é apenas

uma faculdade estatal. Desta forma, é calcada no dogma constitucional, o qual institui que em casos de conflito entre norma internacional e norma nacional, deve prevalecer o direito interno do Estado.

Em contraposição à Teoria Monista, tem-se a Teoria Dualista, que entende que existem duas ordens jurídicas distintas: o Direito Interno de cada Estado e o Direito Internacional. Segundo Soares (2016):

> Para os autores dualistas, o Direito Internacional e o Direito interno representam dois sistemas diferentes e independentes, pois apresentam diferentes relações sociais (o único sujeito de direito na ordem internacional é o Estado enquanto que, na ordem interna, tem-se o homem também como sujeito de direito), apresentam fontes específicas (o Direito interno é resultado, exclusivamente, da vontade do Estado soberano; a fonte do Direito Internacional, por outro lado, nasceria da vontade coletiva de vários Estados – convergência de interesses recíprocos) e regulam matérias diversas (ao Direito Internacional caberia, sobretudo, a função de regular as relações entre os Estados ou entre estes e as organizações internacionais; ao Direito interno, por outro lado, caberia a função de regular a conduta do Estado com os seus indivíduos. Apresentando os dois ordenamentos jurídicos diferentes esferas de atuação, não poderia, segundo os dualistas, haver nenhum tipo de conflito entre os dois e nem o que se falar de supremacia de um sobre o outro. Segundo esta corrente, para que um compromisso internacional (como, por exemplo, um tratado internacional) assumido pelo Estado tenha impacto ou repercussão no cenário normativo interno, faz-se necessário que o Direito internacional seja transformado, através do processo da adoção ou transformação, em norma de Direito interno. Para os dualistas não existe, portanto, a possibilidade de um conflito entre uma norma internacional e uma norma de Direito interno, pois, diante da necessidade de transformação da norma internacional em norma de Direito interno, no caso da existência de conflito este se dará sempre entre duas disposições nacionais. Diante deste raciocínio, é possível concluir que, para os dualistas, a lei interna de cada Estado prevalece sobre a norma internacional.

Na concepção dualista, portanto, não há possibilidade de conflito entre as normas de direito internacional e de direito interno por se tratarem de ordem jurídicas diferentes, devendo uma norma internacional ser incorporada ao direito interno de um Estado para ser válida neste. Logo, não há que se falar em aplicação automática de um tratado internacional.

O Brasil adotou a Teoria Monista Nacionalista, pois o ordenamento jurídico esposou entendimento pelo qual a Constituição Brasileira é norma fundamental e suprema e deve ser imposta sob qualquer outra que com ela entre em conflito, inclusive as de âmbito internacional. Por fim, estatui-se que em caso de conflito entre lei ordinária interna e norma internacional, prevalecerá aquela favorecida pelos critérios da cronologia e especialidade. Este é o entendimento de Rezek (2005, p. 5) que afirma que o Judiciário brasileiro adotou o "monismo nacionalista, segundo o qual é no texto da Constituição que se deve buscar o "exato grau de prestígio a ser atribuído às normas internacionais escritas e costumeiras".

Também é o entendimento que se pode extrair do art. 102, III, "b" da CF/88 que dispões que o STF é competente para "as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal". Assim, via de regra, os tratados internacionais possuem status infraconstitucional, estando submetidos ao controle de constitucionalidade.

Resulta que, ainda contribuindo para a tese de que o Brasil adotou a Teoria Monista Nacionalista, o Supremo Tribunal Federal ao julgar a aplicabilidade de tratados celebrados no Brasil no âmbito do Mercosul decidiu pela inconstitucionalidade da recepção plena e automática das normas de direito internacional, mesmo daquelas que, elaboradas no contexto da integração regional, representam a expressão de um direito comunitário. Eis a decisão:

> E M E N T A: MERCOSUL - CARTA ROGATÓRIA PASSIVA - DENEGAÇÃO DE EXEQUATUR - PROTOCOLO DE MEDIDAS CAUTELARES (OURO PRETO/MG) - INAPLICABILIDADE, POR RAZÕES DE ORDEM CIRCUNSTANCIAL - ATO INTERNACIONAL CUJO CICLO DE INCORPORAÇÃO, AO DIREITO INTERNO DO BRASIL, AINDA NÃO SE ACHAVA CONCLUÍDO À DATA DA DECISÃO DENEGATÓRIA DO EXEQUATUR, PROFERIDA PELO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL, O DIREITO COMUNITÁRIO E O DIREITO NACIONAL DO BRASIL - PRINCÍPIOS DO EFEITO DIRETO E DA APLICABILIDADE IMEDIATA - AUSÊNCIA DE SUA PREVISÃO NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO - INEXISTÊNCIA DE CLÁUSULA GERAL DE RECEPÇÃO PLENA E AUTOMÁTICA DE ATOS INTERNACIONAIS, MESMO DAQUELES FUNDADOS EM TRATADOS DE INTEGRAÇÃO - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. A RECEPÇÃO DOS TRATADOS OU CONVENÇÕES INTERNACIONAIS EM GERAL E DOS ACORDOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MERCOSUL ESTÁ SUJEITA À DISCIPLINA FIXADA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. - A recepção de acordos celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL está sujeita à mesma disciplina constitucional que rege o processo de incorporação, à ordem positiva interna brasileira, dos tratados ou convenções internacionais em geral. É, pois, na Constituição da República, e não em instrumentos normativos de caráter internacional, que reside a definição do iter procedimental pertinente à transposição, para o plano do direito positivo interno do Brasil, dos tratados, convenções ou acordos - inclusive daqueles celebrados no contexto regional do MERCOSUL - concluídos pelo Estado brasileiro. Precedente: ADI 1.480-DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO. - Embora desejável a adoção de mecanismos constitucionais diferenciados, cuja instituição privilegie o processo de recepção dos atos, acordos, protocolos ou tratados celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL, esse é um tema que depende, essencialmente, quanto à sua solução, de reforma do texto da Constituição brasileira, reclamando, em consequência, modificações de jure constituendo. Enquanto não sobrevier essa necessária reforma constitucional, a questão da vigência doméstica dos acordos celebrados sob a égide do MERCOSUL continuará sujeita ao mesmo tratamento normativo que a Constituição brasileira dispensa aos tratados internacionais em geral. PROCEDIMENTO CONSTITUCIONAL DE INCORPORAÇÃO DE CONVENÇÕES INTERNACIONAIS EM GERAL E DE TRATADOS DE INTEGRAÇÃO (MERCOSUL). - A recepção dos tratados internacionais em geral e dos acordos celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL depende, para efeito de sua ulterior execução no plano interno, de uma sucessão causal e ordenada de atos revestidos de caráter político-jurídico, assim

> definidos: (a) aprovação, pelo Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, de tais convenções; (b) ratificação desses atos internacionais, pelo Chefe de Estado, mediante depósito do respectivo instrumento; (c) promulgação de tais acordos ou tratados, pelo Presidente da República, mediante decreto, em ordem a viabilizar a produção dos seguintes efeitos básicos, essenciais à sua vigência doméstica: (1) publicação oficial do texto do tratado e (2) executoriedade do ato de direito internacional público, que passa, então - e somente então - a vincular e a obrigar no plano do direito positivo interno. Precedentes. O SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO NÃO CONSAGRA O PRINCÍPIO DO EFEITO DIRETO E NEM O POSTULADO DA APLICABILIDADE IMEDIATA DOS TRATADOS OU CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. - A Constituição brasileira não consagrou, em tema de convenções internacionais ou de tratados de integração, nem o princípio do efeito direto, nem o postulado da aplicabilidade imediata. Isso significa, de jure constituto, que, enquanto não se concluir o ciclo de sua transposição, para o direito interno, os tratados internacionais e os acordos de integração, além de não poderem ser invocados, desde logo, pelos particulares, no que se refere aos direitos e obrigações neles fundados (princípio do efeito direto), também não poderão ser aplicados, imediatamente, no âmbito doméstico do Estado brasileiro (postulado da aplicabilidade imediata). - O princípio do efeito direto (aptidão de a norma internacional repercutir, desde logo, em matéria de direitos e obrigações, na esfera jurídica dos particulares) e o postulado da aplicabilidade imediata (que diz respeito à vigência automática da norma internacional na ordem jurídica interna) traduzem diretrizes que não se acham consagradas e nem positivadas no texto da Constituição da República, motivo pelo qual tais princípios não podem ser invocados para legitimar a incidência, no plano do ordenamento doméstico brasileiro, de qualquer convenção internacional, ainda que se cuide de tratado de integração, enquanto não se concluírem os diversos ciclos que compõem o seu processo de incorporação ao sistema de direito interno do Brasil. Magistério da doutrina. - Sob a égide do modelo constitucional brasileiro, mesmo cuidando-se de tratados de integração, ainda subsistem os clássicos mecanismos institucionais de recepção das convenções internacionais em geral, não bastando, para afastá-los, a existência da norma inscrita no art. 4º, parágrafo único, da Constituição da República, que possui conteúdo meramente programático e cujo sentido não torna dispensável a atuação dos instrumentos constitucionais de transposição, para a ordem jurídica doméstica, dos acordos, protocolos e convenções celebrados pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL. (CR 8279 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 17/06/1998, DJ 10-08-2000 PP-00006 EMENT VOL-01999-01 PP-00042). (BRASIL, 1998).

Não resta dúvida, portanto, da adoção da Teoria Monista Nacionalista pelo Direito Brasileiro em caso de conflitos entre tratados internacionais e normas de direito interno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo empreendido possibilitou a compreensão da importância e da influência dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro, facilitando o entendimento do processo de elaboração do tratado internacional, da sua incorporação o no direito interno, bem como se pode efetivar a solução de eventuais conflitos entre eles.

O tratado internacional nada mais é do que um instrumento de o Direito Internacional utiliza para permitir a de coexistência de ordens jurídicas diversas. Possui, em sua essência, o fim de estabelecer um consenso mundial entre esses ordenamentos para uma melhor convivência dos povos.

Ademais, os tratados conferem uma maior segurança jurídica nas negociações, bem como podem ser compreendidos como um instrumento de controle dos Estados, uma vez que vinculam estes às disposições do tratado incorporado ao direito interno, devendo tais normas serem elaboradas em consonância com ele.

Portanto, são considerados as fontes mais importantes do Direito Internacional, porque elegem e regulamentam as matérias de maior importância, globalizando interesses e consagrando valores universais.

Considera-se, à guisa de conclusão, ter-se demonstrado nesta pesquisa que os tratados se submetem ao controle de constitucionalidade, uma vez que a Constituição da República Brasileira é suprema, devendo qualquer documento em desconformidade com ela ser extirpado, o que não faz diminuir a importância e a influência dos mesmos na ordem interna do país.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Leornardo Gomes de. *Tratados Internacionais (Teoria Geral)*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7652>. Acesso em: 28 ago. 2016.

BRAGA NETTO, Felipe P. *Manual de Direito do Consumidor* – A luz da jurisprudência do STJ. 10. ed. São Paulo: Editora Juspodvm, 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *CR 8279 AgR. Acórdãos. 1998*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000019935&base=baseAcordaos>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CARLI, Vilma Maria Inocêncio. *Teoria e direito das obrigações contratuais:* uma nova visão das relações econômicas de acordo com os códigos civil e consumidor. Campinas: Bookseller, 2005.

Dicionário Houaiss. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 30 ago. 2016.

GONÇALVES, Maria Beatriz Ribeiro. *Direito Internacional Público e Privado*. 2.ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. São Paulo: RT, 2001.

MASSON, Nathalia; MONTANS, Renato. *Prática Constitucional*. 2.ed. São Paulo: Editora Método, 2015.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Constitucional Internacional:* uma introdução.

2.ed. São Paulo: Renovar, 2000.

MENEZES, Celso Antônio Martins. *A importância dos tratados e o ordenamento jurídico brasileiro*. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/450/R166-04.pdf?sequence=4>. Acesso em: 28 ago. 2016.

MIRANDA, Jorge. *Curso de Direito Internacional Público:* uma visão Sistemática do Direito Internacional dos nossos dias. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

NETO, Adib Antônio. *As influências dos tratados internacionais ambientais celebrados pelo Brasil no ordenamento jurídico brasileiro*. Disponível em: <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 28 ago. 2016.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. *Direito Internacional Público e Privado*. 7.ed. São Paulo: Editora Juspodvm, 2015.

REIS, Jair Teixeira dos. *Resumo de direito internacional & comunitário*. 4.ed. São Paulo: LTr, 2015.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público:* curso elementar. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SOARES, Carolina de Oliveira. *Os tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro: análise das relações entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno Estatal*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9431&revista_caderno=16>. Acesso em 10 ago. 2016.

SUSSEKIND, Arnaldo. *Direito Internacional do Trabalho*. 3.ed. São Paulo: LTr, 2000.

VADE MECUM SARAIVA. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

OS MODELOS DE GESTÃO COMO FONTE DE MUDANÇA NO COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES

Ivaldo Santos Vidigal Junior [1]

RESUMO
Os avanços científicos e tecnológicos em um mundo globalizado, o mercado competitivo e volátil, e a crescente importância do fator humano nas organizações, transformaram de forma significativa os modelos de gestão das organizações nas ultimas décadas. Enfatiza-se a transformação de forma expressiva os padrões comportamentais dos indivíduos, influenciando-os em suas atitudes, posturas, percepções e decisões. Apresenta-se como objetivo principal a evolução dos modelos de gestão transformando o comportamento humano dentro das organizações. Destaca-se esta pesquisa como uma importante fonte para novos estudos científicos que abordam as relações atuais entre as organizações e seus profissionais, também como, a evolução do papel desses profissionais e seus desempenhos dentro das organizações públicas e privadas, levando em conta, as mudanças de seus comportamentos em um ambiente incerto e volátil.
Palavras-Chave: Modelos. Gestão. Padrões Comportamentais. Recursos Humanos.

ABSTRACT
Scientific and technological advances in a globalized world, the increasingly competitive and volatile market, and the growing importance of the human factor in organizations have significantly transformed the management models of organizations in the last decades. These changes have significantly transformed the behavioral patterns of individuals, influencing them in their attitudes, postures, perceptions and decisions. This article, based on a dissertation by the author himself, presents a bibliographical research with the main objective of demonstrating how the evolution of management models has transformed human behavior within organizations. This article can serve as an important source for new scientific studies that address the current relationships between organizations and their professionals, as well as the evolution of the role of these professionals and their performance within public and private organizations, taking into account, changes in their behavior in an uncertain and volatile environment.
Keywords: Management. Models. Behavioral. Patterns. Human Resources.

1 INTRODUÇÃO

As concepções e teorias desenvolvidas nas áreas da Administração, Pública e Privada são importantes elementos impulsionadores de mudanças organizacionais. Essas teorias desenvolveram-se a partir do fim do século XIX, após a industrialização dos principais países do mundo, o avanço capitalista no ocidente e a disseminação das teo-

1 Administrador, Mestre em Gestão Pública pelo Instituto Politécnico da Guarda – Portugal.

rias econômicas liberais. Motta (2001) descreve a mudança organizacional como o conjunto de alterações na situação ou no ambiente de trabalho de uma organização.

Diante deste clima de mudanças econômicas, políticas e sociais, as organizações, tanto na esfera pública, quanto na iniciativa privada, tiveram que realizar adaptações estruturais e gerenciais para acompanhar essas tendências e necessidades. Tais transformações modificaram de forma intensa as relações entre as organizações e os seus recursos humanos (RH), e consequentemente, os seus comportamentos dentro delas. O Comportamento Organizacional é a disciplina que estuda a forma como as pessoas atuam em contexto organizacional (PINA; REGO; CAMPOS; CABRAL; NEVES, 2014).

Segundo Vergara (2000), o maior nível de complexidade do gerenciamento das mudanças, principalmente em organizações grandes e complexas, não se encontra apenas nas alterações das políticas, procedimentos e estruturas e, sim, na necessidade de promoção de novas formas de comportamento dos indivíduos e equipes.

A personalidade e a conduta moral do indivíduo, somadas com todos os conhecimentos adquiridos, habilidades desenvolvidas e suas experiências dentro e fora das organizações, moldam a forma como esse indivíduo atua nas organizações, suas percepções e atitudes diante de situações complexas, processos decisórios e desenvolvimento das competências essenciais e individuais.

Assim, determina-se a principal questão deste trabalho, de que forma, os modelos de gestão, as abordagens e concepções da administração pública e privada, tornaram-se as principais fontes de mudanças nos comportamentos dos recursos humanos dentro das organizações. Neste artigo, será apresentada uma pesquisa bibliográfica descritiva sobre os principais modelos de gestão que influenciaram o comportamento humano desde que os estudos em gestão pública e privada tornaram-se um campo de pesquisa científica e do conhecimento humano.

2 TRANSIÇÃO DA GESTÃO EMPÍRICA PARA CIENTÍFICA

No decorrer dos tempos, as teorias e modelos de gestão, tanto na esfera pública, quanto na iniciativa privada, foram se modificando e adequando-se às reformas e mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorriam nos principais países no mundo. Nesta Revisão Bibliográfica, discorre-se, de forma cronológica, as principais abordagens e teorias da Administração que surgiram a partir do século XIX até os dias atuais, demonstrando, em cada uma delas, as mudanças que transformaram o comportamento humano nesse período.

Embora a Administração tenha sido considerada uma ciência a partir da Concepção Clássica e Científica da Administração durante o século XIX, na Antiguidade, muitos conceitos e práticas administrativas foram identificados. O Código de Hamurabi representou um dos primeiros atos administrativos e jurídicos cerca de 2000 a.C. esse documento, talhado em rocha, apresentava um conjunto de modelos de conduta, princípios e normas para serem aplicados em situações específicas, como também identificava a propriedade rural, a atividade comercial, e o trabalho humano.

A Bíblia, um dos livros mais antigos e lidos do mundo discorre, em suas parábolas, a história de Salomão, rei que governou Israel por mais de 30 anos e deu uma relevante contribuição para o desenvolvimento da Administração. Ele foi responsável pela elaboração de acordos na área do comércio e realização de tratados de paz entre nações.

A Grécia Antiga apresentou um modelo de governo democrático e participativo, que foi relevante para o desenvolvimento da administração pública atual, e serviu de base para os trabalhos de Frederick Taylor cerca de 2.000 anos depois. Posteriormente, após a ascensão de Roma, a hierarquia militar e o modelo de gestão sobre os territórios conquistados apresentaram um modo eficiente de organizar e controlar seu vasto império que dominou grande parte da Europa, África e Ásia por muitos séculos.

Florença e Veneza eram as cidades-estados que mais se desenvolviam na Idade Média, na Europa ocidental, fato ocasionado pelo crescimento da indústria de barcos, do comércio com os países do oriente e o desenvolvimento da arte e da ciência. Entretanto, neste trabalho, serão enfocadas as teorias e abordagens da Administração desenvolvidas a partir do século XIX, pois, apenas após esse período, a Administração passou de práticas e teorias empíricas isoladas para um estudo mais complexo, dinâmico e sistematizado.

As mudanças ocorridas nas últimas três décadas do século XVIII, com o advento do Iluminismo, o Naturalismo, a independência americana, as revoluções e movimentos da classe burguesa e principalmente, a Revolução Francesa, transformaram de forma inexorável a história da humanidade. Assim surge a Idade Contemporânea, trazendo consigo a transição do capitalismo comercial para o capitalismo industrial e um escalonado processo de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico que ocorreu durante todo o século XIX e persiste até os dias atuais.

Adam Smith, filósofo e economista escocês, foi um importante personagem na história do desenvolvimento da Administração pública e privada. Seus ideais liberais, transformaram, durante muitos anos, a forma e a intensidade com que o Estado interferia no mercado. “A grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios -

multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho - que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas" (SMITH, 1958, p. 45).

Smith defendia que as empresas deveriam ter autonomia no mercado, ou seja, uma mínima influência do Estado nas atividades industriais, comércio, serviços, importações e exportações, pois, assim, com a concorrência entre as organizações privadas e os seus fornecedores, impactaria na queda do preço dos produtos e serviços, também como impulsionaria as inovações tecnológicas e o equilíbrio do mercado de trabalho. Assim, com o passar dos anos, surgiram inúmeras teorias e abordagens da Administração com o objetivo de adaptar as organizações de acordo com as necessidades do mercado e imposições legais realizadas pelo governo. Essas mudanças e adaptações nas organizações impactavam diretamente no comportamento dos recursos humanos (RH).

2.1 Concepções Clássica e Científica

No fim do século XVIII e início do século XIX, com o advento da classe assalariada, a industrialização, o crescimento do comércio internacional e o desenvolvimento científico e tecnológico nas principais economias mundiais, criou-se uma necessidade intensa de transformar as formas da administração pública e privada, uma atividade mais complexa e dinâmica. Dessa forma, as tendências de tornar os conhecimentos, que até então eram considerados empíricos, em ciência testada e comprovada, chegaram à área da gestão pública e da administração empresarial.

No início do século XX, Frederik Taylor, engenheiro de produção, desenvolveu, a partir de observações, análises e estudos, práticas e métodos científicos que tinham como objetivo buscar a eficiência e eficácia operacional na administração industrial. Assim, surgiu a Escola da Administração Científica, um dos primeiros estudos sistematizados da Administração, pois considerava a arte de gerenciar as organizações uma ciência, e não uma atividade baseada apenas na experiência e do conhecimento empírico.

Taylor formulou cinco princípios científicos da gestão: planejamento, preparação, controle, execução e segmentação do trabalho. Ele dava ênfase às tarefas e acreditava que maximizando a produção, diminuindo os desperdícios, a organização teria uma eficiência operacional plena e, consequentemente, um lucro final maior. Morgan (1996, p. 32) ressalta que embora seja um dos autores mais perniciosos e criticados de todos os teóricos organizacionais, comprovou ser também um dos mais influentes.

Resulta que Taylor desenvolveu nove elementos essenciais os quais influenciam diretamente o comportamento humano nas organizações: Estudo da fadiga humana; Levantamento do tempo e esforço de cada atividade; pagamento baseado na produtividade; segmentação do trabalho; ambiente físico favorável ao trabalho; padronização de

todas as atividades; desenho de cargos; manualização das tarefas; hierarquia e recompensas para funcionários.

Apesar do foco da pesquisa e teorias desenvolvidas por Taylor e seus seguidores ser a eficiência e a eficácia na produção, teve um grande contributo sobre os recursos humanos das organizações e, principalmente, pela mudança de comportamento de seus funcionários, pois a partir dos seus estudos, os funcionários passaram a ter uma menor jornada de trabalho e uma qualidade melhor em seus ambientes de laboro. "O objetivo mais importante do trabalhador e da administração deve ser a formação e o aperfeiçoamento do pessoal da empresa, de modo que os homens possam executar em ritmo mais rápido e com maior eficiência os tipos mais elevados de trabalho, de acordo com suas aptidões naturais." (TAYLOR, 1990, p. 26).

O pagamento dos salários baseados na produtividade e especialização das atividades resultou em uma valorização dos recursos humanos, elevando os níveis de satisfação dos funcionários e, consequentemente, a melhoria do clima organizacional. Taylor enfatizava que os conflitos e desavenças que aconteciam entre empresa e empregados eram elementos que atrapalhavam a produção. Segundo Taylor (1947), o homem busca o emprego mesmo não gostando dele, mas como meio de ganhar a vida por meio de salário. Assim surge a visão do *homem econômico*.

Henri Ford, empresário americano, aplicou as teorias da Administração Científica em sua fábrica de automóveis. O objetivo dele era padronizar o produto com o menor custo de produção, e, assim, criou uma linha de montagem. Dessa forma, Ford conseguiu produzir em massa seus veículos. Outra contribuição de Ford na fabricação de automóveis em série foi o desenvolvimento de inovações técnicas e de negócios, criando concessionárias com estoques de veículos, que antes eram comercializados apenas por encomendas.

Henri Fayol, engenheiro francês, foi reconhecido internacionalmente após a publicação do livro "Administração Industrial e Geral", por ter desenvolvido os princípios básicos da Administração. Esses princípios fundamentam-se na segmentação do trabalho, na autoridade, disciplina, unidade de comando, unidade de direção, subordinação dos interesses individuais ao bem comum, remuneração, centralização, linha de comando, ordem, equidade, estabilidade, iniciativa e espírito de equipe. Chiavenato (2011) enfatiza que as funções essenciais das organizações elaboradas por Fayol são: funções técnicas, comerciais, financeiras, segurança, contábeis e administrativas.

Outro importante contributo de Fayol, que complementa as teorias de Taylor, foi a relação Fayol defendia que a remuneração deveria ser satisfatória tanto para a empresa quanto para os empregados, que estes precisariam ser tratados com benevo-

lência pelos seus superiores, e que estas profissões deveriam ser exercidas por pessoas que tivessem estudado em faculdades superiores ou técnicas profissionalizantes, e não apenas possuir habilidades e conhecimentos empíricos da profissão. De forma geral, seu trabalho foi reconhecido como um dos mais importantes para o desenvolvimento da Administração, pois foi o primeiro pesquisador e teórico que abordou a organização como um sistema complexo, que deveria ser estudado e definido em departamentos distintos, com finalidades e atribuições próprias, ligados de forma hierárquica a uma alta gerência.

Apesar das críticas às Concepções Clássica e Científica da Administração, elas foram muito importantes para o desenvolvimento das abordagens e teorias posteriores, pois, apesar da forma mecanicista e da visão do ser humano como recurso, apoiava-se na cooperação mútua entre empresa e empregado, pela qual cada trabalhador deveria ser analisado por suas habilidades, experiências e condições físicas.

2.2 Concepção Humanística da Administração

Após a Primeira Grande Guerra, Os Estados Unidos e o Canadá apresentaram um elevado crescimento econômico, impulsionados pelo aquecimento industrial e o grande volume de exportações para os países da Europa. Este período, que perdurou uma década, foi marcado por uma prosperidade econômica, política e social na América do Norte. O pleno emprego[2] fortalecia as teorias liberais de Adam Smith, a força do regime capitalista e as práticas e teorias das Concepções Clássica e Científica da Administração, de certa forma contribuíram para essa prosperidade econômica e social.

Enquanto isso, críticas as Concepções Clássica e Científica, impulsionadas por suas características manipulativas e mecanicistas, oriundas de trabalhos de pesquisadores das áreas de Engenharia e Produção, foram ganhando força e notoriedade. Profissionais das áreas de Psicologia, Sociologia e Administração apresentaram diversos trabalhos que davam maior relevância para os trabalhadores, seus sentimentos e bem-estar.

Após esse período, em 1929, explodiu uma grave crise econômica nas Américas, e que ficou marcada na história como a Grande Depressão. Referida crise, causada principalmente pela diminuição das exportações, que eram realizadas em grande parte para os países da Europa, e pela superprodução, causadas principalmente pelas práticas defendidas pela Concepção Clássica, contribuiu pelo aumento do desemprego e causaram a falência de inúmeras empresas, bancos americanos e na quebra da Bolsa de Nova York. Dentro desse cenário, os movimentos em favor de uma gestão humanizada ganharam força. John Keynes, economista inglês, questionava as teorias liberais de Adam

2 Pleno emprego é quando uma sociedade consegue aplicar todos os fatores de produção que possui disponível com o casamento entre o nível de oferta e demanda, ou seja, não há excesso de recursos ofertados tampouco excesso de demanda sobre tais produtos. http://economiasemsegredos.com/pleno-emprego-o-que-e/. Acessado no dia 29 de junho de 2017.

Smith e os modelos econômicos neoclássicos.

A teoria de John Keynes foi fundamentada na participação ativa do Estado sobre a iniciativa privada, realizando um controle direto na economia, com maior equidade entre as classes e uma visão social. Além disso, ele defendia aplicação de políticas pública que garantissem a condição mínima de sobrevivência dos cidadãos, também como o pagamento de benefícios sociais como a criação do seguro para desempregados, assistência de saúde gratuita para as classes menos favorecidas e o salário mínimo, surgindo assim a o sistema político do bem estar social.

Nasce assim a Concepção Humanística, apresentando uma visão humana das organizações, nas áreas públicas e privada. Os trabalhadores que eram vistos pela Concepção Clássica com uma perspectiva mecanizada e motivadas por vantagens financeiras passou a ser visto como um homem que apresenta necessidades de convivência em sociedade, com desejos e anseios. Segundo Marras (2009), Follet, Mayo, Roethlisberge, Dickson, Leavitt, McGregor e outros fizeram nascer dessa escola o *homus social* em substituição do *homus economicus*.

Elton Mayo, sociólogo australiano, por meio de uma pesquisa em campo, elaborou um importante projeto que modificou a gestão das organizações e o comportamento humano dentro delas. A Experiência de Hawthorne, realizada em uma fábrica nos EUA, demonstrou, por meio de testes realizados na linha de produção, variáveis que influenciassem a produtividade de forma positiva ou negativa nesta organização. O variável fator psicológico, que não estava previsto inicialmente como elemento a ser estudado na pesquisa, foi notado de forma elevada, mudando assim, o foco principal do trabalho de Mayo.

Dessa forma, Mayo, contrariando as afirmações e teorias da Concepção Clássica que apresentavam os fatores físicos como principal elemento da produtividade, foi comprovado que essa produtividade tornou-se mais elevada no momento em que os trabalhadores tinham uma interação maior com o grupo de trabalho e que o comportamento de cada funcionário estava diretamente ligado ao grupo em que esse funcionário estava inserido.

Em seu estudo, Mayo teve outra importante conclusão que contraria a Concepção Clássica em relação à fadiga humana, a monotonia na realização de uma mesma atividade por parte de um determinado empregado, mesmo que este seja especializado nessa atividade, em certo ponto, faz diminuir a sua produtividade. Assim, surgiu um plano de ascensão de cargos, pelo qual os funcionários mais produtivos e qualificados eram remanejados para outras atividades que aumentavam sua autoestima e moral perante o grupo.

Apesar das inúmeras críticas à Concepção Humanística, esta apresentou novos elementos de estudo que são imprescindíveis na área da Gestão: motivação, grupos informais, estilo de liderança, necessidades de políticas de desenvolvimento de pessoal e ênfase no bem-estar dos empregados. Assim, o impacto no comportamento humano foi outro aspecto relevante para os estudos da Administração, pois os funcionários passaram a ter maior autonomia, criando um clima favorável de confiança entre os grupos, estimulando a comunicação e o comportamento social.

2.3 Concepção Neoclássica da Administração

Após a Segunda Grande Guerra em 1945, com a consolidação do Modelo Capitalista, a retomada do crescimento industrial e o surgimento de novas tecnologias, surgem as necessidades de tornar o comércio internacional a principal atividade para os países mais desenvolvidos. Dentro desse contexto, ganham força as teorias de Peter Ferdinand Drucker, austríaco, professor universitário e consultor empresarial, que realizou importantes trabalhos sobre os modelos e abordagens da administração.

Drucker revolucionou os modelos de gestão organizacional até os dias atuais, com sua teoria da Administração por Objetivos, também conhecida por APO. Essa teoria reorganizava as teorias vistas na Concepção Clássica, a partir de processos para aproveitamento prático dos procedimentos de planejamento, organização e controle. "A APO é um processo pelo qual os gerentes, superior e subordinado, de uma organização identificam os objetivos comuns, definem áreas de responsabilidade de cada um em termos de resultados esperados e usam esses objetivos como guias para a operação dos negócios" (CHIAVENATTO, 1983, p.242).

A APO apoiava-se na ideia em que a organização e todos os seus envolvidos, deveriam compartilhar em consonância dos objetivos e metas a serem seguidos. Sendo assim, o objetivo maior é tornar o objetivo da organização um objetivo comum e compartilhado por todos os integrantes, alinhando as metas de cada indivíduo com a estratégia do negócio planejada pela área estratégica, aperfeiçoando a comunicação e a relação entre esses agentes.

Outras características importantes apresentadas nessa concepção foram a descentralização das decisões e a diminuição da excessiva hierarquia organizacional, a fim de tornar essas decisões mais rápidas e objetivas. Dessa forma, as organizações devem definir suas prioridades e seus resultados desejados em três níveis: objetivos estratégicos, táticos e operacionais. Após o planejamento estratégico realizado pela alta administração e a diretoria da organização, os objetivos e metas eram elaborados para cada departamento e/ou setor das organizações receberia um projeto para ser seguido e concretizado. Todo esse projeto sistematizado era controlado, acompanhado e analisado

por profissionais staff[3], que serviam como consultores para as gerências dos departamentos.

Apesar de ter apresentado um grande sucesso na área empresarial e na área pública, a Concepção Neoclássica recebeu algumas críticas de autores contemporâneos. Uma delas foi a de utilizar principalmente índices financeiros e quantitativos, deixando menor importância à qualidade. Essas teorias foram utilizadas pelas grandes empresas em todo o mundo, e, até hoje, rende o título de Pai da Administração Moderna para Peter Drucker.

2.4 Concepção Estrutural da Administração

Após a primeira metade do século XX, inúmeras organizações foram expandindo seus negócios e diversificando seus portfólios, impulsionados principalmente pelos avanços tecnológicos e científicos. Entretanto, observou-se que apesar desse expressivo crescimento, grande parte das organizações e os próprios países estavam sendo administrados de forma ineficientes, baseados apenas em experiências e opiniões, não havia regras e objetivos concretos. Surge assim a Concepção Estruturalista que, diferente da Concepção Neoclássica, agrega alguns elementos das Abordagens Clássica e Humanística, porém, ampliando o foco de estudo para os elementos internos e externos das organizações.

Maximilian Weber, economista, jurista e sociólogo, um dos fundadores da Sociologia Moderna, autor de diversas obras no campo econômico e social, identificou em seus estudos três tipos de sociedade: tradicional, sociedade em que o consentimento de todos sobre a autoridade é formada pela crença, tradição e pelos costumes; carismática, sociedade na qual a autoridade é derivada do carisma e da confiança nas competências e habilidades dos governantes; burocrática, sociedade em que a aceitação da autoridade por parte da sociedade é oriunda da legalidade das leis vigentes, como também, da legitimidade do seu caráter prescritivo e normativo.

Na perspectiva de Weber, o modelo Burocrático Estruturalista é o tipo de administração fundamentada por uma hierarquia formal de autoridade estabelecida e legal, com regras previamente definidas e com uma racionalidade que é formada pela adequação dos meios aos fins. Segundo Weber (1972 *apud* Rosinha, 2013), a burocracia pode ser compreendida como um conjunto de regulamentos, leis e normas que o funcionário, supervisionado por seu superior, deve cumprir, sempre respeitando a estrutura hierárquica, à qual deve obedecer fiel e dignamente.

3 Designa funções acessórias dentro das organizações, que não possuem autoridade hierárquica sobre nenhuma área, apenas assessoram gerentes e/ou diretores. http://marketingfuturo.com/o--que-e-staff-conceito-e-definicao-da-palavra-staff-na-administracao/. Acessado dia 25 de junho de 2017

A Concepção Estruturalista apresentou novos elementos que enriqueceram o desenvolvimento das Teorias e Abordagens da Administração, pois formou uma nova perspectiva administrativa em seu aspecto institucional, abordando desde o Direito até a Ciência Política, Administração e a Sociologia. Essa concepção transformou de forma efetiva o estudo da administração pública mundial, também como demonstrou a necessidade da organização das empresas que cresciam e tornavam-se mais complexas.

Na iniciativa privada, houve uma relevante contribuição para os RH das organizações, pois, a racionalidade da Teoria Burocrática, tendo em vista sua preocupação com as atribuições dos cargos e das suas respectivas responsabilidades, a formalização das rotinas e procedimentos, contribuindo, assim, com a diminuição dos custos e com o alcance dos objetivos e metas das organizações e de seus funcionários.

2.5 Concepção Comportamental da Administração

A Concepção do Comportamento, muito influenciada pelos ideais behavioristas, quebrou o padrão de todas as anteriores, trazendo novas concepções e principalmente um enfoque inovador. A sua diferença não se limita apenas ao conteúdo, mas, sim, à sua forma de construção, que deixou de ser realizada no estilo prescritivo e normativo, para o estilo explicativo e descritivo, pois deixou de ser pesquisada apenas em experimentos estatísticos para a análise aplicada. Além disso, esta abordagem acrescentou em seu conteúdo a cognição humana e os padrões do comportamento.

A Concepção do Comportamento, baseadas principalmente no desenvolvimento da Psicologia Organizacional e dos estudos do comportamento social realizados pela Sociologia, traz em grande parte de seu conteúdo as ideias da Concepção Humanística, com o foco no comportamento humano, porém, apresenta uma visão mais ampliada na dimensão da organização, observando o impacto desse comportamento na organização e as expectativas e anseios de seus empregados.

Desse modo, a visão do homem transcende a do *homus economicus*, da Concepção Clássica e *homus social*, da Concepção Humanística, pois além de ser visto como pessoa dotada de necessidades que vão além do objetivo apenas financeiro e social, para uma pessoa possuidora de cognição e de percepções aos eventos e fatos que ocorrem em seu ambiente e seu local de trabalho. Nessa perspectiva, o homem passa a ser analisado como um ser passível de aprendizado e mudança em seu comportamento, suas atitudes e decisões, e que pode interagir e cooperar com os outros indivíduos em equipes a fim de resolver determinada situação ou alcançar metas e objetivos coletivos.

Abraham Maslow, psicólogo americano, fez um dos trabalhos mais importantes dessa abordagem, a Hierarquia das Necessidades Humanas, na qual é comprovado que a motivação nasce de um conjunto de necessidades que estão selecionadas em níveis

de importância, essas necessidades são dispostas na forma de uma hierarquia vertical, e podem ser observadas como uma pirâmide. Maslow (1973) descreve diversos modos subjetivos para medir o nível de necessidade, porém dá mais ênfase às queixas apresentadas pelos indivíduos, visto que elas são indicadoras de seus desejos.

Assim, compondo uma pirâmide, Maslow colocou em sua base as necessidades mais primárias dos seres humanos: alimentação, repouso, moradia, entre outras, e nomeou-as de necessidades fisiológicas. Posteriormente, montou o miolo da pirâmide com as necessidades secundárias: estabilidade no emprego, família, saúde, e nomeou-as de necessidades de segurança; no terceiro nível da pirâmide, inseriu as necessidades sociais: família, amigos, intimidades sexuais; no quarto, as necessidades de estima: confiança, respeito e autoestima, e finalmente, no topo da pirâmide Maslow inseriu as necessidades mais elevadas, chamadas de necessidades de autorrealização: moralidade, solução de problemas, criatividade e realização pessoal e profissional.

Frederick Herzberg, professor americano, formulou a teoria dos dois fatores para explicar o comportamento das pessoas em situação de trabalho. Esses fatores, higiênicos e motivacionais, deveriam ser analisados na motivação e satisfação dos funcionários dentro do seu cargo. Os fatores higiênicos são aqueles que representam o ambiente e o modo em que os funcionários estão inseridos dentro da organização, e são de responsabilidade específica da organização, logo estão diretamente ligados à cultura da empresa. Esses fatores apresentam as condições mínimas para que os empregados estejam satisfeitos ao desenvolverem suas atividades, como exemplo: o salário, benefícios, relação interpessoal, ambiente de trabalho adequado, entre outras.

Já os fatores motivacionais são aqueles referentes ao trabalhador e que o motivam para realizar suas atividades de forma eficiente, tais como eles: desenvolvimento profissional, crescimento na hierarquia da organização, atribuições e responsabilidades, autorrealização, confiança e reconhecimento pela equipe e superiores.

Douglas McGregor, economista e professor americano desenvolveu a Teoria de Motivação X e Y, que aborda que X e Y são linhas de pensamentos opostas e que discorrem sobre as relações entre os empregados e o seu comportamento dentro das organizações. A teoria X apresenta uma visão em que os trabalhadores são preguiçosos, apresentam pouca ambição, tem o trabalho como forma de ganhar dinheiro, por isso precisam ser supervisionados e controlados de perto, semelhantes à visão da Concepção Clássica. Na teoria Y, os funcionários estão motivados, enxergam o trabalho com naturalidade, e gostam do que fazem, são criativos, responsáveis e competentes.

McGregor define que os gerentes de Teoria Y são mais predispostos para desenvolverem o clima de confiança mútua com seus subordinados, elemento fundamental

para motivação e desenvolvimento dos funcionários.

Victor Vroom, professor canadense, desenvolveu uma importante teoria que é estudada até os dias atuais, a Teoria da Expectativa. Ela explica como a expectativa de uma recompensa leva a determinados comportamentos, focalizando estados cognitivos interiores que provocam a motivação. As pessoas serão motivadas quando acreditarem que seu comportamento resultará em recompensas ou resultados que elas desejem, caso contrário, elas não se sentirão motivadas a adotar esse comportamento. Dessa forma, a teoria sustenta-se em três conceitos básicos: a valência, a instrumentalidade a expectativa.

2.6 Concepção Sistêmica da Administração

Essa abordagem ressalta que um determinado objeto de pesquisa não pode limitar-se apenas a uma teoria ou área do conhecimento específica, mas, sim, deve ser analisado em um conjunto de conhecimentos, conceitos e ciências, de forma sistêmica, interdependente e de forma mútua de todas as disciplinas envolvidas, para que se possa ter uma compreensão mais adequada e abrangente sobre determinado fato ou fenômeno.

Em relação aos estudos e abordagens da administração, pública ou privada, deve-se ter um conhecimento geral de pelo menos seis ciências específicas: Administração, Contabilidade, Economia, Psicologia, Sociologia, Antropologia. Acrescentando-se noções de Direito e Comunicação às anteriores.

Ludwig Bertalanffy, biólogo austríaco, desenvolveu uma importante teoria que modificou a visão sobre a Administração. Ele ressaltou em seus estudos, principalmente na área da Biologia, a ideia de que o organismo é um todo maior que a soma das suas partes. Da mesma forma as organizações deveriam ser analisadas como um organismo vivo, complexo e aberto, com uma visão holística, que, conforme Smuts (1926 *apud* LIMA, 2008, p.3), significa "tendência da natureza em evoluir na direção da composição de todos".

Nessa concepção, cresceu a importância de equipamentos como o computador e seus periféricos, nos quais os indivíduos passaram a exercer atividades de forma mais especializada em novas tecnologias e cálculos matemáticos mais complexos. Dessa maneira, novas profissões como analistas e consultores ganharam força e importância na hierarquia organizacional. Inúmeros relatórios eram desenvolvidos nas áreas financeira, operacional e gerencial, tornando o trabalho, de forma geral, menos operacional e mais intelectual.

Na Concepção de Sistemas, o homem passou a ser visto como um elemento funcional das organizações, isto é, sujeito que se comporta como executante de de-

terminada atividade e detentor de responsabilidades específicas, relacionando-se com outros indivíduos, dentro de um ou vários grupos, conduzindo seus próprios anseios e desenvolvendo novas atividades e responsabilidades que lhe são designadas.

2.7 Concepção Contingencial da Administração

A Concepção Contingencial discorre que na gestão organizacional não há nada exato, absoluto e perfeito, isto é, o estudo da gestão organizacional se torna um sistema complexo e relativo. Ela discorre sobre a existência de uma analogia funcional e ativamente independente entre as qualidades do ambiente e as técnicas administrativas adequadas para a consecução das metas e objetivos organizacionais em cada situação. Chiavenato (2004) cita que as empresas bem sucedidas são aquelas que conseguem adaptar-se adequadamente às demandas ambientais.

De acordo com Chandler (1962) que realizou um importante trabalho sobre a estratégia e estrutura organizacional em grandes organizações, confirma, em tese, que algumas questões observadas na Concepção Contingencial são verdadeiras e aplicáveis. Chandler, por meio de uma pesquisa em grandes organizações na área industrial dos Estados Unidos, observou que a estrutura organizacional das grandes empresas americanas foi transformando-se gradativamente durante 100 anos e que esta transformação foi resultado principalmente da estratégia de mercado adotada.

As organizações, segundo Chandler identificou, passaram por um processo de transformação organizacional e estratégica envolvendo quatro fases distintas: acumulação de recursos, racionalização do uso de recursos, continuação do crescimento e racionalização do uso dos recursos em expansão. Assim, uma de suas conclusões, foi que no mercado volátil, as organizações que apresentaram uma estrutura flexível e orgânica terão maiores chances de transcender as crises e ter um crescimento considerável no mercado.

A Concepção Contingencial defende que o ambiente organizacional é um só, não há análise gerencial sobre ambientes externos e internos, mas, sim, sobre um ambiente geral e comum. Este ambiente interfere de forma direta ou indireta nas organizações e no comportamento de seus RH. Dessa forma, as organizações são obrigadas a explorar, conhecer e analisar seu ambiente, com o objetivo de maior adaptação e flexibilização de sua estrutura organizacional, alinhando continuamente suas estratégias com o foco nas alterações do mercado. Segundo Toffler (1972), no futuro a sociedade será extremamente dinâmica e mutável e as organizações que quiserem sobreviver terão que ser inovadoras, temporárias, orgânicas e antiburocráticas.

No que diz respeito aos recursos humanos, a Concepção das Contingências apresenta a visão do homem como um ser complexo, detentor de um sistema de per-

cepções, valores, personalidade e desejos. Quanto à motivação, essa teoria não aborda apenas os elementos organizacionais e, tampouco, a hierarquia das necessidades da Concepção Humana, mas, sim, uma complexa interação entre o homem, sua experiência, características pessoais e o ambiente. Essas motivações variam de pessoa para pessoa, e podem ser suplantadas por novas experiências com o ambiente em que está inserida.

2.8 Modelo Japonês de Gestão

Localizado na Ásia Oriental, formado por um arquipélago com inúmeras ilhas no Oceano Pacífico, o Japão, até o século XIX, apresentava um sistema político semelhante ao feudalismo europeu da idade média e um poder absoluto nas mãos dos Imperadores. Foi arrasado na Segunda Grande Guerra, mas, tornou-se um exemplo de economia progressista. Atualmente, é considerada uma das maiores potências econômicas mundiais. Este fato foi consequência principalmente da rápida industrialização ocorrida no século XX, do desenvolvimento tecnológico e, principalmente, da filosofia japonesa do trabalho, do investimento maciço na educação e na disseminação do conhecimento.

O modelo japonês de gestão apresenta como uma das suas principais características a busca incessante da eliminação dos desperdícios de produção e gastos administrativos. O Just in Time é um sistema de produção em que nenhum produto deve ser produzido, transportado e comercializado, antes da hora apropriada. Dessa forma, o produto é geralmente comercializado antes de sua produção, eliminando os grandes estoques, diminuindo os custos de armazenamentos primários e secundários, os custos com mão de obra, a depreciação de materiais e a diminuição dos investimentos com galpões e depósitos.

O método Kanbam é uma ferramenta de controle dos fluxos de produção ou transportes em uma indústria, com o objetivo principal de otimizar a entrega e a produção de peças, sem desperdícios e no tempo exato de seu consumo. Esta ferramenta foi disseminada nas indústrias japonesas tornando o produto japonês competitivo no mercado mundial. Além disso, foi desenvolvido um sistema de melhoria contínua em todos os elementos da indústria japonesa, refletindo diretamente no aumento da produtividade, na qualidade do produto fabricado e na maior rentabilidade na comercialização. Essa filosofia e técnica japonesa foram muito difundidas nas grandes organizações em todos os países industrializados.

Kaoru Ishikawa, engenheiro de controle de qualidade japonês, desenvolveu uma importante ferramenta para a administração, o Diagrama de Ishikawa. Este gráfico demonstra de forma organizada um raciocínio lógico sobre causa e efeito, permitindo ao gestor, identificar e classificar de forma hierárquica as principais causas que podem gerar problemas e adversidades dentro das organizações.

Outra importante ferramenta desta abordagem foi o método 5S (japonês: Seiri, Seiton, Seisō, Seiketsu e Shitsuke), que significa: utilização, organização, limpeza, higiene e disciplina. Esse método proporciona a melhoria da competitividade nas organizações, pois apresenta um planejamento sistêmico, aumentando a produtividade, a diminuição de custos e riscos operacionais e administrativos, elevando a satisfação dos funcionários e melhorando o clima organizacional.

Deming desenvolveu o PDCA (inglês: PLAN - DO - CHECK – ACT), uma ferramenta interativa de gestão voltada para o controle e melhoria contínua de processos e produtos, por meio de um ciclo contínuo que apresenta quatro etapas que os gestores deveriam realizar: Planejar, Desenvolver, Conferir e Alavancar. Esse conceito ficou marcado pelo desenvolvimento do programa de qualidade na Toyota Motor Corporation, o Toyotismo.

Embora o estudo sobre a gestão da qualidade ter sido desenvolvido em vários países, foi o americano W. Edwards Deming e o romeno Joseph M. Juran, que desenvolveram no Japão o trabalho mais relevante sobre a qualidade, o Gestão da Qualidade Total, conhecido internacionalmente com *Total Quality Management* (TQM). Seus princípios fundamentais são: a satisfação das necessidades dos clientes, a correção dos erros e falhas de forma contínua, a qualidade vista como forma de sobrevivência da organização, fazer a gestão da empresa focando todo o processo decisório baseado em fatos e situações concretas.

Outro legado do Modelo Japonês foi o incentivo a uma gestão participativa nas organizações, isto é, os funcionários participam de forma mais ativa nas decisões e responsabilidades, contribuindo diretamente no desempenho das organizações, agregando conhecimentos e experiências. O comportamento dos RH das organizações japonesas é baseado na lealdade entre empresa e empregado, na disciplina que está enraizada na cultura do país, e, principalmente, na confiança das organizações nos recursos humanos que em muitos casos trabalham na forma vitalícia e são tratados como membros da família.

Apesar de terem uma rotina rígida e bem controlada, os trabalhadores japoneses participam diretamente das estratégias organizacionais, das reuniões sobre as diretrizes organizacionais e dos planejamentos da produção. Há um elevado investimento em treinamentos, o fator tempo de serviço dentro da organização é determinante para ascensão na organização, e os salários e benefícios são mais elevados que em muitos países. Estes fatos contribuem para o bom relacionamento entre empresa e empregado, motivando-os a tentar, de forma continuada, a melhorar seu desempenho para aperfeiçoar o processo produtivo.

3 CONCLUSÃO

Considera-se que a pesquisa bibliográfica apresentada neste artigo demonstra, de forma cronológica as abordagens e teorias relacionadas às áreas da gestão, fazendo uma referência sobre a disposição dos recursos humanos contidos nas organizações e a visão que elas e alguns autores tinham sobre esses indivíduos.

A Concepção Clássica representou a base científica da administração, pois a partir dela, a gestão organizacional passou a ser considerada uma ciência que deveria ser estudada e comprovada. Apesar de ter uma visão mecanicista e manipulativa sobre o indivíduo, apresentou uma evolução na relação entre organização e funcionário, pois, antes dela, a maioria dos trabalhos era realizado por meio da escravidão, vassalagem, contratos informais, sem condições mínimas de salubridade, por um período diário muito elevado, com pouca remuneração e sem benefícios sociais.

Após a Concepção Clássica, cresceu a preocupação com o trabalhador, que estava sendo explorado pelas organizações. Assim, surgiu a Concepção Humanística, trazendo consigo novos valores e nova visão sobre os indivíduos. O homem passou a ser analisado como um elemento humano, dotado de atitudes e comportamentos distintos, com desejos, necessidades e motivação.

A Concepção Neoclássica contribuiu com a importância do planejamento e do estabelecimento de metas e objetivos para o sucesso das organizações. Essas metas e objetivos deveriam ser compartilhados por toda a organização, alinhando os interesses das pessoas em realizar um trabalho com eficiência e que atendesse aos objetivos compartilhados, e que trouxesse um lucro maior para as organizações e benefícios aos seus trabalhadores.

A Concepção Estruturalista apresentou uma visão modificada das organizações, pois, ao mesmo tempo incorporava elementos das visões Clássica e Humanística. Essa abordagem tem como fundamento a organização estruturada em uma hierarquia formal de autoridade estabelecida e legalmente constituída, com regras e objetivos previamente definidos e com uma racionalidade que é formada pela adequação dos meios aos fins.

A partir da Concepção do Comportamento, que apresentou em sua essência perspectivas behaviorista, o homem passou a ser analisado como uma pessoa possuidora de cognição e de percepções aos eventos e fatos que ocorrem em seu ambiente e seu local de trabalho, assim ele passa a ser visto como um ser passivo de aprendizado e mudança em seu comportamento, suas atitudes e decisões. Essa abordagem foi uma das que mais avançou sobre a relação entre organização e seus recursos humanos, pois, a partir dela, as organizações começaram a dar grande importância ao bem-estar dos

indivíduos dentro e fora das organizações.

A Concepção Sistêmica demonstrou que um determinado objeto de pesquisa deve ser analisado em um conjunto de conhecimentos, conceitos e ciências de forma sistêmica, interdependente e de forma mútua de todas as disciplinas envolvidas, para que se possa ter uma compreensão mais adequada e abrangente de determinado fato ou fenômeno. Nessa abordagem, o homem passou a ser visto como um elemento funcional das organizações, isto é, sujeito que se comporta como executante de determinada atividade e detentor de responsabilidades específicas, relacionando–se com outros indivíduos, dentro de um ou vários grupos, conduzindo seus próprios anseios e desenvolvendo novas atividades e responsabilidades que lhe são designadas.

Após a Concepção Sistêmica, surge a Concepção Contingencial, que trouxe como discurso principal, o fato de que na gestão organizacional não há nada exato, absoluto e perfeito, isto é, o estudo da gestão organizacional se torna um sistema complexo e relativo. Assim, o homem passou a ser estudado como um ser complexo, detentor de um sistema de percepções, valores, personalidade e desejos. Essa abordagem tem como foco principal a análise da complexa interação entre o homem, sua experiência, características pessoais e o ambiente. Essas motivações variam de pessoa para pessoa e podem ser suplantadas por novas experiências com o ambiente em que ele está inserido.

O Modelo Japonês de Gestão, formado por um conjunto de teorias e práticas que apresentavam a produção de forma pragmática modificou de forma significante o comportamento dos RH nas organizações. Neste modelo, os funcionários, apesar de ter uma rotina rígida e bem controlada, eram motivados e satisfeitos, pois participam diretamente das estratégias organizacionais, nas reuniões sobre as diretrizes e nos planejamentos da produção. Estes fatores contribuem para o bom relacionamento entre empresa-empregado, motivando-os a tentar, de forma continuada, a melhorar seu desempenho, no sentido de aperfeiçoar o processo produtivo.

Realizando a pesquisa deste capítulo sobre as influências das principais concepções e teorias da gestão que foram desenvolvidas e que modificaram o comportamento humano dentro das organizações públicas e privadas, foi observado um estreito relacionamento entre as ideias e práticas em cada abordagem demonstrada e os modelos de padrões comportamentais dos indivíduos nelas contidos.

REFERÊNCIAS

CHANDLER, A. D. Jr. *Strategy and Structure:* chapters in the history of the industrial enterprise. Cambridge, MA, MIT Press, 1962.

CHIAVENATO, I. *Introdução à teoria geral da administração.* 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHIAVENATO, I. *Introdução à teoria geral da administração.* S. Paulo: McGraw-Hill, 1983.

CUNHA, M., Rego, A., CUNHA, R. C. e, CABRAL-CARDOSO, C. & NEVES, P.. *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão.* 7. ed. Lisboa: Editora RH, 2014.

LIMA, P. V. de A. O Holismo em Jan Smuts e a Gestalt-terapia. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v.14, n.1, p.3-8, jan-jun, 2008.

MARRAS, J. P. *Administração de recursos humanos:* do operacional ao estratégico. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MASLOW, A H. *Uma Teoria da Motivação Humana.* In: Balcão, Y. F. & Cordeiro, L. L. O comportamento humano na empresa. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

MORGAN, G. *Imagens da organização.* São Paulo: Atlas, 1996.

MOTTA, P. *Transformação Organizacional* - a teoria e prática de inovar. 4. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

ROSINHA, R. F. Contratações públicas: *O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) como uma alternativa à Lei Geral de Licitações e Contratos.* (Trabalho de Conclusão de curso de Graduação apresentado à Universidade de Brasília). Brasília: UNB, 2013.

SMITH, A. *La riqueza de las naciones.* México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

TAYLOR, W.F. *Princípios de administração científica.* 8 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TOFFLER, A. *O choque do Futuro.* 4.ed. Tradução Marcos Aurélio de Moura Matos. Editora Arte Nova, 1972.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.* 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA ZONA SUL DE TERESINA – PI SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA E DA APRENDIZAGEM DOS CONCEITOS GEOGRÁFICOS

Kamila Keila de Sousa Rosa[1]
Núbia Araújo Sena[2]
Liége de Souza Moura[3]

RESUMO
Este trabalho analisa como estão sendo ensinados os conceitos geográficos no 6º ano do ensino fundamental, e como isso reflete na construção do conhecimento geográfico, a que ponto os alunos reconhecem esses conceitos e como estão sendo trabalhados pelo professor. Para desenvolver essa pesquisa utilizou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo, com a aplicação de questionários aos alunos. De acordo com os resultados obtidos, os conceitos geográficos como paisagem, região, lugar, espaço e território são essenciais para a compreensão dos elementos que caracterizam a organização espacial e, fundamentais para a formação de um raciocínio geográfico articulado, cumulativo e crítico. Portanto, conclui-se que ensinar Geografia hoje exige do professor elementos que lhe possibilitem identificar a complexidade do mundo, alicerçar-se em uma teoria que responda ao conhecimento do mundo, compreendendo o espaço vivido, pensar o espaço e situar-se nele, dentro do contexto do aluno, estruturando as transformações, questionamentos e críticas e a complexidade das tecnologias.
Palavras chave: Conceitos Geográficos. Ensino Aprendizagem. Conhecimento Geográfico.

ABSTRACT
The aim of paper is to present the geographical concepts in the 6th grade of elementary school, taking as a study area municipal schools in the southern city of Teresina-PI area. This work aims to analyze how they are being taught the geographical concepts in the 6th grade of elementary school, and how it reflects on the construction of geographical knowledge, to what point the students recognize these concepts and how they are being worked out by the teacher. It was found by the data collected during the research that the teaching of geographic concepts has been satisfactory and that teachers understand the importance of these concepts for the development of a geographic reaso-

1 Licenciada em Geografia – UESPI
2 Licenciada em Geografia - UESPI
3 Doutora em Geografia - UESPI

ning, and that students recognize these concepts, assimilating them and relating them in their daily lives.
Keywords: Geographical Concepts. Teaching Learning. Geographic Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

No ensino de Geografia os conceitos geográficos são importantes para a compreensão da complexidade do mundo atual, pois se constituem como instrumentos para uma aprendizagem efetiva. Os principais conceitos são: espaço, região, paisagem, território e lugar. Neste trabalho, busca-se uma breve compreensão desses conceitos e a discussão de sua importância para o estudo dos conteúdos geográficos escolares.

Ao estudar Geografia entra-se em contato direto com a realidade, em um espaço dinâmico que sofre alterações por meio da ação do homem que é agente transformador e modificador desse espaço, no decorrer do processo histórico. A Geografia é uma disciplina imprescindível para a formação de um cidadão crítico, e o professor tem papel fundamental para a formação sólida de seus alunos.

A forma como se compreende Geografia deve estar relacionada com a concepção que se tem sobre educação, pois a educação geográfica deve oferecer ao aluno a oportunidade de compreender o mundo em escala global, associado à sua realidade local.

O ensino de geografia tem como objetivo compreender o lugar e o espaço em que vive e entender como a sociedade está organizada. A geografia não serve apenas para educar o cidadão, mas também para ajudá-lo a refletir e transformar o mundo e o meio em que vive. Por isso, deve ter como finalidade mostrar ao aluno que cidadania é também pertencer a uma realidade na qual as relações entre sociedade e natureza formam um todo integrado, constantemente em transformação, do qual ele é o agente principal desse processo.

Os conceitos geográficos como paisagem, região, lugar, espaço e território são essenciais para a compreensão dos elementos que caracterizam a organização espacial e, fundamentais para a formação de um raciocínio geográfico articulado, cumulativo e crítico.

Este trabalho aborda os conceitos geográficos no 6º ano do ensino fundamental nas Escolas Municipais – EM na zona Sul de Teresina, cujo tema visa a analisar como estão sendo ensinados os conceitos geográficos no ensino fundamental e como isso reflete na construção do conhecimento geográfico.

1.1 Trajetória do Ensino de Geografia no Brasil

A Geografia, em seus primeiros relatos vem da Grécia Antiga, associando o meio

ambiente às atividades humanas. Com as grandes navegações, ampliou-se o interesse pelas descrições geográficas, contudo foi com a expansão do capitalismo comercial que a geografia assume o caráter científico.

Como disciplina escolar, a Geografia teve início no século XIX, quando foi introduzida nas escolas com o objetivo de contribuir para a formação do cidadão, a partir da propagação ideológica do nacionalismo patriótico. Como afirma Vlash (1990, p.45):

> Foi, indiscutivelmente, sua presença Nas escolas primárias e secundaria da Europa do século XIX, sua presença foi significativa onde se institucionalizou como ciência, em sintonia com os interesses políticos e econômicos dos vários estados-nações. Seu principal objetivo era de situar cada cidadão como patriota e seu ensino contribuiu decisivamente nesse sentido, privilegiando a descrição do seu quadro natural.

No Brasil, a primeira escola a incluir a Geografia como disciplina obrigatória, foi o colégio Pedro II no Rio de Janeiro em 1837. A intenção era criar uma elite nacional capaz de ocupar quadros políticos e administrativos. Em 1934 foram criados o departamento e o curso superior de Geografia na Universidade de São Paulo, com professores provenientes, na sua maioria, da escola francesa que defendiam a abordagem tradicional. Durante o período militar, Geografia e História são reunidas na disciplina de Estudo Sociais, pois o governo acreditava que o conhecimento dessas áreas seria uma ameaça à hegemonia nacional (VLACH, 1998, p.41).

Desse modo, a sua principal função era "mostrar a pátria", incitando o sentimento nacionalista e patriota. Logo, a Geografia escolar teve a função de apoiar o Estado, se constituindo em uma disciplina sem nenhuma aplicação prática fora do sistema de ensino, tendo como objetivo ocultar a importância estratégica do conhecimento do espaço, tornando seu saber aparentemente inútil, enfadonho e desinteressante como caracteriza Lacoste (1997, p.31):

> A Geografia dos professores que apareceu há menos de um século se tornou um discurso ideológico no qual uma das funções inconscientes, é a de mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço (...) ela dissimula aos olhos da maioria, a eficácia dos instrumentos de poder que são as análises espaciais.

A Geografia, até o final do século XX, era essencialmente tradicional, baseava-se no positivismo, era um ensino voltado às ideias nacionalistas, utilizava uma metodologia descritiva e pouco questionadora. Este modelo de Geografia, no Brasil, se fez presente nas escolas até por volta do final da década de oitenta. Baseava-se em conteúdos repetitivos, pouco atraentes e de memorização (decorar capitais e países). Talvez seja esse o motivo de algumas pessoas mostrarem aversão pela disciplina, julgando-a desinteressante e desnecessária.

> [...]. É certo que, da forma como a geografia tem sido tratada na escola tradicio-

> nalmente, ela não tem muito a contribuir. Aquela geografia chamada tradicional, caracterizada pela enumeração de dados geográficos e que trabalha espaços fragmentados, em geral opera com questões desconexas, isolando-as no interior de si mesmas, em vez de considerá-las no contexto de um espaço geográfico complexo, que é o mundo da vida. (CALLAI, 2005, P.229)

O ensino de Geografia passou por grandes transformações nas últimas décadas. Da Geografia tradicionalista, baseada na metodologia de ensino da Escola Clássica, onde encontravam-se disputas entre deterministas e possibilistas. No decorrer do século XX surge a Geografia Quantitativa, ou seja, neo positivista com oposição à Geografia Regional de Hartshorne e a Geografia Tradicional.

Na década de 1970 a Geografia Crítica, de caráter marxista, passou a ganhar maior espaço na academia. As discussões, questionamentos e os debates produzidos neste movimento da geografia crítica, provocaram questionamentos sobre a geografia que estava sendo ensinada nas escolas, sendo facilmente constatada a presença de um discurso geográfico cristalizado e desvinculado da realidade, que ainda estava fortemente vinculado à Geografia Tradicional, que retratava uma prática docente sem qualquer reflexão sobre o sentido e objetivo daquilo que era ensinado.

> É, pois mais que necessário abolirmos, no ensino da geografia prática, tudo quanto é nomenclatura, tudo quanto é puramente mnemotécnico(sic), para só encarar os fatos "em marcha" pode-se dizer, e no seu respectivo lugar. É útil afastar-se, de vez em quando, do quadro habitual das concepções geográficas tradicionais. Até hoje, no nosso entendimento, toda ideia nova, todo progresso da ciência geográfica entre nós, têm sido sacrificados aos moldes antigos, têm sido apresentados num quadro arcaico: os espíritos não são levados a ver a geografia, tal qual ela é. (CARVALHO, 1913, p. 6 *apud* VLACH, 2004, p. 193).

A Geografia, necessariamente, deve proporcionar a construção de conceitos que possibilitem ao aluno compreender o seu presente e pensar o futuro com responsabilidade ou, ainda, se preocupar com o futuro através do inconformismo do presente. Mas esse presente não pode ser visto como algo parado, estático, mas sim em constante movimento (STRAFORINI, 2001).

Dessa forma, é fundamental buscar construir conceitos-chave da Geografia para desenvolver uma maior compreensão das relações sócioespacial. Enquanto disciplina escolar, a Geografia contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo, já que o conhecimento geográfico é indispensável para a formação do indivíduo que vive em sociedade. Como afirma Corrêa (2000, p.16):

> Como ciência social a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território.

Observa-se a relevância que tem os conceitos geográficos e que, de certa forma, vêm sendo ignorados ou trabalhados de maneira pouco recomendável, por meio

de uma transmissão exaustiva de concepções prontas que devem ser absorvidas pelos alunos, perdendo assim o valor que os conceitos construídos podem oferecer, já que os mesmos permitem o entendimento e dão a possibilidade de obter a essência das coisas, levando a uma aprendizagem verdadeira e significativa.

1.2 A Construção dos Conceitos Geográficos e a sua Importância no Processo Ensino-Aprendizagem

A Geografia é uma ciência social e, ao ser estudada, deve considerar o aluno e a sociedade em que vive. Para Callai (1991), "a Geografia não pode ser uma coisa alheia, distante, desligada da realidade. Principalmente nas séries iniciais, que é o período em que o aluno começa a relacionar o que vive no seu dia a dia com o que estuda na escola".

No processo de ensino-aprendizagem existem elementos centrais para que o desenvolvimento escolar ocorra com sucesso, por isso, fazem parte desse processo: o aluno, professor e a situação da aprendizagem. Não é só a exposição de conteúdo, mas a construção de conceitos, a formação de opiniões relevantes que possa fazer com que o aluno leia e interprete de forma a construir uma visão crítica do espaço em que vive. Aprender é integrar conhecimento novo ao pensamento, ao conhecimento já consolidado.

A Geografia tem uma importante tarefa de ensinar o aluno a ler a espacialidade na qual está inserido, compreendendo os processos que deram origem a tal realidade, permitindo que eles percebam que são sujeitos no processo de formação do espaço geográfico e que, portanto, devem atuar de forma ativa na transformação da realidade sócioespacial na qual estão inseridos.

A aquisição dos conceitos científicos é vista como algo fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois por meio dessa prática consegue-se continuamente estimular o raciocínio do aluno, induzindo-o a uma prática mais reflexiva, tendo deste modo a construção do conhecimento geográfico que permite compreender as relações sócioespaciais, buscando construir conceitos-chave da Geografia já que esta acabou se caracterizando como uma linguagem específica que precisa ser desvendada.

> [...] para pensar o mundo são necessários determinados referenciais teórico--conceituais que podem ser apropriados pelos jovens nas aulas de Geografia. Estabelece-se, então, uma dialética: saber pensar o espaço geográfico nas suas diversas escalas e articulá-las demanda um raciocínio específico; o raciocínio geográfico mobiliza, demanda saberes para uma leitura do espaço que podem ser trabalhados nas aulas de Geografia (FILIZOLA, 2010, p. 20).

De acordo com Moreira (2007), "espaço, território e paisagem formam o rol das categorias de base de toda construção e leitura geográfica das sociedades." Entretanto, o conceito de lugar será também abordado, pois esse conceito tornou-se atualmente central para a Geografia, pois o mundo está em um contínuo processo de globalização

e de expansão planetária do capitalismo. Dentre os conceitos da Geografia, o espaço geográfico é o mais abrangente, apresentando-se como "um todo" do qual surgem os demais conceitos e com o qual eles se relacionam.

O espaço geográfico nem sempre foi considerado como conceito-chave da Geografia, exceto para Ratzel que, em suas obras, abordava a questão do espaço vital, sendo para ele o espaço consolidado pela expansão territorial. Na Geografia Tradicional o espaço era trabalhado de maneira implícita, apresentando uma área como sua correspondência. Hartshorne, considerava que o espaço existia somente quando os fenômenos encontrados em seu interior se relacionam de forma única, não se concebendo generalizações. (HARTSHORNE *apud* GOMES, 1995, p. 19).

O espaço veio se concretizar como categoria espacial, nos trabalhos de Henri Lefebvre, estabelecendo-se como espaço social, em estreita correlação com a sociedade. Ele o enxerga como lócus da reprodução da sociedade, e sua concepção sobre espaço deu suporte aos trabalhos de Milton Santos, que teve como prioridade a formação do conceito de espaço social e seus desdobramentos para a realidade geográfica.

Nesse sentido, o conceito de território está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico, e é definido por um conjunto de relações de poder. Como afirma Rocha (2008, p. 130):

> As conceituações contemporâneas sobre território colocam o espaço com a capacidade de suportar diversas territorialidades simultaneamente, associadas com temporalidades idênticas ou diferenciadas. Assim, em uma mesma cidade, em um mesmo bairro especifico ou até mesmo em uma rua, vários territórios podem conviver.

Desse modo, o território será considerado um espaço controlado por grupos humanos, produzindo territorialidades específicas, das quais o poder se origina. Este processo é observado em múltiplas escalas: mundiais, regionais e locais, cuja espacialidade e temporalidade se expressam de maneira contínua ou descontínua.

Outro conceito geográfico a ser considerado é o de Paisagem, que é essencial para a compreensão e alfabetização geográfica. Consiste em tudo aquilo que é perceptível através de nossos sentidos (visão, olfato, tato e audição), todavia, a análise da paisagem é mais eficaz através da visão. Ela está em constante processo de modificação, sendo adaptada conforme as atividades humanas. Para a Geografia moderna, que priorizava os estudos dos lugares e das regiões, utilizou-se a fisionomia dos lugares para atingir êxito em suas abordagens, observando as transformações no espaço em decorrência das atividades humanas na natureza.

Ao diferenciar paisagem de outras categorias geográficas como espaço e território, Santos (1994) ao conceituar paisagem, afirma:

> Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima. A palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Está é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência a configuração territorial e, em muitos casos, o uso das duas expressões é indiferente (SANTOS, 1994, p. 103).

O estudo da paisagem resulta e impõe uma reflexão sobre a compreensão do espaço das formas e dos objetos. Assim é considerada um instrumento essencial de leitura e aprendizagem da Geografia, sendo importante desenvolver no aluno, a capacidade de compreensão das diferentes paisagens, reconhecendo seus elementos, sua história, suas práticas sociais, culturais e suas dinâmicas naturais bem como a interação existente entre eles.

O lugar é outro conceito chave da Geografia e deve ser tratado como fundamental para a compreensão do espaço geográfico, desde que investigado de uma forma mais ampla. É uma categoria muito utilizada por aqueles pensadores que preferem construir um ponto de vista mais compreensivo da Geografia. A grosso modo o lugar pode ser definido como espaço percebido, ou seja, uma determinada área ou ponto do espaço da forma como são entendidos pela razão humana. Seu conceito também se liga ao espaço afetivo, aquele local em que uma determinada pessoa possui certa familiaridade ou intimidade, como uma rua, uma praça ou a própria casa.

Para Santos (1997 *apud* SUERTEGARAY, 2005) o lugar é a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano. Refere-se a um tratamento geográfico do mundo vivido. A visão de mundo vivido local-global do autor é expressa quando o mesmo se refere ao lugar dizendo:

> No lugar, nosso próximo, se superpõe dialeticamente ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo (SANTOS, 1997 *apud* SUERTEGARAY, 2005, p. 07)

O lugar na Geografia tradicional, conforme já citado, era associado à ideia de região, localização geográfica. Consolidada no positivismo e na abordagem descritiva, a geografia tradicional buscava estudar a conexão entre os elementos existentes no meio, utilizando-se do empirismo, ou seja, a partir da observação. Na Geografia quantitativa, segundo Ferreira (2002, p. 44), "o conceito de lugar é abandonado em detrimento do de espaço, considerado como um simples meio de análise".

O conceito de lugar é relevante para a Geografia, pois representa a porção do espaço geográfico composto por significados particulares e relações humanas, é a di-

mensão da existência que se manifesta através de um cotidiano, compete a um tratamento geográfico do mundo vivido.

Resulta que o conceito de região é pouco discutido, pouco problematizado, passou por vários momentos de discussão no interior da Geografia desde sua gênese, em que seu significado foi sendo alterado de acordo com o direcionamento científico. Ao pensar o espaço, a região aparece como um recorte espacial naturalizado, como um recorte político administrativo, como um recorte cultural, mas que parece ser fruto de um processo histórico. O termo região está diretamente associado à diferenciação de área, ou seja, ao reconhecimento de que a terra é formada por áreas diferentes entre si.

> A palavra região está presente no conhecimento elaborado desde a Antiguidade. Aparece com destaque nos estudos sobre as diferenças e os contrastes da superfície da Terra, que foi denominado, pelos gregos, de estudo corográfico (descrição do lugar) (LENCIONE, 1999, p. 187).

O conceito de região humana ou geográfica decorre de pressupostos possibilistas por entender que a natureza era fornecedora de possibilidades para que o homem a modificasse. Dessa forma, a definição de região humana ou geográfica é vista como um espaço em que as características naturais e culturais se interpenetram como resultado de uma evolução histórica, uma vez que conferem a um determinado espaço características de homogeneidade que o diferenciam de qualquer outro espaço conjunto.

A região passou a ser vista como uma síntese entre o homem e o meio. Dessa forma, a ênfase das análises geográficas recaiu sobre essa síntese, resultante das relações humanas sobre o meio natural, e a região foi considerada o próprio objeto de estudo da Geografia. Foi na Geografia que se formulou o conceito de região, com a contribuição decisiva de Paul Vidal de La Blache (1845- 1918), o qual defendeu a região enquanto entidade concreta, existente por si só, e que ao geógrafo seria importante descrever para entender as características da região.

De acordo com Santos (2002), as regiões são o suporte com condição de relações globais que, de outra forma, não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que se possa reconhecê-la como um espaço de conveniência, mesmo que seja chamada por outro nome.

Os conceitos geográficos surgiram em razão da necessidade de compreender a complexidade do mundo atual, por isso a importância de tais conceitos, pois eles exercem um papel importante no processo ensino aprendizagem e no desenvolvimento de uma consciência geográfica, facilitando a organização do conhecimento, possibilitando uma prática reflexiva.

2.3 O Ensino de Geografia e os Conceitos Geográficas Segundo as Diretrizes Curriculares do Município de Teresina – PI

Neste tópico apresenta-se como o ensino de Geografia e os conceitos geográficos são apresentados nas Diretrizes Curriculares do Município de Teresina - DCMT.

As DCMT abordam tanto as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil quanto as do Ensino Fundamental. Foram elaboradas a partir de uma discussão coletiva envolvendo técnicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina – SEMEC, e docentes que atuavam, no período de sua elaboração no dia-a-dia, nas unidades de ensino. As Diretrizes Curriculares tomaram ainda como referência a Proposta Pedagógica da SEMEC, implantada em 1992 (TERESINA, 2008).

A Geografia é uma ciência comprometida em tornar o mundo compreensível para o homem, explicável e passível de transformações. Nesse sentido, ela tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico de formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza, por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem (TERESINA, 2008).

O estudo da Geografia possibilita aos alunos a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações individuais e coletivas, em relações aos valores humanos ou a natureza têm consequências tanto para si como para a sociedade. Permite também que adquiram conhecimento com o destino das futuras gerações (TERESINA, 2008).

As DCMT apontam que o ensino de Geografia contribui de forma significativa para a efetivação das finalidades do Ensino Fundamental quanto à formação de um cidadão crítico, que participa ativamente no processo de construção e transformação do espaço em que estão inseridos, sentindo-se, assim, afetivamente ligado, responsável e comprometido. No que se refere ao ensino fundamental, é importante considerar quais as categorias (conjunto de conceitos fundamentais) da Geografia são mais adequadas aos alunos em relação a essa etapa da escolaridade e às capacidades que se espera que eles desenvolvam. Assim, constituem-se categorias: espaço, paisagem, território e lugar, as quais devem ser compreendidas à concepção do ensino de Geografia (TERESINA, 2008).

Segundo as DCMT (TERESINA, 2008) a abordagem da temática do espaço e das categorias território, região, paisagem e lugar que se constituem como seu desdobramento, deve considerar a relação entre a realidade local e global como uma totalidade indissolúvel. No entanto, dependendo da necessidade e relevância que se queira dar, uma das duas escalas (local/global) poderá ser maior ou menor. Nesse sentido, é indispensável trabalhar os temas e conteúdos de forma flexível e interdisciplinar, evitando abordagens meramente descritivas dos fenômenos geográficos.

No Ensino Fundamental espera-se que os alunos possam ser providos de co-

nhecimentos que lhes permitam construir os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais referentes à Geografia. Para tanto, é imprescindível que os objetivos do ensino de Geografia sejam estabelecidos de forma clara e adequados às suas situações de aprendizagem, considerando o nível de ensino e o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos em cada período.

Dessa forma, o ensino dos conceitos geográficos, deve levar o aluno a fazer uma leitura do mundo e do espaço vivido, o qual traz em si as marcas da evolução da humanidade. Fazer a leitura do mundo não está relacionado somente à leitura de mapas, mas também à leitura da vida, construída no dia a dia, expressando os limites que são postos, sejam eles na área da natureza, na área da sociedade (culturais, políticos, econômicos). Ler o espaço é entender que as paisagens que se veem resultam da vida em sociedade, na busca pela sobrevivência e da satisfação de suas necessidades.

Portanto, o ensino da Geografia é importante para quem quer pensar, entender e propor a Geografia como integrante curricular relevante em todo ensino fundamental, é necessário ter clareza de quais objetivos pretende-se atingir.

As diretrizes curriculares de Teresina fundamentada nos PCNs procuraram se aproximar das diretrizes nacionais ao projeto educativo de cada escola, de modo a possibilitar uma reflexão sobre a escola cidadã, o currículo e suas práticas pedagógicas, materializando-se em diretrizes flexíveis, pautadas nas relevâncias regionais e locais, respeitando-se as diversidades culturais, étnicas, religiosas e políticas.

3 MATERIAIS E METODOS

A cidade de Teresina está situada nas coordenadas 05° 05' 21" latitude sul e 42° 48' 07" longitude oeste. A área do município de Teresina é de 1.392 km² o que representa 0,55% da área do Estado, da qual 17% é urbana e, 83%, rural, o que confere a Teresina a capital nordestina com maior área territorial rural (SEMPLAN, 2015).

A zona Sul de Teresina é gerenciada pela Superintendência de Desenvolvimento Urbano - SDU Sul, criada através da Lei nº 2.960 e 2.965, de 26 de dezembro de 2000. É formada por trinta e cinco bairros, o que representa um valor de 28,5% da totalidade, possui uma área territorial de 68,88 km², o que representa 28, 7% do total do perímetro urbano e possui 237.059 habitantes, o que representa 30, 9% da população urbana, de acordo com o informado na página *online* da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina – SEMPLAN (SEMPLAN, 2015).

De acordo com os dados disponíveis *online* pelo *site* da SEMEC (Teresina, s/d), a zona Sul de Teresina possui 16 Escolas Municipais - EM. Dentre estas, foram escolhidas três escolas como objeto de estudo do presente trabalho, o que compreendeu um valor

percentual de aproximadamente 19% da totalidade.

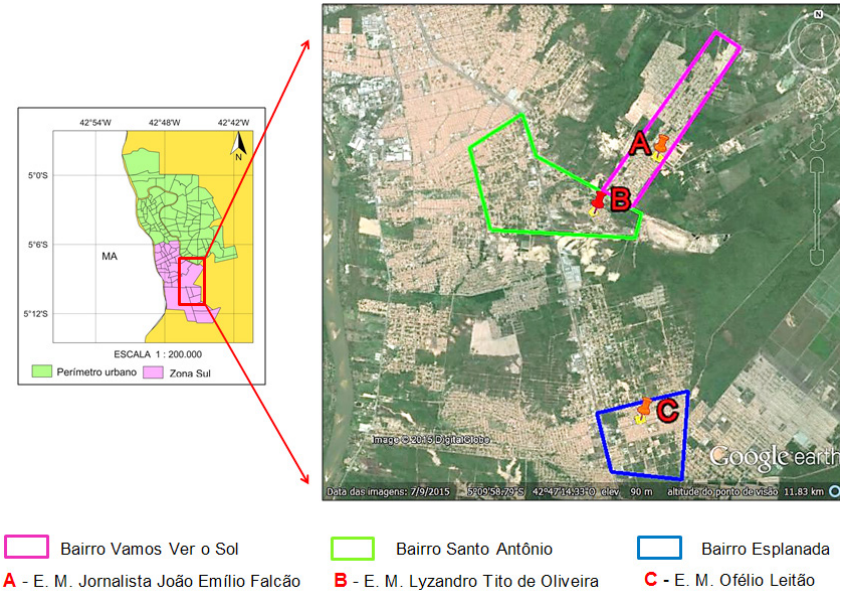
As EM escolhidas foram: E. M Jornalista João Emílio Falcão, situada na rua Vinte s/n no bairro Vamos Ver o Sol; E. M Lyzandro Tito de Oliveira, situada na Rua C, nº 3930 no bairro Santo Antônio e E. M Prof. Ofélio Leitão, situada na Avenida Ailton Sena, 3751 no conjunto habitacional Porto Alegre, no bairro Esplanada.

O trabalho foi desenvolvido em três momentos: a pesquisa bibliográfica sobre o tema, a fim de organizar um conhecimento cientifico sobre o assunto; pesquisa de campo, com a elaboração e aplicação dos questionários aos alunos e a avaliação, sistematização e formulação de propostas.

A pesquisa foi realizada em três das dezesseis escolas municipais existentes na zona Sul de Teresina, perfazendo uma amostra de aproximadamente 19% do total, por meio de questionários aplicados para 48 alunos do 6º ano do ensino fundamental. Nesta pesquisa utilizou-se o método quantitativo e qualitativo, para a compreensão da realidade pesquisada e a interpretação dos resultados obtidos através da coleta de dados.

A localização das respectivas escolas pode ser claramente visualizada na figura 1.

Figura – Localização dos objetos de estudo.



Fonte: IBGE/Google earth, Organizado pelas autoras, 2015.

Feita a breve caracterização da área e das escolas, objetos de estudos do trabalho, outro item necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, é a análise das entrevistas com os docentes e com os discentes das referidas escolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisado o resultado da aplicação dos questionários, obteve-se o resultado de que a disciplina é bem aceita pelos alunos, pois a primeira pergunta do questionário aos alunos questionava o seu gosto (ou empatia) pela disciplina de Geografia. Assim, 46 alunos disseram que sim, que gostavam da disciplina e 2 alunos disseram que às vezes A minoria dos alunos, que representa 4,2% respondeu que às vezes gosta, justificando que depende de como será desenvolvida a aula, se há utilização de vídeos ou filmes a aula se torna boa de acordo com os alunos, e não houve rejeição da matéria por parte dos alunos.

Quando questionados sobre as aulas de Geografia, como estas são desenvolvidas, obtiveram-se as seguintes respostas: 23 vezes citada a resposta que de que são boas e que não mudariam nada; 21 vezes citada a resposta de que são legais e sem justificativa e 6 vezes citada a resposta de que são normais como todas as outras disciplinas como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Aulas de geografia.

Respostas	Nº de vezes citado
Boas	23
Legais	21
Normais	6

Fonte: Produção do próprio autor, 2015.

Nota-se que nenhum dos alunos considerou as aulas de geografia como cansativas e, ainda, nenhum deles mencionou resposta negativa com relação ao desenvolvimento das aulas, o que faz pensar que, nenhum dos alunos tem rejeição pela disciplina de Geografia.

Os alunos devem perceber a Geografia no seu cotidiano e o ensino da disciplina na sala de aula deve levá-los a compreender o mundo em que vive. Dessa forma, quando foram questionados se a Geografia ensinada na escola era utilizada no seu dia a dia, 30 responderam que às vezes utilizam ou percebem a Geografia no seu cotidiano, quando, por exemplo, observam a paisagem do bairro em que moram e o movimento das ruas, do trânsito e das pessoas, 15 dos alunos responderam que sim, que utilizam a geografia no seu cotidiano, por exemplo, quando fazem o percurso casa-escola e apenas 3 deles responderam que não, sem justificativa relevante, como aponta a tabela 2.

Tabela 2 – A geografia ensinada na escola e o dia a dia.

Respostas	Nº de alunos	%
Às vezes	30	62,5
Sim	15	31,5
Não	3	6
Total	**48**	**100**

Fonte: Produção do próprio autor, 2015.

Os conceitos chave da Geografia são imprescindíveis na compreensão, interpretação, leitura e percepção do espaço geográfico, pois é através deles que os alunos terão a capacidade de observar, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem.

Assim, ao questioná-los sobre quais conteúdos ensinados pelo professor de Geografia que eles mais gostam, entre os conceitos geográficos mais citados pelos alunos estão paisagem com o resultado de 37 vezes citado, e lugar com 32 vezes citado pelos alunos, espaço geográfico e território totalizaram 22 vezes citado cada um e região com 16 vezes citado, o que foi considerado pelos alunos o assunto mais difícil de entender segundo eles, como aponta a tabela 3.

Tabela 3 – Conteúdos que mais gostam nas aulas de Geografia.

Respostas	Nº de vezes citado
Paisagem	37
Lugar	32
Território	22
Espaço geográfico	22
Região	16

Fonte: Produção do próprio autor, 2015.

Foi indagado aos alunos sobre a importância que se tem da compreensão da Geografia, obteve-se o seguinte resultado: 16 alunos disseram que a Geografia é importante para compreender o mundo; 15 alunos responderam que ela é importante para compreender o espaço em que vivemos; 14 alunos responderam que a Geografia é importante para compreender o espaço geográfico e as ações do homem e apenas 3 alunos responderam que a Geografia é importante para compreender como nossa sociedade está organizada, como pode ser observado na tabela 4.

Tabela 4 – Compreensão da importância da Geografia.

Respostas	Nº de vezes citado
O mundo	16
O espaço em que vivemos	15
O espaço geográfico e as ações do homem	14
Como nossa sociedade está organizada	3

Fonte: Produção do próprio autor, 2015.

O ensino dos conceitos geográficos no 6º ano do ensino fundamental é muito importante, pois são alunos que estão em desenvolvimento, onde o caráter e a consciência estão se formando, portanto, conhecer o mundo em que vive e como ele se organiza, fará com que o aluno compreenda qual a sua participação como agente transformador do espaço, conscientizando do seu papel como cidadão, com uma visão crítica e reflexiva sobre o mundo em todas as escalas.

As questões 6 e 7 do questionário são de cunho subjetivo e falam respectivamente de como o aluno gostaria que fossem as aulas de geografia e o que o aluno considera relevante para ser ensinado nas aulas de geografia. Não se obteve sucesso em sua totalidade, pois não foram respondidas pelos discentes nos espaços reservados.

É importante ressaltar que os alunos gostam da forma que tem sido as aulas de Geografia, mas que gostariam que fossem utilizados mais recursos didáticos como data show, por exemplo, e as aulas de campo que, segundo eles, não são frequentes ou nem existem. Acreditam que se houvesse, facilitaria o entendimento do assunto abordado, respondendo assim antecipadamente a questão de número 6 do questionário.

De acordo com os resultados obtidos nessa pesquisa, faz-se necessário realizar algumas sugestões metodológicas para o ensino dos conceitos geográficos com a finalidade de se ter uma melhor apreensão do conteúdo por parte dos alunos. No quadro a seguir é possível observar algumas sugestões propostas.

Quadro – Sugestões metodológicas.

Conceito	Sugestão
Paisagem	Aula prática na própria sala de aula ou escola, sobre as diversas paisagens que os alunos são capazes de observar, e assim discuti-las.

Território	Ministrar o assunto citando exemplos na própria sala de aula, sobre a posição em que os alunos sentam diariamente.
Lugar	Músicas, textos ou filmes que tragam o tema lugar como assunto central. Exemplos: músicas "Saudades da minha terra", "O meu lugar"; filme "A casa do lago".
Região	Exposição de mapas que representam a divisão regional do Brasil em regiões homogêneas; aulas práticas na sala de aula com a divisão desta "em partes'".
Espaço geográfico	Exposição de slides com diversas imagens de diferentes ambientes, de forma que busque no alunado o interesse e a capacidade de discernir a diferença e os elementos que fazem das imagens um local de espaço humanamente modificado.

Fonte: Produção do próprio autor, 2015.

Tais sugestões propostas atendem aos pedidos dos alunos de uma aula de Geografia mais dinâmica e com utilização de recursos audiovisuais, especificamente sobre o assunto de conceitos geográficos, A metodologia tradicional e monótona (aula dialogada somente com a utilização do livro didático) a qual é muito utilizada ainda nos tempos atuais, já se encontra ultrapassada. Com o grande avanço da tecnologia que se teve nos últimos vinte anos, se tornou de fundamental importância utilizar recursos de áudio e vídeo na prática docente e até mesmo porque uma aula inovadora prende a atenção e gera interesse nos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia é uma disciplina indispensável para a formação social crítica de um cidadão, ela é um instrumento de análise e construção do espaço geográfico que se modifica conforme a dinâmica social. Diante do que foi abordado anteriormente e pelos dados coletados, pode-se perceber que a aprendizagem dos alunos do 6° ano das escolas do Ensino Fundamental da rede Municipal de Educação tem sido satisfatória quanto ao conhecimento dos conceitos geográficos e da disciplina de Geografia.

Instrumentos didáticos auxiliam no trabalho do professor possibilitando uma melhor representação da realidade do aluno. Como instrumentos didáticos utilizados

nas aulas de Geografia, são sugeridos o globo, para representar a Terra; o mapa, para melhor representar o espaço ocupado; fotografias, para ajudar a trabalhar as paisagens e suas transformações; vídeos, para ilustrar o assunto que está sendo trabalhado; músicas, para refletir sobre assuntos que envolvem a disciplina e jornais que possibilitem o estudo da atualidade. Sendo assim, o estudo deixa de ser um "martírio" e passa a ser mais agradável e mais próximo da vivência do aluno.

A construção dos conceitos geográficos no 6º ano é fundamental para o estudo de conteúdos mais específicos, sendo que cada conceito deve partir da realidade do aluno, contribuindo para a formação do cidadão. Então, é necessário que o professor se comprometa em trabalhar de forma correta os conceitos que serão fundamentais para o estudo da Geografia no decorrer do ensino escolar.

O ensino de Geografia e dos seus conceitos chave é de fundamental importância para que o aluno possa acompanhar e compreender as transformações do mundo. Oliveira (1998) acredita que existe um renovado interesse pelo estudo da Geografia em virtude do processo de aceleração da globalização. Desta forma, a Geografia passa a ter um papel de destaque na escola, pois é a única a possibilitar o acompanhamento das transformações recentes de forma integrada.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. *O ensino em estudos sociais*. Editora: Unijuí da Universidade regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 1991.

_____. Aprendendo a Ler o Mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental . Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da Geografia In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato. *Geografia:* conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

FERREIRA, Luiz Felipe. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). *Boletim Goiano de Geografia.* Goiânia, jan,/jul. 2002. v. 22, n.1, p. 43-72.

FILIZOLA, Roberto. *Didática da geografia:* proposições metodológicas e conteúdos entrelaçados com a avaliação. Curitiba: Base Editorial, 2010.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; _____; CORREA, Roberto Lobato. *Geografia:* conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

LACOSTE, Yves. *A Geografia Isso serve, em primeiro lugar para fazer a Guerra.* 4. ed. Campinas: Papirus, 1997, p. 31.

LENCIONE, Sandra. *Região e Geografia.* São Paulo: EDUSP, 1999, p.187.

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da Geografia: espaço, território e paisagem. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v.9 n. 27, p. 128 – 142, set., 2008.

ROSA, K.K. de Sousa; SENA, Nubia. *Produção de tabelas e organização de imagens*. 2015.

SANTOS. Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo. Hucitec, 1994.

_____. SANTOS, Milton. *O país distorcido:* o Brasil, a Globalização e a cidadania. Publifolha: São Paulo, 2002.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina (SEMPLAN). SDU Sul. 2015. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/sdu-sul/> Acesso em: 30 set. 2015.

_____. *Teresina*: caracterização do município. 2015. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/TERESINA-Caracteriza%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o-do-Munic%C3%83-pio-2015.pdf> Acesso em: 30 set. 2015.

STRAFORINI, Rafael. *Ensinar geografia nas séries iniciais:* o desafio da totalidade de mundo. Campinas: Unicamp, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes . Notas Sobre a Epistemologia da Geografia. *Cadernos Geográficos*. n.12. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

TERESINA. Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC). Diretrizes Curriculares do Município de Teresina. *SEMEC 2008*. Disponível em: <http://www.semec.pi.gov.br/Dimon/Arquivos/downloads/semec_0c2428f245.pdf> Acesso em: 20 out. 2014.

_____. Anexo I: *Relação das escolas*. Disponível em: <http://www.semec.pi.gov.br/Dimon/Arquivos/downloads/semec_511978ebe4.pdf> Acesso em: 30 set. 2015.

VLACH, Vânia Rúbia Farias. *Geografia em debate*. Belo Horizonte: Lê, 1990.

_____. História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte. v. 2, n 3, p 41 – 52. jul. 1992.

_____. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). *O ensino de Geografia no século XXI*. São Paulo: Papirus, 2004. p.187-218.

SILVA MAIA E TARQUÍNIO LOPES FILHO: ATUAÇÃO NA MEDICINA E NO CONTEXTO SOCIAL DO MARANHÃO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Ana Beatriz Sousa Costa[1]
Laís Cristina Aguiar de Castro

RESUMO
No Brasil, entre os séculos XIX e XX, houve mudanças, sobretudo, na educação. Na saúde o destaque foi a Reforma Sanitarista. Na província do Maranhão, as más condições sanitárias e ambientais, originaram a Comissão de Higiene Pública, essencial para a salubridade local, administrada primordialmente por médicos, como Silva Maia e Tarquínio. Este artigo visa conhecer o estado sanitarista do Maranhão nos séculos XIX e XX e compreender o papel dos médicos José Silva Maia e Tarquínio Lopes Filho no respectivo contexto sociopolítico. Trata-se de estudo bibliográfico e documental com abordagem qualitativa, realizado mediante documentos encontrados na Biblioteca Benedito Leite (São Luís- MA) e bases de pesquisa. Nos séculos XIX e XX, mediante a Reforma Sanitarista, surtos epidêmicos de cólera e febre amarela foram controlados e comportamentos sociais inovados. Silva Maia, natural de Alcântara- MA, implantou projetos sanitaristas e participou da Junta Central de Higiene. Foi o primeiro a esboçar um projeto higiênico para São Luís em 1845. Tarquínio Lopes Filho, ludovicense, que intitula o Hospital Geral do Maranhão, idealizou projetos como Reestruturação da Rede Pública de Saúde da região e colônia dos leprosos. Proprietário do Jornal "A Folha do Povo", era importante político oposicionista da época. Tal higienização foi um grande avanço para a construção da história da Medicina e para a saúde pública da província do Maranhão, protagonizada por dois grandes médicos e políticos: Silva Maia e Tarquínio Lopes.
Palavras-chave: Maranhão. Sanitarismo. Silva Maia. Tarquínio Lopes.

ABSTRACT
Noticeable were the changes that occurred in Brazil between the 19th and 20th centuries, especially in what concerns the healthcare and educational systems. In Maranhão province, both the environmental and sanitary conditions were subhuman, justifying the creation of the Public Hygiene Commission, mainly administered by doctors such as Silva Maia e Tarquínio, who were of great importance to the local health conditions. To know Maranhão's sanitary state during the 19th and 20th centuries and understand the role played by the doctors José Silva Maia and Tarquínio Lopes Filho in such sociopolitical context. Bibliographical and documental study using a qualitative approach through documents found in Benedito Leite Library (São Luís- MA) and databases. Through the Health Sector Reform that took place during the 19th and 20th centuries, epidemics of cholera and yellow fever were successfully controlled and the social behavior was

1 Acadêmicas do curso de Medicina da Universidade Federal do Maranhão - UFMA - Avenida dos Portugueses, 1966 - Bacanga, São Luís – MA, 65080-805, (98) 3272-8000.

innovated. Silva Maia, who was born in Alcântara- MA, not only implanted hygienic projects but also participated in the Junta Central de Higiene. He was also the first person to draft a hygienic project for São Luís- MA in 1845. Tarquínio Lopes Filho, was born in São Luís-MA and whose name entitles the Hospital Geral do Maranhão, was responsible for projects such as the Restructuring of the regional public health net and leper colonies. He was also the owner of a newspaper called "A Folha do Povo" and an important politician in that period. The sanitization represented a huge progress to the building of Medicine History and to the public healthcare system in the Maranhão province, whose protagonists were great doctors and politicians.
Keywords: Maranhão; Sanitarism; Silva Maia; Tarquínio Lopes.

1 INTRODUÇÃO

O advento da Proclamação da República, no Brasil, nos séculos XIX e XX, traz consigo várias transformações. Transformações essas que se faziam necessárias tanto em âmbitos sociais e históricos, com intuito de tornar tal nação tão avançada quanto aos países Europeus (HERSCMANN; PEREIRA, 1994).

Desse modo, a saúde, a educação e o comportamento populacional foram uns dos aspectos com mudanças mais notórias. Quanto à saúde, houve uma modificação na área médica, destacando-se a preocupação sanitarista com o meio urbano, implantando, assim, uma medicina mais social baseada nos ensinamentos trazidos da França por médicos. Tal atenção também estava associada aos surtos epidêmicos como o da cólera e da febre amarela, que arruinaram as principais cidades do Império.

Na Província do Maranhão, a causalidade das doenças estava relacionada com o estado sanitário, tendo em vista as péssimas condições climáticas e a localização dos terrenos, que, somados às más condições ambientais e deslocamentos forçados de escravos, disseminavam doenças infecciosas como as febres perniciosas, pneumonias, bronquites, coqueluches, disenterias, hepatites, sarampo e a varíola. Nesse sentido, campanhas sanitárias foram criadas a fim de controlar os problemas de saúde: "Organizadas sob princípios de rígidas disciplinas financiadas pelos capitalistas diretamente interessados em minimizar os efeitos econômicos de certas doenças" (MINAYO, 1995).

A administração da Saúde Pública na Província contou com as autoridades do Presidente da Província e da Câmara Municipal, que desenvolveram uma política sem o compromisso de trabalhar a consciência da população. Acontece, porém, que esta sociedade era pouco instruída e vivia perante o descaso da saúde pública. Diante disso, em 1851, foi criada a primeira Comissão de Higiene Pública, sendo entregue à princípio ao Dr. José Miguel Pereira Cardoso como presidente e aos Comissários vacinadores--cirurgiões: Veríssimo de Sousa Calda (primeiro comissário vacinador da Província do Maranhão) e ao Dr. José da Silva Maia. (PACHECO et *al*, 2011). Posteriormente, Dr. Silva

Maia foi nomeado Inspetor da Polícia de Saúde Pública (PEREIRA, 2012).

José da Silva Maia, além de grande médico formado na Universidade de Paris e sanitarista na província do Maranhão, fora um grande político, administrador e militante. Jerônimo de Viveiros ressalva: "Raramente, duas profissões conjugaram-se tão bem na personalidade de um homem, como a Medicina e a Política, na figura de Silva Maia. A fama do médico ajudava o prestígio político; o fanatismo do correligionário colaborava com o cliente na criação das lendas em torno do clínico. Foi dessas figuras que saiu esse tipo invulgar de médico que fazia milagres, e de chefe político, que de véspera, sabia por quanto ganhava ou perdia o pleito" (VIVEIROS, 1955).

Outra figura que se tornou um grande protagonista da revolução na saúde pública do Maranhão, e consequentemente, do Brasil foi o médico Tarquínio Lopes Filho, o qual também se destaca pelo seu papel na reforma sanitária o, que se reflete na melhoria do Estado.

Filho de médicos, Tarquínio seguiu a carreira dos pais, formando-se no Rio de Janeiro e, ao voltar à sua cidade natal, São Luís do Maranhão, traz ideias e ensinamentos médicos e políticos. Além disso, difundiu seu conhecimento para contribuir com a saúde pública local, implantando ações sanitárias imprescindíveis para o bem-estar populacional.

Na política, foi extremamente transgressor e deixou o seu nome marcado na história. No decorrer de sua atuação social, também se tornou jornalista. No exercício desta profissão seu principal feito foi a criação do jornal "*A Folha do Povo*", em que denunciava descasos governamentais e difundia suas mais diversas ideologias.

O Hospital Geral, reconhecido à época por seu atendimento impecável a uma população carente, recebe nome do referido médico e, dessa forma, há mais uma expressão concreta de sua dignidade e atuação em São Luís.

Resulta que a figura desses dois grandes homens médicos revela o crescimento do Estado do Maranhão em relação à Saúde Pública, desvendando a evolução do processo sanitarista e sua consequente importância para amenizar doenças da época e alçar o que, hoje, há como fruto das medidas inovadoras tomadas. Além disso, mostrar-se–á o papel político desses homens, que não apenas zelavam pelo bem-estar físico da população, mas também social e político em meio às interfaces que os séculos XIX e XX apresentavam.

1.1 Objetivos

O referente artigo tem como objetivos conhecer o estado sanitarista da Província do Maranhão nos séculos XIX e XX e compreender o papel dos médicos José Silva Maia e Tarquínio Lopes Filho no contexto histórico, social e político e de saúde pública

da província do Maranhão.

1.2 Metodologia

Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental com abordagem qualitativa, visando conhecer a história da Medicina nos séculos XIX e XX e a relevância dos médicos Silva Maia e Tarquínio Lopes para o Estado do Maranhão, por meio de estudos encontrados na Biblioteca Benedito Leite (São Luís- MA) e em bases de pesquisa SciELO, Portal de Periódicos CAPES e LILACS. As palavras-chave utilizadas foram: Maranhão; Séculos XIX e XX; Sanitarismo; Silva Maia; Tarquínio Lopes.

2 BRASIL NOS SÉCULOS XIX E XX: MUDANÇAS E PROGRESSOS

Situado entre o fim do Império, no fim do século XIX e início do século XX, o Brasil, conforme já referido, é marcado por mudanças no campo histórico e social que se originaram com o advento da Proclamação da República. Relacionadas a um contexto maior de expansão econômica com o objetivo de civilizar a sociedade, que nos levaria à igualdade aos países europeus num projeto moderno que, "libertaria o Brasil de seus resquícios rurais-colônias" (HERSCMANN; PEREIRA, 1994).

As ideologias de modernização, nos mencionados séculos, se firmaram como ideias de progresso e propuseram-se a modificar os campos da saúde, educação e engenharia da época que se encontravam ainda em profunda fragilidade. A Medicina havia deixado seus parâmetros galênicos no passado e muitos intelectuais médicos adotaram o modelo francês como meio de pensar sobre as doenças. Passara-se a ter noção de doença estendida à sociedade, em que a medicina social influenciava no planejamento urbano e nas transformações que as cidades e os habitantes delas viveram naquele período.

Desse modo, surge a importância da criação de instituições sociais que tinham por finalidade a expressão do projeto republicano moderno no território nacional, em específico na capital do Estado do Maranhão, tomando como referência o Instituto de Assistência à Infância (1911-1939). Criada sob a responsabilidade privada, a Instituição instaurava um modelo de assistência filantrópica ao atendimento de crianças pobres e suas respectivas famílias na capital do Maranhão (PEREIRA, 2012).

Foi nessa situação que surgiram ações mediadas pela criação de órgão governamental no campo da higiene pública, cuja finalidade era detectar os problemas, elaborando propostas de intervenção na área de saúde pública, que se caracterizou como espaço de divergências entre teorias científicas do campo médico. O saneamento passava a ser a ordem, trazendo consigo a necessária construção de rede de esgotos, construção

de sistemas de abastecimento de água encanada, retiradas de cemitérios dos perímetros urbanos das cidades, organização de vias de acesso pavimentadas, entre outras ações que refletiram na aquisição de novos comportamentos e costumes.

Em meio a todo esse movimento chamado de Reforma Sanitarista, deflagrada a partir do período republicano no Brasil, o campo médico constitui assim a base social através de um discurso, cujo atributo principal era conferir legitimidade às suas ações e interesses político-científicos.

Dessa forma, no Maranhão, o saneamento se fazia urgente e nessa perspectiva foi reformulado o Serviço de Saúde Pública através da Lei nº159, de 15 de novembro de 1896, criando uma nova Inspetoria de Higiene, cuja primeira direção foi entregue a um médico: Dr. Cláudio Serra Moraes Rego, e tinha como objetivo implantar políticas de saúde coletiva durante o governo Imperial.

Nessa época, o Brasil enfrentava um surto de febre amarela, até então ainda não havia sido vislumbrada qualquer posição, pois o que existia, de fato, eram apenas teorias dadas pelos médicos do mal que acometia a população. Logo, procuraram-se, algumas medidas para conter tal epidemia. Assim, o Presidente da Província do Maranhão, Honório Pereira de Azevedo Coutinho, em sua fala providenciou medidas de precaução para vedar a invasão do flagelo. A primeira medida foi criada uma Comissão de Vacinação para Província composta pelo Dr. José da Silva Maia, Dr. José Miguel Pereira Cardoso, e do Provedor da Saúde Verissiano dos Santos Caldas, para emitir o parecer e dar sugestões de medidas necessárias; "a Segunda foi enviar documentação à Câmara exigindo que tomasse posturas contendo medidas sanitárias, sugerindo a construção de um hospital, no forte da Ponta da Areia", que serviria para receber as tripulações sujeitas às medidas sanitárias e guardar as mercadorias durante a quarentena, dos navios que entrassem no porto da Praia Grande. Só em 27 de dezembro de 1860 foi que o Ministério de Negócio do Império declarou obrigatório que os navios portassem cartas de saúde durante o período das epidemias (CARVALHO, 2005).

Nessa perspectiva, nomes de grande relevância no campo médico se organizaram e utilizaram periódicos como "A Pacotilha", para alertar a população dos perigos oriundos da falta de saneamento e da necessidade de tornar salubre o habitat da população. Entre estes médicos destacaram-se o Dr. Cláudio Serra Moraes Rego, Dr. Domingos Xavier de Carvalho, Dr. Rogério Coelho Júnior, Dr. Henrique Marques Lisboa, Dr. Adolfo Gomes Pereira, Dr. Álvaro de Sousa Sanches, Dr. Vitor Godinho, Dr. Tarquínio Lopes Filho, Dr. Cesário Correa de Arruda, este último mentor e fundador do Instituto de Assistência à Infância do Maranhão (CARVALHO, 2005).

2.1 José da Silva Maia

José da Silva Maia, natural de Alcântara- MA, aos 10 anos foi à França, onde iniciou seus estudos. Tornou- se bacharel em Letras e em Ciências Naturais para poder se matricular na Faculdade de Medicina. Em 1830, matriculou-se na famosa Faculdade de Medicina de Paris e se aplicou a essa ciência que amava e se dedicava. Após uma afecção pulmonar, recompôs sua saúde e preservou seus projetos.

Desse modo, Silva Maia além de ter estabelecido normas para evitar consequências desastrosas, recebeu o certificado de aptidão ao grau de Doutor em Medicina, concedido em 1838 pelo Decano e pelos Professores da Faculdade de Medicina e Academia de Paris. Assim que recebeu tal diploma, retornou a São Luís, aos 27 anos de idade e inicia sua clínica em Alcântara, na qual alcançara significativa clientela e por isso, mudou- se para São Luís, onde fez mais sucesso (MARTINS, 2012).

Para evitar novas epidemias, autoridades e médicos ligados à saúde pública buscaram ações que solucionassem, sobretudo, a epidemia de febre amarela no país. Assim, juntamente com elites da época, criaram a Comissão de Higiene Pública, posteriormente, Junta Central de Higiene. Tal ação também tinha como estratégia construir uma imagem civilizada e salubre do Brasil, a fim de corroborar o "branqueamento" da nação (ALMEIDA, 2004). A Junta de Higiene do Império tomou as seguintes posturas: inspecionava os navios que chegavam para ver se havia algum adoecido e tomaria providências; mandava os infectados a bordo a locais destinados; para evitar contaminação geral, navios eram enviados a uma ilha separada para sua higienização; os falecidos de tal doença eram enterrados sem velórios e em caixões hermeticamente fechados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

O Presidente da Província, Honório Pereira de Azevedo Coutinho, adotou o parecer de Silva Maia, que foi o primeiro a esboçar um projeto higiênico para São Luís em 1845 (COE, 2008). Dentre as ideias de Dr. Silva Maia, destacam- se: os navios eram postos em quarentena e haviam embarcações armadas para casos de não seguimento de regras e para vistoriar o estado de saúde da tripulação. Os navios ficavam localizados próximos ao Lazareto da Ponta da Areia.

Dessa forma, Dr. Silva Maia foi nomeado Inspetor da Polícia de Saúde Pública e trabalhou, juntamente, com o Dr. José Maria Barreto Junior, Fiscal da Saúde do Porto. Com isso, a população, antes temerosa pela febre amarela, tranquilizava-se e confiava em tais administradores nomeados (PEREIRA, 2012).

2.2 Tarquínio Lopes Filho: o "bisturi de ouro"

Tarquínio Lopes Filho conhecido como o "médico de bisturi de ouro" nasceu em São Luís- MA. Não apenas consagrou-se com a fama de grande médico, como também desenvolveu atividades na política, na filosofia, no jornalismo, além de suas importantes

contribuições no pensamento sanitarista. Formou-se em Medicina na Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro, atuando, posteriormente, como cirurgião, clínico geral, ginecologista e sanitarista. Como diretor do Hospital Geral modernizou o atendimento, instalou processos de esterilização e uso de luvas de borracha em cirurgias.

Idealizou vários projetos sobre saúde pública, como o de Reestruturação da Rede Pública de Saúde da região; o da criação do Hospital Operário, em 1923; o da criação da Faculdade de Medicina; ou o de ações sanitárias de cuidados extras em áreas próximas aos cemitérios, colônia dos leprosos e outros locais inóspitos. Além disso, realizou diversos procedimentos complexos para a época (MARTINS, 2014).

Durante a República Velha, ele foi trabalhar na região amazônica como tenente e, ao voltar para São Luís, continuou a atuar nas várias áreas na luta para reduzir as desigualdades sociais. Quando morreu, Tarquínio Lopes foi homenageado como um homem culto e sábio e o seu nome foi colocado em várias instituições públicas como escolas da capital e de todo o estado do Maranhão, inclusive no Hospital Geral de São Luís, que até hoje guarda a sua memória (SOUSA, 2011).

Tarquínio Lopes Filho também teve destaque no Jornal da Medicina, na década de 30 do século XX. Nesse jornal também há relevantíssimas contribuições do mesmo, o que inclui artigos acerca da tuberculose no Maranhão.

O Dr. Tarquínio Lopes Filho, proprietário do Jornal "A Folha do Povo" era um dos mais exaltados políticos oposicionistas da época, colocando o seu jornal a serviço dos revoltosos com artigos de propaganda das causas revolucionárias, como veremos no artigo abaixo, divulgado na sua edição de 26/10/1925 (PINHEIRO, 2005).

3 CONCLUSÃO

Ao longo dos séculos XIX e XX, o Brasil, em seu período republicano, foi marcado por grandes mudanças socioeconômicas e comportamentais cujo objetivo era civilizar a sociedade aos moldes das cidades europeias. As ideologias de modernização se firmaram como ideias de progresso e tentaram modificar campos da saúde, educação e engenharia da época que se encontravam aquém do necessário. A medicina, portanto, também acompanhava tal crescimento e destacava- se pela sua relação ao meio urbano, tratando agora não somente a doença do indivíduo, mas também, analisando a sociedade na qual está inserido.

Diante disso, a medicina tornou-se mais social e de cunho sanitarista. A higiene marcou o aparecimento da preocupação sanitária com o meio urbano e, desde então, foram nomeados administradores que formulavam medidas para promover uma limpeza

urbana e amenizar surtos epidêmicos que comprometiam a saúde coletiva e dizimavam parcelas populacionais. Dentre os administradores, haviam grandes médicos que revolucionaram a medicina e o estado de salubridade da época.

No Maranhão do século XIX, por exemplo, destaca- se Dr. José da Silva Maia, o qual, além de conter epidemia de febre amarela, atuou como um grande político, percebendo, portanto, sua importância para o avanço dessa província e para o conforto populacional. Grande ator na Reforma Sanitarista, Dr. Silva Maia tornou-se um dos maiores médicos higienistas de todos os tempos.

Ademais, há a figura do jornalista, médico, político, militar Tarquínio Lopes Filho, o qual, além de alçar a medicina maranhense com seus ensinamentos novos e semiológicos, teve um papel imprescindível na saúde pública, não somente criando redes públicas ou locais para cuidar de leprosos, mas também, denunciando o descaso público em periódicos e afins.

Considera-se que fazer uma revisão no contexto histórico do Maranhão entre os séculos XIX e XX é suficiente para que se tenha uma noção de como ocorreu a evolução sanitarista e da saúde pública em que hoje o estado se encontra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. Saúde Pública e Pobreza: São Luís na Primeira República. In: CABRA, Wagner Cabral da. (Org.). *História do Maranhão:* novos estudos. São Luís: EDUFMA, 2002.p.231-264;

ALVIM, Aymoré de Castro. *400 anos de Medicina no Maranhão.* São Luís: Lithgraf. São Luís, 2012;

BYUNUM, William. *História da Medicina.* Porto Alegre, RS. L&PM, 2011.186 p;

CARVALHO, Heitor Ferreira de. *Urbanização em São Luís:* entre o institucional e o repressivo. 2005. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís (MA), 2005;

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril:* cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.250 pp;

COE, Agostinho Júnior Holanda. Higienizar para civilizar: a emergência de um discurso higienista em São Luís no século XIX. In: FARIA, Regina Martins de; COELHO, Elisabeth Maria Beserra (Orgs.). *Saberes e fazeres em construção:* Maranhão, séc. XIX-XXI. São Luís: EDUFMA, 2011.p.11-33. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/pacheco.pdf. Acesso em 3 jul. 2014;

GONÇALVES, Fábio Henrique. Infância pobre e eugenia no maranhão nas primeiras décadas do século XX. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 17, n. 1, jan./abr. 2010;

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno:* Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994;

LIMA, Olavo Correa. História da Assistência no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico--Geográfico do Maranhão*, v.28. n. 3,89-136, ago.1951;

MARTINS, Charles. *Tarquínio Lopes Filho:* médico, político e filósofo. ASCOM. 2014. Disponível em://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/ noticia.jsf?id=43198. Acesso em: 1 jul. 2014;

MARTINS, Marília da Glória. *Discurso de posse na academia maranhense de medicina.* 2 fev. 2012;

MEIRELES, Mário. *Apontamentos para a História da Medicina no Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1993;

PEREIRA, Joyce Oliveira. "Epidemia Reinante": o surto de febre amarela na província do Maranhão (1850). *Revista Eletrônica Caderno de Histórias*, ano 7, n. 2, dez. 2012;

PINHEIRO, Raimundo Nonato. *A coluna Prestes no Maranhão*. Universidade Estadual do Maranhão. 2005. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/curso/especializacaopdf/raimundop.pdf. Acesso em: 1 abr. 2015;

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura:* as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH,2001.163pp;

SOUSA, Eudes de. *Hospital Geral II:* O Império. Disponível em: maranhaomaravilha.blogspot.com.br/2011/02/hospital-geral-ii-o-imperio.html. Acesso em: 3 jul. 2014;

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão (1896-1934)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS

A Revista Científica da Fundação Sousândrade é destinada à publicação de trabalhos científicos e culturais produzidos por discentes (devidamente orientados por um professor), docentes e pesquisadores da UFMA, UEMA, IFMA e de outras IES, nas diversas áreas de conhecimento.

Aceitam-se trabalhos acadêmicos nas seguintes categorias: Artigo, Resenha e Ensaio. Todos os trabalhos enviados para publicação serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Revista ou a especialistas da área, indicados por esse Conselho. Os trabalhos devem ser inéditos e atender aos critérios abaixo.

1 REGRAS PARA ENVIO DE TRABALHO

1.1 Os artigos devem ser remetidos por meio do link próprio, disponível no site da Revista;

1.2 Junto ao material mencionado no item anterior, os autores deverão preencher um formulário com informações cadastrais, dando aceite ao Termo de Compromisso (anexo), no qual se comprometem com o ineditismo e a autenticidade do trabalho, cedendo, em caso de aprovação, os direitos autorais a ele referentes.

2 REGRAS DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

2.1 O autor do trabalho deve utilizar programa Microsoft Word, versão 2003 ou superior. Os artigos devem conter de 10 a 20 laudas e obedecer à seguinte formatação:

a) Fonte: Times New Roman, tamanho 12;
b) Folha de formato A4, com 3 cm de margens superior e esquerda e 2 cm de margens inferior e direita;
c) Espaçamento de 1,5 pontos entre linhas e 6 pontos entre parágrafos (antes e depois);
d) Páginas numeradas, inclusive a primeira;
e) Parágrafos justificados;
f) Recuo especial de primeira linha de 2cm.

2.2 A primeira página deve conter:

a) Título completo, e subtítulo, se houver, destacado em negrito e fonte corpo 12,

centralizado, espaço simples entre linhas;

a) Nome do autor, logo abaixo do título (ou do subtítulo, quando este existir), alinhado à direita, acompanhado de titulação e vínculo institucional, especificados em nota de rodapé;

b) Resumo de 100 a 250 palavras, indicação, logo abaixo, das palavras-chave (no máximo cinco) referenciadas no artigo. As palavras-chave devem ser escolhidas para fins de indexação, de forma que os leitores possam encontrar o artigo através de levantamento bibliográfico.

c) Resumo seguido de palavras-chave em língua estrangeira: francês, inglês ou espanhol.

2.3 Os autores deverão fazer rigorosa revisão do texto quanto à correção da norma padrão da Língua Portuguesa e à digitação. Seguir as normas da ABNT.

3 REGRAS DE CITAÇÃO E REFERÊNCIAS

3.1 As citações deverão ser feitas pelo sistema autor-data de acordo com a NBR 10520;

3.2. Locuções em língua estrangeira deverão ser redigidas em itálico;

3.3 As citações deverão ser feitas pelo sistema autor-data, de acordo com a NBR 10520;

3.4 Todas as fontes, diretas ou indiretas, utilizadas no corpo do texto deverão ser mencionadas nas referências, de acordo com as normas estabelecidas pela NBR 6023. Somente as obras efetivamente citadas devem aparecer nas referências.

4 PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

4.1 Os trabalhos serão apreciados pelo Conselho Editorial, que julgará se são publicáveis e se estão de acordo com a linha editorial da Revista. O Conselho Editorial poderá sugerir pequenas modificações ou adaptações formais nos textos, visando a agilizar o processo de publicação dos trabalhos;

4.2 Após análise do Conselho Editorial, os trabalhos poderão ser: a) aceitos para publicação; b) aceitos apenas, se reformulados, conforme as indicações dos membros do Conselho Editorial; c) não aceitos para publicação;

4.3 Ficará a cargo do Conselho Editorial a comunicação com os autores ao longo de todo o processo editorial, bem como a tomada de decisão, em caso de situações especiais.

Conselho Editorial

Endereço para envio de trabalhos: fsadu@fsadu.org.br

TERMO DE COMPROMISSO

Atesto, para os devidos fins de direito, que o artigo / resenha / ensaio científico ora apresentado é inédito e de minha autoria, eximindo a Fundação Sousândrade e a Revista Científica e Tecnológica da Fundação Sousândrade e os membros da Comissão Editorial de quaisquer responsabilidades quanto à violação de direitos autorais e quanto ao teor das ideias nele expostas.

Do mesmo modo, autorizo a publicação do trabalho por todos os meios, renunciando ao recebimento de quaisquer eventuais valores decorrentes de direitos autorais.

São Luís/Ma, _____ de _____ de _____

_____

Assinatura do(a) autor(a) do trabalho

Composto em Lato 10 pela Fundação Sousândrade em 2017

Fundação Sousândrade
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UFMA

FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Rua das Juçaras, nº28, Q. 11 - Renascença I
São Luís - Maranhão, CEP: 65075-230 - Caixa Postal 741
Fone: (98) 4009-1000 - Fax: (98) 4009-1003
CNPJ: 07.060.718/0001-12 - Insc. Est.: 12.096.429-5
Site: www.fsadu.org.br - E-mail: fsadu@fsadu.org.br